

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTRO (FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO)
RELATORIO DO ANNO DE 1883 APRESENTADO Á ASSEMBLÉA
GERAL LEGISLATIVA NA 4ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA.
(PUBLICADO EM 1884)

INCLUI ANNEXOS.

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1884

RELATORIO

APRESENTADO

A ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA

QUARTA SESSÃO DA DECIMA OITAVA LEGISLATURA

PELO

MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA NACIONAL

1884

RELATORIO



Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação



VENHO dar-vos conta dos assumptos, de que se tem occupado o Ministerio dos Negocios Estrangeiros, cuja direcção, como sabeis, foi-me confiada por decreto de 24 de Maio do anno proximo passado.

IMPERIO ALLEMÃO

Escripturas de contractos matrimoniaes entre Allemães protestantes, lavradas por tabelliães da Provincia do Rio Grande do Sul. Reclamação da Legação da Allemanha. Processo.

A Legação da Allemanha communicou ao meu antecessor por nota de 6 de Dezembro de 1882 que o tabellião Leonidio Antero da Silveira Filho, de Pelotas, lavrara uma escriptura de contracto de casamento, entre dois Allemães protestantes,

e, remettendo cópia dessa escriptura, pediu que o dito tabellião fosse chamado a conter-se nos limites das suas attribuições.

Por communicações posteriores da mesma Legação constou que o caso de Pelotas não era o unico.

O Ministerio ora a meu cargo entendeu-se immediatamente com o do Imperio e este com o da Justiça, o qual deu ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul as ordens necessarias para que se procedesse como fosse de direito contra o tabellião Silveira e quaesquer outros que tivessem feito escripturas semelhantes.

Segundo o ultimo officio do Presidente da Provincia, que é datado de 3 de Março deste anno, já se tinha começado o processo contra o tabellião de Pelotas e um do Rio Grande, accusado do mesmo delicto.

A importancia deste negocio está manifesta no seguinte extracto do aviso dirigido pelo Ministerio do Imperio ao da Justiça :

« Contractos como o que celebrou o tabellião Silveira, nulos de pleno direito,
« não cream vinculos juridicos entre os suppostos conjuges, não fundam o patrio
« poder, nem asseguram á prole, de par com a legitimidade que procede do casamento
« válido, o direito á successão paterna.

« O decreto legislativo n. 1144 de 11 de setembro de 1861 dispõe no art. 1º
« n. 2, que os effeitos civis dos casamentos celebrados na forma das leis do Imperio
« serão extensivos aos casamentos de sectarios de religião differente da do Estado que
« da data do mesmo decreto em diante forem celebrados no Imperio segundo o
« costume ou as prescrições das religiões respectivas, comtanto que a celebração do
« acto religioso seja provada pelo competente registro.

« Regulando a execução desta lei, o decreto n. 3069 de 17 de Fevereiro de 1863
« expressamente declarou tambem no art. 5º que os casamentos de nacionaes ou
« estrangeiros que professarem religião differente da do Estado celebrados no Imperio
« depois da sua publicação, dependem, para que lhes sejam extensivos os effeitos
« civis dos casamentos catholicos, além do subsequente registro, da celebração do
« acto religioso segundo o costume ou prescrições das religiões respectivas, e por
« pastor ou Ministro que tenha exercitado as funcções do seu Ministerio com as
« condições exigidas para que o acto produza effeitos civis. »

REPUBLICA ARGENTINA

Questão de limites

Um relatório especial vos será brevemente apresentado sobre esta importante questão. Conterá, além de uma exposição, documentos modernos e antigos e os mappas necesarios. Por elle ficareis habilitados para apreciar os fundamentos do direito sustentado pelo Governo Imperial ao territorio em litigio, e a direcção dada ás differentes tentativas de ajuste que se têm feito. A conclusão de um accôrdo satisfactorio e definitivo muito importa á conservação das boas relações que felizmente existem entre o Imperio e a Republica; mas exige tempo. Os dois Governos estão animados das melhores intenções, e não deve haver receio de que a discussão em que de novo entraram deixe de ser pacifica e amigavel.

Actos criminosos praticados em territorio Argentino por um official e praças da guarda Brasileira do Passo de Garruchos sobre o Rio Uruguay

A' margem do rio Uruguay em frente ao Passo de Garruchos ha uma guarda Brasileira.

Na noite de 12 de Outubro de 1882 um cabo de esquadra, um anspeçada e tres soldados, pertencentes áquella guarda, atravessaram o rio fardados e armados, entraram no territorio Argentino, e ahi commetteram violencias, segundo informou a Legação da Republica.

Em 31 de Dezembro do mesmo anno o capitão Antonio Machado dos Santos, então commandante da fronteira, transpoz o Passo com oito praças armadas e praticaram, segundo referiu a mesma Legação, ainda maiores violencias, resultando destas a morte de um individuo.

Procedeu-se a conselhos de investigação e de guerra, e das ultimas informações recebidas pelo Ministerio a meu cargo consta que os respectivos processos passaram

ao Conselho Supremo Militar de Justiça. E' de esperar que a decisão deste tribunal satisfaça completamente a justa reclamação formulada pela Legação Argentina.

Para evitar quanto seja possível a repetição de tão lamentáveis attentados concluíram os dois Governos o seguinte ajuste :

Protocollo

Os abaixo assignados, respectivamente Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros do Brazil e Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, de conformidade com a resolução dos dois Governos, concordam no seguinte :

Nenhum individuo, pertencente ás forças de terra de um dos dois Estados que guarneçam pela sua parte a fronteira commum, poderá atravessal-a armado e assim apresentar-se no territorio do outro Estado, ainda mesmo em acto de serviço.

Cada um dos dois Governos communicará ao outro qualquer infracção deste accôrdo para que proceda como fôr de justiça.

Em fé do que firmam e sellam os abaixo assignados este protocollo em dois exemplares, redigido cada um na sua lingua, na cidade do Rio de Janeiro aos vinte e nove dias do mez de Abril de mil oitocentos oitenta e quatro.

(L. S.) F. DE C. SOARES BRANDÃO.

(L. S.) VICENTE G. QUESADA.

Assalto e saque da ilha de Vargas e prisão de um Argentino attribuidos pelas autoridades da Republica a um official e praças da guarnição Brasileira de S. Borja.

O Ministro Argentino trouxe ao meu conhecimento por nota de 2 do mez proximo passado que, segundo um telegramma dirigido ao Prefeito maritimo de « Santo Tomé » pelo respectivo Sub-prefeito, um official e vinte e tres praças da guarnição Brasileira de S. Borja tinham assaltado e saqueado a ilha de Vargas, situada no Alto Uruguay, effectuando ahi a prisão de um Argentino.

Telegraphiei immediatamente ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul pedindo informações, e das que elle me prestou tambem pelo telegrapho consta o seguinte.

A ilha não foi saqueada nem assaltada. De ordem do commandante da fronteira sahiu a 18 de Março uma escolta de dezeseis praças commandada por um official a prender desertores e criminosos, e capturou na margem Brasileira do Uruguay o Argentino Matheos Mendonça, pronunciado por crime de morte em 1875.

Aguardo officios do Presidente para fazer juizo definitivo sobre este caso.

Prisão de dois Argentinos effeituada na cidade da Uruguayana por autoridades da Republica

Na noite de 14 de Janeiro proximo passado o Juiz de Paz da villa Argentina do «Paso de los Libres» prendeu na cidade da Uruguayana dois individuos dã sua nacionalidade, levando-os em seguida para o territorio da Republica.

Infelizmente esta prisão foi effeituada com o auxilio da força publica, requisitado pelo Delegado de Policia e concedido pelo commandante da Secção; mas o Presidente da Provincia suspendeu esses funcionarios e mandou responsabilisal-os.

O Consul Argentino assistiu á prisão, segundo parece. Em todo caso é fóra de duvida que nella consentiu. E' elle que o declara na seguinte publicação, feita no numero de 6 de Fevereiro do diario de Uruguayana intitulado — *O Commercio*:

« Señor Redactor del *O Comercio*.

« En una protesta que aparece en el Periodico *O Comercial* de 3 del corriente,
« contra el Consul que subscribe, y que es firmada por cosmopolitas que pululan por
« esta ciudad; para dar mayor vigor a su aseveracion y creyendo sin duda, que
« no soy capas de sustentar lo que hago, vienen atestiguando, con los Señores
« Manoel Doria da Luz, Teniente Filadelfo, Antonio Ferreira y otros que dicen pre-
« senciaron la toma del criminal Molina.

« Por si D. Eustaquio Acuña y D. Herculano Oliver, autores é instigadores de
« la protesta, quieren un testimonio mas de que esos hombres fueron presos con mi
« amplio asentimiento, aqui estoy yo, que asi lo declaro.

« No teman esos Señores el que niegue el hecho, puesto que tal qual sucedió,
 « lo comuniqué al Ministro de Relaciones Exteriores de la Republica en nota de 22 de
 « Enero proximo pasado.

M. I. REYNA.

« Uruguayana, Febrero 5 de 84. »

O Governo Imperial, logo que recebeu as informações pedidas ao Presidente da Provincia, expediu ao Sr. Conselheiro Alencar, provisoriamente acreditado em Buenos-Ayres, as instruções necessarias, e está certo de que o Governo da Republica ha de proceder como fôr de justiça contra o Juiz de Paz e o Consul.

BELGICA

Convenção Consular

Em consequencia de proposta do Governo da Belgica concluiu-se com esse Reino em 30 de Setembro de 1882 uma convenção consular, que foi promulgada pelo decreto n. 9023 de 29 de Setembro do anno proximo passado.

As disposições, relativas ás heranças dos subditos de cada uma das partes contractantes fallecidos no territorio da outra, evitam pela sua simplicidade os inconvenientes encontrados no regimen de outras. Reduzem-se ao seguinte:

« Art. 15. Em caso de fallecimento de subdito Brasileiro na Belgica, ou
 « de subdito Belga no Brazil, si não houver herdeiro conhecido ou presente, ou
 « executor testamentario instituido pelo fallecido, as autoridades locais compe-
 « tentes informarão desta circumstancia os consules ou agentes consulares da
 « nação a que tiver pertencido o finado, afim de que a respectiva communicação
 « possa ser feita ás partes interessadas.

« Os consules geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares terão o
 « direito de praticar por si mesmos, ou por meio de delegados, todos os actos ne-
 « cessarios para a conservação e administração da herança, no interesse dos her-
 « deiros ou credores, ausentes ou menores, até que se achem representados. »

REPUBLICA DA BOLIVIA

Denuncia do tratado de 27 de Março de 1867 na parte que não se refere a limites

Concluiu-se com a Bolivia em 27 de Março de 1867 um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição. Pelo seu art. 28 todas as estipulações, que não se referem a limites, durariam seis annos contados da troca das ratificações, e de então em diante subsistiriam até que uma das Altas Partes Contractantes notificasse á outra o desejo de as dar por findas, cessando um anno depois desta notificação.

Sendo conveniente rever e melhorar as estipulações que não eram perpetuas, fez o Governo Imperial a denuncia prevista. Essas estipulações deixarão portanto de ter effeito desde o dia 6 de Setembro do corrente anno. Serão substituidas por outras, cuja negociação começará brevemente.

CHILE EM COMMUN COM A ITALIA, A GRAN BRETANHA E A REPUBLICA FRANCEZA

Convenções para o julgamento de reclamações provenientes de operações executadas por forças chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia. Comissões mixtas. Juízo Brasileiro.

A Italia, a Gran Bretanha e a Republica Franceza fizeram com o Chile tres convenções, em cada uma das quaes se ajustou respectivamente que as reclamações de Italianos, Inglezes e Francezes, provenientes de operações executadas por forças chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia, fossem submettidas ao julgamento definitivo de tres comissões de tres membros, um dos quaes seria designado pelo Imperador.

Sua Magestade accitou com prazer o encargo que assim lhe foi conferido e, de accôrdo com os seus Ministros, nomeou para as tres commissões o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington Conselheiro Felippe Lopes Netto.

Antes de fazer esta escolha entendeu-se o Governo Imperial com o do Chile sobre a conveniencia de ser nomeado um só juiz para as tres commissões. Pareceu-lhe que assim se asseguraria a harmonia das decisões, que talvez de outro modo se não conseguisse, e o Governo daquella Republica foi da mesma opinião.

REPUBLICA FRANCEZA E ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Commissão mixta instituida para julgar as reclamações mencionadas na respectiva convenção

Tenho a satisfação de participar-vos que terminou em 31 de Março ultimo os seus trabalhos a commissão mixta nomeada por convenção entre as duas mencionadas Republicas para julgar definitivamente certas reclamações de cidadãos Francezes e Americanos. Como sabeis, em virtude da mesma convenção e a pedido das altas partes contractantes, foi um dos membros daquella commissão designado por Sua Magestade o Imperador, cuja escolha recahiu no Barão de Arinos, então Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Belgica. O Governo Imperial não duvida de que esse senhor terá correspondido á sua confiança, concorrendo para que fossem justas as decisões dadas pelo tribunal.

REPUBLICA FRANCEZA

Territorio litigioso e neutralisado

Tendo corrido em Cayenna o boato de que o Governo Francez se preparava para annexar parte do territorio litigioso á sua colonia da Guyana, julgou o Vice-Consul

do Brazil do seu dever provocar uma explicação a esse respeito e officiou ao Governador.

A resposta deste alto funcionario foi tranquillizadora, como devia ser, porque o boato era absurdo, e não estava em harmonia com as disposições pacificas e amigaveis do Governo Francez ; mas o Governador disse ao mesmo tempo o seguinte :

« L'une des préoccupations du Gouvernement de la République, celle qui
« m'absorbe ici le plus, est, vous devez le comprendre, la question du peuplement
« de la Guyane, et à cet effet tous mes efforts doivent tendre à connaître et à faire
« connaître le pays, sa topographie et ses ressources ; ils doivent tous converger à
« préparer ce pays à l'émigration des diverses nations qui croiront avec raison
« pouvoir trouver à la Guyane une large rémunération de leur travail. C'est dans
« ce but que je me suis rendu dernièrement par terre à Rourou ; qu'en ce moment
« même, je fais effectuer par un de mes aides de camp les itinéraires possibles entre
« le Maroni et Rourou, et que, très-prochainement un autre officier partira pour
« l'Oyapock, à l'effet de me renseigner le plus tôt possible sur les voies de communi-
« cation avec cette région. »

« et en attendant l'heure ou le différend sera tranché, je n'aurai qu'à
« surveiller, et à maintenir de l'Araguary au Calsewène le « *modus faciendi* » plus ou
« moins tacitement adopté par nos deux Gouvernements. »

Havia nisto manifesto equivoco, e pois o Vice-Consul replicou, de conformidade com as minhas instrucções, nestes termos :

« La manière dont vous vous êtes exprimé quant au voyage d'un officier à
« l'Oyapock et à votre surveillance pour le maintien du « *modus faciendi* » peut donner
« lieu à croire que le territoire qui s'étend du Calsewène à l'Oyapock est définitive-
« ment reconnu par le Brésil comme appartenant à la France. Il est cependant hors
« de doute que la question de droit n'a été écartée que pour faire place à une trans-
« action dont les termes n'ont pas eu de suite, comme vous le savez, et par consé-
« quent n'engagent aucun des deux gouvernements. Si ce moyen de conciliation
« n'aboutit pas dans une nouvelle négociation, on doit revenir à l'état antérieur.
« En tout cas, la France, ainsi que le Brésil, ne peut exercer aucune juridiction du
« Calsewène à l'Oyapock. »

A transacção, a que se refere esta declaração, consta dos protocollos das duas ultimas conferencias da negociação em que foi Plenipotenciario por parte do Brazil o

fallecido Visconde do Uruguay e em que se tratou de resolver a questão de limites entre o Brazil e a Guyana Franceza.

Conferencia de 27 de Maio de 1856.

.

« *Le Plénipotentiaire Brésilien* dit alors qu'il fera la dernière concession possible, et qui est la preuve la plus convaincante, que le Gouvernement de Sa Majesté l'Empereur [du Brésil] pourrait donner des efforts faits de sa part pour terminer la question par la présente négociation.

« Le Plénipotentiaire Brésilien propose à son honorable collègue de prendre pour limite le Calsoène à deux degrés trente minutes environ.

« C'est justement la latitude où l'honorable Plénipotentiaire Français a posé la limite dans les protocoles, comme cela vient d'être prouvé.

« C'est justement la latitude sous laquelle le document le plus solennel qu'on puisse invoquer, un traité, le traité entre le Portugal et la France du 23 Thermidor 1797, a reconnu une rivière de Vincent-Pinson, en disant que le Calsoène à deux degrés trente minutes était le Vincent-Pinson des Français.

« Le Calsoène remplit les conditions requises pour une frontière.

« Son embouchure admet l'entrée de canots et de petites goëlettes. Il n'est pas avéré qu'elle se trouve obstruée. Elle a un cours assez long dans l'intérieur des terres et différentes chutes dans sa partie supérieure.

« Entre l'Oyapock et le cap du Nord, elle est, après le Cassipoure, la rivière la plus connue, la plus considérable et la plus propre pour une limite.

« C'est la plus considérable et la dernière concession que le Plénipotentiaire Brésilien peut faire, et il la fait pour ne pas rendre la question interminable.

« L'honorable Plénipotentiaire Français a déclaré la limite de l'Oyapock impossible. Celle de l'Araguay l'est aussi.

« Le seul moyen de terminer la question est une transaction.

« Le Plénipotentiaire Brésilien a déjà fait trois concessions qui ont été refusées. Il en fait une quatrième et il ne peut en faire d'autre.

« Il offre la même latitude où l'honorable Plénipotentiaire Français a lui-même mis la limite. Il offre une rivière que la France, dans un traité, a déjà reconnue comme étant la rivière de Vincent-Pinson. »

Conferencia do 1º de Julho de 1856

« *Le Plénipotentiaire Français* prend la parole et s'exprime en ces termes :

«
 « Le Gouvernement de l'Empereur ne saurait, en présence des traités et des
 « différents documents produits dans le cours de la négociation, accepter ni recon-
 « naître, comme conforme à ces traités et à ces documents, une autre limite que
 « la rive gauche de la branche Nord du fleuve *Araouari*; — mais désireux de ma-
 « nifester à son tour la sincérité des dispositions conciliantes et particulièrement
 « amicales qui l'animent à l'égard du Brésil, et aussi de satisfaire à certaines
 « objections développées par l'honorable Plénipotentiaire de Sa Majesté Brésilienne,
 « — le Gouvernement de l'Empereur est disposé à adopter un arrangement qui
 « puisse, même au prix d'un sacrifice de sa part, concilier dans une mesure reci-
 « proquement acceptable, les intérêts et les droits de chacune des deux hautes
 « parties contractantes.

« L'honorable Plénipotentiaire du Brésil a manifesté quelques appréhensions
 « relatives à l'état même de la branche Nord du fleuve *Araouari*; — il a parlé
 « d'informations récentes qui présentent cette branche comme obstruée et ses
 « bords comme confondus dans un ensemble de terres noyées. Il a manifesté
 « cette crainte « que si le nom d'*Araouari* figurait dans le traité comme celui
 « du fleuve limite, la seule branche aujourd'hui libre de ce fleuve se trou-
 « vant *au sud du cap du Nord*, — le cap du Nord et les terres y adjacentes,
 « assurées à la couronne de Portugal par le traité d'Utrecht, ne se trouvassent
 « ainsi, de fait, adjugées à la France.

« Le Gouvernement de l'Empereur, pour écarter, à cet égard, toute chance
 « d'équivoque, consent

« Non seulement à ce qu'un article du traité à intervenir rappelle d'une
 « manière expresse et formelle, « que les terres adjacentes au cap du Nord appar-
 « tiennent définitivement et à toujours à Sa Majesté Brésilienne, »

« Mais encore (et ici l'honorable Plénipotentiaire du Brésil appréciera la valeur
 « de la concession qui lui est offerte), à ce que la limite future soit ainsi indiquée
 « dans le traité à intervenir:

« Le canal de Carapaporis, séparant l'île de Maracá des terres adjacentes
 « au cap du Nord,— plus la branche Nord du fleuve *Araouari*, si cette branche
 « est libre, où, dans le cas où cette branche serait aujourd'hui obstruée, le pre-
 « mier cours d'eau suivant, en remontant vers le Nord et se jetant, sous le
 « nom de Mannaic ou de rivière de Carapaporis, dans le canal de Carapaporis, à
 « un degré quarante-cinq minutes environ de latitude Nord. »

« La limite, partant de la côte suivrait le cours du fleuve sus-indiqué jus-
 « qu'à sa source, puis se prolongerait à égale distance de la rive gauche de l'Ama-
 « zone jusqu'à ce qu'elle rencontrât la limite Ouest du Rio Branco.

« Le Plénipotentiaire Français s'estime heureux d'être auprès de son honorable
 « collègue l'intermédiaire d'une proposition qui semble de nature à clore équita-
 « blement et heureusement la négociation poursuivie depuis plus d'une année.

« Si la branche Nord de l'Araouari, du *Vincent-Pinson*, est libre, en l'adoptant
 « définitivement comme frontière, les hautes parties contractantes ne feront qu'exé-
 « cuter le traité d'Utrecht.

« Si, au contraire, elle est obstruée, loin de se prévaloir de ce que la limite
 « d'Utrecht aura, en quelque sorte, été abolie par les éléments,—la France consent à
 « reculer jusqu'au cours d'eau le plus voisin, en remontant vers le Nord. Cette con-
 « cession est le témoignage des sentiments qui inspirent le Gouvernement de l'Empe-
 « reur, mais c'est aussi le dernier effort qu'il lui soit permis de faire vers l'accord
 « définitif qu'il a tant à cœur de voir s'établir.

« *Le Plénipotentiaire Brésilien* répond à son honorable collègue qu'il a épuisé
 « toutes les concessions qu'il pouvait faire, afin de terminer la question par une
 « transaction, mettant le droit de côté, en proposant le Calsoène comme limite. Il a
 « déjà déclaré que c'était la dernière concession qu'il pouvait faire. Il ne peut donc
 « accepter la proposition faite par son honorable collègue, comme résultat de la prè-
 « sente négociation. Il croit même ne pouvoir la discuter et l'éclaircir, et ne le pou-
 « vant pas, il préfère ne pas la repousser directement et définitivement au nom de
 « son Gouvernement qui n'en a pas eu connaissance. Cette proposition sera écrite
 « dans le protocole, et elle sera portée, avec ce protocole, à la connaissance de son
 « Gouvernement. »

Deste extracto das conferencias de Pariz resulta claramente que os dous Pleni-
 potenciarios, esgotada sem resultado a questão de direito, procuraram entender-se

por meio de transacção ; que o Francez rejeitou todas as propostas do Brasileiro ; que este, sem accitar nem rejeitar a daquelle, prometteu trazel-a ao conhecimento do seu Governo ; e que assim terminou a negociação de que ambos estavam encarregados.

Não houve posteriormente accordo algum pelo qual se admittisse qualquer das duas propostas, nem acto do Governo Imperial donde se concluísse que elle abandonára tacita ou expressamente o direito do Brazil ao territorio comprehendido entre o Calsoene ao Sul e o Oyapock ao Norte. Ha pelo contrario um facto que deve constar nos archivos da Colonia Franceza, e que é bem significativo por se tratar de territorio á margem direita do segundo daquelles rios, isto é, de territorio situado no extremo septentrional da zona em litigio.

Depois das conferencias de Pariz e por convite do Governo Francez nomeou o do Brazil um commissario para que, em commum com outro designado por parte da França, procedesse á exploração de rios proximos ao Amazonas. O Commissario Brasileiro Capitão-Tenente, hoje Chefe de Esquadra, José da Costa Azevedo, achando-se no Oyapock a bordo do navio do seu commando, observou que do presidio Francez de S. Jorge, estabelecido na margem esquerda daquelle rio, sabiam a trabalhar na direita presidiarios e praças do exercito, e como isto lhe parecesse contrario ao ajuste pelo qual se neutralisára o territorio do norte até ao Amapá, pediu explicações ao Governador do dito presidio. A resposta deste funcionario mostrou que elle reconhecia a existencia daquelle ajuste e a obrigação de respeitá-lo. Os officios relativos a este incidente são datados de 29 e 30 de Novembro de 1858, isto é, foram trocados dous annos depois da ultima conferencia de Pariz.

Não estava portanto o Governador da Guyana Franceza autorizado a crer, como se deduz do seu officio ao Vice-Consul Brasileiro, que já pertencia á França o territorio comprehendido entre os dous rios mencionados. Nem sei como elle concebeu semelhante idéa, porque salta aos olhos que negocio tão importante, tão longamente discutido e origem de tantas reclamações não podia ser resolvido por accordo tacito e exigia um tratado solemne, approved, ratificado e promulgado por cada uma das partes contractantes ; e tambem porque nas conferencias em que se fizeram as propostas de transacção só se cuidou do ponto de partida da fronteira sobre a costa do Atlantico, embora o Plenipotenciario Francez declarasse qual era o pensamento do seu governo quanto á direcção da mesma fronteira pelo interior do paiz até encontrar o Rio Branco. A' vista desta importante circumstancia é evidente que o pretendido

accordo tácito, ainda que não fosse extremamente irregular, seria incompleto e insufficiente para resolver a questão desde que deixava indecisa a soberania de cada um dos dous Estados no interior.

O Governo Francez estava tambem equivocadamente persuadido da existencia de um accordo tácito pelo qual o litigio, que, como resultou das conferencias de Pariz, se estendia do Araguay ao Sul ao Oyapock ao Norte, se achava restringido ao territorio limitado pelos rios das duas propostas. Isto se vê de uma nota por elle passada á Legação Imperial em resposta a communicações que esta lhe fez. Diz essa nota :

« On avait donc restreint, par un accord tacite, le terrain de la contestation, « et, lorsqu'en 1878, il a été question de renouer les négociations interrompues, « le Gouvernement Français n'a pas dissimulé son intention de prendre, comme point « de depart des nouveaux pourparlers, les concessions réciproques de 1856.

« Comme aucun arrangement formel n'est intervenu, le Gouvernement Brésilien « a certainement le droit de revenir aux prétentions qu'il paraissait avoir abandon- « nées depuis 25 ans et de réclamer le retour aux limites de 1855. Mais de notre « côté nous serions obligés de demander immédiatement l'évacuation complète de « toute la région jusqu'à la rive droite de l'Araouary, limite extrême de nos an- « ciennes revendications. Cette solution serait évidemment plus défavorable au Brésil « qu'à la France, puisqu'elle-ci s'est abstenue jusqu'ici de montrer son pavillon « au sud de l'Oyapock.

« Il paraît donc préférable à tous les points de vue de limiter à l'espace compris « entre le Cassevenne et le Manaye, la zone neutralisée et interdite aux fonction- « naires des deux pays. Si le Gouvernement Brésilien partage cette manière de « voir, c'est dans ce sens que des instructions seront adressées au Gouverneur « de la Guyane Française. »

Conformando-me com a reserva necessaria e de uso em certos casos das relações internacionaes, eu não entraria nestas particularidades, si a imprensa tanto no Pará como aquise não tivesse occupado deste negocio ; mas como a nota Franceza ainda não foi respondida, vós me permittireis que não vá além do que acabo de expôr. Asseguro-vos porém que nas instrucções que se derem á Legação Imperial em Pariz se attenderá não só ao direito do Brazil, mas tambem á conveniencia de se manterem as suas boas relações com a França.

Quanto a certos actos praticados em parte do territorio litigioso, e que sem duvida não foram ordenados pelo Governo Francez, devo crer que se não repetirão á vista das seguranças verbaes que foram dadas ao Encarregado de Negocios do Imperio. Em todo caso, desde que agora se discute a extensão da zona neutralisada, que não chegava ao Araguay quando se convencionou a neutralisação, é justo que cesse a acção do Governador da colonia e dos seus delegados até que os dous governos cheguem a um accôrdo, o que não pôde tardar.

No supplemento ao annexo n. 1 se encontram alguns documentos concernentes a estes negocios. De um delles, que é o officio do Juiz de Direito da Comarca da Vigia ao Presidente do Pará, vê-se que nenhum fundamento tem a noticia de ter sido a bandeira Brasileira arriada e rasgada por Francezes no territorio do Amapá. Quanto á commissão do Sr. Coudreau, de que tambem trataram os diarios do Pará, e a que se refere um apontamento entregue ao Governo Francez pelo Encarregado de Negocios do Imperio, consta que foi confiada ao mesmo senhor, não pelo Governo da Republica, mas pelo Governador da Colonia. E' um dos membros da commissão quem o diz em carta publicada no « Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris. »

GRAN BRETANHA

Reclamações Anglo - Brasileiras

O meu antecessor vos communicou no relatorio do anno proximo findo que este assumpto fôra submettido ao exame da Secção dos negocios estrangeiros do Conselho de Estado e passava ao conselho pleno. Passou com effeito; mas o Governo Imperial ainda não pôde tomar uma decisão, porque, sem fallar na importancia pecuniaria das reclamações, é necessario attender á dos principios envolvidos na questão. Vós os conheceis pelo que se vos tem exposto em varios relatorios e estaes habilitados para avaliar as difficuldades provenientes de seu conflicto.

ITALIA

Reclamação de Sabino Tripoti

No estado em que se acha este negocio, segundo consta do ultimo relatorio e resulta da discussão que houve posteriormente, é indispensavel pagar-se a quantia arbitrada. O Governo vos pedirá para isso o credito necessario, e confia que não lh'o negareis, attendendo a que estão empenhadas a sua palavra e a dignidade da nação.

Protecção dos interesses Italianos confiada ao Ministro do Brazil na Bolivia

De ordem do seu Governo pediu o Encarregado de negocios de Italia por nota de 22 do mez proximo passado o consentimento do Governo Imperial para que o Ministro do Brazil na Bolivia tome sob sua protecção os interesses Italianos.

O Governo Imperial annuiu sem hesitação a este pedido, e está certo de que o Sr. Ponte Ribeiro ha de corresponder á honrosa confiança que nelle deposita o Governo Italiano.

REPUBLICA DO PARAGUAY

Tratado de amizade, commercio e navegação

Continuando a informação que vos foi prestada pelo meu antecessor, tenho a satisfação de comunicar-vos que o novo tratado de amizade, commercio e navegação com o Paraguay foi concluido e firmado em Assumpção a 7 de Junho do anno proximo passado, e será promulgado logo que se receba a ratificação Paraguaya. A Brasileira já foi remettida á Legação Imperial para que proceda á troca do estylo.

PORTUGAL

Denuncia da convenção consular

Por notas de 21 de Maio do anno proximo passado, dirigidas nesta côrte á Legação de Sua Magestade Fidelissima e em Lisboa ao respectivo Governo, denunciou o Governo Imperial a convenção concluida em 25 de Fevereiro de 1876, sem manifestar intenção de negociar outra ; e a não negocial-a estava elle resolvido pelos seguintes motivos.

A convenção tinha sido constantemente violada na parte relativa ás successões de subditos Portuguezes fallecidos no Brazil, prescindindo os consules da acção que competia ás autoridades territoriaes. Eram os empregados do Juizo de ausentes prejudicados na porcentagem, devida segundo o art. 82 do Regulamento de 15 de Junho de 1859. Não havia reciprocidade nas estipulações concernentes ás heranças, porque poucas se abrem em Portugal por fallecimento de Brasileiros, ao passo que no Brazil são mui numerosas as Portuguezas e mui crescido o seu valor. E finalmente, ainda quanto ás successões, sendo identicas as disposições constitucionaes dos dous Estados em materia de nacionalidade, tornava-se dispensavel a applicação do estado civil dos Portuguezes aos filhos nascidos no Brazil, facultada pela lei de 10 de Setembro de 1860.

Ao approximar-se agora o dia em que deve cessar a convenção, propoz a Legação Portugueza de ordem do seu Governo a negociação de outra, allegando a existencia de ajustes semelhantes entre o Brazil e varios Estados e a injustiça da excepção que pela denuncia se fazia relativamente ao seu paiz, cujas relações com o Imperio são mais intimas do que quaesquer outras.

Isto pareceu digno de attenção, sobretudo considerando que as convenções concluidas com a Allemanha, a Italia, a Suissa, a Hespanha e a França são quasi cópias textuaes da que existia com Portugal. O Governo portanto, reconsiderando a resolução tomada, admittiu a proposta negociação. Elle fará quanto lhe seja

possivel para que o novo ajuste, si fôr concluido, evite os inconvenientes encontrados na execução do que foi denunciado; e para maior segurança, seguindo o precedente da convenção com os Paizes Baixos, não marcará prazo, limitando-se a estipular que cada uma das Altas Partes Contractantes terá a faculdade da denuncia com antecedencia de um anno, e talvez de seis mezes. Isto facilitará ao mesmo tempo a execução da idéa de completa cessação de todas as convenções consulares.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Assassinatos de Brasileiros no departamento de Tacuarembó

Fizeram-se na Republica Oriental do Uruguay a este respeito quatro summaries, e no ultimo o Fiscal militar foi de parecer que se mantivesse a resolução tomada á vista do anterior, isto é, que se não proseguisse na causa. O Auditor de guerra adoptou esse parecer, e o Presidente da Republica, conformando-se tambem com elle, mandou que fossem reintegrados em seus postos os officiaes que estavam suspensos.

Esta resolução não satisfaz ao Governo Imperial, que assim o declarou; e o da Republica, abandonando-a, decretou, como satisfação ao Brazil, a dissolução do 2º batalhão de caçadores commandado pelo coronel Joaquim Santos, ficando por esse facto separados do serviço activo do exercito os officiaes accusados dos crimes de «Corrales» e «Paso Hondo.» Concedeu ao mesmo tempo a baixa absoluta pedida por aquelle coronel.

O Governo Imperial aceitou a satisfação dada, e assim ficou terminada uma grave questão que podia comprometter as relações de amizade existentes entre o Brazil e a Republica.

Recommendo á vossa attenção a nota dirigida pelo Conselheiro Alencar ao Governo Oriental em 5 de Dezembro do anno proximo passado. Nella estão expostos os factos desde o começo e se mostra o direito e ao mesmo tempo a moderação com que se procedeu por parte do Brazil.

Accôrdo sobre extradição de criminosos

Por proposta do Governo Oriental concluiu-se e firmou-se em 14 de Maio do anno proximo passado um accôrdo, restringindo as disposições do § 9º e aclarando e melhorando as do § 10º do accôrdo substitutivo do art. 1º do tratado de extradição de 12 de Outubro de 1851 e ampliativo do mesmo tratado. Este novo accôrdo foi promulgado pelo decreto n. 9167 de 22 de Março do corrente anno.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Demarcação de limites

Esta demarcação foi feita por uma commissão mixta desde o seu ponto de partida na principal nascente do Memachi até ao Serro Cupy. Daqui ao Serro Anay, extremo Léste, foi executada somente pela commissão Brasileira, por entender a de Venezuela que era desnecessario ir além do primeiro serro, visto correr a fronteira dahi para diante pelo alto da cordilheira e não haver possibilidade de duvida sobre a sua direcção.

O meu antecessor communicou-vos no seu relatorio que a commissão Brasileira, concluidos os trabalhos de campo, regressára a Manáos, donde se recolheria a esta Côte. Ella aqui chegou a 10 de Maio do anno proximo passado, e desde então se tem constantemente occupado em organizar a carta geral, reduzir a escalas menores os levantamentos feitos, tirar duas cópias de cada trabalho parcial, e da carta geral para o Ministerio da Guerra e para o Governo de Venezuela. Tudo ficará concluido neste mez ou no de Junho.

Annexo achareis o interessante relatorio da commissão e uma cópia reduzida da carta geral da fronteira.

Projecto de uma União dos Estados Americanos. Declarações firmadas em Caracas em conferencia officiosa. Convite para que o Brazil adherisse a essas deciações

Por convite do Presidente dos Estados Unidos de Venezuela, e por occasião das festas do centenario de Bolivar, reuniram-se officiosamente em Caracas a 14 de Agosto proximo passado alguns representantes de Estados Americanos e firmaram uma acta contendo declarações tendentes ao estabelecimento de uma União Americana e á convocação de um congresso.

O Encarregado de Negocios do Brazil foi verbalmente ouvido sobre a possibilidade de tomar parte naquella conferencia; e respondeu, como devia, que não estava autorizado para isso. Mas por seu intermedio foi depois o Governo Imperial convidado a adherir ás referidas declarações. No logar competente do annexo n. 1 achareis os documentos relativos a este convite, que não foi aceito pelas razões que passo a expor e que já terão sido communicadas ao Governo Venezuelano pelo Sr. Torrecão de Barros.

A acta, que se lavrou, foi firmada pelo Primeiro Magistrado dos Estados Unidos de Venezuela, e exprime o pensamento do seu Governo; mas tambem foi firmada por agentes diplomaticos e consulares e outros representantes de Governos Americanos presentes em Caracas para fim diverso, e sem poderes que os autorizassem a tratar dos graves assumptos de que se occuparam. Essa acta não é portanto base sufficiente para a solicitada adhesão.

Quanto ás declarações em sua generalidade, si o Governo Imperial lhes dêsse a sua adhesão, achar-se-ia envolvido em uma grande alliança perpetua, cujas consequencias não pôde prever.

Quanto ao congresso, não acha conveniente sujeitar á decisão delle as suas questões territoriaes, que teem sido e serão resolvidas directa e amigavelmente; não pôde contrahir compromisso algum sobre os direitos de cidadão sem violar disposições da Constituição do Imperio; pensa que a egualdade de peso e lei das moedas pôde ser materia de ajustes particulares entre os Estados que a julgarem util, assim como as communicações internacionaes de mar e terra, aliás indefinidas na acta da conferencia officiosa; já reformou o seu systema de pesos e medidas e não sente necessidade de

alteral-o ; e finalmente ainda tem sobre as questões de direito internacional privado a opinião enunciada na resposta que deu em 20 de Abril de 1876 ao Governo do Perú quando este o convidou a tomar parte no congresso de plenipotenciarios jurisconsultos que se installou em Lima.

Essa resposta ao Governo do Perú está annexa ao relatorio de 30 de Janeiro de 1877, mas aqui a transcrevo para que esta exposição fique completa.

Eil-a:

« Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros em 20 de Abril de 1876.

« O abaixo assignado, do Conselho de Sua Magestade o Imperador do Brazil, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, tem a honra de responder á nota de 11 de Dezembro do anno proximo passado, pela qual S. Ex. o Sr. Dom A. V. de la Torre, Ministro das Relações Exteriores da Republica do Perú, convidou o Governo Imperial a nomear plenipotenciarios jurisconsultos, que o representem em um congresso destinado a tornar uniformes as legislações dos diversos Estados Americanos, tomando de cada uma dellas o que parecer melhor e pondo-se de accôrdo especialmente nos pontos que a referida nota menciona.

« O Governo Imperial reconhece que a legislação dos diversos paizes, na parte que constitue o que se chama direito internacional privado, contém muitas divergencias, e que estas, em razão da progressiva e facil communição dos povos, engendram frequentemente conflictos que são de difficil solução ; não ignora que o *desideratum* dos sabios e amigos do progresso é que haja um codigo civil uniforme e obrigatorio ; crê que isto é possivel, uma vez que o trabalho se limite ao que é de justiça universal e dimana da natureza do homem, mas não depende da vida nacional de cada povo ; crê ainda que a possibilidade é maior nas materias especiaes, que por si mesmas teem um caracter internacional, como é o direito commercial e maritimo, mais cosmopolita do que o direito civil ; pensa porém que este *desideratum* não será realizado senão em futuro remoto, porque depende de trabalho lento e constante e muito mais da acção scientifica individual e collectiva, do que da acção diplomatica.

« O arbitrio mais conveniente e pratico é talvez o adoptado pelo Instituto do direito internacional nas sessões que celebrou em Genebra e na Haya nos annos de 1874 e 1875.

« Reconheceu esse Instituto a evidente utilidade e mesmo para certas materias
 « a necessidade de tratados, pelos quaes os Estados civilisados adoptem de commum
 « accôrdo as regras obrigatorias e uniformes de direito internacional privado,
 « segundo as quaes as autoridades publicas e especialmente os tribunaes dos Estados
 « contractantes, devem decidir as questões concernentes ás pessoas, bens, actos,
 « successões, processos e julgamentos estrangeiros; e entendeu que o melhor meio
 « de attingir este fim seria que o Instituto mesmo preparasse os projectos textuaes
 « desses tratados, quer geraes, quer concernentes ás materias especiaes, e par-
 « ticularmente aos conflictos relativos a casamentos, successões e execução de julga-
 « mentos estrangeiros.

« Pensa o Governo Imperial que seria preferivel esperar esses projectos baseados
 « nos profundos e luminosos relatorios do referido Instituto; e que, como a materia
 « não é de interesse exclusivamente Americano, conviria antes um Congresso geral
 « que um Congresso Americano.

« Comquanto pelos motivos expostos, sem fallar na necessidade de permissão
 « legislativa, não julgue o Governo Imperial conveniente tomar parte no projectado
 « Congresso, nem por isso é menor o seu agradecimento pelo convite que lhe dirigiu o
 « Governo Peruano.

« O abaixo assignado aproveita com prazer este ensejo para offerecer a S. Ex. o
 « Sr. Dom A. V. de la Torre os protestos da sua alta consideração.

« A S. E. o Sr. Ministro das Relações Exteriores do Perú.

BARÃO DE COTEGIPE. »

SANTA SÉ

Conversão dos bens das ordens religiosas em apolices intransferiveis da divida publica

O Encarregado de Negocios da Santa Sé, vendo no *Diario Official* a noticia de ter sido assignado o decreto que approvou o regulamento para a conversão dos bens das ordens religiosas, manifestou por nota o desejo de receber alguma participação

official que o habilitasse a solicitar as instrucções de Sua Santidade. Respondi remettendo-lhe um exemplar do dito regulamento e observando-lhe que nenhuma communicação lhe tinha sido feita por parecer ao Governo Imperial que isso não era indicado pela natureza do assumpto, o qual não excedia os limites da competencia legislativa. Accrescentei que o Governo não tinha feito mais do que pôr em execução uma lei, que a Internunciatura sem duvida conhecia desde muito tempo, porque fôra promulgada em 28 de Junho de 1870.

Dias antes, tinha eu recebido do Ministro do Brazil junto á Santa Sé um telegramma pelo qual me communicava que o Santo Padre pedia a suspensão do procedimento até que aqui chegasse o Internuncio nomeado. Respondi que o Governo Imperial com o maior pezar se via inhibido de annuir ao desejo de Sua Santidade, porque a conversão era feita em execução de lei.

Convenção telegraphica internacional

Adheriram a esta convenção, segundo participou a Legação Britannica, o Reino de Sião, a Bosnia e a Herzegovina. Estas adhesões foram levadas ao conhecimento do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas com as particularidades necessarias.

União para a protecção da propriedade industrial

O meu antecessor vos communicou que tinha sido assignada em Pariz uma convenção pela qual varios Estados, entre elles o Brazil, se constituíam em união para a protecção da propriedade industrial. Ainda não posso dar-vos conhecimento do texto dessa convenção porque se marcou para a troca das respectivas ratificações o dia 1º do corrente mez de Maio.

Convenção para a protecção das communicações telegraphicas, que se fazem por meio dos cabos submarinos

Esta convenção, objecto de longa negociação, foi assignada em Pariz a 14 de Março do corrente anno. Têm parte nella os seguintes Estados: Brazil, Imperio Allemão, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Republica de Costa Rica, Dinamarca, Republica Dominicana, Hespanha, Estados-Unidos da America, Estados-Unidos de Colombia, Republica Francosa, Gran-Bretanha, Republica de Guatemala, Grecia, Italia, Turquia, Paizes Baixos, Grão Ducado de Luxemburgo, Persia, Portugal, Romania, Russia, Republica do Salvador, Servia, Suecia e Noruega e Republica Oriental do Uruguay.

Marcou-se o prazo de um anno para a troca das ratificações.

Congressos, conferencias e exposições internacionaes

O Governo Imperial foi convidado a tomar parte nos seguintes:

Congressos

De sciencias medicas de Copenhagen.

De Hygiene da Haya.

Penitenciario de Roma.

Conferencia

De Washington, destinada a fixar um meridiano proprio para ser empregado como zero commum de longitude e uma hora universal.

Exposições

De Hygiene e educação, de Kensington na Inglaterra.

De Horticultura de S. Petersburgo.

Agricola de Lisboa.

De Productos florestaes, de Edimburgo.

Centenaria universal de industria e algodão, de Nova Orleans.

Geral Hungara, de Budapest. (Só se pediu ao Governo Imperial a publicação do programma.)

De artes e manufacturas e de productos scientificos, agricolas e industriaes, promovida pela companhia do « Crystal Palace » de Sydenham, em Inglaterra. (E' particular.)

Concurso internacional de productos da agricultura, da industria e das bellas artes, de Nice. (Só se pediu a publicação da noticia.)

Fizeram-se as necessarias communicações aos Ministerios competentes.

SECRETARIA DE ESTADO

Falleceram os 1.^{os} officiaes Frederico de Souza Reis Carvalho e João Luiz Keating, e o 2.^o Antonio Felix Corrêa de Mello Junior.

Foram promovidos: a 1.^{os} officiaes Frederico Affonso de Carvalho e Alfredo Carneiro do Amaral; a 2.^{os} Luiz Caetano da Silva e Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior; e a amanuenses Quirino Augusto da Cunha Bastos e Pedro Pinheiro Guimarães Junior.

Foram nomeados praticantes Nicolau Pinto da Silva Valle e Francisco Alves Vieira.

CORPO DIPLOMATICO BRAZILEIRO

America

O Conselheiro Felipe Lopes Netto, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos da America, foi nomeado membro das tres commissões que têm de julgar as reclamações Italianas, Britannicas e Francezas contra o Governo do Chile, e acha-se em Santiago.

Para substituil-o em Washington durante a sua ausencia foi acreditado provisoriamente o Encarregado de Negocios no Paraguay José Gurgel do Amaral Valente.

Este senhor é substituido provisoriamente em Assumpção pelo Secretario da Legação em Buenos Ayres Luiz Augusto de Padua Fleury para isso acreditado como Encarregado de Negocios interino.

Achando-se ausente em uso de licença o Conselheiro Barão de Araujo Gondim, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Republica Argentina, e sendo obrigado por molestia a retirar-se de Buenos Ayres o Secretario da Legação no Paraguay Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, que alli estava servindo provisoriamente como Encarregado de Negocios interino, foi acreditado provisoriamente no seu character de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, até ao regresso do referido Barão, o Conselheiro Leonel Martiniano de Alencar, sem todavia deixar a Legação de Montevideo que está a seu cargo.

Foi nomeado Secretario da Legação na Republica Oriental do Uruguay Henrique Carlos Ribeiro Lisboa.

O addido á Legação em Portugal Pedro de Araujo Beltrão, foi promovido a Secretario da Legação em Washington.

Europa

O Barão de Arinos foi removido de Bruxellas para Pariz no seu character de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Em consequencia desta remoção, e não havendo vaga em que pudesse ser provido, foi posto em disponibilidade o Encarregado de Negocios Parão de Itajubá, que estava acreditado provisoriamente em Pariz.

O Conselheiro Conde de Villeneuve, que servia provisoriamente em Bruxellas, foi nomeado definitivamente para essa Legação como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

O Conselheiro Eduardo Callado foi promovido de Ministro residente no Paraguay a Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Italia.

Foi removido da Bolivia para Portugal o addido de 1ª classe Francisco de Paula de Araujo e Silva.

CORPO CONSULAR BRAZILEIRO

Foram removidos os consules geraes : Antonio Alves Machado de Andrade Carvalho dos Paizes Baixos para a França, e Antonio Carlos Teixeira do Perú para os Paizes Baixos.

Foram nomeados consules geraes : na Bolivia Victor da Cunha ; em Cayenna Ignacio José Alves de Souza Junior ; no Perú Antonio Augusto de Castilho ; na Grecia Leonidas Metaxas ; e na Hungria Conrado Burchard.

Foi nomeado consul no Cabo da Boa Esperança Meinert Lacroix.

CORPO DIPLOMATICO ESTRANGEIRO

Ausentou-se com licença do seu Governo o Sr. Thomas A. Osborn, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, acreditando como Encarregado de Negocios interino o Sr. Charles B. Trail, secretario da Legação.

Em 19 de Abril ultimo foi recebido por Sua Magestade o Imperador como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Chile o Sr. Dom Domingo Gana, nomeado para succeder ao Sr. Dom Demetrio Lastarria, cuja revocatoria entregou.

Regressaram a esta cõrte os Srs. R. Le Maistre, Enviado Extraordinario e Ministro

Plenipotenciario do Imperio Allemão, Conde Amelot de Chaillou, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza, e E. Cederstrahle, Encarregado de Negocios da Suecia e Noruega.

O Sr. Conde Sallier de La Tour, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Italia, teve outro destino. Continúa a reger a respectiva Legação como Encarregado de Negocios o Sr. Cavalheiro A. de Foresta.

O Sr. Frederico Hoorickx entregou a Sua Magestade o Imperador em 20 de Janeiro ultimo a carta pela qual Sua Magestade o Rei dos Belgas deu por finda a missão que elle desempenhava como ministro residente.

O Sr. Edwin Corbett, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Gran-Bretanha, ausentou-se com licença do seu Governo. Está acreditado durante a sua ausencia como Encarregado de Negocios o Secretario Sr. William Graham Sandford.

DESPEZAS DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

No exercicio de 1881-1882

O encerramento das contas do exercicio financeiro de 1881-1882 está pendente da concessão ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros do credito supplementar de 16:116\$816, de que trata a proposta que vos foi apresentada em 3 de Julho do anno proximo passado.

Desse credito têm de ser applicados 11:142\$193 ás despesas da verba do § 5º « Extraordinarias no exterior, » e 4:974\$623 ás do § 8º « Commissões de limites » do art. 4º da lei de orçamento que esteve em vigor no mesmo exercicio.

No exercicio de 1882-1883

Na maior parte das verbas do exercicio financeiro acima indicado deram-se sobras que excedem a 80:000\$; tendo, porém, havido um *deficit* de 390\$625 na verba do § 4º « Ajuda de custo » e de 6:148\$138 na do § 5º « Extraordinarias

no exterior », foi concedido pelo Decreto n. 9160 de 1 de Março proximo passado um credito supplementar de 6:538\$763 para ser applicado ás despezas das duas referidas verbas.

No exercicio de 1883-1884

Do Balanço provisorio annexo a este Relatorio vê-se qual é na actualidade o estado dos creditos e das despezas deste Ministerio no corrente exercicio financeiro.

Conto com sobras na maior parte das verbas, e com um pequeno *deficit* no § 5º « Extraordinarias no exterior », cuja importancia só poderá ser conhecida em fins do corrente exercicio.

No exercicio de 1885-1886

A despesa deste Ministerio para o exercicio de 1885-1886 foi orçada em 815:806\$666, sendo a mesma proposta para o exercicio de 1884-1885, com a seguinte differença:

Pede-se menos para Legações e Consulados a quantia de 7:500\$, destinada a igualar os vencimentos dos Ministros do Brazil no Estrangeiro, e pede-se mais a quantia de 400\$ para o expediente dos dous Consulados do Imperio em Havana e Teneriffe.

Esses Consulados não têm emolumentos e carecem daquelle pequeno auxilio para as suas despezas de expediente.

SENHOR

A lei do orçamento n. 3141 de 30 de Outubro de 1882 concedeu ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros no art. 4º para as despezas do § 4º « Ajudas de custo » 35:000\$, e igual quantia para as do § 5º « Extraordinarias no exterior. »

Importando a despesa da primeira verba em 35:390\$625 e a da

segunda em 41:148\$138, dá-se naquella um *deficit* de..... 390\$625

E nesta de..... 6:148\$138

Total 6:538\$763

Para supprir esses *deficits* tenho a honra de submeter á Approvação e Assignatura de Vossa Magestade Imperial, de conformidade com a lei, o Decreto junto pelo qual é aberto ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros um credito supplementar de 6:538\$763 para ter a indicada applicação.

Sou, Senhor,

DE VOSSA Magestade Imperial

reverente subdito

Francisco de Carvalho Soares Brandão.

DECRETO N. 9160 — DE 1 DE MARÇO DE 1884

Concede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros um credito supplementar de 6:538\$763 para ser applicado ao pagamento de despesas das verbas do § 4º «Ajudas de custo» e § 5º «Extraordinarias no exterior» da lei de orçamento do exercicio financeiro de 1882 - 1883.

Sendo insufficientes os creditos concedidos pela Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882 para occorrer ás despesas das verbas do § 4º «Ajudas de custo» e § 5º «Extraordinarias no exterior» do art. 4º da mesma lei; Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros e a Secção dos Negocios Estrangeiros do Conselho de Estado, de conformidade com o que dispõe o art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro do referido anno, Autorizar o Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros a abrir um credito supplementar de seis contos quinhentos trinta oito mil setecentos sessenta e tres réis, para serem applicados trescentos e noventa mil seiscentos vinte e cinco réis ás despesas da verba «Ajudas de custo» e seis contos cento e quarenta e oito mil cento e trinta e oito réis ás da verba «Extraordinarias no exterior» do exercicio de 1882 - 1883, observando-se as formalidades da lei.

O Senador Francisco de Carvalho Soares Brandão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Março de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

F. de C. Soares Brandão.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, neste relatorio, posto que breve, vos communico o essencial sobre a solução e o estado dos principaes negocios; si porém vos forem necessarias novas informações, serei prompto em prestal-as.

Rio de Janeiro. 14 de Maio de 1884.

Francisco de Carvalho Soares Brandão.

ANNEXO N. 1

IMPERIO ALLEMÃO

Escripturas de contraccios matrimoniaes entre Allemães protestantes, lavradas por tabelliães da Provincia do Rio Grande do Sul. Reclamação da Legação da Allemanha. Processo.

N. 1

Nota da Legação d'Allemanha ao Governo Imperial

Rio de Janeiro, le 6 Décembre 1882

Monsieur le Ministre.— J'ai l'honneur de transmettre ci-joint à Votre Excellence copie d'un acte notarié par lequel le tabellion Mr. Leonidio Antero da Silveira Filho à Pelotas a jugé bon de célébrer le 14 Octobre dernier une espèce de mariage civil entre deux sujets Allemands, Mr. F. Ch. J. Jenner et M.^{me} Chr. Petersen, tous les deux de confession protestante et résidants à Pelotas.

Comme l'intervention de cet officier public a pu induire en erreur la fiancée sur la validité de ce soit disant mariage et qu'elle pourrait avoir été dupe d'une intrigue, je prie Votre Excellence de bien vouloir donner des ordres afin que le cas soit examiné et que le susnommé notaire soit sérieusement engagé à se maintenir à l'avenir un peu plus dans les limites de sa compétence.

En priant Votre Excellence de bien vouloir m'informer en son temps du résultat de ces démarches je profite aussi de cette occasion pour Lui renouveler l'assurance de ma haute considération.

A Son Excellence Monsieur L. Cavalcanti de Albuquerque, Ministre des Affaires Etrangères.

R. LE MAISTRE.

Documento a que se refere a nota precedente

Escriptura de contracto matrimonial que fazem Frederico Christiano João Jenner e Dona Christiane Petersen, Allemães Protestantas, como abaixo se declara:

L. 18 Fls. 137.

Saibam quantos este publico Instrumento de Escriptura de contracto matrimonial virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e dous, aos quatorze dias do mez de Outubro do dito anno, nesta cidade de Pelotas, em a casa de numero duzentos á rua de S. Miguel aonde eu tabellião fui vindo, e sendo ahi, compareceram presentes partes outorgantes e justas, de uma parte Frederico Christiano João Jenner, e da outra Dona Christiane Petersen, Allemães Protestantas, moradores nesta cidade, e conhecidos pelos proprios de mim tabellião, e das testemunhas abaixo assignadas do que dou fé; perante as quaes, por elles foi dito, que, não havendo presentemente nesta cidade sacerdote algum de sua Religião que os casasse, tinham justo e convencionado casar-se um com a outra, por esta Escriptura, e debaixo das seguintes condições: Que por sua espontanea e livre vontade querem que este seu contracto de casamento seja em tudo regulado pelas Leis d'este Imperio, menos a communhão de bens, ao que se sujeitam: Que sendo Dona Christiane Petersen viuva de Morton Petersen, de cujo consorcio lhe ficaram e existem quatro filhos, e tendo dado na fórma da Lei bens a inventario, estão os bens cinda sujeitos ao pas-

sivo d'aquelle casal, ficando assim ella, e seus referidos quatro filhos, talvez sem cousa alguma de seu e assim se casa ella quasi sem nada presentemente: Que os filhos que possam haver deste seu casamento serão seus legitimos successores e herdeiros dos bens futuros, tendo comtudo elles contractantes, na qualidade de pais, o usufructo dos ditos bens, durante a sua vida, ou emquanto existirem: Que o Senhor Frederico Christiano João Jenner terá sempre a livre administração de todos os bens do casal, sejam quaes forem sua especie ou natureza, conforme sua vontade, e bem lhe aprouver, cuja faculdade nunca e de maneira alguma lhe poderá ser tirada ou cassada: Que se obrigam mutua e reciprocamente um para com o outro, a observar religiosamente os deveres do seu estado, recebendo o primeiro outorgante, Frederico Christiano João Jenner, a segunda outorgante, Dona Christiane Petersen, por sua legitima mulher, e assim como a segunda outorgante recebe o primeiro outorgante por seu legitimo marido: Que dão por expressadas e declaradas todas as clausulas necessarias em Direito, para a inteira validade deste contracto, que por suas espontaneas e muito livres vontades, e sem a menor coacção, mutua e reciprocamente fazem e aceitam. Declararam e disseram mais, que elles outorgantes são maiores, o primeiro outorgante Frederico Christiano João Jenner ser filho legitimo de Carlos Hermann Jenner e de Dona Magdalena Maria Margarida Jenner, nascida Hartmann, nascido em 30 de Novembro de mil oitocentos e quarenta cinco, em Offendorf no Principado de Lübeck, pertencente ao Grão Ducado de Oldemburg, na Allemanha, e a segunda outorgante Dona Christiane Petersen, nascida Grupe, viuva de Morton Petersen, fallecido ha tres annos, filha legitima de Henrique Grupe, e de Dona Joanna Grupe, nascida Hennigs, nasceu a 26 de Novembro de mil oitocentos quarenta e nove em Schöningen, no Ducado de Brannschneig. E assim conformes e inteiramente accordes, lhes lavrei este, por me terem apresentado o bilhete da Distribuição do teor seguinte: A Silveira Filho, por indicação, Frederico Christiano João Jenner, solteiro, e Dona Christiane Petersen, viuva de Morton Petersen, residentes nesta cidade, Alle-mães Protestantes, fazem entre si contracto matrimonial, sob as clausulas e condições que serão explicitamente aclaradas e estabelecidas no corpo da respectiva Escriptura. Pelotas, quatro de Outubro de mil oitocentos oitenta e dous. — Sampaio. — Estava uma estampilha de duzentos réis, devidamente inutilizada. E sendo-lhes lido este instrumento, por o acharem em tudo conforme ao que haviam justo e contractado, o outorgaram, aceitaram e assignaram com as testemunhas referidas perante mim Leonidio Antero da Silveira Filho, Tabelião que o escrevi. — Frederico Christiano João Jenner. Christiane Petersen. Testemunhas: Jacob Klaes, João Henrique Kratz, Frederico Mathreessen. Está conforme ao original ao qual me reporto em a nota respectiva ao qual me reporto e dou fé.

São as testemunhas acima assignadas commerciantes nesta Cidade de Pelotas. Eu Leonidio Antero da Silveira Filho, Tabellião, o subscrevi e assigno em publico e raso.

Em testemunho da verdade

O Tabellião

(Assign.) LEONIDIO ANTERO DA SILVEIRA FILHO.

(Estavam duas estampilhas no valor total de seiscentos réis, devidamente inutilisadas.)

Registrado a folhas vinte e dous verso, vinte e tres verso, vinte e quatro verso, do Livro respectivo. Secretaria da Camara Municipal de Pelotas, 10 de Novembro de 1882.

O Secretario

(Assign.) JOÃO IGNACIO GODINHO.

N. 2

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 12 de Dezembro de 1882

Tenho a honra de accusar a recepção da nota que S. Ex. o Sr. R. Le Maistre, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia, passou-me em 6 do corrente chamando a attenção do Governo Imperial para uma escriptura de contracto matrimonial lavrada por um tabellião da cidade de Pelotas entre Frederico Christiano João Jenner e Christiana Petersen.

Nesta data communico esse contracto ao Ministerio do Imperio pedindo-lhe que me habilite a responder ao Sr. Ministro.

Aproveito a occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Le Maistre as seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. R. Le Maistre.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 3

Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 12 de Dezembro de 1882

Illm. e Exm. Sr.—Pela nota constante da inclusa cópia communicou-me o Ministro Allemão uma escriptura de contracto matrimonial feita por um tabellião de Pelotas entre Frederico João Jenner e Christiana Petersen, e, considerando esse contracto como uma especie de casamento civil, pediu que o caso seja examinado, sendo o dito tabellião convidado a conter-se nos limites de suas attribuições. Rogo a V. Ex. que se sirva habilitar-me a responder ao dito Ministro.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha alta estima e mui distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 4

Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial

Petropolis, le 26 Décembre 1882

Monsieur le Ministre.— Par une note du 6 de ce mois j'ai eu l'honneur de signaler à Votre Excellence le cas d'une espèce de mariage civil célébré par un *tabellião* à Pelotas (Rio Grande do Sul) entre deux Allemands, et par son office du 12 Décembre Votre Excellence a bien voulu me faire savoir qu'Elle avait communiqué ces faits à Son Excellence Monsieur le Ministre de l'Interieur tout en le priant de les faire examiner. J'ai reçu depuis de la part d'un curé Anglais à Rio Grande do Sul, Mr. Vanorden, une lettre qui concerne le même sujet et dont il ressort nommément que l'abus, que j'avais pris la liberté de porter à la connaissance de Votre Excellence est loin de former un cas isolé, mais que déjà depuis des années les notaires de la Province de Rio Grande agissent de la même manière, s'arrogeant une compétence qui ne leur revient pas et portant par leurs procédés illégaux l'incertitude dans l'état civil des familles protestantes.

En transmettant ci-joint à Votre Excellence une copie de la lettre de Mr. Vanorden ainsi que son annexe je la prie encore de bien vouloir accorder son intérêt et son appui à ces justes réclamations et d'obtenir de son Collègue de l'Intérieur des mesures efficaces contre la répétition de ces irrégularités.

Je profite aussi de cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma haute considération.

A Son Excellence monsieur L. Cavalcanti de Albuquerque, Ministre des Affaires Etrangères.

R. LE MAISTRE.

Documento a que se refere a nota precedente

Rev'd. E. Vanorden B. D. — Caixa 26 — Rio Grande do Sul 12th of december 1882

To his Excellency Rudolf Le Maistre

Sir.—Would you kindly allow me to state that having learned that another marriage of Germans has been performed by a notary public (tabelião) in Pelotas against the law n. 1144 of 11 of september 1861, and that the German Consulate of this City has brought this fact to your Excellency's notice; I would most respectfully and earnestly request you to take some steps to induce the Imperial Government of Brasil to put a stop to these illegal acts of notaries public (tabelliães).

Last year in the exercise of my official duties as Minister of the Evangelica Church of this City, it came to my notice that a number of foreigners had been illegally united in matrimony by a notary public of this city. I wrote about it in my paper, and the result was that the then President of the Province now Senador Avila asked for information of the *Juiz de Direito* and he replied that the fact as stated was true, and that the certificate of the notary public had not the least legal force, and that he had prohibited him and his colleague from doing so again.

More than 20 families were found to be in this condition, their children declared illegitimate and the parents of some of them had been dead some years already. I did all I could to move the Government to take some steps in the matter, and the papers were finally referred to the Council of State, were they are now since the 24 of may of 1881 ! !

Among the victims the great majority are Germans, but as they had not been registered as such the Consulate here could not move in the matter. Among them was only one country man of mine but not in this country and hence I could not well refer the matter to the American Minister, as there was no case on hand to produce witnesses.

But as this matter has now been brought to the official notice of your Excellency I beg you to notice the reply of the *Juiz de Direito* to the President of the Province, and to take such steps as your Excellency may deem wise, not only in the interest of the Germans but also for the benefit of all others who through their ignorance of the law of Brasil have fallen victims to the bad practices of Brazilian officials.

Hoping that your Excellency will pardon the liberty I have taken of addressing you,

I am, Sir, your most obedient servant

signed *E. Vanorden*.

N. 5

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 29 de Dezembro de 1882

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que S. Ex. o Sr. R. Le Maistre, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia, me dirigiu em 26 do corrente, relativamente a contractos matrimoniaes lavrados por tabelliães no Rio Grande do Sul.

Nesta data transmitto ao Sr. Ministro do Imperio cópia da dita nota e documentos a ella annexos, afim de providenciar.

Aproveito a occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Le Maistre as seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. R. Le Maistre.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 6

Acto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 29 de Dezembro de 1882

Ilm. e Exm. Sr.— Em additamento ao meu aviso n. 5 de 12 do corrente, tenho a honra de remetter a V. Ex. a inclusa cópia de uma nota, que o Ministro da Alemanha dirigiu-me em 26 do corrente, referindo mais alguns factos de contractos matrimoniaes celebrados por tabelliães no Rio Grande do Sul.

Pelo que se vê da carta do Pastor E. Vanorden esta questão está affecta ao Conselho de Estado desde 24 de Maio do anno proximo passado.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha alta estima e mui distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 7

Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio ao dos Negocios Estrangeiros

Ministerio dos Negocios do Imperio, Rio de Janeiro, 20 de Março de 1883

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução dos Avisos de 12 e 29 de Dezembro ultimo, com que V. Ex. transmittiu-me as notas que recebera da Legação Allemã nesta Côrte acerca de escripturas de contracto matrimonial lavradas por tabelliães na Provincia do Rio Grande do Sul, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., para os fins convenientes, a inclusa cópia do Aviso que sobre o assumpto dirijo na presente data ao Ministerio dos Negocios da Justiça.

Deus Guarde a V. Ex.

PEDRO LEÃO VELLOSO.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

Documento a que se refere o avião precedente

2^a Directoria. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, 20 de Março de 1883.

Ilm. e Exm. Sr. — Ao Ministerio a meu cargo enviou o aos Negocios Estrangeiros uma nota que em 6 de Dezembro ultimo lhe dirigira o Ministro d'Allemanha, nesta Côrte, communicando o facto de haver um tabellião da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, lavrado uma escriptura de contracto matrimonial entre dous subditos allemães protestantes, alli residentes, e pedindo que seja o dito tabellião compellido a manter-se nos limites de sua competencia.

Em outra nota, tambem transmittida a este Ministerio, declarou o referido Ministro que, segundo informação que recebera do Pastor E. Vanorden na cidade do Rio Grande, mais de vinte casamentos têm sido celebrados em condições identicas na mesma provincia, pelo que pede sejam tomadas providencias efficazes contra a repetição de taes abusos.

Da escriptura a que o Ministro Allemão allude em sua primeira nota, consta que no dia 14 de Outubro do anno passado compareceram perante o tabellião Leonidio Antero da Silveira Filho, na cidade de Pelotas, Frederico Christiano João Jenner e Christiane Petersen, allemães, ambos maiores e de religião protestante, e na presença de testemunhas que com elles assignaram o instrumento, declararam que não havendo naquella cidade sacerdote de sua religião que os unisse em matrimonio, tinham convencionado casar-se por meio da dita escriptura, obrigando-se mutuamente a observar os deveres do estado conjugal; e que, assim recebiam o primeiro outorgante Frederico Jenner a segunda outorgante Christiana Petersen por sua legitima mulher, e a segunda outorgante o primeiro por seu legitimo marido. Apoz alguns pactos excluindo a communhão de bens entre os conjuges, estabelecendo o direito successorio dos filhos e garantindo ao marido a livre administração de todos os bens do casal, davam por consignadas e expressas na escriptura todas as clausulas necessarias para inteira validade do contracto, que por suas espontaneas vontades faziam.

A pratica attestada pelo Pastor Vanorden e a que se filia a escriptura acima mencionada constitue um abuso de summa gravidade, e que, pelas apparencias de um acto legal que aos contractos emprestam a intervenção de um official publico e as solemnidades de que são revestidos, póde induzir a funestissimos erros a

simplicidade e boa fé de famílias estrangeiras, na mór parte rusticas e em geral ignorantes da legislação do paiz.

Contractos como o que celebrou o tabellião Silveira, nullos de pleno direito, não cream vinculos juridicos entre os suppostos conjuges, não fundam o patrio poder, nem asseguram á prole, de par com a legitimidade que procede do casamento válido, o direito á successão paterna.

O Decreto legislativo n. 1144 de 11 de Setembro de 1861 dispõe no art. 1º n. 2, que os effeitos civis dos casamentos celebrados na fórma das leis do Imperio serão extensivos aos casamentos de sectarios de religião differente da do Estado que da data do mesmo Decreto em diante forem celebrados no Imperio segundo o costume ou as prescripções das religiões respectivas, comtanto que a celebração do acto religioso seja provada pelo competente registro.

Regulando a execução desta Lei, o Decreto n. 3039 de 17 de Fevereiro de 1863 expressamente declarou tambem no art. 5º que os casamentos de nacionaes ou estrangeiros que professarem religião differente da do Estado celebrados no Imperio depois da sua publicação, dependem, para que lhes sejam extensivos os effeitos civis dos casamentos catholicos, além do subsequente registro, da celebração do acto religioso segundo o costume ou prescripções das religiões respectivas, e por Pastor ou Ministro que tenha exercitado as funcções do seu Ministerio com as condições exigidas para que o acto produza effeitos civis.

A' vista de tão claras e terminantes disposições, o tabellião Leonidio Antero da Silveira Filho, lavrando o contracto assignado por Frederico Jenner e Christiana Petersen, incorreu em delicto sujeito á acção official da justiça. Rogo, pois, a V. Ex. se digne dar as providencias necessarias para que seja elle devidamente responsabilizado, procedendo-se do mesmo modo em relação a quaesquer outros tabelliães que hajam feito escripturas analogas.

Remetto por cópia a V. Ex. as notas dirigidas ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros pela Legação Allemã e todos os mais papeis concernentes ao assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Pedro Leão Velloso*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.

N. 8

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 28 de Março de 1883

Em additamento ás notas ns. 3 e 4 quetive a honra de dirigir em 12 e 29 de Dezembro ultimo a S. Ex. o Sr. R. Le Maistre, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia, cabe-me remetter-lhe aqui inclusa cópia do Aviso que pelo Ministerio do Imperio foi expedido ao da Justiça em 20 do corrente mez, afim de ser responsabilizado o Tabelião Leonidio Antero da Silveira Filho, incurso em delicto sujeito á acção official da Justiça, pelo facto de lavrar o contracto matrimonial assignado por Frederico Jenner e Christiana Petersen, procedendo-se do mesmo modo contra quaesquer outros tabelliães que tenham feito escripturas analogas.

Aproveito a oportunidade para reiterar a S. Ex. o Sr. Le Maistre as seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Le Maistre.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 9

Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio ao dos Negocios Estrangeiros

Ministerio dos Negocios do Imperio, Rio de Janeiro, 6 de Abril de 1883

Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., para os fins convenientes, que o Ministerio dos Negocios da Justiça, segundo communicou-me em Aviso de 3 do corrente mez, transmittiu á Presidencia do Rio Grande do Sul

cópia do Aviso deste Ministerio de 20 de Março ultimo e papeis que o acompanharam, afim de que mande proceder como fôr de direito contra o Tabellião da cidade de Pelotas Leonidio Antero da Silveira Filho, que lavrou a escriptura de contracto matrimonial entre os subditos allemães Frederico Christiano João Jenner e Christiana Petersen, e do mesmo modo contra quaesquer outros Tabelliães que hajam feito escripturas analogas.

Deus Guarde a V. Ex.

PEDRO LEÃO VELLOSO.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

N. 10

Nota da Legação da Alemanha ao Governo Imperial

Légation d'Allemagne au Brésil.— Petropolis, le 28 Décembre 1883.

Monsieur le Ministre.— Par ses offices du 6 et 26 Décembre de l'année dernière la Légation d'Allemagne a eu l'honneur de signaler au prédécesseur de Votre Excellence quelques cas d'une espèce de mariage civil célébrés par des notaires de la Province de Rio Grande do Sul, spécialement par le « tabellião » Leonidio Antero da Silveira Filho à Pelotas. En même temps Monsieur le Maître avait prié Monsieur Cavalcanti d'Albuquerque d'obtenir de ses collègues de l'Empire et de la Justice des mesures efficaces contre la répétition de ces abus, et de l'informer du resultat des démarches faites par les supérieurs des employés sus-mentionnés. Par ses notes du 29 Décembre 1882 et 28 mars dernier Monsieur Cavalcanti d'Albuquerque a bien voulu informer cette Légation qu'il avait envoyer un avis au Ministère de l'Empire, afin qu'il soit demandé compte (responsabilizado) aux notaires de Rio Grande do Sul, sur tout au « tabellião » Leonidio.

Jusqu'aujourd'hui cette Légation malgré sa demande n'a point reçu de réponse sur le résultat des démarches du Gouvernement. Je me permets donc de rappeler cette question importante pour la moralité et la vie de famille des protestants de la Province de Rio Grande do Sul, à la mémoire de Votre Excellence, en la priant de vouloir bien me faire savoir quelles mesures efficaces ont été prises afin que les employés publics en question se tiennent dorénavant dans les limites de leur compétence.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma très haute considération.

A' Son Excellence Monsieur F. de C. Soares Brandão, Ministre des Affaires Etrangères.

VON MUTZENBECHER.

N. 11

Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 9 de Janeiro de 1834

Illm. e Exm. Sr.— Rogo a V. Ex. se sirva informar-me com a possível brevidade qual o resultado das providencias tomadas contra o tabellião da cidade de Pelotas Leonidio Antero da Silveira Filho que lavrou a escriptura do contracto matrimonial entre os subditos Allemães, Frederico Christiano João Jenner e Christiana Petersen, e do mesmo modo contra quaesquer outros Tabelliões que hajam feito escripturas analogas.

A informação que ora peço me habilitará a satisfazer á ultima parte da nota do Ministro do Imperio Allemão que o meu antecessor remetteu a esse Ministerio em 12 de Dezembro de 1882.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha alta estima e mui distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 12

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 9 de Janeiro de 1884

Tenho a honra de communicar ao Sr. Dr. Von Mutzenbecher, Encarregado de Negocios do Imperio Allemão, que nesta data peço informação ao Sr. Ministro do Imperio afim de responder á sua nota de 28 do mez proximo passado, em que manifesta o desejo de saber qual o resultado das providencias tomadas contra os Tabelliães que lavraram contractos de casamentos illegaes na Provincia do Rio Grande do Sul.

Aproveito o ensejo para renovar ao Sr. Dr. Von Mutzenbecher as seguranças da minha mui distincta consideração.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

Ao Sr. Dr. Von Mutzenbecher.

N. 13

Nota da Legação da Alemanha ao Governo Imperial

Légation d'Allemagne au Brésil, Petropolis, le 8 Février 1884

Monsieur le Ministre.— Pour faire suite à mon office du 27 Décembre dernier, n. 617, dont Votre Excellence a bien voulu m'accuser réception par sa note du 9 Janvier 1 section n. 1193 je me permets de lui transmettre ci-joint un exemplaire du *Prégador Christão* du 12 Janvier 1884 n. 1 qui paraît à Rio Grande do Sul. Dans un article « As victimas das escripturas de casamentos » ce journal expose les effets funestes des mariages illégaux célébrés par quelques notaires (tabelliães) de la Province de Rio Grande do Sul.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances renouvelées de ma très haute considération.

A Son Excellence Monsieur F. de C. Soares Brandão, Ministre des Affaires Etrangères.

VON MUTZENBECHER.

Documento a que se refere a nota precedente

As victimas das Escripturas de Casamentos

Quando levámos ao conhecimento publico o delicto commettido pelo tabellião Noronha, a saber, os casamentos protestantes celebrados por elle, tinhamos unicamente em vista pôr termo a um acto official, tão iniquo como prejudicial á ordem social, e

não menos conseguir do Governo uma ou outra medida amparando a prole das victimas, especialmente os filhos cujos pais já morreram, contra as suas consequências inevitáveis. Custa-nos muito dizer que até hoje não conseguimos nem uma nem outra cousa.

Ha pouco deu-se identico facto em Pelotas; os tabelliães não foram processados como a lei manda, não obstante as ordens especiaes do Governo; nenhum passo foi dado para legalisar os casamentos celebrados por serventuarios publicos sem serem para isso autorisados; e os filhos d'aquellas victimas, que já morreram e que não conheciam a lei do seu paiz adoptivo, pensando que o casamento de seus pais fosse legal, porque a certidão foi formulada por um tabellião serventuario, que na sua patria occupa um lugar honrado e importantissimo, julgando-o incapaz de commetter um acto que si fosse praticado e descoberto na Allemanha soffreria o delinquente ao menos cinco annos de prisão com trabalhos forçados, agora se acham na posição pouco invejavel de filhos naturaes.

Na semana passada deu-se um facto nesta cidade, que forneceu um caso apropriado para mostrar os effeitos melindrosos dos actos illegaes dos tabelliães.

Uma senhora, mãe de tres filhos, que se considerou viuva, sendo seu marido morto ha tres annos, desejava contrahir novas nupcias, e foi-lhe communicado que o seu casamento com o seu marido fallecido não era legal, e por isso nullo, porque foi feito pelo pai do tabellião Noronha, e que só poderia casar-se como solteira, ficando os seus tres menores, filhos illegitimos perante a lei.

Eis uma das consequências dos actos commettidos pelos tabelliães !!

Esta senhora não podia mais amparar os seus filhos casando-se legalmente com o seu marido porque este já morrerá, antes que tivessemos denunciado a illegalidade do procedimento official do tabellião.

E isto é sómente o principio das consequências fataes do crime praticado de *boa fé*.

Póde acontecer nos casos onde ha questões de herança, que a viuva e filhos sejam privados de todos os bens do marido, e atirados á rua, sem recursos, porque a lei não reconhece a viuva, mulher *legitima* do seu marido, nem as crianças filhos legitimos de seu pai.

E em toda esta questão a justiça cruza os braços e os promotores publicos não dão signaes de si, e deixam a questão em *statu quo*!

Nós chamamos para este facto a attenção de S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia e dos Srs. Ministros da Allemanha e dos Estados-Unidos, na Côte.

N. 14

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 14 de Fevereiro de 1884

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que o Sr. Dr. Von Mutzenbecher, Encarregado de Negocios da Allemanha, me dirigiu em 8 do corrente, transmittindo-me um exemplar do «Prégador Christão» n. 1 de 12 do mez proximo passado.

Li o artigo intitulado «As victimas das escripturas de casamentos», para o qual o Sr. Encarregado de Negocios chama a minha attenção, e nesta data peço ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul que me informe sobre o resultado das providencias recommendadas pelo Governo Imperial.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr. Dr. Von Mutzenbecher as seguranças da minha mui distincta consideração.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

Ao Sr. Dr. Von Mutzenbecher.

N. 15

Despacho do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 14 de Fevereiro de 1884

Ilm. e Exm. Sr.— A Legação da Allemanha reclamou contra o procedimento de certos tabelliães dessa provincia que têm lavrado contractos matrimoniaes nulos de pleno direito.

Tendo sido levada esta questão ao conhecimento do Ministerio do Imperio, foi por elle reconhecido que o tabellião Leonidio Antero da Silveira Filho, lavrando o contracto assignado por Frederico Jenner e Christiana Petersen, incorreu em delicto sujeito á acção official da justiça ; e nestes termos dirigiu-se ao Ministerio da Justiça para providenciar no sentido de ser o dito tabellião responsabilizado, procedendo-se do mesmo modo em relação a quaesquer outros serventuários publicos que hajam celebrado contractos analogos.

Tendo o Ministerio da Justiça em Abril de 1883 officiado naquelle sentido a essa Presidencia, rogo a V. Ex. se sirva informar-me com a brevidade possivel sobre o que resultou das providencias recommendadas pelo Governo Imperial.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 16

*Officio da Presidencia da Provincia do Rio Grande do Sul ao Ministerio dos
Negocios Estrangeiros*

Palacio do Governo em Porto Alegre, 3 de Março de 1884

Illm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do Aviso confidencial n. 1 de 14 do mez proximo passado, em que V. Ex. pede ser, com a possivel brevidade, informado acerca do resultado do processo mandado instaurar ao tabellião Leonidio Antero da Silveira Filho, que, por haver lavrado o contracto matrimonial assignado por Frederico Jenner e Christiana Petersen, incorreu em delicto sujeito á acção official da justiça.

Recebido o Aviso do Ministerio da Justiça de Abril de 1883, no sentido da responsabilidade daquelle tabellião e da de quaesquer outros serventuários publicos que houvessem celebrado contractos analogos, foram por meu antecessor expedidas promptamente as ordens convenientes.

Por informação do Juiz de Direito da comarca de Pelotas em 4 deste mez, provocada por officio meu de 14 de Janeiro ultimo, sei que já se acha instaurado o processo contra Leonidio, sobre o qual respondeu o accusado, seguindo os papeis os tramites legais.

Esse magistrado promette dar-me conhecimento do resultado, e serei solícito em fazer a V. Ex. immediata participação.

Um dos tabelliães do Rio Grande é accusado de igual delicto, e contra elle se procede na fórma da lei.

E' quanto posso adiantar a V. Ex. em cumprimento á recommendação do aviso referido.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

JOSÉ JULIO DE ALBUQUERQUE BARROS.

N. 17

Despacho do Ministerio dos Negocios Estrangeiros á Presidencia do Rio Grande do Sul .

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 18 de Março de 1884

Illm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento das informações que V. Ex. me prestou em seu officio de 3 do corrente sobre o procedimento criminal instaurado contra os tabelliães que nessa provincia têm celebrado contractos matrimoniaes indevidamente. Aguardo o resultado desses processos afim de communicar-o ao Encarregado de Negocios da Allemanha.

Aproveito a occasião para renovar a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 18

Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 18 de Março de 1884

Com referencia á nota que o Sr. Dr. von Mutzenbecher, Encarregado de Negocios da Allemanha, me dirigiu em 28 de Dezembro ultimo, tenho a honra de commu-
nicar-lhe que, segundo informações por mim recebidas ultimamente da Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Tabellião de Pelotas Leonidio Antero da Silveira Filho está respondendo ao processo que lhe foi instaurado por haver lavrado o contracto matrimonial assignado por Frederico Jenner e Christiana Petersen; e, bem assim, que na cidade do Rio Grande tambem se está procedendo na fórma da lei contra um dos tabelliães accusados de igual delicto.

Tenho a honra de renovar ao Sr. Dr. von Mutzenbecher as seguranças de minha consideração mui distincta.

Ao Sr. Dr. von Mutzenbecher.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 19

Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial

Petropolis, le 20 Mars 1884

Monsieur le Ministre.— J'ai eu l'honneur de recevoir votre note du 18 de ce mois et je m'empresse de remercier Votre Excellence des informations qu'elle a bien voulu me donner sur les mesures prises par le Gouvernement Impérial contre le

« tabellião » de Pelotas e d'autres « tabelliões » de la Province de Rio Grande do Sul qui y avaient célébré des mariages illégaux.

En priant Votre Excellence d'avoir l'extrême obligeance de me faire aussi savoir dans son temps le résultat des procès entamés, je profite avec plaisir de cette occasion pour lui renouveler les assurances de ma très haute considération.

A Son Excellence Monsieur F. de C. Soares Brandão, Ministre des Affaires Etrangères.

VON MUTZENBECHER.

REPUBLICA ARGENTINA

Actos criminosos praticados em territorio Argentino por um official e praças da guarda
Brazileira do Passo de Garruchos no Rio Uruguay

N. 20

Carta do Ministro dos Negocios Estrangeiros ao Ministro Argentino

Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1882

Illm. e Exm. Sr. D. Jacintho Villegas.— Satisfazendo á promessa, verbalmente feita a V. Ex., tenho a honra de transcrever aqui para seu conhecimento o telegramma que acabo de receber da Presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da noticia, que deu o *Cruzeiro*, de terem soldados brazileiros do Passo de Garruchos assaltado em S. Thomé um estabelecimento assucareiro pertencente a uma sociedade ingleza.

O telegramma é o seguinte:

« Transmitto a V. Ex. communicação recebida hoje do Commandante da fronteira em S. Borja. A 12 de Outubro ultimo o cabo commandante da guarda do Passo dos Garruchos passou com duas praças ao outro lado em busca de uma mulher, e não encontrando-a voltou tendo tido uma pequena questão com um individuo morador á margem do rio.

EST. 4

« Nada houve com colonia ingleza, nem foi a esse ponto. O Commandante « S. Thomé logo participou o occorrido, estando presos cabo e praças para res-
« ponder conselho de investigação. E' o que ha de exacto. Juiz de Direito, a quem
« tambem pedi informação, não adianta. »

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha alta
consideração.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 21

Carta do Ministro Argentino ao Ministro dos Negocios Estrangeiros

Petropolis, Enero 16 de 1883

Ilm. y Exm. Sor Don Lorenzo Cavalcanti de Albuquerque, Ministro de Estado
en el Departamento de Negocios Estrangeros.

Ruego á V. Ex. quiera tener la bondad de informarme del estado del juicio pro-
movido al Cabo Comandante y plazas de la Guardia del Paso de Garruchos, que en
la noche del 12 de octubre invadieron armados el territorio Argentino en la Isla de
San Lucas, departamento de Santo Tomé, como V. Ex. tuvo á bien ratificarlo con
fha 23 de Noviembre proximo passado.

De las informaciones labradas por las Autoridades Argentinas de orden del Sor
Gobernador de Corrientes consta que la referida Guardia en su totalidad, ó en su
mayor numero, asaltó, provista de armas blancas y de fuego várias casas de la Isla
de San Lucas en persecucion de la mujer Emiliana Benites, que aprisionó en efecto,
y pasó á territorio del Imperio, habiendo permanecido en el Argentino hasta el
medio dia del 13, y producido desordenes graves, entre estos el de agredir con golpes
de sable al pacifico vecino del lugar, nombrado Fermin da Parma.

Confianto siempre en la justicia del Gobierno de V. Ex., espero satisfactoria, la
informacion que solicito, para llevarla al conocimiento de mi Gobierno.

Aprovecho la oportunidad para saludar á V. Ex. con mi mas atenta conside-
racion.

JACINTHO VILLEGAS.

N. 22

Carta do Ministro dos Negocios Estrangeiros ao Ministro Argentino

Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 1883

Illm. e Exm. Sr. D. Jacintho Villegas.— Tenho a honra de accusar a recepção da carta de V. Ex. de 16 do corrente sobre os actos de tropelia attribuidos a soldados brasileiros do Passo de Garruchos.

O Governo Imperial não tem perdido de vista este negocio, que mandou syndicar com todo o rigor e minuciosidade, como prova o telegramma, que transcrevo, expedido pela Presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no dia 15 do presente mez :

« Sobre acontecimento fronteira São Borja participou a 11, respectivo commandante : Recolheu-se Capitão que foi syndicar factos Garruchos. Não houve novidade com colonia ingleza. Capitão Machado passou Corrientes com oito praças armadas, « espancou alguns individuos argentinos; está preso para responder conselho de investigação. »

Vou telegraphar á referida Presidencia recommendando-lhe que me informe do andamento que fôr tendo o processo, e não deixarei de communicar opportunamente a V. Ex. o que occorrer.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha alta consideração.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 23

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina en el Imperio del Brasil. Petropolis, Febrero 10 de 1883

Sñr Ministro.— Sin resolverse aun por parte del Gobierno de V. E. la queja, confidencialmente interpuesta, por el infrascripto, contra el atentado cometido por parte de la guardia Brasileira, que en la noche del 12 de Octubre ultimo, invadió armada el territorio Argentino por el paso de Garruchos, un nuevo asalto, con circunstancias mas agravantes todavia, se ha consumado en el mismo territorio, en la tarde del dia 31 de Diciembre pp^{do}, siempre por fuerzas militares, dependientes y al servicio del Gobierno del Imperio.

La guardia Brasileira estacionada frente al paso mencionado, con su Gefe a la cabeza, el Capitan Machado, vadeó el rio en aquella parte, armada de carabinas, pistolas y espadas, y se dirigió al Establecimiento azucarero que regentea el Sñr Lyon, en busca de unos peones a quienes, declaró, iba a castigar, por ofensas que, dijo, le habian inferido cuando habian estado en territorio de esta Nacion.

Ningunas de las observaciones que al Capitan Machado hicieron los vecinos del lugar, sirvieron para apartarlo de sus temerarios propositos, y prevalido de la fuerza de que abuzaba, y de no haber resistencia que se le opusiera, llevó adelante su confejado designio, apoderandose de varios peones, y castigando cruelmente con sus espadas a tres de ellos que dejó mal heridos, especialmente uno, que sucumbió luego a consecuencia del castigo y de las heridas.

Consumada la hazaña, regresó al lugar de su Guardia, con las plazas que lo acompañaban no sin antes exigir al Gerente del establecimiento, que le facilitase otros hombres para auxiliar el servicio de las canoas con que traspuso el Rio.

Esta es, Sñr Ministro, la historia compendiada, pero fiel de tan inauditos sucesos: ella escusa todo comentario; y mas cuando se formula ante funcionario de la ilustracion de V. E., y se recurre á la justicia del recto Gobierno del Imperio.

Cumpliendo ordenes espresos de su Gobierno, el infrascripto solicita el inmediato castigo de los culpables, y la indemnizacion correspondiente por los males causados, encuancto sean reparables. Es tambien, en obediencia a las ordenes recibidas, que el

infrascripto cumple el deber de manifestar á V. E. la confianza que su Gobierno pone en la rectitud del de el Imperio, que ha de apresurarse á satisfacer aquel justo pedido, condenando las violencias perpetradas, y adoptando ademas medidas eficaces para que no puedan repetirse las que en tan corto tiempo se han producido el 12 de Octubre y 31 de Diciembre ullimo, como hechos contrarios a la armonia y recíproco respeto que se deben las dos Naciones, y que por su parte el Gobierno Argentino propende com anhelo mantener incolumes.

Le es grato al abajo firmado aprovechar esta ocasion para renovar á V. E. los sentimientos de su mas distinguida consideracion.

A S. E. el Sõr Ministro de Negocios Estrangeros Dor Dom Lorenzo C. de Albuquerque.

JAC^{to} VILLEGAS.

N. 24

Nota do Governo Imperial á Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 20 de Fevereiro de 1883

Recebi a nota, que o Sr. Dom Jacintho Villegas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, me passou em 10 do corrente, denunciando attentados commettidos no territorio do seu paiz em 31 de Dezembro pelo capitão Machado e por soldados da guarda que elle commanda em frente ao Passo de Garruchos, e pedindo a punição dos culpados e a indemnização dos males causados.

Eu não tinha conhecimento desses attentados e espero que pelo menos seja exagerada a noticia delles, como aconteceu com o de 12 de Outubro a que o Sr. Villegas allude no começo de sua nota. Telegraphiei pois ao Presidente da provincia do Rio Grande do Sul, pedindo informações e recommendando-lhe que faça promptamente o que fôr de justiça; e officiei ao mesmo tempo ao Sr. Ministro da Guerra para que dê pela sua parte as providencias que forem necessarias. Confio que tudo se fará como

deve ser, e que o Sr. Villegas terá occasião de reconhecer que o Governo Imperial corresponde plenamente ao juizo que lhe merece.

Quanto ao attentado de Outubro, que o Sr. Ministro diz estar sem solução, peço licença para recordar-lhe o que lhe communiquei pela minha carta de 23 de Novembro proximo passado, isto é, que o cabo commandante da guarda do referido Passo de Garruchos e duas praças tinham sido presos e iam responder a conselho de investigação.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dom Jacintho Villegas, etc., etc., etc.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 25

Nota do Governo Imperial á Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 24 de Fevereiro de 1883

Em additamento á minha nota n. 1 de 20 do corrente, pela qual respondi á do Sr. Dom Jacintho Villegas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, datada do dia 10, denunciando attentados commettidos em territorio argentino no dia 31 de Dezembro ultimo pelo Capitão Machado e por soldados da guarda que elle commandava, em frente ao Passo de Garruchos, apresso-me a communicar-lhe que, segundo telegramma recebido da Presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o dito Capitão acha-se preso afim de responder a conselho de investigação.

E' o que por emquanto posso informar ao Sr. Villegas sobre o assumpto; serei solícito porém em dar-lhe conhecimento de qualquer noticia ulterior que receber.

Aproveito a oportunidade para renovar ao Sr. Ministro as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. D. Jacintho Villegas, etc. etc.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 26

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina en el Imperio del Brasil. Petropolis, 5 de Abril de 1883

Señor Ministro.— Presento á V. E. mis respetuosas atenciones, e me es indispensable rogar a V. E., por ordenarlo así mi Gobierno, se sirva poner en conocimiento de esta Legacion qual es el estado de las causas iniciadas contra el cabo comandante de la Guardia de Garruchos, Austrujildo Lopez y dos soldados de la misma guarnicion, por la invasion perpetrada á mano armada en territorio argentino, cometiendo en el mismo toda clase de violencias en el mes de Octubre de 1882; y la iniciada contra el Capitan Machado y ocho soldados, que armados y con uniforme del ejercito imperial invadieron el mismo territorio argentino el 31 de diciembre del año pp.^{do} de cuya invasion resultó un muerto y varios heridos en el mismo territorio, en el que cometieron execrables violencias. V. E. ha reconocido los hechos capitales, al anunciar que habian sido sometidos á juicio.

El gobierno Argentino no ha dudado de la buena voluntad y de la justicia de el del Imperio, dadas las amistosas relaciones que cuidadosamente cultivan para esperar pronto el condigno castigo de los culpables y la satisfaccion por la

ofensa inferida, como tambien las seguridades de que tales atentados no se perpetrarán en lo successivo.

Pero esta Legacion ignora cual haya sido el resultado definitivo de estas dos causas, puesto que la última noticia que tiene sobre ellas fué la nota de V. E. de 24 de Febrero último, en la que anunciaba se iba á levantar el proceso contra el Capitan Machado, a la sazón yá preso, y sus complices, como ya lo habia sido el cabo comandante Austrujildo Lopez y dos soldados. Dado este antecedente, la Legacion Argentina no creyó necesario comprobar los hechos ocurridos, desde que V. E. mismo los reconocia por sus oficios de 23 de Noviembre de 1882 y de 18 de Enero del año corriente. Tengo sin embargo á la disposicion de V. E. copia de los sumarios levantados con motivo de las dos violaciones del territorio argentino, por los cuales los hechos, violencias, atropellos, heridos y muertos, estan plenamente comprobados, sumarios cuya copia ofrezco á V. E. si lo juzgare conveniente.

V. E. comprende que no es posible aceptar como una satisfaccion definitiva, el simple anuncio de que el cabo Austrujildo Lopez y dos soldados, de la guarnicion de Garruchos, se encuentran presos y sometidos al consejo de investigacion que es lo que V. E. anunció por su despacho de 20 de Enero del año actual.

Mi antecesor por nota de 10 de Febrero, insistió en su reclamacion y denunció la nueva invasion perpetrada por el Capitan Machado y ocho soldados armados y con uniforme del ejercito Imperial, de cuya invasion resultaron heridos, un muerto y todo genero de atropellos á la propiedad.

V. E. se sirvió responder con fecha 24 de Febrero último, anunciando la prizion del Capitan Machado, quien iba a responder á su vez al consejo de investigacion.

Desde entonces no tiene esta Legacion, ningun conocimiento oficial del fallo recaído en una y en otra causa y menos del castigo que merecen los criminales, que el gobierno Argentino tiene el derecho de reclamar de la Justicia de el de V. E. como tambien, la justa satisfaccion de la ofensa, pago de los prejuicios y seguridades de no repetirse en lo sucesivo atentados semejantes.

Esta demora en causas criminales que afectan los derechos de una nacion amiga, me ponen en el forzoso deber de solicitar de V. E. las francas y amistosas esplicaciones que fueron yá pedidas y quedaron en suspenso. Espero ademas, del alto criterio de V. E. se sirva dar espontaneamente las seguridades de que tales atentados no se repetirán en lo futuro, pues asi interesa á las buenas relaciones de ambos gobiernos, al frecuente contacto en que se hallan las poblaciones limitrofes, a la armonia que es prudente mantener y cultivar entre las autoridades vecinas, y aun mas, al celo mismo que el Gobierno de S. M. I. há

mostrado siempre en casos análogos, con otras repúblicas limítrofes. Mi gobierno, lo repito con sinceridad, confía en la justicia imparcial de el del Imperio, y por ello ha dejado transcurrir el tiempo necesario para que la acción de la justicia se hiciera conocer y satisficiera la vindicta pública.

Esas invasiones han ocasionado perjuicios y es justo que sean subsanados, puesto que fueron originados por jefes y soldados del ejército del Brasil. No creo necesario fundar la perfecta justicia de este reclamo, porque tengo la convicción de la justicia imparcial que guía al ilustrado Gobierno de S. M. I.

Sin embargo, Señor Ministro, los procesos prolongados alarman el espíritu público, quitan la tranquilidad moral á las poblaciones y llaman la atención de la prensa, que se ha ocupado ya de los referidos atentados. La susceptibilidad nacional se conmueve cuando no se conoce el castigo que han merecido los culpables, que es tanto mas eficaz y moralizador cuanto de mas inmediato sigue al hecho criminoso, tratándose sobretodo de delitos militares, cuyas causas son y deben ser por su naturaleza sumarisimas y rápidas, porque afectan á la disciplina del ejército.

V. E. sabe perfectamente bien, que, la violación del territorio se ha mirado siempre y por todas las naciones, como uno de esos hechos que demandan esplicaciones inmediatas, satisfacciones completas, para no dejar en la memoria de los pueblos agredidos, mala voluntad hacia sus limitrofes.

Estoy plenisimamente convencido de que V. E. abunda en sentimientos amistosos, que la terminación de los procesos militares no depende quizá de la lealtad y buena voluntad del Gobierno; pero por ello mismo, se hace mas urgente y mas inevitable que se ofrezcan al país agredido, seguridades de que tales atentados no se repeticen, armonizándose así con los procedimientos del gobierno Argentino que ha tomado todas las medidas que la prevision y la prudencia aconsejan, para que sus soldados no invadan el territorio de las naciones vecinas y amigas. Si pide, pues, justicia por los atentados que se han perpetrado, y seguridad para lo futuro; todo lo cual consolidará las buenas relaciones que tan cuidadosamente se esmeran en cultivar ambos Gobiernos.

Al dejar cumplidas las instrucciones que he recibido del gobierno Argentino, aprovecho la oportunidad de reiterar una vez mas a V. E. la espresion de mi sincera consideración y alta estima.

Al Exm. Sñ. Ministro de Estado en el Departamento de Negocios Estrangeros, Doctor L. Cavalcanti de Albuquerque.

VICENTE G. QUESADA.

N. 27

Nota do Governo Imperial à Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 19 de Abril de 1883

Recebi a nota, que o Sr. Dom Vicente G. Quesada, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, serviu-se dirigir-me em 5 do corrente, pedindo que lhe dê conhecimento do estado dos processos relativos aos actos praticados em territorio de Corrientes por individuos pertencentes á guarda Brasileira do Passo de Garruchos, e fazendo algumas considerações a esse respeito.

Dois são os casos a que o Sr. Ministro se refere.

O primeiro foi de pouca importancia. A 12 de Outubro transpoz um cabo o Passo com duas praças em busca de uma mulher, e, como não a encontrasse, voltou, tendo tido apenas uma questão com um individuo que mora á margem do rio. E' isto ao menos o que por ora me consta.

O segundo deu-se em 31 de Dezembro. Neste dia transpoz o Capitão Machado o mesmo Passo acompanhado de doze praças e praticou algumas violencias.

Em nenhum dos casos houve propriamente invasão de territorio. Qualquer dos individuos accusados podia passar á provincia vizinha em serviço ou por justos motivos particulares. A criminalidade está nos actos que ali praticaram.

O Sr. Dr. Quesada pede indemnização, satisfação e segurança para o futuro ; mas pede demasiado. Os crimes foram commettidos em territorio Argentino, e pois o mais que póde pretender é que os culpados sejam punidos segundo as leis Brasileiras na extensão que ellas permittirem, e que se tomem as providencias preventivas que forem praticaveis no territorio do Imperio.

A nota, a que respondo, foi por mim recebida a 10 do corrente, e nesse mesmo dia chegou ás minhas mãos um aviso do Sr. Ministro da Guerra, donde consta que o Capitão Machado, concluidos os trabalhos do conselho de investigação, passou a responder ao de guerra ; e que os culpados de Outubro ainda estavam respondendo ao conselho de investigação.

Parece ao Sr. Dr. Quesada que os processos teem sido muito demorados. Entretanto as autoridades teem feito o que lhes é possível para adiantal-os. O governo

Argentino sabe por experiencia propria que a acção da justiça nem sempre é tão prompta como convem. Em prova disto citarei um facto. O Vice-Consul Brasileiro em Curuzú-Cuatiá foi ali assassinado na noite de 20 para 21 de Março do anno proximo findo. Em 5 de Junho participou o Sr. Ministro das Relações Exteriores á Legação Imperial que eram dois os assassinos, que um estava preso, que o outro tambem o seria si ainda estivesse no territorio da provincia, e que se havia recommendado ao juiz a maior actividade na instrucção da causa. E nada mais sabe o Governo Imperial apesar de terem decorrido dez mezes.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. Dom Vicente G. Quesada.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 28

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina en el Imperio del Brasil.— N. 7.— Petropolis, 4 de Maio de 1883

Recibi el oficio que el Exm. Sr. Consejero L. Cavalcanti de Albuquerque, Ministro de Negocios Estrangeros, se sirvió dirigirme en contestacion al mio de 5 de Abril último.

S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque reconoce los hechos que sirvieron de fundamento á la reclamacion deducida, a saber: 1º — que el 12 de Octubre del año próximo passado un cabo y dos soldados de la guarnicion de Garuchos con uniforme y con las armas del ejercito Imperial, entraron en territorio Argentino para aprehender á la mujer Emiliana N., como en efecto la aprehendieron violentamente, dentro de la jurisdiccion privativa de mi gobierno, cometiendo al mismo tiempo, todo género de violencias y atentados; 2º — que en 31 de Diciembre

passado, el capitán Machado y ocho soldados, de la misma guarnición de Garruchos, con uniforme y las armas del ejército del Imperio, penetraron violentamente en territorio Argentino en persecución de algunas personas, cometiendo violencias de que resultaron heridos e un muerto.

Estos son los hechos, cuya simple exposición basta para establecer el derecho con que ésta Legación, cumpliendo expreso mandato de mi gobierno, pidió el castigo de los culpables, satisfacción de la ofensa y reparación de los perjuicios causados y como consecuencia, que se dictasen medidas preventivas para evitar la repetición de tales hechos.

Sin embargo, el Exm. Señor Ministro de Negocios Estrangeros sostiene en el oficio á que contesto que: « En ninguno de los dos casos hubo propiamente invasión de territorio. » Cualquiera de los individuos encausados podía pasar á la provincia vecina en servicio ó por justos motivos particulares. »

Difiero de tal doctrina aplicada á los hechos que han tenido lugar.

No es permitido por el derecho de gentes que grupos armados se desprendan de una guarnición militar, abandonen sus cuarteles y entren en territorio de otra soberanía para ejercer allí actos de jurisdicción. Tal proceder no es el ejercicio inocente de un derecho. La residencia del extranjero está sometida á la jurisdicción territorial, y las fuerzas de un Estado, cualesquiera que sea su número, no pueden entrar sin previo permiso en el territorio de otro Estado independiente.

Mucho menos puede ser lícito que grupos armados, penetren violentamente para aprehender personas ó castigar ofensas supuestas ó verdaderas. El hecho solo de pisar en armas, el territorio de otra soberanía, importa una invasión; que fué violenta y para cometer verdaderos delitos y crímenes. Tal es lo sucedido; por ello se ha reclamado y reitero mi reclamación.

Fundado en estos antecedentes pasé el oficio de 5 de Abril último. S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque me responde:— que pido demasiado.

Sin embargo, el reconoce en su despacho que contesto, que puedo pretender que los reos sean castigados según las leyes brasileiras, y que se tomen las providencias preventivas que fuesen practicables en el territorio del Imperio.

De manera que pudiera sospecharse, que no se debe satisfacción por haber entrado violentamente y en armas para ejercer actos jurisdiccionales y cometer delitos y crímenes, en territorio argentino, por los soldados y jefes del ejército del Brasil, en guarnición en Garruchos y menos indemnización por los daños y perjuicios entonces causados.

Pido á S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque, que me conceda á mi vez afirme que no pedi todo lo que en estricto derecho corresponde.

Lo que he reclamado es ajustado al derecho de gentes y á la justicia.

Por el art. 3 del tratado celebrado entre la Republica Argentina y el Imperio do Brasil en 16 de Noviembre de 1869, se contrayo la obligacion de procesar y juzgar segun sus legislaciones, á los respectivos nacionales que cometan en el territorio del outro Estado, alguno de los hechos criminales señalados por el art. 2º, pidiendose el juicio y castigo por via diplomatica; acompañando la prueba de la existencia del cuerpo del delito. Acompaño ahora cópia del sumario levantado y del cual resulta plenamente probado la gravedad de las heridas y otros delitos.

Esta Legacion tiene pues, el derecho para pedir que se juzguen y castiguen á los perpetradores de las dos invasiones, tanto mas cuanto que el delito está agravado por ser perpetrado por fuerzas del ejercito del Brasil de la guarnicion de Garruchos. El delito militar está reagravado por las heridas graves.

S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque, sabe que todo delito trae aparejada la indemnizacion ó reparacion civil, y eso se ha solicitado.

En cuanto á la satisfaccion pedida por haber penetrado grupos armados del ejercito Brasileiro en territorio Argentino, para aprehender y castigar alli, no podria en equidad y justicia negarse.

El hecho es público, está reconocido y debe oficialmente desaprobarse, sin perjuicio de la accion de los tribunales; como justa reparacion al soberano del territorio invadido.

Hé solicitado que se dicten medidas preventivas para que no se repitan esos hechos, en ejercicio de un derecho perfecto. S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque reconoce ese derecho.

Nada mas facil que dictar tales medidas, que serian recibidas con tanta mayor satisfaccion cuanto fueron mas espontaneas y prontas.

Esta Legacion manifestó a S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque, el deseo de conocer cual fuese el estado en que se hallaban esos procesos contra los jefes y soldados de la guarnicion de Garruchos porque consideraba que habia transcurrido el tiempo suficiente para adelantarlos.

S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque parece sorprenderse de tal interés y refiere que en Curuzú-Cuatíá, provincia de Corrientes, fué asesinado el vice-consul del Brasil, y que la causa tampoco se habia terminado. En esta Legacion no hay constancia de tal suceso: la afirmacion de S. E. el Señor Consejero Cavalcanti de Albuquerque es la primera noticia.

Empero no encuentro paridad entre uno y los otros casos. En uno, se trata de un juicio criminal ordinario, cuya tramitacion es complicada y necesariamente lenta; en los otros, el delito militar de abandonar la guarnicion in cuarteles, con uniforme y armas, para entrar violentamente en el territorio de otro Estado y cometer alli crimines y delitos, es juzgado por medio de um proceso breve y sumarisimo.

En un caso, uno de los presuntos reos no había sido aprehendido entonces, según se dice: mientras en los otros los reos se hallaban ya presos. De manera que había fundado motivo para desear conocer cual fuese el estado de los sumarios militares, que aparecen retardados, o no lo habría ni para sospechar que hubiera demora en juicio criminal ordinario.

Tengo la honra de reiterar al Exm. Señor Ministro las seguridades de mi mas alta consideracion.

A S. E. el Señor Consejero L. Cavalcanti de Albuquerque.

VICENTE G. QUESADA.

Documento anexo á nota precedente

En este parage denominado Paso de Garruchos, 3ª Seccion del Departamento de Santo Tomé, á los cinco dias del mes de Enero de mil ochocientos ochenta y tres, yó, el juez Pedáneo de la misma seccion, con los testigos D. José Segundo Lopez, y Don Domingo Romero, con quienes actúo á falta de escribano, digo: que en cumplimiento de orden superior de fecha 2 del corriente trasmitida del Señor Gele Politico del Departamento, que en su virtud pasé a este parage para averiguar la verdad del asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial el dia 31 de Diciembre del 1882; que para inquirir la verdad hice citar á todos los que resulten sabedores del echo. Lo firmo con los testigos mencionados.

Firmado.— *Francisco Cherez.*— *Domingo Romero.*— *José Segundo Lopez.*

En el mismo dia compareció ante mi, el Juez Pedáneo y los testigos Don José Segundo Lopez y Don Domingo Romero, uno de los individuos citados para declarar en esta causa, á quien despues de haberle leído el auto de advertencias á los que declaran, le recibí juramento en forma legal, bajo el cual prometió decir verdad en todo lo que supiese sobre lo que le fuese preguntado; y siendo lo por su nombre, pátria, edad, estado, profesion y domicilio, dijo llamarse Juan D. Lyon, inglés, de treinta y dos años, soltero, representante de la Fábrica Central de Garruchos; domicilio en la 3ª seccion del Departamento de Santo Tomé.

1.º— Si tenia conocimiento del asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial y por que motivos fué; dijo: que el dia treinta y uno de Diciembre del

ochenta y dos, como á las cuatro de la tarde, vino el capitan Luciano Benites y le dijo que el capitan Machado de la guardia Brasileira le habia mandado decir verbalmente, que tomase providencias de los individuos que á la venida de allá les habia insultado; y que si nó providenciase pasaria el su gente armada dentro de cinco horas. En vista de lo ocurrido, el Señor Lyon, hizo una nota al referido capitan Machado diciendole que se tomaria providencia inmediatamente en todo lo necesario; á pocos minutos volvió el capitan Luciano, diciendo: ya se embarcaron los hombres y vienen en seguida me preguntó si tenia armas para prestarle, y le contesté diciendo que habia dos armas de fuego. Al momento vino uno de sus peones diciendo que el capitan Machado habia desembarcado en el puerto con su gente y que lo hacia llamar el capitan para verse con el; en seguida el Señor Lyon se fué solo y que encontrándose con el referido Machado que estaba con dos militares, le dijo, que sus peones han pasado al otro lado, y que estos á su regreso les habia insultado, y que él venia de este lado á buscarlos, pronto para pelear y matar; que le contestó diciendoles, que si los peones le han faltado estaba dispuesto á entregarlos á la autoridad de este punto; y no habiendo quedado satisfecho el capitan, pidió para llamar á los individuos que le habian insultado, le contestó diciendo que iba á averiguár quienes eran los individuos que le insultaron y que seguidamente se vino y que á pocos momentos se volvió á encontrarse con el dicho capitan, asi mas á fuera, con seis militares volviendole á preguntar donde estaban los individuos que los buscaba, le contestó que los andaba buscando, entonces le dijo, que dejáse no mas que él mismo iba á buscarlos. Diciendo esto salió al galope con direccion á la fábrica, y que al instante lo vió al dicho capitan con su gente atropellando á dos peones, espancandoles con espada, seguidamente se embarcaron pasando al otro lado, y que el Señor Lyon volviendo á su casa se encontró con otro de sus peones bastante y gravemente herido con un golpe en la cara al parecer de espada, teniendo varias heridas como en el brazo, etc.

P.—que número de militares pasáron y que armas tenian, dijo: que ha visto hasta seis militares armados con carabinas, pistolas y sables.

P.—si no habia oido los insultos que dijo el capitan haberles hecho, dijo que nada ha oido.

P.—si sabia ó tenia algo mas que decir, dijo: que nada mas sabia.

P.—si tenía algo que añadir ó quitar leida que le fué la presente declaracion, dijo: que lo mismo que lo habia declarado sin tener nada que añadir ó quitar y se ratificaba en ella bajo el juramento prestado, y lo firmó conmigo y los testigos arriba mencionados de que doi fé.

Firmado.—*Francisco Cherez.*—*J. D. Lyon.*—*Domingo Romero.*—*José Segundo Lopez.*

Seguidamente ante mi el Juez Pedáneo y los testigos Don José S. Lopez y Don Domingo Romero, compareció otro de los que declaran en esta causa; que siendolo por su nombre, patria, edad, estado, profesion y domicilio, dijo: llamarse Samuel Page, de nacion Inglés, de veinte y nueve años, casado, maquinista de la fabricacion de asucar, domiciliado en esta 3ª Seccion del Departamento de Santo Tomé.

P.—si tenia conocimiento del asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial, dijo: que el dia 31 del ppdo. Diciembre del 1882, como á las cuatro de la tarde, estando en la plaza, vió embarcarse del otro lado, en número de diez ó doce hombres en dos embarcaciones y otros á nado, con caballos tambien á nado como diez ó doce caballos y que se dirigió á esta costa e que aproximándose este se subió barranca arriba.

P.—que mas habia visto ó sabido relativo al suceso, dijo: que á pocos momentos los vió así afuera á distancia de cinco cuabras mas ó menos, todos á caballo y armados con carabinas, pistolas y espadas, dirijiendose el capitán de nombre Machado segun informa hácia la fábrica, atropellando á varios peones de esta y luego que el restante de los militares que quedaron parados, los vió á los peones desguaritados, se sacaron las espadas y los acometió dándoles golpes y que uno de estos peones vió caerse al parecer herido, que viendo esto el declarante se vino al puerto embarcándose a bordo del *Joven Enrique*.

P.—que mas sabia ó tenia que decir, dijo: que como á las seis mas ó menos el dicho capitán con un soldado se embarcó en una lancha dirijiendose al otro lado, que por el medio del rio disparó dos tiros y que en seguida se embarcaron la demas gente achando á nado los caballos que habian pasado aun hogandose dos de estos.

P.—que mas sabia, dijo, que nada mas sabia.

P.—si tenia algo que añadir ó quitar leida que le fué la presente declaracion, dijo ser la misma que habia declarado sin tener que añadir ni quitar y que se ratificaba en ella bajo el juramento prestado. Asi lo dijo y firmó conmigo y los testigos mencionados de que doy fé.

Firmado.—*Francisco Cherez.*—*Samuel E. Page.*—*Domingo Romero.*—*José Segundo Lopez.*

Acto continuo ante mi el juez Pedáneo y los testigos Don José S. Lopez y Don Domingos Romero, compareció uno de los citados para declarar en esta causa que despues de leido el auto de advertencias á los que declaran, le tomé juramento en forma legal, bajo el qual prometió decir verdad de todo lo que supiere sobre lo que le fuere preguntado, que siendolo por su nombre, patria, edad, estado, profesion y domicilio, dijo: llamarse Guilherme W. Soulsbry, de nacion Inglés, de treinta y

dos años, soltero, ingeniero civil y mecánico y domiciliado en esta 3ª Sección del Departamento de Santo Tomé.

P.—si tenia conocimiento del asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial, dijo: que a la distancia de cinco cuadras mas ó menos del puerto vió al capitán Machado, comandante de la guardia Brasileira con ocho militares á caballo, y que se les aproximó, entonces el capitán preguntó al Señor Lyon donde estaban los peones que los habian insultado, al que contestó el Señor Lyon, voy en busca de ellos, contestó el capitán diciendo, deje los nó mas que yo los voy á buscar y salió al galope dirigiendose á la fábrica, que al poco momento vió atropellar á los peones que alli estaban y que vió caer uno de los peones de golpes que le daban.

P.—que mas sabia ó tenia que decir respecto al suceso, dijo que vió que el restante de la gente que el capitán habia dejado atropellaban á los peones con sable en mano dando golpes á los que alcanzaban.

P.—que mas tenia que declarar, dijo que al regreso del capitán mencionado, se vió con este diciendo el capitán que aqui no habia autoridad y que el venia á arreglar asuntos y seguidamente se embarcó y pasó al otro lado, que al ir por medio rio disparó dos tiros, que seguidamente se embarcó la demas gente.

P.—que dia y hora pasaron y que armas traian, dijo: que el dia 31 del proximo pasado Diciembre 1882, como á las cuatro y media de la tarde sucedió todo lo referido y armados con carabinas, pistolas y espadas.

P.—si tenia algo que añadir ó quitar leida que le fué la presente declaracion dijo, ser la misma que habia declarado sin tener nada que quitar ni añadir, y que se ratificaba en ella bajo el juramento prestado, asi lo dijo y firmó conmigo y los testigos mencionados de que doy fé.

Firmado.—*Francisco Cherez.—Guilherme W. Soulsbry.—José Segundo Lopez.—Domingo Romero.*

Ante mi el juez Pedáneo y los testigos Don José S. Lopez e Don Domingo Romero, con quienes actúo á falta de escribano, compareció uno de los citados para declarar en esta causa, á quien despues de haber leido el auto de advertencias á los que declaran, le tomé juramento en forma legal bajo el cual prometió decir verdad de todo lo que supiere y le fuere preguntado relativamente á la causa; y siendo lo por su nombre, patria, edad, estado, profesion y domicilio, dijo: llamarse José Parola, de nacion Italiana, de 40 años, casado, comerciante y domiciliado en esta 3ª Sección del Departamento de Santo Tomé.

P.—si tenia conocimiento del asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial, dijo: que el 31 del proximo pasado Diciembre de 1882, como á las cuatro y media de la tarde venia saliendo de la picada del Puerto el capitán de la guardia Brasileira, con ocho militares armados, que se dirigió asi á su caza; que llegando

pararon en el frente, que saliendo á conversar con el capitán, le preguntó que cual era el objeto de ellos para pasar de este lado, le contestó diciendole que venían á buscar unos peones de acá, que le habían insultado horas anteriores, porque la autoridad de acá no hacía justicia y que venía dispuesto á pelear; luego llegó Don Lyon, el encargado de la fábrica central de Garruchos y que lo comisionó para que se fuera en la fábrica en busca del capataz para que condujesen á los peones que fueron á provocar insultos al otro lado.

Que en efecto venía el capataz con los peones, y que dicho capitán atrás de ellos, y que al aproximarse á la casa los atropellaron los militares que habían quedado y castigando á dos de ellos con espadas los corrieron, a todo esto los peones no habían hecho arma alguna, y que en seguida se dirigieron al puerto y pasaron al otro lado.

P.—que armas traían, dijo, que traían carabinas, pistolas y espadas.

P.—si sabía ó tenía que decir algo mas relativo al suceso, dijo que nada mas tenía que decir ni sabía.

P.—si tenía algo que añadir ó quitar y leída que le fué la presente declaración, dijo, ser la misma que había declarado, sin tener nada que quitar ni añadir y que se ratificaba en ella bajo el juramento prestado. Así lo dijo y firmó conmigo y los testigos con quienes actuó de que doy fé.

Firmado.—*Francisco Cherez.*—*José Parola.*—*José Segundo Lopez.*—*Domingo Romero.*

Ante mí el juez Pedáneo y los testigos Don José S. Lopez y Don Domingo Romero, compareció uno de los citados para declarar en esta causa, á quien despues de haber leído el auto de advertencias á los que declaran le tome juramento en forma legal, bajo el cual prometió decir verdad de todo lo que supiese sobre lo que le fuere preguntado y siendolo por su nombre, patria, edad, estado, profesion y domicilio, dijo llamarse Roberto C. Marrs, de nacion Inglés, de veinte y ocho años, soltero, agricultor y domiciliado en esta 3ª Sección del Departamento de Santo Tomé.

P.—si tenía conocimiento del asalto cometido por la Guardia Brasileira y su oficial, dijo: que el día 31 como á las cuatro y média de la tarde, vió al capitán Machado, comandante de la guardia Brasileira, en frente á la casa de Don José Parola, con ocho militares armados y de á caballo, y en el mismo instante salió Don Lyon y si dirigió á ellos, y que seguidamente el dicho capitán se dirigió á la fábrica dejando algunos de los militares frente á la casa donde estaban; luego volviendo el capitán atropelló á unos peones que venían hacia el puerto, dándoles golpes con la espada.

P.—que mas sabía relativamente á la causa, dijo que en esos momentos vió á uno de los peones que venía orilleando, el peon con bastantes y graves heridas que la cara la tenía toda cubierta de sangre.

P.— si tenia algo mas que decir, dijo, que en seguida el mencionado capitán se dirigió al puerto y de paso habló con Don Lyon, diciendo que habian venido para castigar los peones que fueron á insultarlos; de alla se dirigieron á la Plaza y se embarcaron y por el medio del rio dispararon dos tiros.

P.— si tenia algo que quitar ó añadir, leida que le fué la presente declaracion, dijo ser la misma que habia declarado, sin tener nada que quitar ni añadir, y que se ratificaba en ella bajo el juramento prestado; asi lo dijo y firmó conmigo y los testigos mencionados de que doy fé.

Firmado — *Francisco Cherez.* — *Roberto C. Marrs.* — *José Segundo Lopez.* — *Domingo Romero.*

Por concluso el sumario firmado sobre el asalto cometido por la guardia Brasileira y su oficial que acaeció el 31 del pp.^{do} Diciembre año 1882, en el Paso de Garruchos. En cumplimiento de lo dispuesto por el art. 16 inciso 4º del Reglamento de administracion de Justicia, remítase al Señor Gefe Politico de Santo Tomé.

Firmado. — *Francisco Cherez.* — *José Segundo Lopez.* — *Domingo Romero.*

Es copia. — *Julio Carrié*, Secretario de la Legacion.

N. 29

Nota do Governo Imperial á Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 14 de Setembro de 1883

Segundo informação prestada pelo Ministerio da Guerra o Capitão Antonio-Machado dos Santos foi no dia 25 de Agosto ultimo submettido a interrogatorio sobre os actos que praticou em territorio Argentino, e então se lhe marcou o prazo de oito dias para apresentar sua defesa.

Communicando isto ao Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, tenho por fim corresponder ao justo interesse que mostra pela conclusão deste processo, e patentear-lhe ao mesmo tempo que a justiça segue o seu curso.

As autoridades militares, de cujo zelo não posso duvidar, sabem que o Governo Imperial, no interesse das suas relações com o da Republica Argentina, deseja sinceramente que não haja a menor procrastinação no julgamento do Capitão Machado

dos Santos e pois farão quanto estiver ao seu alcance para que elle se conclua com a maior brevidade possível.

A punição dos culpados no caso presente será sem duvida o melhor meio de se evitar a repetição de desacatos semelhantes aos que se attribuem ao referido Capitão e que o Governo Imperial não póde deixar de condemnar e de feilo condemna ; mas alguma cousa mais se póde talvez fazer. Além de muito cuidado na escolha dos commandantes das guardas de um e outro lado da fronteira, será talvez praticavel um accordo pelo qual se determine que se apresentem desarmados os militares que por qualquer motivo justo, de serviço ou não, tenham necessidade de atravessar a fronteira.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 30

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina. — Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1883

Por despacho de 14 del corriente, V. E. se sirve poner en mi conocimiento, cual es el estado de la causa seguida al Capitan Antonio Machado dos Santos, por los actos que ejecutó en territorio Argentino.

V. E. espresa con tal motivo, que satisface no solo el justo interes, que yo habia manifestado por la terminacion de esto proceso, sino ademas el de patentizar que la justicia sigue su curso debido.

No podía dudar que el Gobierno Imperial para mantener las buenas relaciones con el de la Republica Argentina, tiene sincero interes en que el proceso iniciado contra el Capitan Machado dos Santos, no sea demorado ó postergado, y que con ese fin, ha de hacer cuanto esté á su alcance para que concluya á la mayor brevidad posible, como V. E. tiene á bien espresarmelo.

Es indubable que el castigo de los culpados será um medio eficaz para evitar la repeticion de desacatos semejantes, que V. E. en nombre del Gobierno Imperial se apresura á condenar y que de facto desaprueba. Se sirve V. E. indicar-me que,

seria talvez conveniente hacer algo mas, é indica la celebracion de un acuerdo en el cual se determine y estipule que los militares de una e otra frontera, pasen reciprocamente desarmados, sea ó no en actos de servicio.

Doi inmediatamente cuenta á mi Gobierno del contenido del despacho de V. E. y del medio propuesto para hacer todavia mas seguro el impedir la repeticion de estos hechos, y en su consecuencia transmitiré oportunamente á V. E. la opinion de mi Gobierno.

Tengo el honor de reiterar a V. E. la espresion de mi mas alta consideracion.

Al Exm.º Sr. Consejero F. de C. Soares Brandão, Ministro de Negocios Estrangeros.

VICENTE G. QUESADA.

N. 31

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina.—Rio de Janeiro, 10 de Enero de 1884

El Gobierno de la Republica me encarga solicitar de V. E., se sirva informarme cual es el estado de la causa criminal seguida contra los jefes y soldados que de la guarnicion de Garruchos pasaron á territorio Argentino, en 5 de Octubre de 1882; y por mi parte, espero que V. EX. tendrá a bien espedir sus órdenes com aquel objeto, y al mismo tiempo ruego a V. E. quiera informarme cual sea el estado en que se halla el proceso que se sigue contra el capitan Antonio Machado y otros por hechos posteriores y de la misma naturaleza.

Con este motivo tengo el honor de reiterar al Exmo. Sor. Consejero F. de C. Soares Brandão la seguridad de mi mas alta consideration

Al Exmo. Sor. Consejero F. de C. Soares Brandão

Ministro de Negocios Estrangeros.

VICENTE G. QUESADA.

N. 32

Nota do Governo Imperial á Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 14 de Janeiro de 1884

Em resposta á nota, que o Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, serviu-se dirigir-me em 10 do corrente, tenho a honra de communicar-lhe que, segundo me participou o Ministerio da Guerra em 29 de Novembro proximo passado, fôra remettido ao Conselho Supremo Militar de Justiça para definitivo julgamento o processo do Capitão Antonio Machado dos Santos e outros por actos praticados em territorio da Republica.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 33

Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial

Legacion Argentina, Rio de Janeiro, 21 de Enero de 1884

Tuve el honor de recibir la nota de V. E. de 14 del corriente, por la cual V. E. se servió informarme, á solicitud de la Legacion, qual es el estado en que se hallan las causas seguidas contra el capitan Machado y otros, por actos cometidos en el territorio de la Republica Argentina.

Desearia que V. E. tuviera a bien espresar si entre los « otros » á que V. E. se refiere, están comprendidos todos los que, en dos veces diversas, perpetraron aquellos hechos para que la Legacion pueda á su vez informar con toda certeza á mi gobierno.

Con este motivo reitero al Exm. Sr. Consejero F. de C. Soares Brandão, las seguridades de mi mas alta consideration.

Al Exmo. Sr. Consejero F. de C. Soares Brandão, Ministro de Negocios Estrangeros.

VICENTE G. QUESADA.

N. 34

Nota do Governo Imperial á Legação Argentina

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 23 de Janeiro de 1884

Satisfazendo o desejo manifestado em a nota que o Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, me dirigiu em 21 do corrente, tenho a honra de declarar-lhe que, na expressão — e outros — de que usei na minha nota do dia 14, quiz comprehender, além do nomeado Capitão Machado, o cabo de esquadra Manoel Lopes Astrogildo, o anspeçada José Fernandes Gonçalves e os soldados Francisco José da Silva, Irineu José Castanho e Tiburcio José Domingues de Ramos, processados pelos actos criminosos praticados no territorio argentino que deram origem ás duas reclamações de que trata o Sr. Ministro.

Aproveito o ensejo para renovar ao Sr. Dr. Quesada as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. D. Vicente G. Quesada.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

BELGICA

Convenção Consular

N. 35

DECRETO N. 9023 DE 29 DE SETEMBRO DE 1883

Promulga a convenção consular concluída entre o Brazil e a Belgica em 30 de Setembro de 1882

Tendo-se concluido e assignado nesta Corte aos trinta dias do mez de Setembro do anno proximo passado uma convenção consular entre o Brazil e a Belgica, e tendo sido essa convenção mutuamente ratificada, trocando-se as ratificações em 4 do corrente mez de Setembro, Hei por bem que seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Francisco de Carvalho Soares Brandão, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Setembro de mil oitocentos oitenta e tres, sexagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

Nós Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, etc., Fazemos saber a todos os que a presente Carta de Approvação, Confirmação e Ratificação virem, que aos trinta dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos oitenta e dous se concluiu e assignou nesta Côrte, entre Nós e Sua Magestade o Rei dos Belgas, pelos respectivos Plenipotenciarios que se achavam munidos dos competentes Plenos Poderes, uma Convenção Consular, cujo teor é o seguinte:

**Convenção consular entre o Brazil e
a Belgica**

Sua Magestade o Imperador do Brazil e Sua Magestade o Rei dos Belgas, animados do desejo de determinar com toda a extensão e clareza possiveis os direitos, privilegios e immunidades reciprocos dos respectivos agentes consulares, bem como as suas funções e obrigações nos dous paizes, resolveram celebrar uma convenção consular, e para este fim nomearam seus plenipotenciarios, a saber :

Sua Magestade o Imperador do Brazil a Sua Excellencia o Sr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, do Seu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e Deputado á Assembléa Geral ;

E Sua Magestade o Rei dos Belgas o Sr. Frederico Hoorickx, Official da Ordem de Leopoldo, Grande Official da Ordem da Corôa da Romania, Commendador das Ordens de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, da Corôa de Ferro da Austria e da Guadalupe do Mexico, etc., etc., etc. Seu Ministro Residente junto a Sua Magestade o Imperador do Brazil ;

Os quaes, depois de trocarem seus plenos poderes que foram achados em

ESTR. 7

**Convention Consulaire entre le Brésil
et la Belgique**

Sa Majesté l'Empereur du Brésil et Sa Majesté le Roi des Belges, animés du désir de déterminer avec toute l'extension et la clarté possibles les droits, privilèges, et immunités reciproques des agents consulaires respectifs, ainsi que leurs fonctions et les obligations auxquelles ils seront soumis dans les deux pays, ont résolu de conclure une convention consulaire et ont nommé pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Sa Majesté l'Empereur du Brésil Son Excellence le Sieur Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, de Son Conseil, Ministre et Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères, Député à l'Assemblée Générale ;

Et Sa Majesté le Roi des Belges le Sieur Frédéric Hoorickx, officier de l'Ordre de Léopold, Grand Officier de l'Ordre de la Couronne de Roumanie, Commandeur des Ordres des SS. Maurice et Lazare d'Italie, de la Couronne de fer d'Autriche et de la Guadeloupe du Mexique, etc. etc., Son Ministre Résident près Sa Majesté l'Empereur du Brésil ;

Lesquels, ayant échangé leurs plens pouvoirs respectifs trouvés en bonne et

boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes :

ARTIGO 1

Cada uma das Altas Partes Contractantes consente em admittir consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares da outra em todos os seus portos, cidades e logares, excepto nas localidades onde não seja conveniente o estabelecimento de taes agentes.

Esta reserva, porém, não será applicada a uma das Altas Partes Contractantes sem o ser igualmente a qualquer outra potencia.

ARTIGO 2

Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gozarão reciprocamente nos Estados da outra de todos os privilegios, isenções e immuniidades de que gozão os agentes da mesma categoria e qualidade da nação mais favorecida. Os ditos agentes, antes de serem admittidos ao exercicio de suas funcções e ao gozo das immuniidades que lhes competem, deverão exhibir uma carta patente segundo a forma estabelecida pelas leis dos respectivos paizes. O Governo de cada uma das Altas Partes Contractantes lhes expedirá gratis o *exequatur* necessario para aquelle exercicio, e, á vista deste documento, gozarão dos direitos, prerogativas e immuniidades concedidos pela presente Convenção.

due forme, sont convenus des articles suivants :

ARTICLE 1

Chacune des Hautes Parties Contractantes consent à admettre des consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires de l'autre dans tous ses ports, villes et places, excepté dans les localités où il y aurait inconvénient à admettre de tels agents.

Cette réserve, toutefois, ne sera pas appliquée à l'une des Hautes Parties Contractantes sans l'être également à toute autre Puissance.

ARTICLE 2

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires de chacune des deux Hautes Parties Contractantes jouiront réciproquement, dans les États de l'autre, de tous les privilèges, exemptions et immunités dont jouissent les agents du même rang et de la même qualité de la nation la plus favorisée. Les dits agents, avant d'être admis à l'exercice de leurs fonctions et de jouir des immunités qui y sont attachées, devront produire une commission dans la forme établie par les lois de leurs pays respectifs. Le Gouvernement de chacune des deux Hautes Parties Contractantes leur délivrera, sans aucun frais, l'*exequatur* nécessaire à l'exercice de leurs fonctions, et, sur l'exhibition de cette pièce, ils jouiront des droits, prérogatives et immunités accordés par la présente Convention.

ARTIGO 3

Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, cidadãos do Estado que os houver nomeado, ficarão isentos de prisão preventiva, excepto pelos actos que a legislação penal do Brazil qualifica de crimes inafiançaveis (graves) e a da Belgica de crimes; serão isentos do alojamento militar, e de todos os serviços no exercito regular de terra ou de mar, como na guarda nacional ou civica, ou na milicia; serão igualmente isentos de quaesquer contribuições directas impostas por conta do Estado, das provincias, communes ou municipios sobre as pessoas, quer a titulo de capitação, ou pelos bens de sua propriedade, salvo si taes contribuições forem lançadas em razão da posse de immoveis, ou sobre os juros de capital empregado no Estado onde os mesmos agentes desempenharem o seu cargo. Todavia, esta isenção não será applicavel aos consules geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares que exercerem uma profissão, industria ou commercio, os quaes ficarão sujeitos ao pagamento das taxas devidas por qualquer outro estrangeiro nas mesmas condições.

Quando uma das Altas Partes Contractantes nomear para seu agente consular no territorio da outra um subdito desta, esse agente consular continuará a ser considerado como subdito da nação a que pertence, e ficará sujeito ás leis e regulamentos que regem os nacionaes no

ARTICLE 3

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires, citoyens de l'État qui les ont nommés, ne pourront être arrêtés préventivement, excepté pour les actes que la législation pénale du Brésil qualifie de crimes graves (inafiançaveis) et celle de Belgique de crime; ils seront exemptés du logement militaire, de tout service, tant dans l'armée régulière de terre ou de mer, que dans la garde nationale ou civique ou milice; ils seront de même exemptés de toutes les contributions directes au profit de l'État, des provinces ou des communes ou municipalités imposées, sur les personnes, soit à titre de capitation, soit du chef de leurs propriétés à moins qu'elles ne soient imposées à raison de la possession de biens immeubles ou sur les intérêts d'un capital employé dans l'État où les dits agents exercent leurs fonctions. Cette exemption ne pourra cependant pas s'appliquer aux consuls généraux, consuls, vice-consuls, ou agents consulaires qui exerceraient une profession, une industrie ou un commerce quelconque, les dits agents devant en ce cas être soumis au paiement des taxes dues par tout autre étranger dans les mêmes conditions.

Lorsqu'une des Hautes Parties Contractantes aura nommé pour son agent consulaire dans le territoire de l'autre un sujet de celle-ci, ce fonctionnaire continuera d'être considéré comme sujet de la nation à laquelle il appartient, et restera soumis aux lois et règlements en vigueur

logar de sua residencia, sem que entre-tanto semelhante obrigação possa por fórma alguma coarctar o exercicio de suas funcções.

ARTIGO 4

Quando a justiça de um dos dous paizes tiver de receber alguma declaração judicial ou depoimento de um consul geral, consul, vice-consul ou agente consular que seja cidadão do Estado que o nomeou e não exerça algum commercio, convidal-o-ha por escripto a se lhe apresentar, e, em caso de impedimento, deverá pedir seu depoimento por escripto, ou ir á sua residencia ou chancellaria para obtel-o de viva voz.

O dito agente deverá satisfazer esse pedido no mais curto prazo possivel.

ARTIGO 5

Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares poderão collocar por cima da porta exterior da sua chancellaria as armas de sua nação com a seguinte inscripção: *Consulado Geral, Consulado, Vice-Consulado* ou *Agencia Consular do Brazil* ou *da Belgica*, e ahi arvorar a respectiva bandeira.

Poderão igualmente arvorar a bandeira nacional nos escaleres em que embarcarem para exercerem funcções consulares.

ARTIGO 6

As chancellarias consulares serão sempre inviolaveis. As autoridades locais

à l'égard des nationaux dans le lieu de sa résidence, sans que toutefois cette obligation puisse servir d'obstacle à l'exercice de ses fonctions.

ARTICLE 4

Quand la justice de l'un des deux pays aura quelque déclaration juridique ou déposition à recevoir d'un consul général, d'un consul, d'un vice-consul ou d'un agent consulaire citoyen de l'État qui l'a nommé et n'exerçant aucun commerce, elle l'invitera par écrit à se présenter devant elle, et, en cas d'empêchement, elle devra lui demander son témoignage par écrit, ou se transporter à sa demeure ou chancellerie pour l'obtenir de vive voix.

Le dit agent devra satisfaire à cette demande dans le plus bref délai possible.

ARTICLE 5

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls, et agents consulaires pourront placer au dessus de la porte extérieure de leurs chancelleries, un écusson aux armes de leur nation, avec une inscription portant ces mots: *Consulat Général, Consulat, Vice-consulat* ou *Agence Consulaire du Brésil* ou *de Belgique*, et y arborer le drapeau de leur nation.

Ils pourront de même arborer le pavillon national sur le bateau qu'ils monteront dans le port pour l'exercice de leurs fonctions.

ARTICLE 6

Les chancelleries consulaires seront en tout temps inviolables. Les autorités

não poderão invadir-as sobre qualquer pretexto que seja, nem, em caso algum, examinar ou apprehender os papeis que nellos estiverem depositados. Em nenhum caso poderão as ditas chancellarias servir de logares de asylo, e si um agente consular se achar envolvido em outros negocios, serão guardados separadamente os papeis referentes ao consulado.

ARTIGO 7

Em caso de morte, impedimento ou ausencia dos consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, os chancelleros ou secretarios, depois de notificado o seu character official ao Ministro dos Negocios Estrangeiros no Brazil ou na Belgica, serão de pleno direito admittidos a gerir interinamente os negocios do Consulado, e gozarão durante essa gestão temporaria de todos os direitos, prerogativas e immunidades concedidos aos titulares.

ARTIGO 8

Os consules geraes e consules poderão nos casos permittidos pelas leis de seu paiz nomear, com approvação dos respectivos Governos, vice-consules e agentes consulares nas cidades, portos e logares comprehendidos no seu districto. Esses agentes poderão ser escolhidos indistinctamente entre os brasileiros, os belgas ou os cidadãos de outros paizes. Serão munidos de uma carta patente regular e gozarão dos privilegios estipulados nesta Convenção a favor dos

locales ne pourront les envahir, sous aucun prétexte. Elles ne pourront, dans aucun cas, visiter ni saisir les papiers qui y seront enfermés. Les chancelleries consulaires ne sauraient, dans aucun cas, servir de lieux d'asile, et si un agent du service consulaire est engagé dans d'autres affaires, les papiers se rapportant au consulat seront tenus séparément.

ARTICLE 7

En cas de décès, d'empêchement ou d'absence des consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires, leurs chancelliers ou secrétaires, après que leur caractère officiel aura été notifié au Ministère des Affaires Étrangères au Brésil ou en Belgique, seront de plein droit admis à gérer, par intérim, les affaires des postes respectifs, et jouiront, pendant la durée de cette gestion temporaire, de tous les droits, prerogatives et immunités accordés aux titulaires.

ARTICLE 8

Les consuls généraux et consuls pourront, pour autant que les lois de leur pays le leur permettent, nommer, avec l'approbation de leurs Gouvernements respectifs, des vice-consuls et agents consulaires dans les villes, ports et places compris dans leurs arrondissement. Ces agents pourront être choisis indistinctement parmi les Brésiliens, les Belges ou les citoyens d'autres pays. Ils seront munis d'une commission régulière et jouiront des privilèges stipulés dans cette Con-

agentes do serviço consular, ficando sujeitos ás excepções estabelecidas nos artigos 3 e 4.

ARTIGO 9

Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, ou aquellas que suas vezes fizerem, poderão dirigir-se ás autoridades do seu districto, e, em caso de necessidade, na falta de agente diplomatico de sua nação, recorrer ao Governo do paiz em que exercerem suas funcções para reclamar contra qualquer infracção dos tratados ou convenções existentes, ou contra os abusos de que se queixem seus nacionaes.

ARTIGO 10

Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares terão o direito de receber na sua chancellaria, na sua casa particular, na das partes, ou a bordo das embarcações, as declarações dos capitães e tripolações dos navios do seu paiz, dos passageiros que se achem a bordo e de qualquer outro cidadão de sua nação. Além disso, terão o direito de receber, de conformidade com as leis e regulamentos de seu paiz, nas suas chancellarias ou escriptorios, quaesquer actos convencionaes entre seus concidadãos e cidadãos ou outros habitantes do paiz em que residirem, e mesmo entre estes ultimos, comtanto que se refram a bens situados ou a negocios que tenham de ser tratados no territorio da nação a que

ventionen faveur des agents du service consulaire, en se soumettant aux exceptions spécifiées dans les articles 3 et 4.

ARTICLE 9

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires, ou ceux qui les remplaceraient, pourront s'adresser aux autorités de leur arrondissement, et, en cas de nécessité, en l'absence d'un agent diplomatique de leur nation, recourir au Gouvernement du pays où ils exercent leurs fonctions, pour réclamer contre toute infraction aux traités ou conventions existantes, ou contre les abus dont leurs nationaux auraient à se plaindre.

ARTICLE 10

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires auront le droit de recevoir dans leurs chancelleries, dans leur demeure privée, dans celle des parties ou à bord des bâtimens, les déclarations des capitaines et équipages des navires de leurs pays, des passagers qui se trouvent à bord et de tout autre citoyen de leur nation. Les dits agents auront, en outre, le droit de recevoir, conformément aux lois et règlements de leur pays, dans leurs chancelleries ou bureaux, tous actes conventionnels passés entre les citoyens de leur pays et des citoyens ou autres habitants du pays où ils résident, et même tous actes de ces derniers, pourvu que ces actes aient rapport à des biens situés ou à des affaires à

pertencer o consul ou agente perante o qual forem passados.

Os traslados dos ditos actos, e os documentos officiaes de qualquer especie, quer em original, ou por cópia ou traducção, devidamente legalizados pelos consules geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares, e munidos do respectivo sello official, farão fé perante qualquer tribunal do Brazil ou da Belgica.

ARTIGO 11

Os consules geraes, consules, vice-consulês e agentes consulares respectivos serão exclusivamente encarregados de manter a ordem interior a bordo dos navios de commercio de sua nação, e serão os unicos competentes para conhecer de todas as desavenças que tiverem sobrevindo no mar ou que sobrevierem nos portos entre os capitães, os officiaes e os homens da tripolação, por qualquer motivo que seja, especialmente as que disserem respeito ao ajuste dos salarios e á execução das obrigações reciprocamente consentidas. As autoridades locais não poderão intervir nessas desavenças, salvo si forem de natureza tal que perturbem a tranquillidade e a ordem publica em terra ou no porto, ou si pessoa do paiz ou estrangeira á tripolação nellas se achar envolvida.

Em todos os outros casos as referidas autoridades se limitarão a prestar aos consules e vice-consules ou agentes consulares todo auxilio, si este fór requisitado, para fazer prender e encarcerar qualquer individuo inscripto no rol de

tratar sur le territoire de la nation à laquelle appartiendra le consul ou l'agent devant lequel ils seront passés.

Les expéditions des dits actes, et les documents officiels de toute espèce, soit en original, ou copie, ou en traduction, dûment legalisés par les consuls généraux, consuls, vice-consuls ou agents consulaires, et munis de leur cachet officiel, feront foi en justice dans tous les tribunaux du Brésil ou de Belgique.

ARTICLE 11

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires respectifs seront exclusivement chargés du maintien de l'ordre intérieur à bord des navires de commerce de leur nation, et connaîtront seuls de tous différends qui se seront élevés en mer ou s'élèveront dans les ports entre les capitaines, les officiers et les hommes de l'équipage, à quelque titre que se soit, particulièrement pour le règlement des salaires et l'exécution des engagements réciproquement consentis. Les autorités locales ne pourront intervenir que lorsque les désordres survenus seraient de nature à troubler la tranquillité et l'ordre public à terre ou dans le port, ou quand une personne du pays ou ne faisant pas partie de l'équipage s'y trouvera mêlée.

Dans tous les autres cas les autorités précitées se borneront à prêter tout appui aux consuls et vice-consuls ou agents consulaires, si elles en sont requises par eux, pour faire arrêter et conduire en prison tout individu inscrit sur le rôle de

equipagem, todas as vezes que por algum motivo os ditos agentes o julgarem conveniente.

ARTIGO 12

Os consules geras, consules, vice-consules e agentes consulares poderão fazer prender os officiaes, marinheiros e outras pessoas pertencentes, por qualquer titulo que seja, á tripolação dos navios de guerra ou mercantes de sua nação, que forem culpados ou accusados de terem desertado dos ditos navios, e reenvia-los para bordo ou para seus paizes. Para este fim elles se dirigirão por escripto ás autoridades locais competentes dos respectivos paizes, pedindo a entrega desses desertores, e justificando pela exhibição dos registros do navio ou do rol da equipagem, ou por outros documentos officiaes, que os homens reclamados faziam parte da dita tripolação.

A vista deste pedido, assim justificado, a entrega dos desertores não lhes poderá ser recusada, salvo si ficar devidamente provado que no momento da sua inscripção no rol d'equipagem eram cidadãos do paiz onde a extradição fôr reclamada. Dar-se-lhes-ha todo auxilio e protecção para a busca e captura dos ditos desertores, que serão detidos e conservados nas cadeias do paiz a pedido e á custa dos consules, até que estes agentes achem occasião de os fazer partir. Si comtudo essa occasião não se apresentar no prazo de tres mezes, a contar do dia da prisão, os desertores serão postos em liberdade

l'équipage, chaque fois que, pour un motif quelconque, les dits agents le jugeront convennable.

ARTICLE 12

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls et agents consulaires pourront faire arrêter les officiers, matelots et toutes les autres personnes faisant partie des équipages, à quelque titre que ce soit, des bâtimens de guerre ou de commerce de leur nation, qui seraient prévenus ou accusés d'avoir déserté les dits bâtimens pour les renvoyer à bord ou les transporter dans leur pays. A cette effet, ils s'adresseront, par écrit, aux autorités locales compétentes des pays respectifs, et leur feront, par écrit, la demande de ces déserteurs, en justifiant, par l'exhibition des registres du bâtiment, ou du rôle d'équipage, ou par d'autres documents officiels, que les hommes qu'ils réclament faisaient partie du dit équipage.

Sur cette seule demande, ainsi justifiée, la remise des déserteurs ne pourra leur être refusée, à moins qu'il ne soit dûment prouvé qu'ils étaient citoyens du pays ou l'extradition est réclamée, au moment de leur inscription sur le rôle. Il leur sera donné toute aide et protection pour la recherche, la saisie et l'arrestation de ces déserteurs, qui seront même détenus et gardés dans les prisons du pays, à la requisition et aux frais des consuls, jusqu'à ce que ces agents aient trouvé une occasion de les faire partir. Si pourtant cette occasion ne se présentait pas dans un délai de trois mois,

e não poderão mais ser presos pela mesma causa.

Si o desertor tiver commettido algum delicto, e o tribunal competente para conhecer da causa reclamar e exercer o seu direito, a entrega será adiada até que a sentença do mesmo tribunal haja sido proferida e executada.

ARTIGO 13

Não havendo estipulações em contrario entre os armadores, carregadores e seguradores, todas as avarias soffridas no mar pelos navios dos dois paizes, quer elles entrem voluntariamente no porto, ou por arribada forçada, serão reguladas pelos consules geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares dos paizes respectivos.

Si, entretanto, habitantes do paiz ou cidadãos de uma terceira nação, forem interessados nas ditas avarias, e as partes não se pudrem entender amigavelmente, terão o direito de recorrer á autoridade local competente.

ARTIGO 14

Todas as operações relativas ao salvamento dos navios brasileiros naufragados nas costas da Belgica e dos navios belgas naufragados nas costas do Brazil, serão dirigidas pelos consules geraes, consules e vice-consules dos dous paizes, e, até á sua chegada, pelos agentes consulares respectivos em qualquer parte onde existirem agencias; nos logares e portos onde não

ESTR. 8

à partir du jour de l'arrestation, les déserteurs seraient mis en liberté et ne pourraient plus être arrêtés pour la même cause.

Si le déserteur avait commis quelque délit et que le tribunal qui a droit d'en connaître, réclame et exerce ce droit, la remise sera différée jusqu'à ce que le jugement du tribunal ait été prononcé et exécuté.

ARTICLE 13

A moins de stipulations contraires entre les armateurs, chargeurs et assureurs, toutes avaries essuyées à la mer par les navires des deux pays, soit qu'ils abordent volontairement au port, soit qu'ils se trouvent en relâche forcée, seront réglées par les consuls généraux, consuls, vice-consuls ou agents consulaires des pays respectifs.

Si, cependant, des habitants du pays ou des citoyens d'une tierce nation se trouvaient intéressés dans les dites avaries, et que les parties ne puissent s'entendre à l'amiable, le recours à l'autorité locale compétente serait de droit.

ARTICLE 14

Toutes les opérations relatives au sauvetage des navires brésiliens naufragés sur les côtes de Belgique, et des navires belges sur les côtes du Brésil, seront dirigées par les consuls généraux, consuls et vice-consuls des deux pays respectifs, et, jusqu'à leur arrivée, par les agents consulaires respectifs, là où il existera une agence; dans les lieux et ports où il

existirem agencias, as autoridades locais, enquanto esperarem pela chegada do consul em cujo districto houver occorrido o naufragio, e que deverá ser immediatamente informado, tomarão todas as medidas necessarias para a protecção dos individuos e a conservação dos objectos naufragados.

As autoridades locais só terão de intervir para manter a ordem, garantir os interesses dos salvadores, si forem estranhos ás tripulações naufragadas, e assegurar a execução das disposições que se deverão observar para a entrada e saída das mercadorias salvas.

Fica entendido que essas mercadorias não serão sujeitas a direito algum de alfandega, excepto si forem admittidas a consumo no paiz onde se tiver dado o naufragio.

A intervenção das autoridades locais nestes differentes casos não motivará despesas de qualidade alguma, excepto aquellas a que podem dar logar as operações de salvamento e a conservação dos objectos salvados, e outras a que nas mesmas circumstancias estiverem sujeitos os navios nacionaes.

ARTIGO 15

Em caso de fallecimento de subdito Brasileiro na Belgica, ou de subdito Belga no Brazil, si não houver herdeiro conhecido ou presente, ou executor testamentario instituido pelo fallecido, as autoridades locais competentes informarão desta circumstancia os consules ou agentes consulares da nação a que tiver

n'existeria pas d'agence, les autorités locales auront, en attendant l'arrivée du consul dans l'arrondissement duquel le naufrage aurait eu lieu, et qui devrait être immédiatement prévenu, à prendre toutes les mesures nécessaires pour la protection des individus et la conservation des effets naufragés.

Les autorités locales n'auront, d'ailleurs, à intervenir que pour maintenir l'ordre, garantir les intérêts des sauveteurs, s'ils sont étrangers aux équipages naufragés, et assurer l'exécution des dispositions à observer pour l'entrée et la sortie des marchandises sauvées.

Il est bien entendu que ces marchandises ne seront tenues à aucun droit de douane, à moins qu'elles ne soient destinées à être livrées à la consommation dans le pays ou le naufrage aurait eu lieu.

L'intervention des autorités locales dans ces différents cas n'occasionnera des frais d'aucune espèce, hors ceux auxquels donneraient lieu les opérations du sauvetage et la conservation des objets sauvés, ainsi que ceux auxquels seraient soumis, en pareil cas, les navires nationaux.

ARTICLE 15

En cas de décès d'un sujet Brésilien en Belgique, ou d'un sujet Belge au Brésil, s'il n'y a aucun héritier connu ou présent, ou aucun exécuteur testamentaire institué par le défunt, les autorités locales compétentes informeront de la circonstance les consuls ou agents consulaires de la nation à laquelle le défunt appar-

pertencido o finado, afim de que a respectiva comunicação possa ser feita ás partes interessados.

Os consules geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares terão o direito de praticar por si mesmos, ou por meio de delegados, todos os actos necessários para a conservação e administração da herança, no interesse dos herdeiros ou credores, ausentes ou menores, até que se achem representados.

ARTIGO 16

A presente convenção ficará em vigor por espaço de cinco annos, a contar da troca das ratificações á qual se procederá no Rio de Janeiro logo que fôr possível. No caso em que nenhuma das Partes houver notificado, doze mezes antes de findar o dito prazo de cinco annos, a sua intenção de não renovar esta convenção, continuará ella em vigor por mais um anno, e assim por diante de anno em anno, até a expiração de um anno, a contar do dia em que uma das duas Partes a tiver denunciado.

Em fé do que os Plenipotenciarios respectivos a assignarom e sellaram em duplicata.

Feita no Rio de Janeiro, aos trinta dias do mez de setembro do anno de mil oitocentos oitenta dous.

(L. S.) L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

(L. S.) FRÉDÉRIC HOORICKX.

tient, afin qu'il puisse en être immédiatement donné connaissance aux parties intéressées.

Les consuls généraux, consuls, vice-consuls ou agents consulaires auront le droit de poser par eux-mêmes ou par délégué tous actes nécessaires à la conservation et à l'administration de la succession, dans l'intérêt des héritiers ou créanciers, absents ou mineurs, jusqu'à ce que ceux-ci soient dûment représentés.

ARTICLE 16

La présente Convention restera en vigueur pendant cinq ans à partir de l'échange des ratifications, auquel il sera procédé à Rio de Janeiro aussitôt que faire se pourra. Dans le cas où aucune des Parties n'aurait notifié, douze mois avant l'expiration de la dite période de cinq ans, son intention de ne pas renouveler cette Convention, celle-ci continuera à rester en vigueur encore une année, et ainsi de suite d'année en année jusqu'à l'expiration d'une année à partir du jour où l'une ou l'autre des parties l'aura dénoncée.

En foi de quoi, les plénipotentiaires respectifs l'ont signée et scellée en double expédition.

Fait à Rio de Janeiro, le trente du mois de septembre de l'an mil huit cent quatre-vingt deux.

(L. S.) L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

(L. S.) FRÉDÉRIC HOORICKX.

E sendo-Nos presente a mesma Convenção, que fica acima inserida, e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo quanto nella se contém, a Approvamos, Confirmamos e Ratificamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações ; e pela presente a Damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito, Promettendo em Fé e Palavra Imperial cumpril-a inviolavelmente e Fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, Fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, sellada com o sello das Armas do Imperio, e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos onze dias do mez de agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e tres.

PEDRO. Imperador (com Guarda)

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

CHILE EM COMMUN COM A ITALIA, A GRAN-BRETANHA E A REPUBLICA FRANCEZA

Convenções para o julgamento de reclamações provenientes de operações executadas por forças Chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia.
— Commissões Mixtas. — Juiz Brasileiro.

RECLAMAÇÕES ILALIANAS

N. 36

Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial

Republica de Chile. — Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Mayo 10 de 1883.

Señor Ministro. — La guerra que Chile sostiene con las Repúblicas del Perú i de Bolivia ha dado origen a diversas reclamaciones deducidas contra mi Gobierno por súbditos o ciudadanos extranjeros que se dicen damnificados a consecuencia de las operaciones bélicas ejecutadas por nuestras fuerzas en los territorios enemigos.

Con el objeto de asegurar una solucion amistosa i justiciera a esas reclamaciones, mi Gobierno ha decidido establecer un sistema de arbitraje misto que ha sido ensayado, como V. E. lo sabe, con resultado satisfactorio por diversas naciones extranjeras. Al efecto, se han ajustado hasta el presente tres Convenciones que responden al propósito enunciado, con los Gobiernos de Inglaterra, Francia e Italia.

Con fecha 30 del próximo pasado mes han sido anejadas las Ratificaciones del último de estos pactos, i los Gobiernos de Chile e Italia se encuentran por consiguiente en aptitud de proceder a la constitucion del respectivo tribunal arbitral.

Este tribunal habrá de componerse de tres miembros, de los cuáles uno será nombrado por el Presidente de la República de Chile i otro por Su Majestad el Rei de Italia.

Para proveer a la designacion del Juez tercero mi Gobierno tuvo la honra de proponer a Su Majestad el Emperador del Brasil, que había sido ya aceptado en las Convehciones ajustadas con los Gobiernos de Inglaterra i de Francia i que lo fué a su vez por el Gobierno Italiano, cuyo representante en Chile tuvo a bien desistir de la insinuacion que respecto de S. M. el Emperador de Austria había hecho con tal objeto.

Al participar a V. E. lo que dejo referido, acompañándole copia autorizada del testo de la Convencion de Arbitraje concluida con el Reino de Italia, mi Gobierno se halaga con la esperanza de que Su Majestad el Emperador se dignará aceptar el encargo que ese pacto le confiere y procederá, en consecuencia, a designar por si o por medio del honorable representante que tiene acreditado en Chile, la persona que debe integrar la Comision Mista Chileno-Italiana.

Aprovecho esta oportunidad para ofrecer a V. E. el homenaje de mis sentimientos de elevada consideracion, con que me suscribo de V. E.

Atento e Seguro Servidor,

LUIS ALDUNATE.

Al Exm.º Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil.

Convenção a que se refere a nota precedente

Su Excelencia el Presidente de la Republica de Chile i Su Majestad el Rei de Italia, deseando poner un término amistoso a las reclamaciones deducidas por súbditos italianos i apoyadas por la Legacion de Italia en Chile, con motivos de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante la presente guerra, han acordado celebrar una Convencion de Arbitraje i con esta mira han nombrado por sus Plenipotenciarios respectivos :

Su Excelencia el Presidente de la República de Chile al Señor Luis Aldunate, Ministro de Relaciones Exteriores de la República ;

Su Majestad el Rei de Italia al Señor Roberto Magliano, su Encargado de Negocios en Chile.

Los cuales Plenipotenciarios, despues de haber examinado i canjeado sus poderes i de hallarlos en buena i debida forma, han convenido en los siguientes artículos :

ARTÍCULO I

Un Tribunal Arbitral o Comision Mista Internacional decidirá en la forma i segun los términos que se establecen en esta Convencion, todas las reclamaciones que con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de mar i tierra de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante la presente guerra, se han deducido hasta ahora o se dedujeren en lo sucesivo por súbditos italianos con el patrocinio de la Legacion de Italia en Chile, dentro del plazo que se indicará mas adelante.

ARTÍCULO II

La comision se compondra de tres miembros: uno nombrado por Su Exce-lencia el Presidente de la República de Chile, otro por Su Majestad el Rei de Italia i el tercero por Su Majestad el Emperador del Brasil, bien fuese directamente o por intermedio del Ajente diplomático que tuviere acreditado en Chile.

En los casos de muerte, ausencia o inhabilitacion por cualquier otro motivo de alguno o de algunos de los miembros de la Comision, se procederá a su reemplazo en la forma i condiciones respectivamente espresadas en el inciso precedente.

ARTÍCULO III

La Comision Mista examinará i decidirá las reclamaciones que los súbditos italianos han deducido hasta el dia o dedujeren en lo sucesivo por el correspondiente órgano diplomático con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por los ejércitos i escuadras de la República desde el 14 de febrero de mil ochocientos setenta i nueve, fecha del rompimiento de las hostilidades, hasta el dia en que se ajusten tratados de paz o pactos de tregua entre las naciones belijerantes o hasta aquel en que cesen de hecho las hostilidades entre las tres naciones en guerra.

ARTÍCULO IV

La Comision Mista dará acogida a los medios probatorios o de investigacion que, segun el criterio i recto discernimiento de sus miembros, fueren conducentes al

mejor esclarecimiento de los hechos controvertidos i especialmente a la calificación del estado i carácter neutral del reclamante.

La Comisión admitirá también las alegaciones verbales o escritas de ambos Gobiernos o de sus respectivos Agentes o defensores.

ARTÍCULO V

Cada Gobierno podrá constituir un agente que vigile el interés de su parte i atienda a su defensa, presente peticiones, documentos, interrogatorios, ponga i absuelva posiciones, apoye sus cargos o redarguya los contrarios, rinda su prueba espongía ante la Comisión por sí o por el órgano de un letrado verbalmente o por escrito, conforme a las reglas de procedimiento i tramitación que la misma Comisión acordare al iniciar sus funciones, las doctrinas, principios legales o precedentes que convenga a su derecho.

ARTÍCULO VI

La Comisión Mista decidirá las reclamaciones en mérito de la prueba rendida i con arreglo a los principios del Derecho internacional i a las prácticas i jurisprudencia establecidas por los tribunales análogos modernos de mayor autoridad i prestigio, librando sus resoluciones, interlocutorias o definitivas por mayoría de votos.

La Comisión Mista espondrá brevemente en cada juzgamiento definitivo, los hechos i causales de la reclamación, los motivos alegados en su apoyo o en su contradicción, i los fundamentos de derecho internacional que justifiquen sus resoluciones.

Las resoluciones i decretos de la Comisión serán escritas, firmadas por todos sus miembros, i autorizadas por su Secretario; i si dejarán orijinales, con su respectivo expediente, en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, dándose a las partes los traslados que solicitaren.

La Comisión llevará un libro o registro en que se anoten sus procedimientos, las peticiones de los reclamantes i los decretos i decisiones que librare.

La Comisión Mista funcionará en Santiago.

ARTÍCULO VII

La Comisión tendrá la facultad de proveerse de secretarios, relatores i demás oficiales que estime necesarios para el buen desempeño de sus funciones.

Corresponde a la Comision proponer a las personas que hayan de desempeñar respectivamente aquellas funciones, i designar los sueldos o remuneraciones que hayan de asignárseles.

El nombramiento de los espresados oficiales se hará por Su Excelencia el Presidente de la República de Chile.

Los decretos de la Comision Mista que hayan de cumplirse en Chile, tendrán el ausilio de la fuerza pública, como los espeditos por los tribunales ordinarios del país. Los que hayan de ejecutarse en el extranjero se llevaran a efecto conforme a las reglas i usos del derecho internacional privado.

ARTÍCULO VIII

Las reclamaciones serán presentadas a la Comision Mista dentro de los seis meses subsiguientes a la fecha de su primera sesion, e las que se presentaren despues de transcurrido este plazo no serán admitidas. Sinembargo, si al vencimiento del plazo establecido en este inciso, subsistiere el estado de guerra i se produjesen nuevas reclamaciones fundadas en hechos sobrevinientes, la Comision Mista quedará habilitada para resolverlas siempre que le fueren presentadas con seis meses de anterioridad al término señalado en el artículo noveno para evacuar su encargo.

Para los efectos de la disposicion contenida en el inciso precedente, la Comision Mista publicará en el *Diario Oficial* de la República de Chile un aviso en el cual se espresé la fecha de su instalacion.

ARTÍCULO IX

La Comision tendrá para evacuar su encargo en todas las reclamaciones sujetas a su conocimiento i decision, el plazo de dos años contados desde el día en que se declare instalada. Trascurrido este plazo, la Comision tendrá la facultad de prorogar sus funciones por un nuevo período que no podrá exceder de seis meses, en caso que por enfermedad o inhabilidad temporal de alguno de sus miembros, o por otro motivo de calificada gravedad, no hubiese alcanzado a desempeñar su cometido dentro del plazo fijado en el primer inciso.

ARTÍCULO X

Cada uno de los Gobiernos contratantes sufragará los gastos de sus propias jestionés i los honorarios de sus respectivos ajentes o defensores. Las espensas de

la organizacion de la Comision Mista, los honorarios de sus miembros, los sueldos de los secretarios, relatores i otros empleados, e demas gastos i costos de servicio comun, serán pagados entre ámbos Gobiernos por mitad; pero, si hubiere cantidades juzgadas a favor de los reclamantes, se deducirán de éstas las antedichas espensas i gastos comunes, en cuanto no excedan del seis por ciento de los valores que haya de pagar el tesoro de Chile por la totalidad de las reclamaciones aceptadas.

Las sumas que la Comision Mista juzgue en favor de los reclamantes, serán entregadas por el Gobierno de Chile al Gobierno de Italia por conducto de su Legacion en Santiago o de la persona que esta designare en el termino de un año a contar desde la fecha de su respectiva resolucion, sin que durante este plazo devenguen dichas sumas interés alguno en favor de los espresados reclamantes.

ARTÍCULO XI

Las altas partes contratantes se obligan a considerar los juzgamientos de la Comision Mista que se organiza por este tratado, como una terminacion satisfactoria perfecta e irrevocable de las dificultades cuyo arreglo se ha tenido en mira, i en la intelijencia de que todas las reclamaciones de los súbditos italianos presentadas u omitidas en las condiciones señaladas en los artículos precedentes, se tendrán por decididas i juzgadas definitivamente i de modo que por ningun motivo o preteso puedan ser materia de nuevo exámen o discusion.

ARTÍCULO XII

La presente Convencion será ratificada por las altas partes contratantes i el canje de estas ratificaciones se verificará en Santiago tan luego como fuere posible.

En fé de lo cual los Plenipotenciarios de la República de Chile i del Reino de Italia firmaron la presente Convencion, en doble ejemplar, i en los idiomas español e italiano, i la sellaron con sus respectivos sellos.

Hecha en Santiago de Chile, a los siete dias del mes de Diciembre del año de N. S. mil ochocientos ochenta i dós.— (L. S.) *Luis Aldunate*.— (L. S.) *Roberto Magliano*.

Está conforme.— El Oficial Mayor del Ministerio de Relaciones Exteriores, *Eduardo Juares Mujica*.

N. 37

Nota da Legação Italiana ao Governo Imperial

(Traducção) Petropolis, 23 de Junho de 1883

Senhor Ministro.— O Governo do Rei concluiu com a Republica do Chile uma convenção que submette ao juizo de uma commissão arbitral ás reclamações dos subditos italianos provenientes de actos e operações das forças de terra e mar da Republica nas costas e territorios do Perú e da Bolivia durante a presente guerra.

O artigo 2º desta convenção dispõe que a commissão arbitral será composta de tres membros, sendo um nomeado por Sua Magestade o Rei de Italia, outro por Sua Excellencia o Presidente da Republica do Chile, e o terceiro por Sua Magestade o Imperador do Brazil directamente ou por meio do Agente Diplomatico acreditado em Santiago.

O Governo Italiano nutre a esperanza de que esta disposição da convenção poderá merecer o agrado de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II, a quem estima poder dar este testemunho de amizade e elevada confiança, proposto por sua iniciativa.

Transmittindo-lhe portanto, Senhor Ministro, cópia da convenção estipulada e participando-lhe que as ratificações foram trocadas em Santiago a 30 de Abril ultimo, tenho a honra de pedir a V. Ex., em nome do meu Governo, queira rogar a Sua Magestade o Imperador que se digne de nomear o terceiro arbitro em virtude do artigo 2º da convenção.

Aceite, Sr. Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Conselheiro F. de C. Soares Brandão, Ministro dos Negocios Estrangeiros, etc., etc.

A. DE FORESTA.

N. 38

Nota do Governo Imperial ao do Chile

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 5 de Julho de 1883

Senhor Ministro. — Tenho a satisfação de communicar a V. Ex., em resposta á sua nota de 10 de Maio ultimo, que Sua Magestade o Imperador, apreciando devidamente o testemunho de amizade e confiança que lhe dão a Republica do Chile e o Reino de Italia, aceitou com prazer o encargo, que lhe conferiram pela convenção de 7 de Dezembro do anno proximo passado, de nomear o terceiro membro da commissão arbitral que tem de julgar as reclamações dos subditos italianos, provenientes de prejuizos a elles causados por forças chilenas em suas operações nos territorios e costas do Perú e da Bolivia. A escolha de Sua Magestade recahiu na pessoa do Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto, actualmente Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Washington.

Aproveito com prazer esta oportunidade para ter a honra de offerecer a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Luiz Aldunate, Ministro das Relações Exteriores da Republica do Chile.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 39

Nota do Governo Imperial á Legação Italiana

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 5 de Julho de 1883

Tive a honra de receber a nota, que o Sr. Cavalheiro A. de Foresta, Encarregado de Negocios de Italia, serviu-se dirigir-me em 23 do mez proximo passado, remettendo-me cópia impressa da convenção concluída em 7 de Dezembro ultimo

entre o dito Reino e a Republica do Chile, e manifestando de ordem do seu Governo a esperança de que seja do agrado do Imperador nomear em virtude do art. 2º da mesma convenção o terceiro membro da commissão arbitral que tem de julgar as reclamações dos subditos Italianos provenientes de prejuizos a elles causados por forças chilenas em suas operações nos territorios e costas do Perú e da Bolivia.

Em resposta tenho a satisfação de communicar ao Sr. Encarregado de Negocios que Sua Magestade, apreciando devidamente o testemunho de amizade e confiança que lhe dão as duas Altas Partes contractantes, aceitou com prazer o encargo de fazer a nomeação de que se trata, e que a sua escolha recahiu na pessoa do Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto, actualmente Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Washington.

Aproveito com prazer este ensejo para reiterar ao Sr. Cavalheiro de Foresta as seguranças da minha mui distincta consideração.

Ao Sr. Cavalheiro A. de Foresta.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 40

Nota da Legação Italiana ao Governo Imperial

(Tradução) Rio de Janeiro, 6 de Julho de 1883

Senhor Ministro.— Tive a honra de receber a nota, datada de hontem, pela qual Vossa Excellencia se serve communicar-me que Sua Magestade o Imperador, apreciando devidamente a prova de amizade e confiança que lhe deram os Governos de Italia e do Chile, digna-se de aceitar com prazer o encargo de designar o terceiro arbitro da commissão que deve julgar as reclamações de subditos Italianos provenientes dos actos e operações das forças chilenas nos territorios

e costas do Perú e da Bolivia. Com este fim, acrescenta Vossa Excellencia, Sua Magestade fez recahir a sua escolha na pessoa do Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto, actualmente Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Washington.

Agradeço a Vossa Excellencia esta cortez communicação que me apressei a levar ao conhecimento do meu Governo, e aproveito a occasião para offerecer-lhe, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração.

A Sua Excellencia o Sr. Conselheiro F. de C. Soares Brandão, Ministro dos Negocios Estrangeiros, etc., etc., etc., Còrte.

A. DE FORESTA,

N. 41

Nota do Governo do Chile ao Governo Imperial

República de Chile.— Ministerio de Relaciones Exteriores. Santiago, Agosto 6 de 1883

Señor Ministro. — He tenido el honor de recibir la atenta communicacion de V. E. fechada en Rio Janeiro el 5 de Julio próximo pasado, i destinada a instruirme de que Su Majestad el Emperador, aceptando el encargo que le confirió el articulo 2º de la convencion chileno-italiana de 7 de Diciembre de 1882, ha tenido a bien designar al Señor Consejero Don Felipe Lopes Netto, actual Ministro del Brasil en Washington, para formar parte de la comision arbitral encargada de fallar las reclamaciones de los subditos italianos, provenientes de perjuicios causados por las fuerzas chilenas en la guerra con el Perú i Bolivia.

El Gobierno de Chile ha sido particularmente sensible a la benévola deferencia con que Su Majestad el Emperador ha tenido a bien aceptar aquel encargo i no ha

podido mirar tampoco sin una sincera satisfaccion el nombramiento del distinguido hombre publico a quien se ha encomendado el cargo de Juez tercero.

Ruego a V. E. se digne ser intérprete de estos sentimientos ante Su Majestad el Emperador i acepte el homenaje de mi mas elevada consideracion con que soi de V. E.

Atento i Seguro Servidor,

LUIS ALDUNATE.

Al Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil.

RECLAMAÇÕES BRITANICAS

N. 42

Nota do Governo do Chile ao Governo Imperial

Republica de Chile. Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Junio 27 de 1883

Señor Ministro. — Con fecha 10 de Mayo ultimo tuve el honor de manifestar a V. E. que mi Gobierno habia ajustado con los Gobiernos de Gran Bretaña, de Francia i de Italia, tres Convenciones de Arbitraje Misto, a fin de resolver de una manera amistosa i justiciera las diversas reclamaciones deducidas contra el Gobierno de Chile por ciudadanos extranjeros que se dicen damnificados a causa de las operaciones belicas ejecutadas por nuestras fuerzas en los territorios del Peru i de Bolivia.

Mé fué grato significar tambien a V. E. en el citado despacho que la designacion del Juez tercero de esos tribunales mistos, está conferida por las respectivas Convenciones a S. M. el Emperador del Brasil.

Cúmpleme al presente comunicar a V. E. que, con fecha 2 del presente mes, han sido canjeadas las ratificaciones de la Convencion de Arbitraje concluida con S. M. la Reina del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda; i confiando mi Gobierno en que S. M. el Emperador se dignará aceptar el encargo que ese pacto le confiere, espero que tendrá a bien designar por si o por medio del honorable representante que tiene acreditado en Chile, la persona que deba integrar la Comision mista chileno-britanica.

Al participar a V. E. lo que dejo referido, acompañandole el testo inpreso de la Convencion de Arbitraje ultimamente canjeada, tengo el honor de reiterar a V. E. los sentimientos de distinguida consideracion con que soi de V. E.

Atento i Seguro Servidor,

LUIZ ALDUNATE.

Al Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil.

Convenção a que se refere a nota precedente

Convencion de Arbitraje entre la República de Chile i el Reino de la Gran Bretaña

Domingo Santa Maria, Presidente de la Republica de Chile

Por cuanto entre la Republica de Chile i el Reino de Gran Bretaña se negoció, concluyó i firmó el cuatro de Enero de mil ochocientos ochenta i tres por medio de Plenipotenciarios competentemente autorizados al efecto, una Convencion de Arbitraje cuyo tenor literal es a la letra como sigue:

« Su Excelencia el Presidente de la República de Chile i el Gobierno de Su Majestad la Reina del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda, deseando poner un término amistoso a las reclamaciones deducidas por súbditos i apoyadas por la Legacion Británica en Chile con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante

la presente guerra, han acordado celebrar una Convencion de Arbitraje, i con esta mira han nombrado por sus Plenipotenciarios respectivos:

« S. E. el Presidente de la República de Chile al Señor Luis Aldunate, Ministro de Relaciones Exteriores de la República, i

« El Gobierno de Su Majestad Británica al Señor James de Vismes Drummond Hay, Caballero de la mui honorable Orden del Baño, Encargado de Negocios de Su Majestad en Chile.

« Los cuales Plenipotenciarios, despues de haber examinado i canjeado sus poderes i de hallarlos en buena i debida forma han convenido en los siguientes artículos:

ARTÍCULO I

« Un tribunal arbitral o Comision Mista Internacional decidirá en la forma i segun los términos que se establecen en esta Convencion, todas las reclamaciones que con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de mar i tierra de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante la presente guerra, se han deducido hasta ahora o se dedujeran en lo sucesivo por subditos Ingleses con el patrocinio de la Legacion Británica en Chile, dentro del plazo que se indicará mas adelante.

ARTÍCULO II

« La Comision se compondrá de tres miembros, uno nombrado por S. E. el Presidente de la República de Chile, otro por el Gobierno de Su Majestad Británica, i el tercero por Su Majestad el Emperador del Brasil bien fuere directamente o por el intermedio del agente diplomático que tuviese acreditado em Chile.

« En los casos de muerte, ausencia o inhabilitacion por cualquier otro motivo de alguno o de algunos de los miembros de la Comision, se proveerá á su reemplazo en la forma i condiciones respectivamente espresadas en el inciso precedente.

ARTÍCULO III

« La Comision Mista examinará i decidirá las reclamaciones que los subditos Ingleses han deducido hasta el dia o dedujeren en lo sucesivo por el correspondiente órgano diplomático con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por los ejércitos i escuadras de la República desde el catorce de Febrero de mil ochocientos

setenta i nueve, fecha del rompimiento de las hostilidades, hasta el día en que se ajusten tratados de paz o pactos de tregua entre las naciones beligerantes o hasta aquel en que cesen de hecho las hostilidades entre las tres naciones en guerra.

ARTÍCULO IV

« La Comision Mista dará acogida á los medios probatorios o de investigacion que, segun el criterio i recto discernimiento de sus miembros, fueren conducentes al mejor esclarecimiento de los hechos controvertidos i especialmente a la calificacion del estado i carácter neutral del reclamante.

« La Comision admitirá tambien las alegaciones verbales o escritas de ámbos Gobiernos o de sus respectivos agentes o defensores.

ARTÍCULO V

« Cada Gobierno podrá constituir un agente que vijile el interes de su parte i atienda a su defensa, presente peticiones, documentos, interrogatorios, ponga o absuelva posiciones, apoye sus cargos o redarguya los contrarios, rinda su prueba i esponga ante la Comision, por si ó por el órgano de un letrado, verbalmente o por escrito, conforme a las reglas de procedimiento i tramitacion que la misma comision acordare al iniciar sus funciones, las doctrinas, principios legales o precedentes que convenga a su derecho.

ARTÍCULO VI

« La Comision Mista decidirá las reclamaciones en merito de la prueba rendida i con arreglo a los principios del derecho internacional i a las prácticas i jurisprudencia establecidas por los tribunales análogos modernos de mayor autoridad i prestigio, librando sus resoluciones interlocutorias o definitivas por mayoria de votos.

« La Comision Mista espondrá brevemente en cada juzgamiento definitivo, los hechos i causales de la reclamacion, los motivos alegados en su apoyo o en su contradiccion i los fundamentos de derecho internacional que justifiquen sus resoluciones. Las resoluciones i decretos de la Comision serán escritos i firmados por todos sus miembros i autorizados por su secretario i se dejarán orijinales con su respectivo expediente en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, dándose a las partes los traslados que solicitaren.

« La Comision llevará un libro de registro en que se anoten sus procedimientos, las peticiones de los reclamantes i los decretos i decisiones que librare.

« La Comision Mista funcionará en Santiago.

ARTÍCULO VII

« La Comision tendrá la facultad de proveerse de secretarios, relatores i demas oficiales que estime necesarios para el buen desempeño de sus funciones.

« Corresponde a la Comision proponer a las personas que hayan de desempeñar respectivamente aquellas funciones i designar los sueldos o remuneraciones que hayan de asignárseles.

« El nombramiento de los espresados oficiales se hará por S. E. el Presidente de la República de Chile.

« Los decretos de la Comision Mista que hayan de cumplirse en Chile tendrán el auxilio de la fuerza pública, como los espeditos por los tribunales ordinarios del pais.

« Los que hayan de ejecutarse en el extranjero se llevarán a efecto conforme a las reglas i usos del derecho internacional privado.

ARTÍCULO VIII

« Las reclamaciones serán presentadas a la Comision Mista dentro de los seis meses subsiguientes a la fecha de su primera sesion i las que se presentaren despues de trascurrido este plazo, no serán admitidas.

« Sin embargo, si al vencimiento del plazo establecido en este inciso, subsistiere el estado de guerra i se produjesen nuevas reclamaciones fundadas en hechos sobrevinientes, La Comision Mista quedará habilitada para resolverlas, siempre que le fueren presentadas con seis meses de anterioridad al término señalado en el artículo IX para evacuar su encargo.

« Para los efectos de la disposicion contenida en el inciso precedente, la Comision Mista publicará en el *Diario Oficial* de la República de Chile un aviso en el cual se espresa la fecha de su instalacion.

ARTÍCULO IX

« La comision tendrá para evacuar su encargo, en todas las reclamaciones sujetas a su conocimiento i decision, el plazo de dos años contados desde el dia en que

se declare instalada. Trascurrido este plazo, la comision tendrá la facultad de prorogar sus funciones por un nuevo periodo que no podrá exceder de seis meses, en caso que por enfermedad o inhabilidad temporal de alguno de sus miembros, o por otro motivo de calificada gravedad, no hubiere alcanzado a desempeñar su cometido dentro del plazo fijado en el primer inciso.

ARTÍCULO X

« Cada uno de los Gobiernos contratantes sufragará los gastos de sus propias jestioncs i los honorarios de sus respectivos agentes o defensores.

« Las espensas de la organizacion de la Comision Mista, los honorarios de sus miembros, los sueldos de los secretarios, relatores i otros empleados, i demas gastos i costos del servicio comun, serán pagados entre ambos Gobiernos por mitad; pero si hubiere cantidades juzgadas a favor de los reclamantes, se deducirán de éstas las antedichas espensas i gastos comunes en cuanto no excedan del seis por ciento de los valores que haya de pagar el tesoro de Chile por la totalidad de las reclamaciones aceptadas.

« Las sumas que la Comision Mista juzgue en favor de los reclamantes, serán entregadas por el Gobierno de Chile á la legacion británica en Santiago, o a la persona que ésta designare en el término de un año, a contar desde la fecha de su respectiva resolucion, sin que durante este plazo devenguen dichas sumas interes alguno en favor de los espresados reclamantes.

ARTÍCULO XI

« Las Altas Partes contratantes se obligan a considerar los juzgamientos de la Comision Mista que se organiza por esta convencion, como una terminacion satisfactoria, perfecta e irrevocable de las dificultades, cuyo arreglo se ha tenido en mira i en la intelijencia de que todas las reclamaciones de los súbditos Ingleses presentadas u omitidas en las condiciones señaladas en los articulos precedentes, se tendrán por decididas i juzgadas definitivamente i de modo que por ningun motivo o protesto puedan ser materia de nuevo exámen o discusion.

ARTÍCULO XII

« La presente convencion será ratificada por las Altas Partes contratantes i el canje de estas ratificaciones se verificará en Santiago.

« En fé de lo cual los Plenipotenciarios de la República de Chile i de la Gran Bretaña han firmado la presente convencion en doble ejemplar i en los idiomas español e inglés, i la sellaron con sus respectivos sellos.

« Hecha en Santiago de Chile, a los quatro dias del mes de enero del año de N. S. mil ochocientos ochenta i tres. — (L. S.) — (firmado) — Luis Aldunate. — (L. S.) — (firmado) — J. V. Drummond Hay. »

I por quanto la convencion preinserta ha sido ratificada por mi, prévia la aprobacion del Congreso Nacional, i las respectivas ratificaciones se han conjeado en esta ciudad de Santiago el dia dos de junio del presente año entre don Luis Aldunate i don James de Vismes Drummond Hay, Plenipotenciarios nombrados al intento por los Gobiernos de Chile i Gran Bretaña.

Portanto, en virtud de la facultad que me confiere el artículo 82, parte 19 de la Constitucion Política del Estado, dispongo i mando que se cumpla i lleve a efecto en todas sus partes como lei de la República.

Dada en la Sala de mi Despacho en Santiago, a dos dias del mes de Junio de mil ochocientos ochenta i tres.

Domingo Santa Maria.—Luis Aldunate.

Está conforme.— El Oficial Mayor, *Eduardo Juarez Mujica.*

N. 43

Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial

(Traducção), Petropolis, 4 de Julho de 1883

Senhor Ministro. — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Sr. Drumond Hay, Encarregado de Negocios de Sua Magestade Britannica no Chile, e o Sr. Luiz Aldunate, Ministro Chileno dos Negocios Estrangeiros, assignaram em Santiago em 4 de Janeiro ultimo uma convênção para o exame e ajuste das reclamações de subditos Britannicos provenientes da guerra entre o Chile e o Perú.

As ratificações da convenção foram trocadas em Santiago no dia 2 do corrente. Aqui se acha inclusa uma cópia da convenção.

V. Ex. observará que pelo artigo 2º a comissão será composta de tres membros, um nomeado pelo Governo de Sua Magestade Britannica, outro pelo Presidente da Republica do Chile, e o terceiro por Sua Magestade o Imperador do Brazil directamente ou por meio do agente diplomatico acreditado no Chile.

O Governo de Sua Magestade presume que este ajuste terá sido notificado a Sua Magestade o Imperador do Brazil por intermedio do representante diplomatico de Sua Magestade Imperial no Chile; e confiando que Sua Magestade se servirá dar-lhe graciosamente a sua sanção, de ordem do Conde Granville, principal secretario de Estado de Sua Magestade na Repartição dos Negocios Estrangeiros, rogo da parte do Governo de Sua Magestade ao Governo Imperial que tenha a bondade de obter de Sua Magestade Imperial o Imperador do Brazil a nomeação do terceiro membro da comissão.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. F. de C. Soares Brandão, etc. etc.

EDWIN CORBETT.

N. 44

Nota do Governo Imperial à Legação Britannica

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 12 de Julho de 1883

Tive a honra de receber a nota, que o Sr. Edwin Corbett, enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, serviu-se dirigir-me em 4 do corrente, pedindo de ordem do seu Governo que Sua Magestade o Imperador concorde em nomear e nomeie o terceiro membro da comissão mixta

internacional, que, em virtude da convenção concluída entre a Gran Bretanha e o Chile em 4 de Janeiro ultimo, tem de julgar as reclamações de subditos Britannicos provenientes da guerra entre essa Republica e as do Perú e da Bolivia.

Em resposta tenho a satisfação de communicar ao Sr. Corbett que o Imperador aceita com prazer o encargo de nomear o referido commissario, e o nomeará logo que igual pedido lhe seja feito por parte do Chile.

Até este momento apenas consta, por informação do Encarregado de Negocios do Imperio em Santiago, que foram trocadas em 2 de Junho as ratificações da referida convenção. O Governo Chileno disse em nota de 19 de Maio que tinha feito tres convenções com a Gran Bretanha, a França e a Italia, mas limitou o seu pedido a esta, por ser a unica cujas ratificações estavam então trocadas.

Aproveito com prazer esta oportunidade para reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Edwin Corbett.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 45

Nota do Governo Imperial ao Governo Chileno

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 24 de Julho de 1883

Senhor Ministro.— Com a maior satisfação me apresso a communicar a V. Ex., em resposta á sua nota de 27 do mez proximo passado, que Sua Magestade o Imperador, aceitando com prazer o encargo que lhe foi conferido pela convenção concluída entre o Chile e a Gran Bretanha, Houve por bem nomear o Conselheiro Felipe Lopes Netto para desempenhar as funcções de terceiro membro da commissão mixta internacional incumbida de julgar as reclamações dos subditos Britannicos prove-

nientes de prejuizos a elles causados por forças Chilenas em suas operações nos territorios e costas do Perú e da Bolivia.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores da Republica do Chile.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 46

Nota do Governo Imperial á Legação Britannica

Rio de Janeiro, Ministerio das Negocios Estrangeiros, 24 de Julho de 1883

Tenho a satisfação de participar ao Sr. Edwin Corbett, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, que o Governo do Chile pediu por nota de 27 do mez proximo passado a nomeação de terceiro membro da commissão mixta internacional, incumbida de julgar as reclamações Britannicas, e que Sua Magestade o Imperador Houve por bem designar o Conselheiro Felipe Lopes Netto, actualmente seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington, já escolhido para desempenhar iguaes funcções no julgamento das reclamações Italianas.

Completando assim a minha resposta á nota que o Sr. Ministro me passou em 4 do corrente, aproveito a oportunidade para ter a honra de reiterar-lhe as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Edwin Corbett.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 47

Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial

Republica de Chile, Ministerio de Relaciones Exteriores Santiago, Setiembre 5 de 1883.

Señor Ministro. — He tenido el honor de recibir la atenta comunicacion de V. Ex. fechada en Rio de Janeiro, el dia 24 de julio último, i destinada a poner en mi conocimiento que Su Majestad el Emperador, se ha dignado hacer estensivo el nombramiento de Jueztercero de la Comision Mista chileno-italiana, recaido en el Consejero Señor Felipe Lopes Netto, al tribunal de idéntica naturaleza que habrá de fallar las reclamaciones de los súbditos Británicos provenientes de perjuicios originados por fuerzas chilenas en sus operaciones militares en los territorios del Perú i Bolivia.

Reiterando a V. E. la espresion de la gratitud de mi Gobierno por este nuevo testimonio de deferencia de parte de Su Majestad el Emperador, me es honroso ofrecerle una vez mas el homenaje de mis sentimientos de alta consideracion, con que soi de V. E.

Atento i Seguro Servidor,

J. M. BALMACEDA.

Al Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil.

N. 48

Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial

(Traducção) Legação Britannica, Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1883

Senhor Ministro. — Verifico com pezar que por esta Legação se não mandou resposta á nota que V. Ex. me fez a honra de dirigir em 24 de Julho ultimo, informando-me de que o Imperador Houve por bem nomear o Sr. F. Lopes Netto ter-
ESTR. 11

ceiro commissario para funcionar na commissão encarregada de examinar as reclamações Britannicas provenientes da guerra entre o Chile e o Perú.

Espero que V. Ex. desculpará este descuido da minha parte, e aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. E. o Sr. F. de C. Soares Brandão, Ministro dos Negocios estrangeiros, etc. etc.

EDWIN CORBETT.

N. 49

Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial

(Traducção) Legação Britannica, Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1883

Senhor Ministro.— Com relação á nota, datada de 24 de Julho ultimo, que tive a honra de receber de V. Ex., recommendou-me o Conde Granville, principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade Britannica, que transmitta ao Governo Brasileiro os agradecimentos do Governo de Sua Magestade por ter o Imperador consentido em nomear um terceiro commissario para a commissão encarregada de examinar as reclamações Britannicas provenientes da guerra entre o Chile e o Perú.

Posteriormente informei ao Governo de Sua Magestade de que pela mencionada nota de V. Ex. eu tinha sabido que o Sr. Felippe Lopes Netto fôra nomeado pelo Imperador para funcionar na referida commissão.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. E. o Sr. F. de C. Soares Brandão, Ministro dos Negocios Estrangeiros, etc. etc.

EDWIN CORBETT.

Reclamações francezas

N. 50

Nota do Governo Francez á Legação Imperial

Paris, le 27 Juillet 1883

Monsieur. — J'ai l'honneur de vous communiquer le texte d'une convention qui a été conclue le 2 Novembre dernier entre la France et le Chili, pour la réparation des dommages causés aux Français par les troupes chiliennes dans la guerre du Pacifique. Ainsi que vous le verrez par une des clauses de cet arrangement, les deux parties contractantes font appel au bon vouloir de Sa Majesté l'Empereur du Brésil pour la désignation de l'un des trois commissaires qui doivent examiner les réclamations de nos compatriotes. Différentes circonstances ayant retardé l'approbation, par les chambres françaises, de la convention du 2 Novembre, c'est seulement dans ces derniers jours que nous avons pu donner à notre représentant auprès du Cabinet de Santiago les instructions nécessaires pour l'échange de ratifications. En même temps, nous avons invité notre chargé d'affaires à Rio à s'entendre avec son collègue Chilien pour faire part au Gouvernement de Sa Majesté de l'accord intervenu entre les deux puissances et pour lui demander d'y accéder en ce qui concerne la nomination d'un commissaire brésilien.

En portant cet arrangement à votre connaissance, je ne puis qu'exprimer l'espoir que l'Empereur Don Pedro ne nous refusera pas son concours, et que Sa Majesté voudra bien faire choix de la personne qu'Elle jugera la plus apte à remplir la mission dont il s'agit.

Recevez, Monsieur, les assurances de la considération la plus distinguée avec laquelle j'ai l'honneur d'être, votre très humble et très obéissant serviteur.

P. CHALLENEL-LACOUR.

Monsieur d'Araujo, Chargé d'affaires du Brésil à Paris.

N. 51

Nota da Legação Imperial ao Governo Francez

Légation Impériale du Brésil, Paris, le 29 Juillet 1883

Monsieur le Ministre.—J'ai eu l'honneur de recevoir la lettre, en date du 27 de ce mois, par laquelle V. Ex. a bien voulu me communiquer le texte d'une convention qui a été conclue le 2 Novembre 1882 entre la France et le Chili pour la réparation des dommages causés aux Français par les opérations des troupes chiliennes durant la guerre du Chili contre le Pérou et la Bolivie, et aux termes de laquelle les réclamations des nationaux Français doivent être jugés par une commission mixte internationale, siégeant à Santiago, composée de trois membres, dont l'un nommé par S. M. l'Empereur, Mon Auguste Souverain.

Votre Excellence a bien voulu m'informer en même temps que les instructions nécessaires au sujet de l'échange des ratifications de la convention venaient d'être données au Représentant de la République au Chili, et que le Chargé d'Affaires de France à Rio de Janeiro avait été invité à s'entendre avec son collègue Chilien pour faire part au Gouvernement Impérial de l'accord intervenu entre les deux puissances, et pour lui demander d'y accéder en ce qui concerne la nomination d'un commissaire Brésilien.

Je m'empresse de transmettre cette communication à mon Gouvernement, en lui faisant connaître l'espoir exprimé par V. Ex. que l'Empereur ne refusera pas aux deux parties contractantes le concours auquel elles font appel pour la désignation d'un de trois Commissaires, et que Sa Majesté voudra bien faire choix de la personne qu'Elle jugera la plus apte à remplir la mission dont il s'agit.

J'aurai l'honneur de porter sans retard à la connaissance de V. E. la réponse qui me parviendra de Rio de Janeiro.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de la plus haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être

De Votre Excellence le très humble et obéissant serviteur,

ARAUJO.

A Son Excellence Monsieur P. Challemel-Lacour, Ministre des Affaires Etrangères.

N. 52

Nota da Legação de França ao Governo Imperial

Légation de France au Brésil, Rio de Janeiro, le 8 Septembre 1883

Monsieur le Ministre.— Le Gouvernement de la République Française et celui de la République du Chili, animés du mutuel désir de régler à l'amiable les réclamations pendantes ou à introduire ultérieurement par des citoyens Français à la suite des faits survenus pendant la guerre du Pacifique, sur les côtes et territoires du Pérou et de la Bolivie, ont résolu de s'en remettre pour l'examen et le jugement de ces diverses réclamations, aux décisions d'une commission mixte d'arbitrage où les intérêts français et chiliens seront également représentés.

En conséquence et pour assurer une majorité au sein de ce tribunal arbitral, les deux Gouvernements signataires de la convention conclue le 2 Novembre 1882, que votre Excellence a entre les mains, se sont entendus pour solliciter simultanément du Gouvernement de Sa Majesté l'Empereur du Brésil, la nomination d'un troisième commissaire arbitre, chargé de représenter le Gouvernement Impérial et de décider en son nom.

Je viens, Monsieur le Ministre, conformément aux instructions qui m'ont été adressées de Paris, demander au Gouvernement de Sa Majesté la nomination de ce troisième arbitre et j'ose espérer que Sa Majesté Impériale daignera donner satisfaction à cette requête du Gouvernement de la République.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

A Son Excellence Monsieur F. de C. Soares Brandão, Ministre des Affaires Etrangères.

H. DE BÂCOURT.

N. 53

Nota do Governo Imperial á Legação Franceza

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 13 de Setembro de 1883

Tive a honra de receber a nota, que o Sr. H. de Bâcourt, Encarregado de Negocios da Republica Franceza, me dirigiu em 8 do corrente, pedindo, de ordem do seu Governo e de conformidade com a convenção concluida entre elle e o do Chile, que o Imperador designe o terceiro membro da commissão mixta que tem de julgar as reclamações de cidadãos Francezes por prejuizos soffridos durante a guerra do Pacifico nas costas e territorios do Perú e da Bolivia.

Em resposta tenho a satisfação de communicar ao Sr. de Bâcourt que Sua Magestade aceita com prazer o encargo que lhe foi conferido pela dita convenção, e nomeará o arbitro Brasileiro logo que receba o necessario pedido da parte do Chile.

Aproveito esta oportunidade para reiterar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças da minha mui distincta consideração.

Ao Sr. H. de Bâcourt.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 54

Nota da Legação Imperial ao Governo Francez

Légation Impériale du Brésil, Paris, le 7 Octobre 1883

Monsieur le Ministre.— En me référant à ma lettre du 29 Juillet dernier, j'ai l'honneur de porter à la connaissance de V. Ex., d'ordre de mon Gouvernement, que S. M. l'Empereur, mon Auguste Souverain, accueille avec plaisir la demande que Lui a

été adressé par le Gouvernement de la République Française, en vertu de la Convention conclue le 2 Novembre 1882 entre la France et le Chili, de Nommer l'un des trois membres de la Commission appelée à statuer sur les réclamations pour dommages causés aux citoyens Français par les opérations des troupes chiliennes durant la guerre du Chili contre le Pérou et la Bolivie, et que Sa Majesté Nommera le Commissaire Arbitre Brésilien dès que le Chili Lui aura présenté la même demande.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de la plus haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être

De Votre Excellence le très humble et très obeissant serviteur,

ARAÚJO.

A Son Excellence, Monsieur Challemeil-Lacour, Ministre des Affaires Etrangères.

N. 55

Nota do Governo Francez à Legação Imperial

Paris, le 11 Octobre 1883

Monsieur. — Par la lettre du 7 de ce mois, vous avez bien voulu me faire savoir que Sa Majesté l'Empereur Dom Pedro avait daigné accepter le mandat qui lui a été offert par le traité franco-chilien du 2 Novembre 1882.

L'Empereur désignera le membre Brésilien de la Commission appelée à statuer sur les réclamations formées par des Français pour dommages causés par les opérations des troupes chiliennes aussitôt que le Cabinet de Santiago lui aura adressé une demande à cet effet.

Je m'empresse de vous remercier de cette communication, et je vous serai obligé de faire parvenir à Sa Majesté l'expression de notre gratitude pour l'accueil qu'elle a bien voulu faire à la demande du Gouvernement Français.

Recevez, Monsieur, les assurances de la considération la plus distinguée avec laquelle j'ai l'honneur d'être

Votre très humble et très obéissant serviteur,

P. CHALLEMEL-LACOUR.

Monsieur d' Araujo, Chargé d'Affaires du Brésil à Paris.

N. 56

Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial

Republica de Chile, Ministerio de Relaciones Exteriores, Valparaizo, Marzo 6 de 1884

Señor Ministro.— Tengo la honra de confirmar el despacho telegráfico que he dirigido hoy a V. E. concebido en los términos de la copia autorizada que acompaña la presente comunicacion.

Como me ha cabido esponerlo a V. E. en ese despacho, la convencion de Arbitraje ajustada entre mi Gobierno y el de la Republica Franceza, con fecha 2 de Noviembre de 1882, quedó perfeccionada por el canje de las respectivas ratificaciones i fué promulgada en el *Diario Oficial* de Chile del 15 de Setiembre ultimo, del cual tengo el honor de acompañar a V. E. un ejemplar.

V. E. se dignará observar que el testo del pacto aludido no difiere en su forma ni en su fondo de los que han sido ajustados tambien y con análogo objeto, con los Gobiernos de Italia e Gran Bretaña. Aquel, como éstos, ha conferido en su artículo 2º a S. M. el Emperador del Brasil, el encargo de designar el Juez que, con los de Chile y Francia, deben integrar el respectivo tribunal arbitral.

Obedeciendo a instrucciones de S. E. el Presidente de la República solicito, pues, de V. E. que se digne recabar de S. M. el Emperador la aceptación del cometido que le ha sido otorgado y el subsiguiente nombramiento del Juez tercero.

Quiera V. E. aceptar las seguridades de alta i distinguida consideracion con que me suscribo de V. E.

Atento i Seguro Servidor,

A. VERGARA ALBANO.

Al Excmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil

Documentos a que se refiere a nota precedente

Copia

« Telegrama. — Valparaiso, Marzo 6 de 1884

Al Excmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio del Brasil.

Señor Ministro : — Convencion de arbitraje entre Chile y Francia para solucion de reclamaciones francesas, ya perfecta, confiere a Su Majestad el Emperador idéntico encargo al que ha tenido a bien aceptar respecto del Tribunal Arbitral Anglo-Chileno.

Anticipándome a comunicacion escrita que lleva el correo, ruego a V. E. recabar aceptacion de Su Majestad y designación del Juez tercero para el Tribunal Franco-Chileno. — *A. Vergara Albano.*»

Está conforme. — El Oficial Mayor, *Eduardo Juárez Mujica.*

Domingo Santa Maria, Presidente de la República de Chile.

Por cuanto entre la República de Chile i la República Francesa se negoció, concluyó i firmó, el día dos de noviembre de mil ochocientos ochenta i dos, por medio de Plenipotenciarios debidamente autorizados al efecto, una Convencion de Arbitraje, cuyo tenor literal es, a la letra, como sigue :

Su Excelencia el Presidente de la República de Chile i Su Excelencia el Presidente de la República Francesa deseando poner término amistoso a las reclamaciones deducidas por ciudadanos franceses i apoyadas por la Legacion de Francia en Chile,

con motivos de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante la presente guerra, han acordado celebrar una Convencion de arbitraje : i con esta mira han nombrado por sus Plenipotenciarios respectivos :

Su Excelencia el Presidente de la República de Chile al señor Luis Aldunate, Ministro de Relaciones Exteriores de la República.

I Su Excelencia el Presidente de la República Francesa, al señor Adolfo Baron d'Avril, Ministro Plenipotenciario de primera clase, oficial de la Orden nacional de la Lejion de honor, etc. etc.

Los cuales Plenipotenciarios despues de haber examinado i canjeado sus poderes i de hallarlos en buena i debida forma, han convenido en los siguientes artículos :

Art. I. Un Tribunal arbitral o comision mista internacional decidirá en la forma i segun los términos que se establecen en esta Convencion todas las reclamaciones que, con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por las fuerzas de mar i tierra de la República en los territorios i costas del Perú i Bolivia durante la presente guerra, se han deducido hasta ahora o se dedujeren en lo sucesivo por ciudadanos franceses, con el patrocinio de la Legacion de Francia en Chile, dentro del plazo que se indicará mas adelante.

Art. II. La comision se compondrá de tres miembros: uno nombrado por el Presidente de la República de Chile, otro por el Presidente de la República Francesa i el tercero por S. M. el Emperador del Brasil, bien fuere directamente o por el intermedio del Ajente Diplomático que tuviese acreditado en Chile.

En los casos de muerte, ausencia ou inhabilitacion por cualquier otro motivo de alguno o de algunos de los miembros de la comision, se proveerá a su reemplazo en la forma i condiciones respectivamente espresadas en el inciso precedente.

Art. III. La comision mista examinará i deducirá las reclamaciones que los ciudadanos franceses han deducido hasta el dia o dedujeran en lo sucesivo por el correspondiente órgano diplomático con motivo de los actos i operaciones ejecutadas por los ejércitos i escuadras de la República desde el 14 de febrero de 1879, Fecha del rompimiento de las hostilidades, hasta el dia en que se ajusten tratados de paz o pactos de tregua entre las naciones belijerantes o hasta aquel en que cesen de hecho las hostilidades.

Art. IV. La comision mista dará acogida a los medios probatorios o de investigacion que, segun el criterio i recto discernimiento de sus miembros fueren conducentes al mejor esclarecimiento de los hechos controvertidos i especialmente a la calificacion del estado i carácter neutral del reclamante.

La comision admitirá tambien las alegaciones verbales o escritas de ambos Gobiernos o de sus respectivos ajentes o defensores.

Art. V. Cada gobierno podrá constituir un agente que vigile el interes de su parte i atienda a su defensa, presente peticiones, documentos, interrogatorios, ponga o absuelva posiciones, apoye sus cargos o redarguya los contrarios, rinda su prueba i esponga ante la comision por si o por el órgano de un letrado, verbalmente o por escrito, conforme a las reglas de procedimiento i tramitacion que la misma comision acordar al iniciar sus funciones, las doctrinas, principios legales o precedentes que convenga a su derecho.

Art. VI. La comision mista decidirá las reclamaciones en mérito de la prueba rendida i con arreglo a los principios del derecho internacional i a las prácticas i jurisprudencia establecidas por los tribunales análogos modernos de mayor autoridad i prestigio, librando sus resoluciones interlocutorias o definitivas por mayoria de votos.

La comision mista espondrá brevemente en cada juzgamiento definitivo los hechos i causales de la reclamacion, los motivos alegados en su apoyo o en su contradiccion, i los fundamentos de derecho internacional que justifiquen sus resoluciones.

Las resoluciones i decretos de la comision serán escritos i firmados por todos sus miembros i autorizados por su secretario i se dejarán orijinales con su respectivo espediente en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, dándose a las partes los traslados que solicitaren.

La comision llevará un libro de registro en que se anoten sus procedimientos, las peticiones de los reclamantes i los decretos i decisiones que librare.

La comision mista funcionará en Santiago.

Art. VII. La comision tendrá la facultad de proveerse de secretarios, relatores i demas oficiales necesarios para el buen desempeño de sus funciones.

Corresponde a la comision proporcionar a las personas que hayan de desempeñar respectivamente aquellas funciones i designar los sueldos o remuneraciones que hayan de asignárseles.

El nombramiento de los espresados oficiales se hará por Su Excelencia el Presidente de la República de Chile.

Los decretos de la comision mista que hayan de cumplirse en Chile tendrán el auxilio de la fuerza pública, como los espedidos por los tribunales ordinarios del pais. Los que hayan de ejecutarse en el extranjero se llevarán a efecto conforme a las reglas i usos del derecho internacional privado.

Art. VIII. Las reclamaciones serán presentadas a la comision mista dentro de los seis meses subsiguientes a la fecha de su primera sesion i a los que se presentaren despues de trascurrido este plazo no serán admitidos.

Para los efectos de la disposition contenida en el inciso precedente, la comision publicará en el *Diario Oficial* de la República de Chile un aviso en el cual se espresará la fecha de su instalacion.

Art. IX. La comision tendrá para evacuar su encargo en todas las reclamaciones sujetas a su conocimiento i decision, el plazo de dos años contados desde el dia en que se declare instalada. Trascurrido este plazo la comision tendrá la facultad de prorogar sus funciones por un nuevo período que no podrá exceder de seis meses en caso que por enfermedad o inhabilidad temporal de algunos de sus miembros o por otro motivo de calificada gravedad no hubiese alcanzado a desempeñar su cometido dentro del plazo fijado en el primer inciso.

Art. X. Cada uno de los gobiernos contratantes sufragará los gastos de sus propias jestioncs i los honorarios de sus respectivos agentes o defensores.

Las espensas de la organizacion de la comision mista, los honorarios de sus miembros, los sueldos de los secretarios, relatores i otros empleados i demas gastos i costos de servicio comun, serán pagados entre ámbos gobiernos por mitad; pero si hubiese cantidades juzgadas a favor de los reclamantes se deducirán de estas las antedichas espensas i gastos comunes en cuanto no excedan del seis por ciento (6%) de los valores que haya de pagar el tesoro de Chile por la totalidad de las reclamaciones aceptadas.

Las sumas que la comision mista juzgue en favor de los reclamantes, serán entregadas por el Gobierno de Chile al Gobierno de Francia por conducto de su Legacion en Santiago o la persona que ésta designare en el término de un año a contar desde la fecha de la respectiva resolucion, sin que durante este plazo devenguen dichas sumas interes alguno en favor de los espresados reclamantes.

Art. XI. Las altas partes contratantes se obligan a considerar los juzgamientos de la comision mista, que se organiza por esta Convencion, como una terminacion satisfactoria, perfecta e irrevocable de las facultades cuyo arreglo se ha tenido en mira, en la inteliencia de que todas las reclamaciones de los ciudadanos franceses presentadas u omitidas en las condiciones señaladas en los artículos precedentes, se tendrán por decididas i juzgadas definitivamente i de modo que por ningun motivo o pretesto puedan ser materia de nuevo exámen o discusion.

Art. XII. La presente Convencion será ratificada por las altas partes contratantes e el canje de estas ratificaciones se verificará en Santiago.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios de la República de Chile i de la República Francesa firmaron la presente Convencion en doble ejemplar i los idiomas español i frances i la sellaron con sus respectivos sellos.

Hecha en Santiago de Chile a los dos dias del mes de Noviembre del año de N. S. mil ochocientos ochenta i dos.—(L. S.)— Firmado.— *Luis Aldunate*.— (L. S.)— Firmado.— *A. de Acril*.

I por cuanto, con el objeto de precisar el sentido i alcance del artículo octavo de la Convencion preinserta, se suscribió el dia tres de marzo del corriente, entre

el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile i el Encargado de Negocios de la República Francesa, un Protocolo adicional que, copiado testualmente dice como sigue:

« En Valparaíso, a tres días del mes de marzo del año de mil ochocientos ochenta i tres, reunidos en la sala de despacho del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, los señores Luiz Aldunate, Ministro de ese ramo, i Ernesto Bourgarrel manifestó a nombre de su Gobierno el deseo de que se definiera con precision el alcance que debe atribuirse a la disposicion contenida en el primer inciso del artículo octavo de la Convencion de arbitraje misto, concluida entre ámbos Gobiernos, el dos de noviembre del año anterior, en cuanto tal disposicion pudiera afectar a las reclamaciones provenientes de hechos posteriores al vencimiento del plazo establecido en aquel inciso. »

El señor Ministro de Relaciones Exteriores espresó en respuesta, que su Gobierno atribuía a la disposicion contenida en el recordado inciso, en cuanto ella se relaciona con el punto concreto aludido por el Señor Encargado de Negocios, el mismo significado i alcance que se consignó como párrafo complementario a continuacion del primer inciso del artículo octavo de las convenciones análogas celebradas posteriormente con los Gobiernos de Italia i de Gran Bretaña, cuyo párrafo se encuentra concebido en los siguientes términos:

« Sin embargo, si al vencimiento del plazo establecido en este inciso, subsistiere el estado de guerra i se produjesen nuevas reclamaciones fundadas en hechos sobrevivientes, la Comision mista quedará habilitada, para resolverlas siempre que le fueren presentadas con seis meses de anterioridad al término señalado en el artículo noveno para evacuar su encargo. »

Oida i aceptada esta explicacion por el señor Encargado de Negocios de la República Francesa, quedó establecida, de comun acuerdo i en los términos del párrafo complementario que queda copiado, la intelijencia que debe darse al recordado artículo octavo de la Convencion de Arbitraje desde noviembre del año anterior.

En fé de lo cual, el Ministro de Relaciones Exteriores de Chile i el Encargado de Negocios de la República Francesa, firman este Protocolo en doble ejemplar i en los idiomas español i frances, i lo sellan con sus sellos respectivos. »

(L. S.) — Firmado. — *Luis Aldunate*. — (L. S.) — Firmado. — *Bourgarrel*.

Por tanto, habiendo sido ratificada por mi la Convencion preinserta, prévia la aprobacion del Congreso Nacional, i canjeadas las respectivas ratificaciones en esta ciudad de Santiago, el día trece del presente mes, entre el Ministro de Relaciones Exteriores de la República, Don Luis Aldunate, el Enviado Extraordinario i Ministro Plenipotenciario de Francia, don Pascual Duprat; en virtud de la facultad

que me confiere el artículo 82, parte 19 de la Constitución Política del Estado, dispongo i mando que se cumpla i lleve a efecto en todas sus partes, con la aclaración contenida en el Protocolo copiado, como lei de la República.

Dada en la sala de mi despacho, en Santiago, a los catorce días del mes de Setiembre del año de N. S. mil ochocientos ochenta i tres.

Firmado — *Domingo Santa María*.—Firmado — *Luis Aldunate*.

N. 57

Nota do Governo Imperial ao Governo do Chile

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 17 de Abril de 1884

Senhor Ministro.— Tive a honra de receber a nota, que V. Ex. me dirigiu em 6 de Março, mas não o telegramma da mesma data a que ella se refere. Levei-a logo ao conhecimento do Imperador, e Sua Magestade, aceitando com prazer o encargo que lhe foi conferido pela convenção concluida entre essa Republica e a Fran-
ceza, Houve por bem designar o Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto para completar, como terceiro Juiz, a commissão instituida para decidir as reclamações de cidadãos Francezes, provenientes de operações executadas por forças chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia.

Aproveito este ensejo para offerecer a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores da Republica do Chile.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 58

Nota do Governo Imperial à Legação Franceza

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 16 de Abril de 1884

Tenho a honra de participar ao Sr. Conde Amelot de Chaillou, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza, que o Governo do Chile pediu por nota de 6 de Março ultimo a designação da pessoa que ha de completar, como terceiro Juiz, a commissão instituida para decidir as reclamações de cidadãos francezes, provenientes de operações executadas por forças chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia. Participo tambem que Sua Magestade o Imperador Houve por bem nomear o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto, que já se acha no Chile para desempenhar igual encargo em relação ás reclamações Italianas e Britannicas.

Aproveito com prazer este ensejo para reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Conde Amelot de Chaillou.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Assassinatos de Brasileiros no Departamento de Tacuarembó

N. 59

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial do Brazil, Montevidéo, 10 de Fevereiro de 1883

Senhor Ministro. — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que se acham á disposição do seu Governo os individuos Feliciano Barbosa do Prado, Albino Gonçalves e Adriano Silva para deporem no processo reaberto sobre os successos de « Paso Hondo ».

Não tendo sido encontradas até agora todas as testemunhas requisitadas pela Legação Oriental na Côte do Rio de Janeiro, de conformidade com o accôrdo respectivo de extradição, limito-me a apresentar, de ordem do Governo Imperial, as tres acima mencionadas.

Depois de tomados os depoimentos dessas testemunhas no juizo militar pelo qual corre o processo, rogo a V. Ex. que tenha a bondade de dar as ordens necessarias para que ellas me sejam entregues nesta Legação, a fim de fazel-as regressar ao Brazil, segundo ficou ajustado.

Sem outro motivo, aproveito a occasião para renovar a V. Ex. as expressões da minha alta e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manoel Herrera y Obes, Ministro das Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 60

Nota do Governo Oriental à Legação Imperial

Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay, Montevideo,
Febrero 12 de 1883

Señor Ministro. — He tenido el honor de recibir la nota de V. E. fecha 10 del corriente poniendo á disposicion de este Gobierno los individuos Feliciano Barbosa do Prado, Albino Gonçalves y Adriano da Silva, que deben deponer en el proceso reabierto sobre los sucesos que se dicen ocurridos en el « Paso-Hondo ».

Observo, Señor Ministro, que el individuo Adriano Silva no figura entre los que declararon en el Consulado Brasileiro, y para cuyo exámen unica y exclusivamente, ha tenido lugar la reapertura del sumario.

Por consiguiente su inadmission se halla plenamente justificada.

Sin embargo, S. E. el Señor Presidente de la Republica, que no quiere dejar la minima duda sobre la sinceridad de sus deseos repetidamente manifestados al Gobierno Imperial y a esa Legacion, consiente en que el individuo Adriano Silva presentado por V. E. sea examinado, y al efecto, lo hace saber al Ministerio de la Guerra á los fines consiguientes.

Pero al proceder asi, S. E. quiere dejar establecido de una manera explicita que esa admision es una mera concesion de su parte hecha á los fines que se tienen en vista; y de ningun modo el reconocimiento de un derecho que pueda servir de antecedente para la presentacion de otros testigos que se encuentren en el caso de Adriano Silva.

Tan luego como el Señor Ministro de la Guerra me avise las resoluciones de la Fiscalia Militar bajo cuya jurisdiccion se halla el proceso, me haré un deber de comunicarlo a V. E. á los efectos que haya lugar.

Aprovecho esta oportunidad para renovar a V. E. las protestas de mi distinguida consideracion.

A S. E. el Señor Leonel M. de Alencar, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

MANUEL HERRERA Y OBES.

N. 61

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial do Brasil, Montevideo, 14 de Fevereiro de 1883

Senhor Ministro.— Tive a honra de receber a nota de V. Ex. datada de 12 do corrente, em resposta á minha de 10 do mesmo mez, na qual communiquei que ficavam á disposição do Governo Oriental os individuos Feliciano Barbosa do Prado, Albino Gonçalves e Adriano da Silva, para deporem como testemunhas no processo reaberto sobre os successos occorridos em « Paso Hondo ».

Observa V. Ex. que apesar de que o ultimo desses individuos não figura entre os que declararam no Consulado Brasileiro, e para cujo exame unica e exclusivamente se reabriu o summario, S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, não querendo deixar a minima duvida sobre a sinceridade de seus desejos, consente em que seja recebido o depoimento daquella testemunha, e que assim se deu a conhecer ao Ministerio da Guerra para os devidos effeitos.

Ao manifestar as elevadas disposições que animam o Chefe do Estado a esse respeito, V. Ex. julgou conveniente estabelecer explicitamente que a admissão de Adriano da Silva é uma mera concessão, e de nenhum modo o reconhecimento de um direito que possa autorizar a apresentação de outras testemunhas que se encontrem no mesmo caso.

Sinto pois a necessidade de consignar nesta nota as razões da apresentação de Adriano da Silva, que aliás são em abono dessa mesma sinceridade dos sentimentos do Exm. Sr. Presidente da Republica, a que V. Ex. se referiu.

O edital de 16 de Dezembro do anno proximo passado do Sr. Fiscal Militar chamou indistinctamente todas as testemunhas que quizessem depôr no processo. Esse edital, que partia do orgão competente do Ministerio Publico, não podia ter senão uma interpretação, e foi a que lhe dei:— a de uma confirmação espontanea, differente e de lata execução do compromisso contrahido por intermedio da Legação Oriental no Rio de Janeiro, para a reabertura do summario e sua « complementação »

legal. A' vista pois do edital citado, salvo o prazo nelle marcado, do qual me apressei com franqueza a declinar por não haver precedido accôrdo para o seu estabelecimento, não me cabia, nem devia, dispensar nas facilidades que se abriam para a satisfação da justiça, que é nesse assumpto o unico proposito de meu Governo, a quem interessa tanto ou talvez mais do que ao de V. Ex. a averiguação de successos condemnados pela propria imprensa da Republica e que chamaram a attenção geral. Na ausencia especialmente de grande parte das testemunhas requisitadas, entendi que não contrariava, e antes me ajustava ao espirito do compromisso e edital alludidos, pondo á disposição de V. Ex., de ordem do Governo Imperial, a testemunha mencionada. Esta achava-se virtualmente no mesmo caso das que fizeram declarações no Consulado Geral do Brazil, porquanto deixou de depôr no summario anterior por motivos independentes de sua vontade. A sua demissão portanto pareceu-me que estava nas conveniencias do Governo Oriental, posto que importava, como importa, uma prova inconcussa de suas intenções de chegar ao esclarecimento da verdade dos factos.

Taes são a significação e alcance que se devem dar ao offerecimento de Adriano da Silva por parte desta Legação. Não cogitei, Sr. Ministro, de estabelecer precedentes e firmar direitos para a apresentação de outras testemunhas, além daquellas de que fiz menção. Si esse fosse o meu intuito, tel-o-hia expressado claramente. Não podia além disso suppôr que para o fim de que se trata, que é a punição dos verdadeiros criminosos, tivesse V. Ex. em mente recusar qualquer testemunha apresentada por esta Legação. Procedi com animo de dar occasião a seu Governo de pôr em relevo por um acto opportuno o que tantas vezes, como V. Ex. rememora, tem sido assegurado ao Governo Imperial e á sua Legação nesta Capital, cooperando assim com os meus esforços para a conclusão de uma causa, que reclama o cumprimento consciencioso das leis da Republica e regras de justiça penal.

Nesses termos agradeço e congratulo-me com V. Ex. pela admissão de Adriano da Silva, a qual será plenamente apreciada pelo Governo Imperial.

Aguardando a communicação que V. Ex. me annuncia, aproveito a occasião para reiterar-lhe as expressões da minha alta e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Herrera y Obes, Ministro das Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 62

Nota do Governo Oriental á Legação Imperial

Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica Oriental del Uruguay, Montevideo,
Febrero 16 de 1883

Señor Ministro.— Ruego a V. E. quiera disponer lo conveniente, para que en el día de mañana á la una de la tarde, concurren á la Fiscalía Militar los individuos que deben deponer en el sumario reabierto sobre el asunto «Paso Hondo».

Renuevo a V. E. las seguridades de mi alta consideracion y distinguida estima.

A S. E. el Señor Leonel M. de Alencar, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

MANUEL HERRERA Y OBES.

N. 63

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial do Brazil, Montevideo, 17 de Fevereiro de 1883

Senhor Ministro.— De accordo com o que V. Ex. me participou em data de hontem, dei as ordens necessarias para que, no acto da entrega desta nota a V. Ex., sejam postas á sua disposição as tres testemunhas que mencionei em minha communicação de 10 do corrente, afim de comparecerem na Fiscalía Militar hoje á 1 hora da tarde e deporem no processo reabierto sobre os successos de Tacuarembó.

Interrogadas as referidas testemunhas, espero, como já tive a honra de insinuar, que V. Ex. determine o que fôr conveniente para que ellas me sejam entregues nesta Legação.

Aproveito a occasião para reiterar a V. Ex. as expressões de minha alta e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Herrera y Obes, Ministro de Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 64

Nota do Governo Oriental á Legação Imperial

Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica Oriental del Uruguay, Montevideo,
Febrero 19 de 1883

Señor Ministro.— Para terminar las diligencias del proceso reabierto sobre el asunto « Paso Hondo », se hace necesaria nuevamente la comparecencia de los testigos Adriano da Silva, Feliciano Barbosa y Albino Goncalvez, á fin de evacuar las citas hechas en sus declaraciones, según lo manifiesta el Señor Fiscal Militar en nota al Ministerio de Guerra y Marina que acaba de serme trasmitida.

En tal virtud, ruego á V. E. quiera disponer lo conveniente para que los espresados individuos concurran á la Fiscalia Militar el dia 22 del corriente á las 11 a. m.

Tengo el honor, con tal motivo, de renovar a V. E. las seguridades de mi alta y distinguida consideracion.

A S. E. el Señor Leonel M. de Alencar. Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

MANUEL HERRERA Y OBES.

N. 65

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial do Brazil, Montevidéo, 20 de Fevereiro de 1883

Senhor Ministro. — Estão dadas as ordens para que as testemunhas Feliciano Barbosa do Prado, Albino Gonçalves e Adriano da Silva compareçam de novo na Fiscalia Militar no dia 22 do corrente ás 11 horas da manhã, de conformidade com os desejos manifestados por V. Ex. em sua nota datada de hontem.

Aproveito a occasião para reiterar a V. Ex. as expressões da minha mais alta e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Herrera y Obes, Ministro das Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 66

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial do Brazil, Montevidéo, 15 de Setembro de 1883

Senhor Ministro. — Tenho a honra de dirigir-me hoje a V. Ex., em cumprimento de ordens terminantes do meu Governo sobre a questão chamada «de Paso-Hondo», cuja solução não póde permanecer por mais tempo adiada, sem prejuizo das relações de amizade que existem entre os dois paizes.

V. Ex. se dignar-sei portanto de ver na presente nota a manifestação explicita e urgente da deliberação do Governo Imperial a respeito desse assumpto.

Já não julgo conducente discutir a resolução tomada em Conselho de Ministros sobre as ultimas diligencias judiciaes, a que o Governo Oriental mandou proceder para conhecer dos attentados commettidos em 1880 em Tacuarembó, e que se acha annexa ao summario que acompanhou a comunicação de V. Ex. de 10 de março ultimo. O meu fim é unicamente declarar a V. Ex., que o Governo Imperial não se conforma com a impunidade que a citada resolução decretou em favor dos officiaes accusados dos referidos attentados, e exige que sejam os mesmos destituídos de seus postos ficando assim eliminados do exercito, bem como que saiam immediatamente do territorio da Republica.

Esses officiaes são : o commandante Joaquim Santos, 1º chefe da força militar destacada em Corrales ; — capitão Estevan Cristi, que substituiu o anterior na primeira noite dos attentados ; — tenente Aleman, commandante da guarda nessa mesma noite ; — e tenente Lagos, chefe da escolta dos recrutas, que acampou em Paso-Hondo.

Preenchidas taes condições, como satisfação ao Brazil, de conformidade com as regras e praticas da justiça internacional, estou autorizado pelo Governo de Sua Magestade o Imperador a dar por terminada a respectiva reclamação desta Legação.

Expressando a V. Ex. o desejo de conhecer a sua resposta dentro do prazo o mais breve possivel, aproveito a occasião para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manoel Herrera y Obes, Ministro de Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 67

Nota do Governo Oriental á Legação Imperial

Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica Oriental del Uruguay, Montevideo,
Setiembre 20 de 1883

Señor Ministro.— S. E. el Señor Presidente de la Republica se ha impuesto con la mas positiva sorpresa de las resoluciones del Gobierno Imperial, comunicadas a

V. E., y á que se refiere la nota de 15 del corriente mes, que tengo el honor de contestar. El tono conminatorio é imperativo de las exigencias, que esas resoluciones revisten, constituye, en efecto, una singular escepcion en las practicas de la Cancilleria Imperial, tan aplaudidas por su circunspeccion, su ilustracion y su liberalidad: y mucho mas tomando en consideracion el origen de la cuestion, su estado y las repetidas pruebas, consignadas en el proceso, del sincero y vehemente deseo, que animaba á S. E. el Señor Presidente, de encontrar en una conciliacion honrosa para ambos Gobiernos el modo de poner término satisfactorio á tan lamentable incidente.

Sabe V. E., como sabe el Gobierno Imperial, que, al denunciar su Legacion en esta Ciudad los pretendidos asesinatos de *Norvales*, lo hizo basandose en las revelaciones que decia le habian sido hechas por varios individuos presenciales de aquellos hechos: pero pedida su comparencia ante el Juez instructor de las diligencias indagatorias para darles principio con sus declaraciones, como lo preceptuaba la legislacion del pais, la Legacion se negó á ella, dando por razon que se habian ausentado.

Fué pues debido á esta ausencia, consentida indebidamente por la Legacion, que las declaraciones de aquellos testigos no pudiesen figurar en el sumario mandado levantar.

Sin embargo, ese hecho, de que solo era culpable la Legacion, le sirvió de fundamento para protestar contra la legalidad del sumario ya terminado, e exigió su reapertura, á el solo objeto de recibir las declaraciones de los antedichos testigos.

Tal pretension era contraria á las terminantes disposiciones de nuestras leyes, que prohíben la recepcion de tales pruebas fuera del termino establecido para ellas.

El plazo espiró execivamente sin que el hecho tuviese lugar, obligando al Gobierno de la Republica á instar reiteradamente por la presentacion de dichos testigos. Este hecho se realizó al fin: pero, en lugar de los siete mencionados por la Legacion, solo aparecieron dos, con cuyo motivo solicitó, como *concesion graciosa*, la admision de un tercero, que no figuraba entre los que la Legacion habia designado y solo tenian derecho á ser interrogados. El Gobierno, sin embargo, la concedió, interesado vivamente en conocer la verdad de ese acontecimiento, y vindicar á la Nacion de la afrenta que el le hacia. Lejos pues de empeñarse S. E. el Señor Presidente en ocultar el crimen denunciado, asegurando de ese modo la impunidad de los criminales, S. E. ha puesto de su parte cuanto ha podido y le ha sido pedido para la consecucion de aquel fin, que tanto afecta á la honra y credito de la Nacion.

Consta tambien del proceso que, al hacer su denuncia, la Legacion omitió comprobar que los supuestos asesinados — cuyos apellidos aun se ignoran hoy — eran realmente Brasileños, como tenia el deber de hacerlo para justificar la actitud que asumia sin provocacion de parte interesada en el descubrimiento y castigo de los perpetradores del supuesto crimen.

El Gobierno pudo pues repeler con derecho perfecto esa indebida ingerencia de la Legacion, que hacia una cuestion internacional de un caso privado y particular; pero no lo hizo, queriendo dar esa prueba mas de que no solo no temia, sinó que, como antes hé dicho, queria conocer en toda su latitud el hecho denunciado y todas sus circunstancias.

El crimen se decia haber tenido lugar dentro del territorio de la República; por consiguiente estaba exclusivamente sometido á la jurisdiccion de sus leyes y autoridades, y solo ellas tenian el derecho de juzgar y penar.

Usando de ese derecho, ellas juzgaron y fallaron, observando y satisfaciendo escrupulosamente todas las formas prescriptas para esos juicios: el iniciado tenia por origen un delito comun, que, por graves que fuesen sus circunstancias, no le hacian perder su caracter y naturaleza legal; el procedimiento indagatorio se habia iniciado de oficio; no habia querella de parte damnificada? Cualera, ni podia en tal caso ser, el derecho del Gobierno Brasileiro para imiscuirse en ese juicio, hacerse parte en el, y apreciar y reclamar *ex officio* de sus procedimientos?

Porventura se trataba en el de los altos y primordiales intereses de honra, dignidad, seguridad y respetos debidos á su Nacion?

Indudablemente no lo tenia; y sin embargo S. E. el Señor Presidente, sacrificandolo todo á su vivo deseo de no comprometer el curso de las amistosas y cordiales relaciones de buen vecindaje entre la Republica y el Imperio, tan convenientes para los dos paises, no solo jamás lo observó, sinó que consentió, de hecho, en poner al Gobierno Imperial constantemente al corriente del estado del juicio, asintiendo a todas las indicaciones que se le hacian, en el sentido y con el objeto de asegurar el exito de las diligencias procesales.

Posteriormente exigió la Legacion que la interrogacion de los testigos ultimamente presentados tuviese lugar en presencia de una persona de su confianza; y, aunque esa pretension era contrariada por las leyes del enjuiciamiento que se seguia, S. E. el Señor Presidente obtuvo del Juez instructor que consintiese en el pedido, y esas declaraciones fueron prestadas en presencia de un oficial de la Marina Imperial, comisionado al efecto por la Legacion.

Todo lo dicho consta en el proceso, cuya copia autenticada fué entregada al Gobierno Imperial, y existe en su Cancilleria.

El proceder, pues, de aquel Gobierno en el incidente, de que me ocupo, ha llamado la muy seria atencion de S. E. el Señor Presidente de la Republica por su improcedencia y falta de justificacion, y porque el fondo y la forma de la resolucion comunicada por V. E. no se armonizan con los dictados de la justicia, los respetos reciprocos que se deben siempre los Gobiernos, ni tan poco con las conveniencias interesadas en la paz y buena cordialidad entre sus pueblos. El proceso

remitido fué acompañado de una nota de este Ministerio fecha 10 de Marzo del corriente año.

No obstante el tiempo transcurrido desde esa fecha, S. E. el Señor Presidente aún está á la espera de la contestacion del Gobierno Imperial, haciendole conocer su juicio sobre la resolucion dictada por el de la Republica, impidiendo asi que las dificultades, que pudiesen ocasionar las observaciones legitimas del Gobierno Imperial fuesen atendidas por el de la Republica, decorosa y convenientemente para ambos Estados, con gran provecho de la estrechez y consolidacion de sus amistosas y cordiales relaciones. S. E. el Señor Presidente de la Republica, informado de que el Gobierno Imperial fijaba su atencion en que el sumario era deficiente, por no haber sido llevado a plenario, propuso al Gobierno Imperial, entre otros medios conciliatorios, de que V. E. tiene conocimiento, que, aún contrariando las opiniones y resoluciones de su Ministerio, cuya demision estaba dispuesto a aceptar en ese caso, accederia á los deseos del Gobierno Imperial llevando á plenario el proceso, pero á condicion de que esa concesion pusiese término definitivo á la cuestion.

Es en esa situacion del asunto, sin precedente ni justificado motivo, que el Gobierno Imperial resuelve ordenar á V. E. que notifique al de la Republica aquellas desmedidas exigencias, que, mantenidas por el Gobierno Imperial, asumirian el caracter de un verdadero *ultimatum* violento y vejatorio.

Dado ese hecho, no seria tarea facil ni feliz, en los anales historicos de las relaciones internacionales del mundo moderno, encontrar caso igual que le sirva de antecedente.

Esas exigencias, Señor Ministro, serian un verdadero anacronismo. En los tiempos en que hoy se vive solo imperan la razon, la justicia y las verdaderas conveniencias de los pueblos. Ya pasaron las epocas en que el derecho y la razon eran la fuerza, y ante ella enmudecian los intereses colectivos de las sociedades. Hoy ya no se dispone así de la sangre y de los intereses de los pueblos, avezados en sus desgracias pasadas e instruidos y sabios en el manejo de sus intereses, que administran por si mismo.

La fuerza ya no intimida á los que carecen de ella y cuentan con que el honor nacional herido produce prodigios cuando lo acompañan la razon y la justicia.

El Gobierno y pueblo Brasileiro son demasiado ilustrados y celosos de su honra y derechos para que eso ignoren, lo consientan ó pretendan imponerlo á los demás.

La mision del Poder Ejecutivo, segun nuestras instituciones politicas, carece de facultades judiciales: su mision está, pues, reducida en el presente caso al deber de ejecutar y hacer ejecutar los fallos de aquellas autoridades; y eso es lo unico que le es permitido hacer.

Como Poder administrador ha ido mucho mas allá de lo que, en circunstancias normales para la Republica, habria concedido en obsequio á la paz entre los dos Estados, y á la necesidad que ellos tienen de vincularse por intereses y conveniencias que les son comunes. Mas no puede hacer en beneficio de aquel interés.

Cediendo á el, el Gobierno decretó con fecha 18 del corriente y publicó en todos los diarios de la capital la disolucion del batallon 2º de cazadores, comandado por el Coronel D. Joaquin Santos, quedando por ese hecho separados del servicio activo del ejercito los oficiales que fueron motivo de acusacion por parte del Gobierno Brasileiro, y aceptó la peticion de baja y absoluta separacion del ejercito de ese Gefe, todo lo cual importó una resolucion de mas estension y trascendencia que las exigidas por el Gobierno Imperial.

Si eso no basta para impedir que las amistosas relaciones entre los dos Estados se alteren y se sacrifiquen á intereses y conveniencias transitorias del momento y de interés inferior, S. E. el Señor Presidente de la Republica lo lamentará profundamente, pero se consolará con la conciencia de haber hecho por su parte cuanto le ha sido posible y permitian, para conseguirlo, las graves responsabilidades de su elevada posicion politica que lo constituyen en guardian del honor nacional. Dejando asi contestada la nota de V. E., solo me resta reiterarle las seguridades de mi distinguida consideracion.

A S. E. el Consejero Leonel M. de Alencar, E. E. y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

MANUEL HERRERA Y OBES.

N. 68

Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental

Legação Imperial, 5 de Dezembro de 1883

Senhor Ministro.— V. Ex. serviu-se responder em 20 de Setembro ultimo á nota que tive a honra de passar-lhe no dia 15, dizendo as condições mediante cuja aceitação estava autorizado a dar por satisfeita a reclamação proveniente dos assassinatos commettidos em Corrales e Paso Hondo.

O Governo Imperial, a cujo conhecimento levei sem demora aquella resposta, tomou-a na devida consideração e acaba de dar-me suas instrucções. E' em virtude destas que de novo me dirijo a V. Ex.

Seguindo a ordem em que V. Ex. procedeu, começarei por pedir-lhe licença para rectificar sua exposição de factos nos pontos em que isto é necessario.

Diz V. Ex. que a Legação Imperial denunciou os assassinatos bascando-se em revelações que allegava terem sido feitas por testemunhas de vista ; mas que, quando se lhe pediu o comparecimento dellas, a isto se negou e deu como razão o terem-se ausentado. E V. Ex. observa que a esta ausencia, indevidamente consentida pela mesma Legação, se deve o não terem aquellas testemunhas figurado no summario.

O Sr. Conselheiro Lopes Netto, meu antecessor, denunciou os assassinatos e reclamou pela punição de seus autores em nota de 11 de Julho de 1881. O Sr. Dr. Magariños Cervantes, então Ministro das Relações Exteriores, respondeu no mesmo dia que se ia proceder á necessaria averiguação ; mas o Sr. Cuestas, seu successor, communicou em 15 de Setembro que já no anno anterior, em consequencia de noticia dada pela imprensa desta capital, tinha o Governo suspendido o Sr. Dom Joaquim Santos e ordenado a formação de um summario, do qual resultou ser inexacta aquella noticia, sendo por isso o Fiscal Militar e o Auditor de Guerra de parecer que ficasse sem effeito a suspensão do referido commandante.

O Sr. Cuestas não communicou a esta Legação o summario a que se referira, enviou-lhe sómente os pareceres do Fiscal e do Auditor. Ella o recebeu quasi um anno depois em consequencia de instancia do Governo Imperial. Mas aquelles pareceres vieram acompanhados de uma informação posterior do Fiscal, motivada, ao que parece, pela ordem de nova averiguação de que fallou o Sr. Dr. Magariños em sua nota de 11 de Julho de 1881 ; e nessa informação allegou o Sr. Bardas, como impedimento, o facto de não ter o meu antecessor dado os nomes dos Brasileiros que haviam feito declarações no Consulado. Foi sem duvida por isto que o Sr. Cuestas os pediu.

Este pedido, de nomes e não de comparecimento, foi satisfeito por nota de 24 de Dezembro de 1881, com a qual o Sr. Conselheiro Lopes Netto remetteu cópias authenticas das declarações feitas perante o Consul Geral.

Abriu-se novo summario, e não se recorreu a esta Legação para o comparecimento das testemunhas. O que consta dos autos é que o Fiscal, que se achava accidentalmente no «Paso del Cerro de los Corrales», requisitou do Chefe Politico do Departamento de Tacuarembó que as fizesse comparecer ali, e que ellas não foram encontradas nesse Departamento, segundo informaram os respectivos Commissarios ao mesmo Chefe Politico e este ao Fiscal.

Encerrou-se o summario, e S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, procedendo

como anteriormente, conformou-se com os pareceres do Fiscal e do Auditor, e mandou sobrestar na causa.

Esta resolução foi tomada em 13 de Março do anno proximo passado, e V. Ex., por nota dirigida em 5 de Abril ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Brazil, manifestou o desejo de que, á vista do resultado do summario a que acabo de referir-me, se dêsse por definitivamente concluido o *desagradavel incidente* dos assassinatos de Corrales e Paso-Hondo.

O Governo Imperial respondeu em 26 do dito mez de Abril que não podia tomar uma decisão definitiva sem examinar por si todo o processo, e pediu que este lhe fosse communicado por traslado.

Em consequencia dessa nota e de outra datada de 26 de Julho remetteu V. Ex. a esta Legação cópias dos summarios, e algum tempo depois, em 4 de Setembro, fez o Sr. Dr. Vazquez Sagastume no Rio de Janeiro a seguinte communicação :

« Remetidas ya esas copias, mi Gobierno me ha conferido el honroso encargo de declarar a V. E., que en el interes de constatar la verdad de lo ocurrido, no solo como cumplimiento de um deber, en que está interesado el credito del pais, sino tambien como prueba de consideracion á las amistosas relaciones que desea perpetuar con el del Imperio, ha resuelto espontaneamente reabrir el sumario, para que puedan declarar en el, todos los que hicieron afirmaciones en el Consulado general y se dicen testigos presenciales de los hechos. »

A isto respondeu o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros em 26 de Setembro :

« O Governo Imperial, apreciando devidamente aquella resolução, e confiando que por meio della se chegará ao conhecimento da verdade e se alcançará a punição dos culpados, dará as ordens necessarias para que os referidos Brasileiros, ou aquellos que se puderem encontrar e se prestarem a depôr em Montevideo perante as competentes autoridades Orientaes, para alli partam logo que o Governo da Republica peça o seu comparecimento de conformidade com a respectiva estipulação do accordo sobre extradição. »

De conformidade com as declarações que deixo transcriptas mandou o Governo Oriental reabrir o summario e solicitou por meio de sua Legação o comparecimento das testemunhas Brasileiras.

Foi então que pela primeira vez se fez esse pedido; esta Legação o satisfiz apresentando as testemunhas que puderam ser encontradas, e ellas figuraram no ultimo summario, sendo interrogadas, como consta dos autos. Não se allegou ausencia como razão de recusa desde que recusa não podia haver, nem houve. A ausencia, sim, foi motivo de demora na apresentação; mas isto é muito diverso, e não podia ser evitado pelo Governo Imperial, a quem portanto nenhuma responsa-

bilidade cabe neste ponto, como lhe não cabe em nenhum outro incidente do processo.

V. Ex. observa que esta Legação consentiu indevidamente na ausencia das testemunhas, e apesar disso nella se fundou para protestar contra a legalidade do summario já terminado, e para exigir que este fosse reaberto afim de se tomarem os depoimentos aos ausentes.

Vejo-me ainda obrigado a não concordar com V. Ex.

Os Brasileiros que prestaram declarações no Consulado Geral não podiam ser forçados a permanecer indefinidamente nesta cidade, e si a Legação, ora a meu cargo, os detivesse, attentaria contra a liberdade individual. Os agentes do Brazil procederam como lhes cumpria; o Consulado Geral tomou as declarações, e o Ministro communicou-as por cópia ao Governo da Republica depois de denunciar os assassinatos e de pedir o julgamento e a punição de seus autores. A's autoridades Orientaes compelia praticar tudo quanto estivesse a seu alcance para que se fizesse justiça; mas sua acção foi incompleta.

O primeiro summario começou em 1880, e então as testemunhas Brasileiras ainda serviam no Exercito da Republica.

Interrogaram-se sete officiaes do 2º batalhão de Caçadores. Em seguida mandou o Fiscal que se formasse o resto da força chegada do Departamento de Tacuarembó, que se compunha de vinte e sete homens, e, sem se lhes tomar juramento, leu-lhes o Secretario o final de uma correspondencia publicada no Diario *La Colonia Española*, perguntou-se a cada um si tinha conhecimento dos factos nella denunciados, e todos responderam negativamente. Foram depois inqueridos sob juramento cinco desertores para isso requisitados de outros corpos, e finalmente o Sr. D. Joaquim Santos.

Não consta dos autos a nacionalidade dos desertores e dos vinte e sete interrogados em massa, nem os nomes destes. Deve-se porém concluir que nenhuma das testemunhas Brasileiras se achava entre esses vinte e sete, porque, si estivessem, seus depoimentos teriam sido invocados como prova, e nunca o foram. De certo nenhuma fazia parte dos desertores.

Em Dezembro de 1881 abriu-se novo summario em consequencia da reclamação iniciada por meu antecessor, e foi encabeçado com sua nota de 24 desse mez que cobria cópias authenticas das declarações prestadas no Consulado. Era natural que se recorresse a esta Legação para que ella promovesse ou facillitasse o comparecimento das respectivas testemunhas, mas assim não succedeu. O Fiscal prescindiu de tão util concurso e procedeu na fórma ordinaria por meio do Chefe Politico do Departamento, como já tive occasião de observar. A Legação apenas teve conhecimento do resultado das diligencias.

Estes factos confirmam o que eu disse, isto é, que a acção das autoridades Orientaes foi incompleta.

Si essas autoridades tivessem logo no primeiro summario interrogado os Brasileiros que haviam presenciado os assassinatos e ainda se achavam nas fileiras do exercito da Republica, teriam chegado ao conhecimento da verdade e evitado a reclamação e todos os desagradaveis incidentes que se lhe seguiram. A ellas pois cabe a responsabilidade que V. Ex. attribue a esta Legação. O que se praticou não satisfaz á justiça, e não era de esperar que o Governo Imperial com isso se contentasse.

Continuando suas observações, disse V. Ex. que a pretensão de se reabrir o summario para se tomarem os depoimentos das testemunhas Brasileiras era contrario ás leis Orientaes que prohibem o recebimento de taes provas fóra do prazo por ellas marcado, e que este prazo tinha expirado excessivamente sem que essas testemunhas fossem apresentadas, o que obrigou seu Governo a instar para que isto se fizesse.

Neste ponto V. Ex. se refere ao que se devia praticar no ultimo summario, e eu posso responder-lhe tão facilmente como nos anteriores, bastando-me recordar factos.

A reabertura do summario foi acto espontaneo do Governo Oriental. Assim o declarou o Sr. Dr. Vazquez Sagastume em sua nota de 4 de Setembro do anno proximo passado, como se vê do trecho que ha pouco transcrevi.

O comparecimento das testemunhas Brasileiras foi oficialmente pedido pelo mesmo Sr. Dr. Sagastume em 17 de Outubro nos termos seguintes :

« Como esos declarantes estan fuera de la jurisdiccion de la Republica, e residen actualmente en territorio brasilero, mi Gobierno ha tenido a bien encargarme requiera de V. E. las disposiciones necesarias para el comparecimiento, de los que pudieren encontrarse, al juicio que se sigue en Montevideo con motivo de las mencionadas denuncias. »

Quando, na mesma nota de 17 de Outubro, o Sr. Ministro Oriental communicou que seu Governo mandara reabrir o summario, não deu noticia de prazo, nem a podia dar, porque o comparecimento das testemunhas era solicitado em virtude do seguinte § 12 do accordo sobre extradição que nenhum prazo marca:

« Si em qualquer causa crime se julgar necessaria a comparencia pessoal de alguma testemunha, o Governo de quem ella fór subdito consultará a sua vontade de acceder ou não ao convite, que para esse fim houver dirigido o outro Governo. »

O Governo Imperial foi pois surpreendido pela communicação, simultaneamente feita por meio das duas Legações em 22 de Dezembro, de que o Governo da Republica, á requisição do Fiscal Militar, o havia autorizado a fazer affixar edictos

chamando as testemunhas a comparecerem no prazo improrogavel de um mez contado do dia 16. E tão natural era a surpresa, que V. Ex. depois concordou em marcar de intelligencia comigo outro prazo, si o primeiro não fosse sufficiente.

E' exacto que das sete testemunhas primitivas o Governo Imperial só apresentou duas, e que o Governo da Republica lhe admittiu uma que não era daquellas; mas o primeiro facto não deve causar estranheza, e o segundo até era consequencia do edicto affixado pelo Fiscal Militar.

Si, como já observei, tivessem sido interrogados no primeiro summario os Brasileiros que ainda estavam nas fileiras do exercito Oriental, não haveria necessidade de novo summario. A's autoridades Orientaes cabe portanto a responsabilidade de quando depois succedeu.

O edicto dice.... « por el presente se cita, llama y emplaza a *todas las personas que tengan* conocimiento de haber ocurrido esos hechos.... »; não citou sómente as sete testemunhas acima referidas. Assim devia ser desde que se procurava chegar ao perfeito conhecimento da verdade; nem razoavelmente se póde qualificar de favor a admissão da terceira testemunha em caso como este, em que por parte do Brazil só se tratava de obter justiça.

Observa ainda V. Ex. que esta Legação, para justificar sua intervenção, devia provar a nacionalidade Brasileira dos assassinados, e não o fez; pelo que teria o Governo Oriental o direito de repellir sua ingerencia em assumpto privado e particular que ella transformou em questão internacional.

Para o Governo Imperial os individuos assassinados em Corrales e Paso Hondo eram Brasileiros.

Si o Governo Oriental pensava diversamente, podia dizel-o, e então a tempo se liquidaria este ponto. Não se pronunciou sobre elle sem duvida por não possuir documentos que provassem outra nacionalidade. Nem todos os Brasileiros que entram no territorio da Republica possuem documentos comprobativos de sua nacionalidade. Bonifacio Martins, um dos que fizeram declarações no Consulado, exhibiu sua certidão de baptismo e ella lhe foi arrebatada. Na falta dos documentos que os assassinados poderiam ter, serviam aquellas declarações, e os declarantes asseveraram que esses individuos eram Brasileiros. O mesmo Bonifacio Martins, por exemplo, que presenciou o assassinato de Edwiges Martins, dice que elle era Brasileiro e seu primo. Ninguem duvidará que, sendo este seu parente, lhe conhecesse a nacionalidade. Segundo o regulamento consular do Imperio a condição de Brasileiro póde ser provada, na falta de documentos, por meio de testemunhas.

E' verdade que os crimes de Corrales e Paso Hondo, tendo sido commettidos em territorio da Republica, estavam sujeitos á sua jurisdicção e só podiam ser julgados segundo suas leis.

Tambem era verdade que esses crimes eram communs, que o respectivo processo foi iniciado *ex officio*, que nelle se pronunciaram as competentes autoridades Orientaes, e que não houve queixa de parte interessada.

Nada disso porém privava o Governo Imperial do direito de reclamar justiça imparcial e completa.

Não houve queixa, porque as partes prejudicadas eram os proprios assassinados. Por isto mesmo, e para assegurar aos Brasileiros a protecção de suas vidas por meio do exemplo salutar da justa applicação de penas é que se tornou indispensavel a intervenção diplomatica. Já mostrei com o maior pezar que as autoridades Orientaes exerceram acção incompleta; e desde que o primeiro summario, que o Governo Oriental oppoz á reclamação Brasileira, não satisfazia aos interesses da justiça, era bem cabida a insistencia do Governo Imperial.

Demais, e isto é essencial, os Brasileiros assassinados em Corrales e Paso Hondo foram recrutados para o serviço militar da Republica violentamente e a despeito de um ajuste internacional feito por iniciativa do ministro Oriental na Côte do Rio de Janeiro; e este facto foi a origem dos crimes denunciados.

V. Ex. não ignora que, por notas trocadas entre o Governo Imperial e a Legação da Republica e respectivamente datadas de 1 e 7 de Dezembro de 1857, se convencionou que o serviço dos cidadãos de um dos dois paizes no exercito do outro fosse contractado, registrando-se os contractos nos consulados, e que esta condição fosse essencial para sua validade.

Este ajuste foi violado, e sua violação, condemnavel em qualquer caso, mais o era no presente por ser continuação de um systema invariavelmente seguido apezar de repetidas reclamações.

Em summa, o Governo Imperial fundou seu direito de intervenção nos seguintes factos :

Violação de um ajuste solemne,

Aggravação pela circumstancia de serem recrutados ao mesmo tempo muitos Brasileiros,

Assassinatos de alguns delles,

Circumstancias horrorosas desses assassinatos,

Procedimento parcial e incompleto das autoridades Orientaes.

Si estes factos não justificavam a acção diplomatica, não sei quando será ella possivel.

Com bastante constrangimento passo agora a outro ponto, porque, si V. Ex. nelle se refere a mim, devo contrariar-lhe uma asserção em que a memoria lhe não foi fiel.

Affirma V. Ex. ter esta Legação exigido que o interrogatorio das testemunhas apresentadas fosse feito na presenca de pessoa de sua confiança, e haver a elle assis-

tido um Official da Armada para isso commissionedo pela mesma Legação, como tudo consta do processo.

Nos autos desse processo apenas se encontra a seguinte referencia feita pelo Fiscal Militar no seu parecer :

« Que ese testigo (Adriano da Silva) ha sido tambien presentado por la Legacion Brasileira ; que su declaracion ha sido dada con toda libertad, como puede atestiguarlo el Oficial de la Marina Brasileira que presenci6 el acto para servir de interprete en caso necesario. »

Ahi não é mencionada esta Legação como tendo exigido a presença daquelle official ou de qualquer outra pessoa, nem o podia ser.

O que se passou entre mim e V. Ex. foi o seguinte :

Dirigi a V. Ex. duas notas, uma em 17 de Fevereiro participando-lhe que tinha dado as ordens necessarias para que, ao ser-lhe ella entregue, fossem postas á sua disposição as tres testemunhas que tinham de ser interrogadas ; e outra no dia 20 communicando que tambem tinha ordenado o novo comparecimento pedido.

Si V. Ex. tiver a bondade de consultar essas duas notas, verá que eu não disse uma só palavra sobre assistencia de pessoa alguma ao interrogatorio ; assim como sem esforço de memoria reconhecerá que disto não tratei quer em conferencia, quer em conversação particular.

E' certo que minhas notas foram entregues e as testemunhas apresentadas por um official da Armada ; mas a isto se limitou a commissão que lhe dei. E tão longe estava eu de pensar na exigencia por V. Ex. mencionada, que, quando esse official me veio dar conia do encargo que recebera, observei-lhe que não devera ter assistido ao interrogatorio, ao que elle me respondeu que o fizera por lhe terem pedido com instancia que servisse de interprete.

Como V. Ex. attribue a exigencia a esta Legação, e não nomeadamente a mim, consultei a correspondencia anterior á minha chegada a este paiz, e achei que o Sr. Lamaix foi por V. Ex. convidado no dia 8 de Maio do anno proximo passado para assistir a uma conferencia, que se effectuou a 10, e na qual se tratou da questão dos assassinatos. Essa conferencia foi reduzida a escripto, e V. Ex., respondendo no dia 12 á exposição feita pelo dito Sr. Lamaix, assim se expressou a respeito do depoimento das testemunhas :

« Leida con meditacion la nota de S. S., encuentro que lo relacionado en ella está conforme con lo ali hablado y convenido, encontrando solo dignos de observacion los puntos siguientes :

« 1.º Que las declaraciones de los testigos que el Consulado enviase á la fiscalia no podian ser presenciados por ningun agente consular, a lo que S. S. contestó que tanpoco era esa la pretencion de la Legacion, que lo unico que S. S. pedia era

que se le permitiese hacer acompañar á los declarantes hasta la oficina de la Fiscalía y á su retirada por el Señor Consul ó cualquier otro empleado de la Legacion, « en lo que desde luego convine por no haber en ello inconveniente alguno. »

Fica portanto provado que o official Brasileiro não assistiu ao interrogatorio por exigencia desta Legação, e sim por acto espontaneo do Governo da Republica, sobre o qual não fui ouvido.

Diz V. Ex. em seguida que o ultimo summario me foi remettido com a sua nota de 10 de Março do corrente anno, e que S. Ex. o Sr. Presidente ainda estava á espera de resposta para conhecer o juizo do Governo Imperial sobre a resolução proferida no mesmo summario.

Naquella nota V. Ex. não manifestou o desejo de conhecer o juizo do Governo Imperial; limitou-se a remetter cópia do summario e a dizer-me que eu neste encontraria a resolução. Mas V. Ex. já não ignorava qual fosse aquelle juizo; eu lh'o communiquei em minha nota de 15 de Setembro, a que V. Ex. respondeu pela de 20, de cujo conteúdo me occupo neste momento; e tive o cuidado de mencionar a sua de 10 de Março. Demais, V. Ex. já sabia com muita antecedencia que o Governo Imperial não estava satisfeito: eu lh'o declarei em conferencia de 27 de Abril em virtude de ordem que para isso recebera. No tempo decorrido entre essa data e minha nota de 15 de Setembro tratou-se da questão em varias conferencias, a que V. Ex. allude quando falla de meios conciliatorios que me foram propostos.

Esta allusão autoriza-me a referir resumidamente o que se passou naquellas conferencias, permittindo-me assim mostrar que, ao contrario do que a V. Ex. parece, a resolução, constante de minha nota de 15 de Setembro, teve antecedentes e motivos justificados.

Na conferencia de 27 de Abril, a que já alludi, declarei a V. Ex. que o Governo Imperial não estava satisfeito com a resolução tomada por S. Ex. o Sr. Presidente da Republica no ultimo summario, porquanto, tendo sido as testemunhas Brasileiras contestes no ponto principal, devia o caso ser submettido a conselho de guerra.

S. Ex. o Sr. General Santos decidiu-se a proceder nesta conformidade, com a condição porém de declarar eu por nota que o Governo Imperial, uma vez attendida a sua exigencia, ficaria definitivamente satisfeito.

Emquanto eu aguardava instrucções sobre aquella condição, propoz-se-me em duas conferencias seguidas :

1º, que se prescindisse do conselho de guerra, sendo eliminados do exercito e sahindo immediatamente do paiz o Sr. Joaquim Santos e os demais officiaes accusados ;

2º, que, si essa proposta não fosse aceita, ficasse a questão terminada com o conselho de guerra, e, no caso de absolvição dos officiaes accusados, com sua elimi-

nação do exercito e sahida do paiz, comprehendido nesta solução o proprio Sr. Joaquim Santos.

A segunda proposta era acompanhada da clausula indeclinavel da retirada do Ministerio, por ter elle opinado pela resolução governativa que declarára a causa terminada pelo *summario*.

Aceitei a primeira proposta em virtude de ordem que para isso recebi ; mas então surgiu uma difficuldade. Eu tinha entendido, e a meu ver sem me equivocar, que a eliminação e a sahida do territorio da Republica seriam determinadas pelo Governo Oriental, nem outro alcance podia ter a idéa, que me foi suggerida, de passar nota a esse respeito. Parece porém que me enganei : os dous actos, segundo o Governo Oriental, deviam ser praticados espontaneamente pelos officiaes.

Finalmente, depois de alguma hesitação e de adiamento de conferencias, foram-me offerecidos os seguintes alvitres :

1º, que eu passasse nota, expondo as condições do Governo Imperial, para ser respondida em um *memorandum* :

2º, que o Sr. D. Joaquim Santos deixasse o exercito e o paiz, bastando para isso minha aceitação verbal em nome do Governo Imperial ;

3º, que a questão ficasse suspensa durante a Presidencia do Sr. General Santos, porque, terminada ella, S. Ex. iria ao Rio de Janeiro para tratar em pessoa e em caracter particular.

Foi então que, em virtude de instrucções expressas, passei a V. Ex. a nota de 15 de Setembro, exigindo que os officiaes accusados dos crimes de Corrales e Paso Hondo fossem destituídos de seus postos e eliminados do exercito, e que sahisses immediatamente do territorio da Republica.

Do que fica exposto resulta que essas condições tinham sido anteriormente suggeridas pelo proprio Governo Oriental, e que o do Brazil não fez mais do que dar-lhes a verdadeira fórma, virtualmente comprehendida nos termos da suggestão.

A resolução do Governo Imperial não foi portanto uma surpresa, teve antecedentes e motivo justificado. A vista da vacillação do Governo Oriental, á vista dos ultimos alvitres por elle propostos, sobretudo do terceiro, foi necessario provocar uma solução de modo que não houvesse recusa, nem mesmo adiamento.

O Governo Oriental, presentindo isto, dissolveu por decreto de 18 de Setembro o segundo batalhão de Caçadores commandado pelo Sr. Dom Joaquim Santos, mandando que os respectivos chefe e officiaes passassem para a classe de inactividade (Plana Mayor Passiva), e aceitou na mesma data a baixa pedida por aquelle Senhor.

Dois dias depois dirigiu-me V. Ex. a nota a que respondo, e, mencionando nella os actos a que me refiro, declarou que elles importam uma resolução de maior extensão e transcendencia do que os exigidos.

O Governo Imperial aceita essa resolução como satisfação sufficiente.

Está portanto concluida a grave questão dos assassinatos de Corrales e Paso Hondo, conservam-se intactas as relações de amizade que ligavam o Brazil á Republica Oriental do Uruguay, e o Governo Imperial, cuja moderação para isto contribuiu em tão grande parte, persuade-se de que o da Republica reconhecerá agora, como antes pudera ter reconhecido, que neste assumpto não houve, apesar da sua gravidade, pressão do forte sobre o fraco, mas discussão franca e leal no terreno da razão e da justiça em que todos os Estados são iguaes.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Herrera y Obes, Ministro de Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

LEONEL M. DE ALENCAR.

N. 69

Nota do Governo Oriental á Legação Imperial

Ministerio de Relaciones Exteriores, Montevideo, Diciembre 13 de 1883

Señor Ministro. — S. E. el Señor Presidente de la Republica se ha impuesto con verdadero contento de la resolucion del Gobierno Imperial de que V. E. me ha dado conocimiento en su respetable nota de 5 del corriente mes, por la que el Gobierno Imperial dá por definitivamente terminadas todas las diferencias suscitadas entre ambos Gobiernos, con motivo de los pretendidos asesinatos de subditos brasileiros, conocidos con el nombre de Paso Hondo y Corrales.

S. E. el Señor Presidente se congratula intimamente de ese acto de justicia y de altas conveniencias políticas para los dos Estados, ejercido por el Gobierno Imperial y que hace desaparecer para siempre aquella causa de perturbacion en las cordiales y amigables relaciones entre ambos Gobiernos.

En obsequio a ese supremo interés, S. E. el Señor Presidente quiere prescindir por completo, de toda discusion sobre la exactitud de los hechos enumerados en la nota de este Ministerio de 20 de Setiembre ultimo y de las rectificaciones á que V. E. se contrae en la que tengo el honor de contestar. Me limito pues á ratificarlos y mantenerlos, tales como allí se establecieron.

En igualdad de caso se encuentran varias aserciones de V. E. establecidas en dicha nota y que han llamado la atencion de S. E. el Señor Presidente, de una manera especial: pero la necesidad y las altas conveniencias de ambos Estados, empeñados en que este enojoso asunto tenga una pronta y final terminacion, deciden al Señor Presidente a dejarlas pasar sin las justas observaciones a que aquellas aseveraciones se prestan.

Estoy, pues, encargado por S. E. el Señor Presidente de declarar a V. E. que acepta e se conforma con lo resuelto por el Gobierno Imperial.

La paz y la buena inteligencia entre todos estos Estados vecinos es la primera y mas vital de sus necesidades políticas y económicas; y es deber de todos ellos no ahorrar esfuerzos, por costosos que sean, para llegar a la conquista de tan supremo bien.

Con esas ideas y con esa intima persuacion, S. E. el Señor Presidente de la Republica ha saludado gozoso la solucion del Gobierno Imperial, que poniendo fin al conflicto ocurrido y todas sus emergencias, deja restablecidas solidamente las pacíficas y benevolas relaciones entre los dos países y tales como siempre existieron.

Al hacer a V. E. esa participacion, en los términos espresados, mi es grato tener esta nueva oportunidad de reiterar a V. E. las protestas de mi distinguida consideracion.

A S. E. el Consejero Leonel M. de Alencar, E. E. y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

MANUEL HERRERA Y OBES.

Accôrdo sobre extradição de criminosos

N. 70

DECRETO N. 9167 DE 22 DE MARÇO DE 1884

Promulga o accôrdo relativo aos §§ 9º e 10º do accôrdo sobre extradição de criminosos, concluido entre o Imperio do Brazil e a Republica Oriental do Uruguay em 25 de Novembro de 1878.

Tendo-se concluido e assignado nesta Côrte aos quatorze dias do mez de Maio do anno proximo passado entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay um accôrdo, pelo qual se restringiram as disposições do § 9º e se aclararam e melhoraram as do § 10º do accôrdo substitutivo do art. 1º do tratado de extradição de 12 de Outubro de 1851 e ampliativo do mesmo tratado; e tendo sido aquelle accôrdo mutuamente ratificado, trocando-se as ratificações em 18 do corrente mez de Março, Hei por bem que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Francisco de Carvalho Soares Brandão, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Março de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

Nós D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente Carta de Approvação, Confirmação e Ratificação virem, que aos quatorze dias do mez de Maio do anno de mil oitocentos oitenta e tres concluiu-se e assignou-se nesta Côrte, entre Nós e Sua Excellencia o Sr. Presidente da Republica Oriental do Uruguay, pelos respectivos Plenipotenciários, que se achavam munidos dos competentes Plenos Poderes, um accôrdo relativo aos §§ 9º e 10º do accôrdo sobre extradição de criminosos concluido entre o Brazil e aquella Republica em 25 de Novembro de 1878, do teor seguinte :

Accôrdo relativo aos paragraphos 9º e 10º do accôrdo sobre extradição de criminosos concluido entre o Imperio do Brazil e a Republica Oriental do Uruguay em 25 de Novembro de 1878.

Tendo os Governos do Imperio do Brazil e da Republica Oriental do Uruguay julgado conveniente restringir as disposições do § 9º e aclarar e melhorar as do § 10º do accôrdo substitutivo do art. 1º do tratado de extradição de 12 de Outubro de 1851 e ampliativo do mesmo tratado, os abaixo assignados, respectivamente Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial, munidos dos necesarios plenos poderes, que foram achados em boa e devida fórma, convieram no seguinte:

Quanto ao § 9º do mencionado accôrdo fica ajustado que a extradição só será concedida á vista de cópia authentica de despacho de pronuncia (auto de elevacion a plenario) ou de sentença de condemnação, não sendo para isso bastante o mandado de prisão.

Acuerdo relativo a los paragraphos 9º y 10º del Acuerdo sobre estradicion de criminales concluido entre el Imperio del Brasil y la Republica Oriental del Uruguay, en 25 de Noviembre de 1878.

Habiendo los Gobiernos del Imperio del Brasil y de la Republica Oriental del Uruguay juzgado conveniente restringir las disposiciones del paragrafo 9º y aclarar y mejorar las del paragrafo 10º del Acuerdo sustitutivo del articulo 1º del tratado de estradicion de 12 de Octubre de 1851 y ampliativo del mismo tratado, los abajo firmados, respectivamente Ministro y Secretario de Estado de Negocios Estrangeros, y Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Mision Especial, munidos de los necesarios plenos poderes, que fueron allados en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente:

Cuanto al § 9º del mencionado acuerdo queda establecido que la estradicion solo será concedida en vista de copia autentica del auto de elevacion a plenario (despacho de pronunciar) o de sentencia condenatoria, no siendo para eso bastante el mandato de prision.

O § 10 é substituído por este outro :

Em casos urgentes, e principalmente quando houver perigo de evasão, os dous Governos entre si, assim como o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul aos chefes politicos dos Departamentos do Salto, Tacuarembó, Cerro Largo e Rocha e qualquer destes áquelle Presidente, fundando-se na existencia de uma sentença de condemnação ou despacho de pronuncia (auto de elevacion a plenario) ou de um mandado de prisão expedido por autoridade competente, poderão, pelo meio mais prompto e mesmo pelo telegrapho, pedir e obter a prisão do criminoso com a condição de apresentar no prazo de 30 dias o documento cuja existencia houver sido indicada. No caso de não ser preenchida esta condição, e ainda o sendo, si a extradição não fôr regularmente pedida dentro do dito prazo, será o preso posto em liberdade, e não poderá ser de novo detido pela mesma causa.

O presente accôrdo será ratificado e as ratificações serão trocadas nesta cidade no mais breve prazo possivel.

Em fé do que os mencionados Plenipotenciarios o assignaram em dous exemplares e lhe puzeram os seus sellos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro aos quatorze dias do mez de Maio de mil oitocentos oitenta e tres.

(L. S.)—*L. Cavalcanti de Albuquerque.*

(L. S.)—*José Vazquez Sagastume.*

El paragrafo 10º es sustituido por este otro :

En casos urgentes, y principalmente quando hubiera peligro de evasion, los dos Gobiernos entre si, asi como el Presidente de la Provincia del Rio Grande del Sud a los Jefes Politicos de los Departamentos del Salto, Tacuarembó, Cerro Largo y Rocha y cualquiera de estos a aquel Presidente, fundandose en la existencia de una sentencia de condenacion o auto de elevacion a plenario (despacho de pronuncia) o de un mandato de prision espedido por autoridad competente, podrán, por el medio mas pronto y aun por el telegrafo, pedir y obtener la prision del criminal, con la condicion de presentar en el plazo de treinta dias el documento cuya existencia hubiese sido indicada. En el caso de no ser satisfecha esta condicion, y aun que lo sea, si la estradicion no fuese regularmente pedida dentro del dicho plazo, será el preso puesto en libertad, y no podrá ser detenido de nuevo por la misma causa.

El presente acuerdo será ratificado y las ratificaciones cangeadas en esta ciudad en el mas breve plazo posible.

En fé de lo cual, los mencionados Plenipotenciarios lo firmaron en dos ejemplares y les pusieron sus sellos.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro á los catorce dias del mes de mayo de mil ochocientos y ochenta y tres.

(L. S.)—*L. Cavalcanti de Albuquerque.*

(L. S.) *José Vazquez Sagastume.*

E sendo-Nos presente o dito accôrdo, cujo theor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo quanto nelle se contém, o approvamos, confirmamos e ratificamos, assim no todo como em cada uma de suas partes, e pela presente o damos por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo em fê e palavra Imperial cumpril-o inviolavelmente e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, sellada com o sello das Armas do Imperio e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e tres dias do mez de Fevereiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e quatro.

Pedro, Imperador (Com Guarda).

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

PORTUGAL

Denuncia da Convenção Consular

N. 71

Nota do Governo Imperial á Legação Portuguesa

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 21 de Maio de 1883

Tenho a honra de participar ao Sr. Antonio Maria de Tovar de Lemos, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima, que o Governo Imperial resolveu usar do direito de denuncia reservado pelo art. 36 da convenção consular existente entre o Brazil e Portugal, devendo portanto esta convenção cessar em todos os seus effeitos no dia 27 de Maio do anno proximo futuro.

Communico ainda ao Sr. Tovar de Lemos que por telegramma expedido hontem recommendei ao Sr. Conselheiro Lopes Gama que faça igual denuncia directamente ao Governo Portuguez.

Esta resolução, prevista pelas Altas Partes Contratantes e dictada sómente pela necessidade de attender bem aos justos interesses do Brazil, não póde por isso mesmo alterar de modo algum as relações de amizade que ligam os dous Estados entre si. O Governo Imperial nutre a grata esperanza de que assim pensará tambem o de Sua Magestade Fidelissima.

Aproveito esta oportunidade para reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Antonio Maria de Tovar de Lemos, etc., etc.

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 72

Nota da Legação Portuguesa ao Governo Imperial

Legação de S. M. Fidelissima, Petropolis, 23 de Maio de 1883

Illm. e Exm. Sr.— Tenho a honra de accusar a recepção da nota que V. Ex. se dignou dirigir-me em 21 do corrente mez participando-me: Que o Governo Imperial resolveu usar do direito de denuncia reservado pelo art. 36 da convenção consular existente entre Portugal e o Brazil, devendo portanto esta convenção cessar em todos os seus effeitos no dia 27 de Maio do anno proximo futuro; que por telegramma expedido na vespera recommendara ao Conselheiro Lopes Gama que fizesse igual denuncia directamente ao Governo Portuguez; que esta resolução, prevista pelas Altas Partes Contratantes e dictada sómente pela necessidade de attender bem aos justos interesses do Brazil, não podia por isso mesmo alterar de modo algum as relações de amizade que ligam os dous Estados entre si, nutrindo o Governo Imperial a grata esperanza de que assim pensará tambem o de Sua Magestade Fidelissima.

Tomando nota destas declarações que vou levar sem perda de tempo ao conhecimento do meu Governo, aproveito a occasião para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade o Imperador do Brazil, etc., etc.

A. DE TOVAR.

N. 73

Nota da Legação Imperial ao Governo Portuguez

Legação Imperial do Brazil, Lisboa, 21 de Maio de 1883.

Illm. e Exm. Sr. — Em devido tempo tenho a honra de communicar a V. Ex. que estou autorizado pelo Governo Imperial a denunciar a convenção consular, celebrada entre o Imperio e este Reino a 25 de Fevereiro de 1876, a qual, portanto, deverá expirar dentro de um anno a contar da data da presente notificação, nos termos do art. 36 da citada convenção.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima e distincta consideração.

Ao Exm. Sr. Conselheiro Antonio de Serpa Pimentel, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade Fidelissima.

CAETANO MARIA DE PAIVA LOPES GAMA.

N. 74

Nota do Governo Portuguez á Legação Imperial

Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Direcção dos Consulados e dos Negocios
Commerciaes

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente a notificação dirigida por V. Ex., da parte do Governo Imperial, ao Sr. Antonio de Serpa Pimentel, em 21 de Maio corrente, denunciando a convenção consular celebrada entre Portugal e Brazil em 25 de Fevereiro de 1876.

O Governo de Sua Magestade toma nota da denuncia feita pelo Governo brasileiro á dita convenção e concorda em que nos termos do art. 36, devam expirar os seus effeitos dentro d'um anno a contar da data da notificação, isto é, até 21 de Maio de 1884.

Aproveito esta occasião para reiterar os protestos da minha alta consideração.
Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, em 29 de Maio de 1883.

Sr. Caetano Maria de Paiva Lopes Gama.

HINTZE RIBEIRO.

N. 75

Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao da Justiça.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 15 de Fevereiro de 1884

Ilm. e Exm. Sr.— Em additamento ao aviso reservado n. 4 de 21 de Maio do anno passado, communico a V. Ex. que o Ministerio dos Negocios Estrangeiros de Portugal declarou em devido tempo á nossa Legação em Lisboa que o Governo de S. M. Fidelissima tomava nota da denuncia da convenção consular, e concordava em que nos termos do art. 36, cessasse a mesma convenção em todos os seus effeitos no dia 21 de Maio do corrente anno. No referido aviso reservado se marcou o dia 27, no qual se completará o ultimo anno; mas, como o Governo de Portugal preferiu a data da denuncia, deve-se adoptar o dia por elle indicado.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças de minha alta estima e mui distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 76

Aviso dirigido do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao da Fazenda

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 12 de Fevereiro de 1884

Illm. e Exm. Sr. — Por nota de 21 de Maio do anno passado o meu antecessor participou á Legação Portugueza que o Governo Imperial tinha resolvido usar do direito de denuncia reservado pelo art. 36 da convenção consular em vigor entre os dous paizes, devendo portanto esta convenção cessar em todos os seus effeitos na época designada no referido artigo.

Esta resolução foi communicada pelo telegrapho ao Sr. Conselheiro Lopes Gama, com a recommendação de fazer elle igual denuncia directamente ao Governo de S. M. Fidelissima. Este respondeu em devido tempo que tomava nota e concordava em que nos termos do referido art. 36 cessasse a convenção em todos os seus effeitos no dia 21 de Maio do corrente anno.

Levando este facto ao conhecimento de V. Ex., peço-lhe queira dar as providencias que couberem ao Ministerio a cargo de V. Ex., a quem tenho a honra de renovar os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

N. 77

Circular aos Presidentes de Provincia

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 15 de Fevereiro de 1884

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para os fins convenientes, que o Governo Imperial, usando do direito reservado pelo art. 36 da convenção consular entre o Brazil e Portugal, denunciou-a em 21 de Maio do anno passado.

O Governo de S. M. Fidelissima accusou a notificação dessa denuncia, declarando que concordava em que nos termos do referido art. 36 cessasse a convenção em todos os seus effeitos no dia 21 de Maio do corrente anno.

Renovò a V. Ex. as seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de.....

F. DE C. SOARES BRANDÃO.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Demarcação de limites

N. 78

Relatorio apresentado ao Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, pelo Tenente Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araujo, Chefe da Commissão de limites entre o Imperio do Brazil e a Republica de Venezuela, sobre os trabalhos da demarcação da fronteira entre os dous paizes, executados de 1879-1884.

PRIMEIRA PARTE

DE JANEIRO DE 1879 A AGOSTO DE 1880

SUMMARY.— Organização da Commissão. — Partida da Corte e chegada em Manãos. — Partida de Manãos e chegada em Maróa. — Chegada da Commissão Venezuelana e começo dos trabalhos da demarcação. — Relatorio do Sr. Capitão Thaumaturgo sobre a exploração do rio Aquio. — Dito do mesmo senhor sobre a exploração do Memachi. — Dito do Sr. Major Dionisio sobre a exploração do Maturacá. — Dito do mesmo senhor sobre o rio Macacuary. — Retirada da Commissão mixta para Manãos. — Carta de uma parte da fronteira. — Retirada da Commissão Venezuelana para Carácas.

Depois de uma serie de notas diplomaticas dirigidas pelo Governo Imperial ao da Republica de Venezuela, com o fim de persuadir-lhe do dever que os governos de ambos os paizes tinham de mandar proceder á demarcação de seus limites, em cumprimento ás clausulas do Tratado celebrado a 5 de Maio de 1859, decidiu-se finalmente o Governo de Venezuela a nomear uma Commissão para, juntamente com a do Brazil, effectuar a respectiva demarcação.

ESTR. 17

A primeira Commissão nomeada teve por chefe o Sr. Julio Garcia ; mas, achando-se ausente e não tendo o Governo de então certeza de que elle pudesse emprender a viagem, nomeou o Sr. Luiz Maria Diaz para substituil-o ; o qual não merecendo a confiança do novo governo presidido pelo General Guzman Blanco que subiu ao poder depois de uma revolução politica, foi exonerado, sendo consultado a respeito o Sr. Dalla Costa. Este senhor não aceitando o difficil encargo, foram definitivamente nomeados os Srs. D. Miguel Tejera, como commissario, D. Miguel Geronimo Oropeza, como Engenheiro adjunto e D. Rafael Rojas, como Secretario, conforme communicára o Sr. Ministro das Relações Exteriores de Venezuela ao Sr. Gargel do Amaral Valente, em nota de 3 de Julho de 1879.

Quanto á Commissão Brasileira, era Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros o Exm. Sr. Barão de Villa Bella, hoje fallecido, quando foi nomeada ; compondo-se dos Srs. Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros, Bacharel Francisco Xavier Lopes de Araujo, como commissario ; Tenente Coronel do mesmo corpo, então Major, Bacharel Guilherme Carlos Lassance, como 1º ajudante substituto ; Capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe Bacharel Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel como 2º ajudante substituto ; Major do corpo de Engenheiros, então Capitão, bacharel Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira como ajudante ; Capitão do mesmo corpo, então Tenente do estado-maior de 1ª classe, Bacharel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, como Secretario ; Cirurgião-mór de Brigada, Major Dr. Antonio de Souza Dantas, como medico, e Capitão do corpo de saude, então Tenente, Antonio Ribeiro de Aguiar, como pharmaceutico.

A 14 de Janeiro de 1879 achando-se prompta a Commissão, e julgando-se que a primeira Commissão Venezuelana havia já partido para reunir-se á Brasileira na povoação de Marabitanas, conforme estava ajustado entre os dous governos, tomou-se passagem a bordo do vapor *Espirito Santo* da companhia Brasileira com destino ao Amazonas, chegando-se a 15 do mez seguinte em Manáos, capital da provincia, e antiga villa da Barra do Rio Negro, situada á margem esquerda deste rio tres leguas acima da sua fôz na Latitude Sul 3º 8' 4" e 3º 59' 56" Longitude Oeste de Greenwich ou 1º 7' 24" longitude Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro.

A Commissão poucos dias demorou-se nesta Capital ; apenas o tempo necessario para fazer a escolha e separação dos instrumentos e material que tinham de seguir para a fronteira, assim como acquisição dos viveres mais urgentes para o contingente que havia de acompanhal-a.

A 11 de Março, achando-se ella preparada, seguiu viagem no vapor *Rio Branco* da companhia do Amazonas, ficando, porém, ainda em Manáos os Srs. Capitão Joaquim Pimentel, Major Dionisio Cerqueira e um empregado do fornecimento para receberem o resto do fornecimento encommendado á praça do Pará.

No dia seguinte, á 1 hora da madrugada, fundeou o vapor em frente a « Tauapessassú », povoação situada na margem direita do Rio Negro. E' o primeiro centro de população que depois de Manóos se encontra subindo o rio. Foi estabelecida pelos antigos habitantes de —Poiares— que para ahi se transportaram. Hoje é uma pequena povoação, cada vez mais em decadencia.

Partindo-se no mesmo dia ás 5 horas da manhã foi-se á —Ayrão, — antiga aldêa do —Jahú,— situada na margem direita do mesmo rio. E' tambem —Ayrão— uma insignificante povoação, sem elementos de prosperidade pela inercia de seus habitantes.

Partindo-se ás 4 horas da tarde chegou-se ás 11 horas e 50 minutos da noite á —Pedreira,— antiga Freguezia de —Itarendúua—, elevada á categoria de villa com o nome de —Moura— em 1758.

Fica situada na margem direita do mesmo rio. Em 1789 contava 280 casas distribuidas em tres ruas, e seus habitantes plantavam e commerciavam em arroz, algodão, café, cacáo e mandioca; pescavam tartarugas e pirarucú e tinham em actividade uma fabrica de fiar algodão. De 1833 começou a sua decadencia, decrescendo consideravelmente para 30 o numero de casas e desaparecendo a fabrica, o commercio e grande numero de moradores.

Conta hoje apenas algumas casas e uma igreja velhas.

Um pequeno destacamento commandado por um official e uma lancha da flotilha de guerra da provincia costumam ficar guardando esta povoação nos mezes da vazante do rio para conter os indios —Jauaperys— ou —Uaimirys— que têm suas malocas em frente á povoação, do outro lado do rio.

Estes indigenas que se mostraram inclinados á civilisação, hoje, com as perseguições reiteradas que têm soffrido tornaram-se enraivecidos e se constituiram os vingadores de seus antepassados mortos pelos civilisados, espalhando o panico aos habitantes de —Moura— e aos que ousam descuidados atravessar em pequenas igarités o trecho do rio por elles dominado.

Ha oito annos houve uma carnificina entre estes indios, a população e força estabelecidas em —Moura,— na qual mais de 200 indigenas foram mortos. Ainda hoje existe assignalado o logor em que tantas victimas cahiram sob as armas do homem civilisado. Não é este certamente o meio de chamar-se á civilisação esses homens brutos; d'ahi, tão grande é o odio que ha da parte delles que a consequencia é esta triste e dolorosa realidade dos tempos barbaros.

No dia 13 ás 6 horas da manhã partiu-se desta povoação e ás 10 horas o vapor entrou em —Carvoeiro—. Está situada tambem na margem direita do Rio Negro, em uma pequena área que fica ilhada no tempo do inverno. Está em decadencia como as outras.

Em 1790 existiam 380 casas dispostas em uma longa rua, além de outras dispersas, e contava uma população superior a 600 habitantes.

Havia por esse tempo uma grande fabrica de pannos de algodão, além de outros melhoramentos de progresso. Hoje, apenas possui como indicio de progresso uma escola publica frequentada por algumas crianças. Partiu-se desta povoação ás 4 horas da tarde.

A 14, pela manhã, chegou-se a Barcellos—antiga aldêa de Mariuá—creada villa em 1758 e capital da extincta capitania do Rio Negro, mais tarde comarca, e pela Lei n. 582 de 5 de Setembro de 1830 elevada á categoria de provincia com a denominação de Provincia do Amazonas. E'—Barcellos—hoje uma povoação pobre e sujeita ás febres intermitentes que ahi são endemicas. Tem 40 casas e uma igreja velhas. Em 1780 contava 460 formando duas longas ruas e dois bairros. Era muito populosa chegando a contar 800 almas de população fixa, além da adventicia que era enorme. Havia nessa época uma boa matriz sobre um pequeno outeiro ligado a outro fronteiro por uma ponte de madeira, o Palacio da residencia do Governador, Ouvidor e Vigario Geral, a Casa da Polvora, Quartel, Hospital Carmelitano, Armazem Real, uma fabrica de pannos de algodão, uma olaria e um grande cões de madeira. Mais tarde perdeu sua prosperidade e já em 1833 existiam apenas 22 casas e uma população muito reduzida. Si bem que o terreno se mostre claramente apto ao plantio do algodão, arroz, café, mandioca e arvores fructiferas, os moradores de hoje não se importam com isto e vivem em plena ociosidade : quando muito, plantam alguma mandioca para seu sustento diario. Todo seu commercio é de industria extractiva : a borracha, piassaba e a castanha são permutadas pelo arroz, milho, feijão, emfim, por todos os generos de primeira necessidade.

Em—Barcellos—hoje, só se encontram os fragmentos dispersos de todas as suas grandezas passadas. Ahi estão ainda abandonados na praia e carcomidos em seus relevos pelo peso do tempo os marcos de marmore trazidos pelos Portuguezes com destino á fronteira para assignalarem os limites do paiz pelo Norte.

Partindo-se ás 9^h 10^m da manhã foi-se fundear ás 9^h 30^m da noite em — Moreira —antiga aldêa de —Caboquena —E' tambem uma pobre povoação situada na margem direita do mesmo rio e em terreno baixo. Conta poucas casas cobertas de palha e uma igreja quasi em ruinas. Entretanto, em 1788 tinha 470 casas ! A's 2^h da madrugada de 15 levantou-se ferro e á 1^h da tarde fundeou-se no porto da antiga aldêa —Bararoá —elevada em 1758 a villa com o nome de —Thomar.

Acha-se —Thomar— situada tambem na margem direita do Rio Negro, em uma elevada planicie e sobre a curva de uma grande e bonita enseada.

E' hoje uma pequena povoação sem vida e sem meios de prosperidade como todas as precedentes. Outr'ora em 1779 chegou a possuir 780 casas boas, dispostas em tres longas ruas, com uma população fixa de 800 almas. Em 1833 decresceu este numero de moradores á sua metade, e a poucas casas se reduziram as 780.

Todavia, ainda por esse tempo existiam a Casa da Camara, a cadêa e uma fabrica de cordas de piassaba. Era considerada esta povoação como a Côrte do Rio Negro. Sendo este o ponto escolhido para o estabelecimento do primeiro deposito de viveres, desembarcou a Commissão ás 2^h da tarde. Durante o resto do dia e o seguinte foram transportados de bordo para terra e para os dous batelões pertencentes á Commissão os generos e material.

Tornando-se necessaria em Manóos a minha presença para decidir de negocios tendentes á Commissão, resolvi descer no dia 17 para aquella cidade, no mesmo vapor que transportára a Commissão.

Durante a minha ausencia o Dr. Guilherme Carlos Lassance, 1^o ajudante substituto, tratou de requisitar das autoridades policiaes o numero de indios sufficiente para a tripolação das embarcações. Teve de lutar com muitas difficuldades para obtel-os, apresentando-se apenas 17 homens no fim de 19 dias de espera.

Com este pessoal e com as praças do contingente tratou de mandar construir as toldas dos batelões e igarités para a viagem.

Apezar de reiterados officios dirigidos ás autoridades policiaes no sentido de cumprirem as ordens dadas pelo Dr. Chefe de Policia da capital para apresentarem á Commissão o numero de indios que ella precisasse para o serviço, estas nenhuma importancia ligavam ao cumprimento do dever: porque, só com muita instancia e muitos dias de espera e algumas vezes até auxiliadas por praças do contingente da Commissão, podiam trazer alguns remadores.

Nesta povoação nenhum auxilio tambem encontrou a Commissão da parte dos moradores do lugar.

A ganancia de ganhar dinheiro do Estado visando lucros fabulosos levou alguns ao arrojo de apresentarem propostas estultas, como a de transportar os batelões e canôas até — Camanau — mediante a quantia de 30:000\$, porque esperavam não podessemos subir o Rio Negro sem elles que se intitulavam os unicos conhecedores do rio. Como porém encontraram immediata recusa e sabiam nada alcançar, trataram de afugentar os indios da povoação, intimidando-os com o boato que faziam correr que «o fim da Commissão era aprisionar todos para a guerra.» D'ahi a natural timidez daquella gente ignorante.

Os indios são uns verdadeiros escravos das autoridades e dos regatões dessas povoações.

Durante a época da extracção da borracha se compromettem com estes levando por toda a vasante do rio internados nas matas á procura da seringueira. Finda esta época vem a enchente; recolhem-se aos seus miseraveis ranchos e ahi tratam de embalar-se em suas—maqueiras—indolentemente envolvidos em grossos vapores de

fumo, alimentando-se de fructos silvestres, de algum peixe, e de uma ou outra caça e entregando-se á discrição do patrão para todo o serviço.

Durante o tempo em que estive em Manãos, recebi da Thesouraria o dinheiro necessario para as despesas da Commissão; fiz a compra de uma lanchinha a vapor para rebocar as embarcações e conduzi no vapor *Moema* os generos de que carecia para os trabalhos que ia encetar.

Regressei a — Thomar — a 29 de Abril com os Srs. Drs. Dionisio Cerqueira e Joaquim Pimentel.

De 1º a 11 de Maio, o *Moema* fez duas viagens de — Thomar — a — Uajanary — conduzindo o pessoal e material da Commissão.

Em — Uajanary —, ultimo ponto onde existem duas casas e chega o vapor do Rio Negro, estabeleci um deposito. A 21 seguiu toda a Commissão para a fronteira.

A's 8ª da manhã de 23 passou-se por — Santa Izabel Velha —, outr'ora situada na margem esquerda do rio em uma linda bázia de 8 a 9 milhas de largura. Possuiu em tempos passados duas grandes ruas de casas, uma fabrica de anil e uma população florescente. Em consequencia das febres intermitentes ali endemicas e da redução consideravel de seus habitantes resolveram mudar a povoação para outro logar á poucas milhas acima, conservando-lhe todavia o mesmo nome de Santa Izabel.

Dessa povoação velha só existem hoje pedras sobrepostas.

No mesmo dia á noite, depois de vencer-se a forte correnteza de — Tapuruquára — chegou-se a — Santa Izabel Nova.

Tem quatro casas e uma igreja cobertas de palha e todas em máo estado.

Consideram uns a correnteza — Tapuruquára — o ponto de intersecção entre o Baixo e Alto Rio Negro; outros Santa Izabel Nova.

Partindo-se a 24 e salvando-se as correntezas fortes que a cada instante se encontrava, chegou-se a 29 em — Castanheiro. E' uma pequena povoação fundada com os restos da população de — Castanheiro-Velho. Até 1830 chegou a contar 700 casas com uma notavel população. Em 1833 esta diminuiu consideravelmente e com ella o numero de fogos. Hoje conta apenas umas 12.

A área sobre a qual se acha collocada é por sua natureza de constituição pedregosa, deixando em muitos logares apparecer completamente a rocha que se estende até o leito do rio. O conjunto, porém, é de uma vista agradável.

A 1º de Junho seguimos viagem.

Em frente á cachoeira de — Maçaraby —, que passamos a 3, existiu outr'ora uma florescente povoação de — N. S. do Loreto de Maçaraby —, a qual chegou a contar 700 casas e uma fabrica de anil e algodão.

No dia 6 pelas 8 horas da manhã, chegou-se a — S. José —, situada na margem

esquerda do rio, em terreno elevado, de onde se descortina o extremo de uma bella bahia. Conta hoje apenas cinco casas das 800 que já possuiu.

S. Pedro, outra povoação, distante de—S. José — 36 milhas, e por onde passamos a 11, é tambem pobre e sem vida, contando poucas casas das 600 que já teve.

A 13 chegou-se a — Camanáu —, logar situado na margem esquerda do Rio Negro no começo da secção mais encachoeirada onde a navegação é impossivel para vapores e difficilima para os batelões que a transitam. Foi outr'ora importante. De 390 casas que tinha, uma igreja dedicada a S. Bernardo e um cemiterio, ficou tudo reduzido a uma unica propriedade do Major da Guarda Nacional José Joaquim Palheta, subdelegado de Policia do districto de — S. Gabriel — e — Marabitanas —, um dos homens mais energicos e circumspectos de todo o Rio Negro.

Neste logar, eu, o Sr. Capitão Thaumaturgo e mais seis homens da tripolação da lanchinha da commissão, iamos sendo victimas por occasião da passagem na cachoeira — Abú —, a primeira que se encontra ao penetrar na secção encachoeirada.

Levamos tres dias descarregando todo o material existente nas embarcações afim de fazel-as transpôr a cachoeira — Camanáu —, considerada como uma das maiores.

A 18 cheguei a — S. Gabriel — com alguns dos companheiros e a 21 desembarcaram os outros que seguiram nos batelões.

De todas as povoações do Rio Negro — S. Gabriel — é a melhor.

Acha-se situada em uma linda posição, na margem esquerda do rio, em terreno bem elevado, sobre pequenos montes cortados de vallas, desde a — Praia Grande — até o logar do Forte.

Foi muito prospera outr'ora; hoje conta 25 casas e uma igreja collocada na posição mais elevada e junto ao Forte.

O Forte, que foi construido em 1763 por ordem do General do Pará, Manoel Bernardo de Mello e Castro, acha-se hoje em ruinas; com suas peças desmontadas, sua cortina arrazada, seus salientes desmoronados e seus antigos edificios em um montão de pedras.

Representa elle uma luneta de figura irregular, cuja góla, que é uma frente abaluartada, defronta com o rio.

As paredes são de pedra e barro simplesmente.

Já não existem mais senão os vestigios do antigo Quartel, dos armazens para material e guarda da polvora.

No exterior ergue-se perto um morro que domina todo o Forte e de onde se descortina ao longe uma grande extensão do rio.

De — Castanheiro — ao remanso de — Camanáu — fez-se a viagem com algumas difficuldades, atravessando-se as cachoeiras de — Maçaraby —, Joanabany — e outras com o esforço da espia e descarregando-se os batelões e canoas; porém sem haver ver-

dadeiramente obstaculo serio, existindo até canal franco pelo meio do rio, durante a enchente, para vapores de certo calado e de força sufficiente a vencerem as cachoeiras.

De — Camanáu — a — S. Gabriel —, porém, as cousas mudaram.

E' nesta secção de 18 milhas que a navegação actualmente se torna impossivel para vapores e muito difficil e perigosa para os batelões, que procuram as margens, pelo grande numero de cachoeiras que encontram e onde o rio parece demonstrar ter soffrido uma grande convulsão geologica.

Para ser aproveitada esta parte do rio, como continuação de via de communicção facil, é necessario intervir a mão do homem.

As cachoeiras mais importantes com que se tem de lutar antes de chegar ao porto de S. Gabriel, são : — Camanáu —, Perna de veados —, Pederneira —, Tapajoz — Cojubi —, Furnas —, Perigosissima, e — Mão ; havendo tambem entre ellas as corredeiras — Abú —, Suassú —, Itapinima —, Cancan —, Acuty —, Arapasso, e outras mais, todas fortes e assaz trabalhosas.

Proximo ás — Furnas —, tambem outr'ora existiu outra povoação — Senhora de Nazareth de Curiana — na margem esquerda do rio, cerca de quatro leguas acima de — Camanáu — ou 6 milhas abaixo de — S. Gabriel ; tendo sido muito populosa chegando a contar 800 fogos e importante commercio de anil e algodão.

Hoje nem mais vestigios existem de seu passado.

Defronte da — Praia Grande de S. Gabriel — ha a notavel cachoeira de — Curucú — ou do Bento ; e mais acima a do Forte, tambem muito perigosa.

Todas estas foram galgadas palmo a palmo, com muito trabalho e sacrificios ; não só pela difficuldade natural em vencer-se esses obstaculos, lutando-se com o elemento de grande resistencia : — a agua, — como tambem por se ter de transpôr-as em batelões carregados de pesadissimo material. E' nesta secção onde o rio apresenta maior declive e corre mais velozmente entre suas margens de pedra. Uma montaria, para proval-o, que parta de — Camanáu — para — S. Gabriel —, só poderá chegar a este porto sendo bem tripolada, no fim de 10^h de viagem ; ao passo que a montaria, sem ser preciso empregar força aos remos, vence a mesma distancia de 18 milhas, descendo, em duas horas ! Tal é a impetuosidade de suas aguas ! E' ainda em frente ao Forte de S. Gabriel que o rio diminue muito consideravelmente de largura, não chegando a ter 300^m de uma a outra margem. Entretanto, em seu longo curso de mais de 200 leguas são muitos os logares em que apresenta uma largura superior a 15 milhas.

E' por esta estreita garganta que se escoam precipitadamente as aguas de quatro dos seus affluentes maiores como — Uaupés, — Içana, — Xié — e Dimitti —, sem fallar nos affluentes que correm por terreno venezuelano, como — Cassiquiari, — Aquio, — Tomo, — Naquieni, etc.

Mas, apesar de todas essas dificuldades, o Sr. Dr. Dionisio Cerqueira conseguiu fazer passar a lanchinha da Commissão de — Camanáu — a — S. Gabriel — de onde ella seguiu para cima prestando bons serviços.

Foi um passo ousado o que deu o Sr. Dr. Dionisio, mostrando dedicação e coragem; mas o facto é que ficou provado não ser de todo impraticavel a subida de outra lancha em melhores condições do que a pertencente á Commissão, que dispunha de pouca força e era de ferro.

Nesta povoação desertaram tres praças do contingente.

A Commissão teve de demorar-se uns dias para tomar ao serviço alguns índios em substituição de outros e fazer concertar os batelões e igarités que se estragaram na passagem das cachoeiras.

A 11 de Julho, porém, seguiu com destino a Marabitanas parte da Commissão, e a 18 partiram os outros membros nas ultimas embarcações.

Logo no dia seguinte ao da partida, na passagem da cachoeira — Paredão — virou-se uma montaria, perdendo-se tudo quanto nella ia pertencente aos companheiros; assim como mais adiante no — Caldeirão de S. Miguel — quasi afundou-se um dos batelões: si isto acontecesse acarretaria seguramente a morte de toda a tripolação, como se vê do diario da Commissão, no dia 12.

Neste mesmo lugar, dias depois, os Srs. Dr. Dionisio e o fallecido Dr. Pimentel perderam toda a sua bagagem, como alguns instrumentos da Commissão, conforme participei a um dos antecessores de V. Ex., e consta do mesmo diario.

A 17 fundeou-se em frente á 1ª boca do Uaupés, grande tributario da margem direita, e a 19 passou-se pela 2ª boca.

No dia 20 passámos pela povoação de — Sant'Anna — na margem esquerda do rio, contando apenas nove casas e uma igreja velhas. Teve outr'ora 290 fogos.

A 21 fundeou-se em frente a — S. Felipe — na margem direita do rio. Contou 320 casas em tempos idos, hoje apenas existem oito e uma igreja de palha, em ruínas.

A 22 passou-se pela foz do Içana, importante affluente da margem direita, e mais adiante fundeou-se em frente á povoação de — N. S. da Guia — que tem actualmente 10 casas e uma igreja.

Já possuiu 600 fogos. E' nesta povoação que costumava residir o missionario Frei Venancio.

A 25 passou-se em frente a — S. Marcellino —, situada na foz do — Xié, em sua margem direita; contou antigamente 400 casas e hoje apenas contém 12. Encontrámos todas as casas fechadas.

A 27 passámos pela foz do — Dimitti —, tributario da margem esquerda.

Finalmente a 28 chegamos a — Marabitanas —, ponto onde deviam reunir-se as

Commissões Brasileira e Venezuelana, conforme as instrucções que tinham de seus Governos.

—Marabitanas— acha-se situada na margem direita do Rio Negro, distante sete leguas da fronteira, em terreno pouco elevado e sujeito a inundações no tempo das chuvas. Chegou a possuir 1.580 casas. Hoje conta apenas 22 casebres de palha, uma igreja velha e um cemiterio. A igreja foi dedicada a S. José pelos Carmelitanos. O nome de — Marabitanas — é corrupção de — Marapitanas —, nome dos indigenas que a povoaram outr'ora.

Tambem possuiu um bom Forte de madeira replegado de terra, cuja figura era um quadrado, com dous baluartes de 12 canhoneiras a face que olhava para o rio; além disso via-se tambem um muro dividido em seteiras e um redente no lado opposto aos dous baluartes. Existiam do lado do rio quatro baterias denominadas S. Pedro, S. Luiz, S. Simão e S. Miguel. Interiormente havia um bom quartel, casa da polvora e um poço. Seu armamento em artilharia constava de 19 peças de ferro de calibres 1 1/2, 2 1/2, 3 e 4. Este Forte foi fundado pelo Governador Manoel Bernardo de Mello e Castro em 1763, para a defesa da fronteira, do lado de Nova Granada e Venezuela. Em 1843 fizeram nelle alguns reparos; mas depois o deixaram sob a acção destruidora do tempo, de sorte que actualmente acha-se completamente arruinado, apenas deixando ver as barrancas elevadas que denotam o aterro onde foram as baterias. Alguns esteios e montes de telhas quebradas pertencentes ao Quartel que então existiu, mostram o lugar onde fôra edificado.

O mez de agosto passamos em Marabitanas aguardando a Commissão Venezuelana.

Demorando-se ella, porém, e querendo entender-me verbalmente com as autoridades de — S. Carlos —, resolvi seguir com alguns dos meus companheiros para aquella povoação; e effectivamente a 18 de Setembro partimos, chegando á nossa fronteira do Cucuhy no mesmo dia.

Nesta mesma occasião fiz seguir para esse ponto militar um batelão carregado de generos, visto pretender mudar a Commissão para elle, por achar-se mais perto de Venezuela.

O posto do Cucuhy está em mau logar.

Situado na margem direita do rio, em terreno baixo, acha-se sujeito ás inundações nas épocas de inverno.

Ha tempos principiaram a construir um Forte, deixando-o de mão depois de muitas despesas feitas inutilmente.

Na collocação deste posto militar não se attendeu ás boas regras praticas para sua defesa. Além de outros inconvenientes, delle não se pôde observar um barco

que venha da fronteira vizinha, senão quando lhe passa em frente, do outro lado do rio e á distancia.

O contorno da margem sobre a qual está collocado e a ilha que lhe fica proxima, a de — S. José —, impedem a vista da parte superior do rio.

A 20 chegámos a — S. Carlos —, onde fomos bem recebidos pelas autoridades e população. Este dia tornou-se notavel por ficar patente o progresso do nosso paiz.

O Alto Rio Negro acima das cachoeiras foi sulcado, além da nossa fronteira, por uma lancha a vapor; facto que se considerava um impossivel até então. Foi pois um acontecimento importante para aquella população que a viu serenamente subir até áquellas plagas.

Acha-se a povoação de — S. Carlos — situada na margem esquerda do Alto Rio Negro. Tem uma igreja em bom estado e umas 30 casas caiadas e bem conservadas. Sua collocação em ruas direitas com uma praça espaçosa, apresenta um aspecto muito mais regular e melhor do que todas as nossas povoações que têm as suas esparsas, sujas e sem ordem.

Além disto, a obrigação imposta pelo Prefeito, de um certo numero de familias viverem na povoação durante um determinado tempo, para mais tarde serem substituidas por outras, tem a vantagem de conservar a povoação ajeitada, de haver alegria no meio de todos, commercio aberto e mostrar outro aspecto differente inteiramente do que apresentam as nossas, em que ficam as casas completamente abandonadas até á occasião em que ha alguma festa para a qual concorrem então todos que se retiraram para os igarapés.

Em frente a — S. Carlos — fica na outra margem do rio a povoação de — S. Felipe do Rio Negro — no mesmo logar onde em 1754 os hespanhões edificaram o Fortim de igual nome, mas geralmente denominado de — S. Carlos.

Hoje não existe mais o fortim e a povoação tem apenas seis casas de palha.

Estas povoações como as nossas já estiveram antigamente em outro grau de desenvolvimento e progresso; hoje todas são um deserto em relação áquelles tempos. O numero de casas, a população e o commercio têm decrescido consideravelmente.

Entrando em explicações com o Prefeito D. Antonio Courlander, declarou-me não pôr obstaculos aos trabalhos da Commissão, apesar de não ter communicação official do seu governo para este consentimento.

A' vista disto regressámos de — S. Carlos — a 22.

Desde então, estando já feitas as observações astronomicas em — Marabitanas, — onde construi um observatorio e assentei a luneta meridiana, começou-se com o levantamento do rio.

Do Dimitti até Marabitanas foi feito pelos Srs. Major Dionisio e Capitão Thaumaturgo; de Marabitanas até Cucuhy pelos mesmos Senhores e o fallecido Dr. Pimentel e dahi para cima até o Alto-Guainia por este ultimo engenheiro.

Mandando transportar parte do deposito de Marabitanas para o Cucuhy, levei comigo o restante para depositar em — S. Carlos, — onde cheguei com dous companheiros a 25 de outubro.

O resto do mez e começo do outro foram passados em trabalho de observação e fazendo transportar para — S. Carlos — todos os generos e material existentes no deposito de Cucuhy, extinguindo-o por não ser mais necessario naquelle ponto.

A 4 de Novembro fiz seguir o primeiro batelão carregado de generos para o deposito que mandei estabelecer em Marôa, e a 15 partiram alguns dos companheiros para a mesma povoação.

A 17 chegou-se a — Tiriquin — na margem direita do Guainia.

Tem esta povoação 29 casas de palha e uma igreja.

A 19 passou-se em frente á — Democrácia — na margem esquerda do mesmo rio, e com oito casas.

No dia seguinte passou-se pela antiga povoação de — S. Miguel, — hoje abandonada. A' tarde chegou-se a — Guzman Blanco. Tem 25 casas de palha e fica na margem esquerda.

A 21 chegou-se a — Tomo — na margem direita do rio e proximo á embocadura do rio — Tomo.

Fica em terreno elevado e tem nove casas.

No mesmo dia passou-se pelo foz do — Tomo, — pela foz do — Aquio — e ás 2^h 35^m chegou-se em — Marôa — onde desembarcou-se. Fica na margem esquerda do mesmo — Guainia, — em terreno elevado, e apresentando 40 casas e uma igreja cobertas de palha, porém rebocadas e caiadas com tabalinga que é o que constitue propriamente a maior parte do sólo em suas primeiras camadas.

Os outros membros da Commissão chegaram a 28.

Parte do mez de Dezembro passou-se nesta povoação á espera da Commissão Venezuelana. Finalmente, no dia 23 chegando ao meu conhecimento que ella se achava em — S. Fernando de Atabapo — e seu commissario pretendia regressar para — Carácas — por estar muito doente e sem recursos medicos para emprehender a viagem até — Marôa, — resolvi mandar o Sr. Dr. Dantas, nosso medico, a ter com o Commissario Venezuelano e offerecer-lhe os recursos de que precisava.

Depois de muita instancia, pôde o Sr. Dr. Dantas convencer ao Sr. Commissario Venezuelano da necessidade que tinha de vir para — Marôa — tratar-se, visto ser grave o seu estado.

Às 10^h da noite de 28 chegou a Comissão Venezuelana, composta dos Srs. D. Miguel Tejera, como Commissario, D. Miguel Geronimo Oropeza, como Engenheiro adjunto, e D. Rafael Rojas, como Secretario.

O Sr. Dr. Dantas, conseguindo convencer o Sr. D. Miguel Tejera para vir tratar-se em — Marôa, — prestou um serviço á Comissão Brasileira e ao proprio Sr. Tejera; porque si não pudesse convencer-o desta urgente necessidade elle teria se retirado para — Carácas — e a Comissão não poderia continuar seus trabalhos, tendo por consequente ou de aguardar nova Comissão nomeada, ou de retirar-se para a Córte, no caso do Governo Venezuelano não querer mandar outro commissario: e quanto ao Sr. Tejera, não teria elle recobrado sua saude, como mais tarde recobrou-a.

Chegada a Comissão Venezuelana tratei logo de mandar estabelecer um deposito na povoação do — Tigre —, como ponto melhor collocado para receber os recursos que fossem de — Marôa — e remettel-os para a exploração do — Memachi — em época opportuna.

Neste mesmo dia, pois, o Alferes Araujo Sobrinho, official da força que nos acompanhava, seguiu para o Tigre com tres canôas carregadas de generos e material para aquelle deposito.

Entramos no mez de Janeiro de 1880.

Melhorando o Sr. Commissario Venezuelano, tratei logo de reunir em conferencia a Comissão mixta.

Effectivamente: no dia 7 ás 5 horas da tarde houve a primeira que versou sobre o reconhecimento mutuo de poderes, apresentando ambos os Commissarios suas respectivas nomeações.

No dia seguinte ás 11 horas da manhã, reunindo-se de novo a Comissão mixta houve a 2^a conferencia ordinaria para tratar de assumptos relativos á demarcação, ficando resolvido se dividirem os engenheiros em tres turmas, dirigindo-se uma para fazer o levantamento do — Memachi —, outra o do Maturacá — e a terceira o do — Aquio e Tomo.

No dia 12 seguiu a 1^a turma, partindo em duas igarités o fallecido nosso compa-nheiro e amigo Dr. Joaquim Pimentel para continuar o levantamento do — Alto-Guaínia — até á foz do — Naquieni — e depois o do — Memachi —, e os Srs. Dr. Lassence e Pharmaceutico Aguiar com destino ao — Tigre — onde se deveria estabelecer um observatorio para o assentamento da luneta meridiana.

A 22 partiu o Dr. Dionisio, com destino a fazer o levantamento do — Maturacá — e a 23 seguiram os Srs. Dr. Thaumaturgo e D. Miguel Oropeza com destino ao rio — Aquio — para effectuar o seu levantamento.

O resultado destas explorações se acha consignado nos respectivos relatorios

apresentados pelos Srs. Drs. Thaumaturgo e Dionizio, os quaes passo a transcrever-os para V. Ex. melhor julgar dos sacrificios feitos por cada um e pelo nosso desditoso companheiro Dr. Joaquim Pimentel, fallecido em Marôa em consequencia dos trabalhos penosos da exploração ao — Memachi — e de sua dedicação até o sacrificio da propria vida.

Da exploração ao — Tomo — não ha relatorio par ter sido feito o levantamento pelo Sr. D. Miguel Oropeza.

Relatorio do Aquio

« Cópia.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. Morôa, 18 de Março de 1880.— Ilm. Sr.— Conforme o alvitre tomado em conferencia da Commissão mixta de se dividir os engenheiros em turmas para fazer-se ao mesmo tempo as explorações dos rios em cujas cabeceiras devem ser estabelecidos os marcos, como pontos da linha de limites da fronteira, fui designado juntamente com o Sr. Dr. Miguel Geronymo Oropeza, engenheiro adjunto da Commissão Venezuelana, para explorarmos o rio —Aquio—. Partindo, pois, desta povoação no dia 23 de Janeiro ás 8 horas da manhã com duas canôas de viveres, penetramos nesse rio no mesmo dia e demos começo aos trabalhos de levantamento que duraram 23 dias. A 15 do corrente deixando o levantamento do rio por termos chegado ao porto que o communica a um dos affluentes do —Cuiary—, continuamos o da picada que nos levou até o serro —Caparro—um dos pontos da linha de limites. Chegando a este serro no dia 17, tivemos de nelle subir para dominar o sitio que occupava e tirar rumos para os serros visiveis que o cercam, verificando ser elle mesmo um dos pontos da divisa de aguas, achando-se na altitude de 363^m,8 e tendo de altura 182^m,5. Verificado este ponto regressamos para o porto do —Aquio— de onde partimos a 18, chegando a esta povoação a 21 com todo o levantamento feito. O —Aquio— é um rio estreito, extremamente tortuoso e com grande numero de cachoeiras, algumas das quaes perigosas. Em uma destas naufragou a canôa do Sr. D. Miguel Oropeza, inutilizando completamente todos os viveres que conduziamos; pelo que tivemos de comprar alguns paneiros de farinha, com difficuldades, para sustento da tripolação das canôas, emquanto não chegavam os recursos que pedimos a V. S. Felizmente estes vieram a tempo de soccorrer-nos quando justamente iam faltar-nos mantimentos. Nesta exploração nada mais de notavel se deu, além dos trabalhos na passagem das cachoeiras e as privações que passámos. O Sr. D. Miguel Oropeza foi um bom companheiro que tive, existindo sempre entre nós a mais cordial sympathia.—Deus Guarde a V. S. a quem apresento as expressões de minha estima e distincta consideração.— Ilm. Sr. Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo, Chefe da Commissão de limites entre o Imperio e Venezuela.— (Assignado) Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.»

Relatorio do Memachi

Cópia.— Comissão de limites entre o Brazil e Venezuela. Marôa, 20 de Abril de 1880.— Illm. Sr. Tendo chegado a 21 de Fevereiro do rio— Aquio — com o Sr. D. Miguel Oropeza e achando-me com os trabalhos de construcção dos respectivos levantamentos concluidos, recebi ordem de V. S. para substituir o nosso desditoso companheiro e amigo o fallecido Dr. Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel nos trabalhos de exploração do —Memachi—, visto chegar ao conhecimento de V. S. achar-se elle gravemente enfermo. Partindo no dia immediato, 20 do passado, segui em uma das conôas da commissão com destino á povoação do —Tigre—, onde havia o nosso primeiro deposito de viveres e se achava em observações astronomicas o Sr. Dr. Guilherme Carlos Lassance, acompanhado do Sr. Pharmaceutico Antonio Ribeiro de Aguiar para soccorrer aos doentes que desciam do Memachi. Alli desembarcando a 24 á noite já encontrei o fallecido Dr. Pimentel que havia chegado no dia anterior bastante doente de beri-beri, em consequencia dos trabalhos da exploração daquelle rio. Não sendo possivel a este nosso digno e infeliz companheiro, cuja morte profundamente lamentamos, continuar a permanecer no— Tigre — ficou assentado que elle se retiraria daquelle localidade para esta povoação, onde encontraria os recursos medicos de que carecia. Assim, pois, entregando-me elle as suas notas que tomára naquelle exploração, desceu para — Marôa— pela manhã de 25 e subi eu o— Guainia—, na mesma occasião, com o fim de continuar os trabalhos de exploração paralyzados. Do seu caderno particular de apontamentos extrahi o seguinte diario que julgo necessario aqui consignar para V. S. melhor poder ajuizar dos sacrificios que elle fizera, apezar de doente, para levar a effeito a difficil e perigosa exploração que lhe havia sido confiada, como engenheiro habil, pratico e activo: « Dia 12 de Janeiro—Sahi de— Marôa— com o Lassance e Aguiar em tres embarcações fazendo o levantamento do Alto Guainia. Logo acima de Marôa está a boca do rio — Pimichim — do qual se passa por terra para— Javita—, povoação de indios, assentada em um affluente do — Atabapo— que vái ao Orenoco. Por esse caminho se fazem as communicações com o centro da Republica. Paramos ás 5 horas n'um logar em que existe um sitio. — Dia 13.— Parti ás 6 horas da manhã e parei ás 5 horas da tarde na ponta de cima da ilha— Guenipo.— Dia 14.— Segui ás 7 1/2 horas da manhã por causa de densa cerração que não me permittia trabalhar, e ás 12 1/2 horas cheguei á povoação de— Santo Antonio— ou — Victorino.—Dia 15.— Sahi pelas 6 horas da manhã; parei á 1 hora no sitio de Henrique Melgueiro; continuei ás 2 1/2 horas e fui pernoitar na boca do— Igarapé

— Ianauaxine. — Dia 16. — Continuei o serviço logo que clareou o dia e cheguei a — S. José — á 1^h da tarde, onde fiquei por ter de passar as canôas nas cachoeiras. — Dia 17. — Parti ás 6^h da manhã. Um forte temporal obrigou-me a parar por muito tempo, indo dormir acima da cachoeirinha do — Tigre —. Dia 18 ás 6^h da manhã continuei o levantamento; almocei em uma praia, gastando uma hora em descanso. Fui dormir em outra praia. — Dia 19. — Sahi pela manhã cedo e fui chegar ao — Tigre — ás 11^h 1/2 da manhã. — Dia 20. — Tive acessos de febres intermitentes. — Dia 21. Continuei doente. — Dia 22. — Tendo melhorado construí parte do levantamento. — Dia 23. — Continuei com a construção. — Dia 24. — Concluí a construção do levantamento. — Dia 25 (domingo). — Parti do — Tigre — ás 9^h da manhã, continuando o levantamento do — Alto Guainia. — Uma pequena chuva interrompeu o serviço por meia hora; continuei-o e fui acampar ás 5^h da tarde na ensada — Apijana —, acima da pedra do — Puerco —. Dia 26. — Sahi pelas 6^h da manhã; ás 6 1/2 tive de parar por causa de uma forte neblina que impossibilitava-me de vêr as miras. Ás 7 1/2 seguí e ás 8^h passei pela tapera do pueblo — Sant'Anna —. Ás 10^h 1/2 deixei o — Guainia — e entrei pelo — Naquieni —, forte affluent da margem direita e que tem 100^m de largura na fôz. Viajei pelo — Naquieni — subindo até a roça do indio Athanasio onde cheguei ás 5 1/2, ahi pernoitando. Desta roça se vê o serro — Monochi —, de fôrma alongada. — Dia 27. — Subi o Naquieni e, continuando o levantamento ás 6^h da manhã, almocei na boca de um affluent da margem esquerda. Ás 5^h da tarde cheguei á fôz do — Memachi —. Dia 28. — Amanheceu chovendo muito. Ás 10^h continuei pelo Memachi acima, tendo de regressar ao meio dia para o — Naquieni — por não poder subir mais a igarité e não encontrar um ponto elevado para estabelecer um deposito. A duas voltas acima, no — Naquieni —, estabeleci, pois, uma pequena barraca para deposito de viveres. — Dia 29. — Choveu desde pela manhã até as 9^h do dia. Comecei a fazer a barraca que ficou armada e cortou-se alguma palha. Choveu á noite. Mandeí o pratico Athanasio com o indio Noé e o soldado Celino explorarem o Memachi. — Dia 30. — Cobri quasi toda a barraca e tirou-se mais palha. Choveu desde as 4^h da tarde até á noite. Tive febres durante o dia. — Dia 31. — Amanheceu chovendo. Cobriu-se o resto da barraca. Continúo doente. Ricardo e o cabo Bahia estão com febres. Muita chuva á noite. — Dia 1^o de Fevereiro (domingo). Comecei a trabalhar desde pela manhã. Fechei a barraca ao redor. Continúo doente. — Dia 2. — Choveu pela manhã até 9 1/2. Concluí a barraca. — Dia 3. Choveu muito pela madrugada até as 7^h da manhã. Ás 9 1/2 fiz descer a igarité para ir buscar viveres no — Tigre —. Dia 4. — Ás 8^h da manhã comecei a levantar o — Memachi — e parei o serviço ao meio-dia por causa da chuva. O resto do dia foi empregado em limpar-se o leito do rio por achar-se muito tapado de ramos e páos cahidos. — Dia 5. — Trabalhei das 6^h ás 9,

parando com o serviço por causa da chuva. Levantei a parte limpa do Memachi e fiz a gente limpar outro trecho.— Dia 6.— Choveu muito pela madrugada. Continuei o levantamento e parei ás 10^h. Mandei abrir novo trecho.— Dia 7.— Fiz o levantamento do trecho limpo e mandei continuar a limpar outra porção. Desceu uma igarité para buscar generos. — Dia 8.— Fiquei no mesmo acampamento. Mandei a montaria limpar o rio. A's 11^h chegou a igarité com viveres. Cahiram doentes dous soldados. Fiz voltar a montaria ao — Tigre —, levando uma carta minha ao Lassance pedindo-lhe duas ubás para o serviço. Estou a duas leguas da foz.— Dia 9.— Levantei o rio até meio-dia e fiz limpar outra porção para frente. Mandei uma canôa buscar mais generos.— Dia 10. — Trabalhei até as 9^h. Mandei limpar o rio que se acha muito obstruido pelos páos cahidos.— Dia 11.— Levantei até 8^h 1/2 da manhã. Mandei continuar a limpeza do rio. Choveu á tarde.— Dia 12. — Levantei até o fim da limpeza de hontem. Estou a tres e meia leguas da foz do Memachi. Choveu á noite.— Dia 13.— Dei principio ao trabalho e parei ás 11^h por causa de uma forte chuva. Mandei continuar a limpeza do rio. A's 5 horas cahiu outra chuva que se prolongou até á noite.— Dia 14. — Levantei a porção limpa parando ás 9 1/2. Mandei continuar a limpeza. Chuva ao meio-dia. Dia 15. (domingo). Chuva pela manhã. Mandei continuar a limpeza. Fiz algum levantamento e parei por causa da chuva. — Dia 16 — Continuei o levantamento. O Memachi se acha muito obstruido. Não tendo chegado a canôa com viveres estamos quasi sem comida. Fiquei sómente com uma canôa.— Dia 17. — Não se trabalhou por falta de generos e canôas. Ainda não chegou a ubá com os generos esperados. O soldado Bezerra está doente.— Dia 18.— A's 9 1/4 da manhã chegou uma ubá diferente da que fiz descer. Nella vieram o Ricardo, anspeçada Francisco Antonio, e o soldado Pacheco. A causa da demora da montaria foi devida a ter ido ao — Tigre — levar o Alferes Araujo que se achava no deposito do Naquieni gravemente doente. O Ricardo e meu camarada Marcellino estão com febres. Os soldados que ficaram no deposito estão todos doentes. A's 7^h da noite chegou a outra montaria. Trouxe carta do Lassance em que me diz achar-se muito mal o Alferes Araujo. Chuva durante o dia e noite.— Dia 19.— Foram duas canôas trabalhar na limpeza do rio. O anspeçada Francisco Antonio está doente assim como o Bahia.— Dia 20.— Cheguei a um lugar conveniente a se estabelecer um segundo deposito.— Dia 21.— Tirou-se a madeira para o deposito e ficou armado.— O cabo Bahia esteve mal.— Dia 22.— Pela manhã desceram os soldados Pacheco, Celino e Cruz afim de buscar viveres no deposito do Naquieni, com ordem tambem de mandarem para o — Tigre — as praças doentes, e se reunirem aqui as boas. O Bahia melhorou.— Dia 23.— Concluiu-se o deposito.— Dia 24.— Abri uma picada por terra aos 232° S. E. e atravessei um affluente pequeno.— Mandei fazer algumas explorações pelos soldados Pimentel e Francisco

Antonio.—Dia 25.—Continuei a picada e mandei novamente explorar. Sabendo que o riacho atravessado anteriormente não é o braço principal do Memachi, deixei o rumo em que seguia e tomei o de 199° S.S.E. Chegou a canôa com todos os generos existentes no deposito do Naquieni.—Dia 26.—Continuei a levantar nova picada. Adoeceu o Marcellino. Muita chuva á noite.—Dia 27.—O Memachi trasbordou com a chuva. Continuou-se com a picada e cortou-se o ramo S. E. do Memachi, cujas margens estão muito alagadas. Sinto-me doente com dormencia nas pernas ha quatro dias, e hoje estou com febre. Adoeceu o Conrado e melhorou o Eduardo que havia tres dias estava com febres. A' tarde mandei limpar um logar para uma barraca na margem esquerda do ramo S. E. afim de mudar-me e continuar a picada no rumo em que vai (199°). Conclui a construcção do meu levantamento até aqui e colloquei na carta reduzida o ponto em que estou.—Dia 28.—Amanheceu chovendo. Mandeí o Bahia e Pimentel subirem o braço S. O. do Memachi para saber se ainda será possível viajar-se por elle. Com as chuvas está muito alagada a picada e talvez se torne intransitavel. Continúo doente. Os soldados Marcellino, Conrado e o Ricardo estão enfermos. Hoje ainda continuei na picada por não saber si o Bahia irá longe ou não. Si não voltar até á tarde pretendo mandar amanhã limpar o rio e deixar esta picada.—Dia 29.—Mandeí pela manhã a ubá com tres homens para limparem o rio, e tirei a tolda da « Rosa » para poder auxiliar este serviço. Choveu á tarde. Continúo doente sentindo as pernas dormentes e dores no fígado.—Dia 1° de Março.—Continuou-se na limpeza do rio com a ubá e a « Rosa » trabalhando seis homens.—Dia 2.—Continuou-se na limpeza do rio. A' 1^h da tarde chegaram o Bahia e Pimentel dizendo que subiram o rio durante tres dias e não encontraram terra firme, porque elle se transformara em um grande igapó. A' vista desta exploração é impossível seguir-se por agua, visto não haver onde se desembarcar para principiar a picada. Resolvi mandar amanhã uma exploração por terra, costeando o rio até encontrar sua nascente. Ao anoitecer chegaram debaixo duas ubás com carta do Lassance, enviando os soldados Rodrigo Antonio, Antonio de Lima e o Pratico Athanasio com sete indios para o serviço. Choveu toda a noite. — Dia 3.—Amanheceu ainda chovendo. Os soldados foram limpar o braço S. E. do rio, até encontrarem a picada. Seguiram o Athanasio e os indios acompanhados do cabo Bahia e o soldado Antonio de Lima para abrir uma picadã até a nascente principal do braço S. O. Forte chuva até meio-dia. A' uma hora chegaram mais sete indios. Prevendo que me falte farinha fiz regressarem para o — Tigre — cinco indios. — Dia 4.—Continuou-se na limpeza do braço S. E. Mandeí repôr a tolda da « Rosa. » — Dia 5.—Continuou-se na limpeza do braço S. E. até encontrar a picada. Voltou o Athanasio para buscar mais farinha e dizendo que havia chegado á cabeceira do braço S. O. Penso que elle enganou-se ainda desta vez, tendo chegado talvez á cabeceira de

algum outro affluente. Mandeí abrir picada até a tal cabeceira descoberta. Recahiu doente o Ricardo e amanheceu com febre o Pacheco. — Dia 6. — Continuou-se com a limpeza do braço S. E. Adoeceu o Eduardo. Chuva á tarde. Chegaram o soldado Celino e dous indios, trazendo do — Tigre — viveres. — Dia 7. — Mandeí para picada o Celino e os dois indios que chegaram hontem e mais os homens que acabaram a limpeza do braço S. E. Choveu á tarde. Vieram da picada dar-me parte que se tinha acabado de fazer a barraca de palha para deposito na vertente ultimamente descoberta e que se havia descoberto outra mais para o poente por onde iam fazer picada. Diz o pratico que essa é a ultima, que não ha outra que venha ao Memachi e que ella é contravertente do — Iana. — Dia 8. — Foram todos os soldados para a picada, ficando apenas seis doentes. Chuva á tarde. A's seis horas chegou a « Rosa » com 22 alqueires de cal, duas barricas de cimento e um pacote de carne secca. — Dia 9. — Sigo com toda gente para cima, menos dois indios que despachei. Transportou-se viveres para dez dias. Fiz o levantamento da picada, até a vertente do braço do Memachi. O terreno é muito alagado. A serra que fica perto desta vertente é muito ingreme e as aguas que della descem são causa deste immenso igapó. A picada segue até o — Iana — passando por cima de um serrote. O — Iana — está aquem da serra grande, o que muito me admira. A' tarde cahiu uma forte tempestade. — Dia 10. — Durante todo o dia um forte temporal com chuva. Não obstante continuou-se com a picada a O. S. O. que se prolongou até um grande banhado. — Dia 11. — Pela manhã mandei a gente para a picada, dando ordem que a 100 passos deste acampamento tomasse o rumo de sul. Fui ao serro que fica a S. E., o qual denominei Sant'Anna. Delle observei que a serrania que principia no Memachi faz um arco de circulo cuja corda está no rumo N. N. O. — S. S. E., terminando no fim da montanha — Macuirupana — que se vê terminar ao S. do serrinho Sant'Anna. Entre este serrinho e a montanha nasce o — Iana — que corre primeiramente a S. O. e que volta a S. ou S. S. O. para ir entrar no Cuiary. Observei mais que não existem outros serros na divisão das aguas e que portanto a cumiada que verte para o Memachi e para o — Iana — é muito baixa e vai em rumo de O. N. O. até 2.500^m para depois voltar talvez a S. O. A picada feita esta manhã no rumo de S. foi cortar o — Iana—. A' tarde mandei que a partir deste acampamento seguissem com a picada a O. e mesmo a O. N. O. Esta picada foi por terra firme por ir pela cumiada, que tambem é a linha de limites. — Dia 12. — Não havendo mais farinha para tanta gente despedi todos os indios. Continuou-se com a picada em rumo O. N. O. A' tarde choveu bastante. Voltaram os soldados dizendo que no rumo em que foram, quasi Oeste, cortaram um banhado e depois um arroio grande que deve ser o Memachi. — Dia 13. — Pela manhã seguiram os soldados para a picada com ordem de mudar o rumo para S. O. antes de chegar ao banhado que encontraram: pretendo assim ir acompanhando mais ou menos a cumiada que divide as aguas

para o — Iana — e Memachi, e depois de algumas leguas procurar então contornar as nascentes deste. A' tardinha voltaram os soldados dizendo que seguiram ao S. O. cortando quatro pequenos affluentes do Memachi e que passaram na margem de um quinto, muito largo. Terei de mudar o rumo mais para o Sul afim de buscar a cumiada.— Dia 14 mandei fazer barraca na margem do arroio grande, e que se houvesse tempo cortassem a picada ao Sul.— Dia 15.— Segui para o novo acampamento fazendo o levantamento do caminho. Este vai a O. N. O. por meia legua com muitas voltas e despontando cabeceiras do — Iana — e de um affluente do Memachi. No fim deste rumo se encontra a picada que foi feita a S. O. Volta o caminho a O. S. O. e chego ao novo acampamento na margem esquerda de um affluente do Memachi. Mandando descer por esse affluente encontrou-se o rio a 300 passos no rumo N. N. O. Continuei meu levantamento.— Dia 16. — Mandeí seguir com a picada ao Sul afim de ganhar o alto do terreno. Explorando-se o arroiozinho junto ao qual estamos acampados, soube que elle tem suas vertentes ao Sul do acampamento. Da boca deste arroiozinho o cabo Bahia e soldado Pimentel subiram o Memachi dois dias em montaria, quando do deposito os mandei explorar-o para cima. Calculo que viajaram pelo menos uma legua em linha recta. A' tarde voltaram os soldados da picada dizendo que haviam cortado um arroio grande que corre para o poente e que pensam ser o mesmo que desce do alto da montanha — Mucuirupana — e que os indios disseram ser o — Iana —. Julgo que esse inculcado — Iana — é ainda um affluente do Memachi e pretendo mandar amanhã verificar isso. Muita chuva á tarde. Acho-me doente.— Dia 17.— Desde hontem que me sinto muito doente. Mandeí explorar o arroio que se atravessou hontem e fiquei sabendo ser um affluente do Memachi, mas não o — Iana —. Esse affluente tem suas vertentes desde perto do acampamento da serra até a volta que a picada faz por onde se vem desse acampamento para este, mudando então o rumo de O. N. O. por S. O. A' tarde continuou-se com a picada ao Sul e depois ao S. O. Neste rumo encontrou-se o Memachi no ponto donde voltaram o Bahia Pimentel. Suppondo que o rio faça voltas para o sul mandei que a picada seguisse este ultimo rumo. Choveu muito á tarde.— Dia 18.— Muita chuva pela madrugada. Amanheci ainda doente. Tendo os soldados dito que no rumo de S. E. em que iam hontem estavam se afastando muito do rio, mandei que a 400 passos nesse rumo dobrassem para S. O. e que logo que cortassem algum correço fizessem acampamento para mudar-me amanhã. Grande chuva ao anoitecer, com trovoadas. Tive febre toda a noite.— Dia 19. — Mandeí alguns soldados buscarem na ubá viveres para a gente. Escrevi ao Dr. Araujo pedindo que me mandasse o Thaumaturgo logo que elle chegue do — Aquio — para substituir-me; porque vejo em cada dia me achar peor. Mal posso caminhar, sinto afrontação no estomago e caimbra nas pernas.— Dia 20. — Achando-me muito

mal não posso esperar o Thaumaturgo. Sigo hoje na montaria para o deposito da margem do Memachi.»

Aqui findão-se as notas do nosso infeliz companheiro. Tendo elle effectivamente seguido a 20 para o deposito estabelecido na margem direita do Memachi, ahi chegou no mesmo dia e a 21 sentindo-se peor desceu para o — Tigre —, onde desembarcou a 23, encontrando-me com elle a 24 de Março, como acima scientificuei a V. S. A 25 pela manhã segui viagem.— A 26 continuando-a, fui dormir no deposito do Naquieni. Partindo na manhã de 27 fui ao deposito á margem direita do Memachi, onde pernoitei.— A 28 pelas 5^h da madrugada parti em uma ubá levando todas as montarias existentes no porto carregadas de viveres. Neste mesmo dia á tarde cheguei á barraca donde tinha regressado o Dr. Pimentel. Choveu toda a noite.— A 29, apesar de achar-se tudo completamente alagado e não desejar perder tempo, mandei todo pessoal abrir uma picada parallelamente ao curso do proprio Memachi, com ordem de não se desviarem muito deste rio e de vez em quando levarem a picada até a sua margem para verificá-lo. A' proporção que se abria a picada ia eu atraz fazendo o respectivo levantamento e mandando transportar para frente os generos de que precisava. Assim procedendo, sem nunca mais ter me desviado do curso do rio, approximando-me d'elle sempre que era necessario e mandando continuar a picada em rumos tirados pelo som de tiros que mandava dar na matta, pelos soldados exploradores que iam na frente marginando-o, pude enfim depois de penosos e innumeross sacrificios, trabalhando das 6^h da manhã ás 6 da tarde, tendo apenas uma hora para descanso, chegar no dia 7 do corrente á nascente principal deste rio onde nos dias 8 e 9 fiz preparar e collocar um marco de madeira de lei em sua cabeceira.— Para V. S. poder ajuizar de que natureza foram os sacrificios com esta exploração, permita-me dizer que desde o terceiro dia em que entrei em trabalhos até o dia 9 o beri-beri atacou-me tão fortemente que mal podia suster-me de pé. Porém, a minha força de vontade era tão grande e o estimulo em concluir este serviço tão intenso, que para caminhar era-me preciso ser auxiliado por duas praças que me sustentavam enquanto andava e escrevia as notas dos rumos e distancias tomadas.— Desde pela manhã até a noite atravessava extensos igapós com agua pela cintura. Os acampamentos no fim de cada dia eram palhoças ligeiras para abrigar da chuva torrencial e continua nesta região. — Sabendo V. S. que eu me achava muito mal ordenou-me em duas cartas, de accôrdo com o commissario venezuelano, que deixasse o serviço e regressasse, ou então se visse que podia deixar o Memachi para subir o Naquieni e depois levantar o caminho que vai d'elle ao — Taquiene —, em cuja divisão de aguas collocasse um marco, como equivalente ao do Memachi, seguir com urgencia.— Attendendo que esta resolução não podia tomar, não só porque me achando doente nesta zona iria para outra identica;

como também sabendo que se eu não descobrisse a cabeceira do Memachi a comissão não poderia concluir a demarcação desta parte da fronteira no corrente anno por causa das chuvas, visto não ter outro companheiro que fosse substituir-me, preferi continuar a exploração até descobrir a cabeceira deste rio.—O Dr. Lassance, a quem communiquei ter chegado á nascente principal, logo que o soube, seguiu para este ponto afim de determinar sua posição geographica.— A 9 o meu estado era tão grave, que não podendo mais caminhar, achando-me paralytico, tive a felicidade de encontrar dous indios e duas praças que me carregaram na minha rede, já quasi cadaver, até a beira da picada, onde passei-me para uma ubá e cheguei ao deposito á noite.— Ahi dormi e a 10 segui para o — Tigre —. A 11 pela manhã parti para esta povoação onde apresentei-me a 12, desembarcando nas circumstancias em que V. S. viu.— O meu estado actual inspira ainda serios receios ; mas apesar do medico declarar que a minha estada nesta povoação póde ser-me fatal, espero melhorar aqui mesmo junto aos meus companheiros de trabalho.— O Dr. Lassance ficou incumbido de mandar transportar os objectos existentes na picada e no deposito para esta povoação.— Este serviço já se fez como V. S. sabe, chegando elle aqui com o pessoal e material lá existentes, no dia 16.— Durante os trabalhos de exploração tive todos os soldados doentes e uma praça mordida de cobra, a qual ainda hoje se acha em convalescença nesta povoação.— As praças que trabalharam commigo acham-se anemicas, soffrendo de febres e com as pernas inchadas, precisando de algum repouso por uns dias, visto terem trabalhado com dedicação e sacrificios, passando fome, em consequencia de não se poder carregar muitos generos por terra.— Ficou felizmente terminada a exploração do Memachi. Só temos a lastimar as vidas preciosas que ahi se extinguiram.— Incluso passo as mãos de V. S. a construcção do meu trabalho reunida ao que o Dr. Pimentel havia deixado.— Por elle verá que de sacrificios fez aquelle nosso companheiro mandando abrir picadas e levantando-as para mais tarde reconhecê-las inuteis e abandonal-as.— O indio Athanasio que lhe fôra dado como pratico, era um parlapatão que nada conhecia dessa região ; e a prova é que pelo diario do Dr. Pimentel se nota que por cada braço do Memachi que elle encontrava affirmava ser o proprio Memachi, e por um dos seus affluentes, o — Iana. — Aproveito a oportunidade para reiterar a V. S. os protestos da minha alta estima e distincta consideração.— Illm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo, digno Chefe da Commissão de limites entre o Imperio e Venezuela.— (Assignado) Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

Relatorio do Maturacá

Cópia.—Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.—Manãos, 19 de Julho de 1880.— Illm. Sr.— Parti no dia 22 de Janeiro do corrente anno da povoação

venezuelana de Marôa, onde achava-se reunida a Commissão mixta de limites.— Levava a incumbencia de fazer o levantamento topographico do canal — Maturacá — e determinar o ponto médio do seu curso para nelle ser erigido um marco que assignalasse um ponto da linha de limites ou indicar outro que fosse mais conveniente, segundo a lettra do § 2º art. 2º do Tratado de 5 de Maio de 1859.— V. S. deixou ao meu arbitrio a escolha do itinerario. Dous caminhos se me offereciam: descer o Rio Negro até a boca do Cassiquiari, subir este canal e os rios Pacimoni e Baria, passar para o Maturacá e seguir por elle até a sua junção com o rio Cauabury; ou descer o Negro até a fôz do Dimity, subir este rio e passar por meio de seus affluentes para affluentes do rio—Iá,—descel-o até o—Cauabury,—subir este rio, entrar—no—Maturacá, passar para o—Baria,—descel-o e o—Pacimoni—e canal—Cassiquiari — até entrar de novo no rio Negro.—O primeiro era muito conhecido e não excitou a minha curiosidade. Do segundo tinha noticia por informações dos indios. Dei preferencia a elle, não só para satisfazer a natural curiosidade, como para não perder uma occasião opportuna de esclarecer uma interessante e curiosa questão geographica do nosso tão desconhecido territorio.— Compunha-se a minha expedição de sete praças do contingente do 11º batalhão de infantaria, em duas pequenas canôas com os viveres escassa e restrictamente necessarios para sessenta dias.— No dia 26 cheguei a Marabitanas onde não encontrei viva alma, segundo o costume dos nossos indios, que só vão aos povoados no tempo das festas, onde passam semanas e até mezes seguidos dançando e embriagando-se.— Dirigi-me nesse mesmo dia ao Sr. Antonio Teixeira, subdelegado do districto, e pedi-lhe que me mandasse apresentar dous indios que conhecessem a travessia até o—Matucará.— Nenhum encontrou-se que soubesse o caminho.— O Sr. Teixeira apresentou-me dous que eram praticos da travessia do — Dimity—para o—Iá—Como não havia remedio, dei-me por satisfeito. Do—Iá—nenhuma difficuldade haveria em chegar até o—Cauabury—e desde que chegasse a este rio, ser-me-hia facil achar o—Maturacá,—seguindo as indicações da carta geographica de Codazzi, na qual então muito confiava pelo excellente parecer que deu sobre ella a Academia de Sciencias de Paris. Como fallava-me farinha para alimento da minha gente, demorei-me em Marabitanas até o dia 5 de Fevereiro, em que chegou do rio Xié uma canôa carregada deste genero.— A' tarde do mesmo dia parti, levando os dous indios vaqueanos e fui pernoitar em uma barraca de seringueiro á fôz do— Dimity.— Ao amanhecer do dia 6 deixei o nosso acampamento e comecei a subir este rio, affluente da margem esquerda do Rio Negro, fazendo o respectivo levantamento á bussola e á luneta Lugeol.— A's 6 horas da tarde cheguei ao sitio novo do *tuixáua* José, do rio Issana. Estavam desertas as palhoças; mas um fogo crepitante indicava não estarem longe os moradores, que naturalmente esconderam-se de nós, levados pelo natural receio que no selvagem desperta o homem civilisado, que

até hoje infelizmente para o nosso grande paiz, só lhe tem causado males, ou expellindo-o de suas terras, escravizando-o e commettendo atrocidades que espantam, como acontecia nos tempos da colonia, ou inoculando-lhe na alma virgem o virus da corrupção e dos vicios, como succede actualmente. A' noite tentei debalde construir o trabalho feito, tantas eram as legiões de insectos que me assaltaram e obrigaram-me a apagar a minha lanterna.— No dia 7 trabalhei desde o nascer até o pôr do sol. Pernoitei na matta junto á barranca do —Payé— E' este um logar notavel. Os indios que passam ahi depositam as suas offerendas com o fim de obterem do nume ser bem succedidos nas suas viagens ou nas excursões de caça ou de pesca.— Um trapo, uma folha de *tauary* ou um pedaço de fumo, bastam para angariar as boas graças do —Payé.— Continuei a subir o rio até á tarde do dia 12, em que cheguei á boca do igarapé—Iaiabú,—affluente da margem esquerda. Os dias 9, 10 e 11 foram chuvosos e as noites de tristes recordações para mim e meus rudes companheiros, porque vimo-nos forçados a dormir nos igapós por falta de um pedaço de terra enxuta.— O Dimity—tem cerca de 80 kilometros de curso, corre na direcção geral de Leste a Oeste até o—Iaiabú—e d'ahi até á foz na de SE para NO.— As suas margens são em sua totalidade cobertas de uma vegetação densa e basta e em grande parte alagadiças. A sua maior largura é de 120 metros. Muito antes de chegarmos á foz do—Iaiabú—já tinha 15^m e menos. E' bastante profundo e suas aguas são negras. E' habitado apenas por quatro ou cinco familias indigenas. Tem grande numero de lagos pequenos nas suas margens. Os seus principaes affluentes são: da margem direita os igarapés —Maricoôbi, Badabaháni e Uaruh; da margem esquerda os igarapés Iaiabú, Uarébo e Maiábi.— No dia 13 deixei que se dissipasse o denso nevoeiro que cobria o pequeno rio e impedia-me de ver a mira. Logo que clareou sahi. Naveguei durante todo o dia no—Iaiabú—Este igarapé, não obstante ser bastante profundo, não póde ser navegado por igarités ou outras grandes embarcações, por ser estreito, muito tortuoso e atravancado de paus.— O levantamento tornou-se muito incommodo e moroso por estas circumstancias, pois não só foi preciso multiplicar o numero das estações pela pouca extensão das viradas, como parar ora n'um logar para derribar ou afastar um pau, ora n'outro para cortar ramos que escondiam a mira.— As margens do Iaiabú são continuos igapós. Felizmente á tarde deparamos com um torrão de terra firme, onde existiam vestigios de um acampamento.— Disse-me um dos—guias—que havia sido feito por indios do rio Issana, que no anno passado tinham tentado a passagem para o Cauabury e não conseguiram. Esta noticia tornou-me apprehensivo sobre o bom exito da expedição e parecia ser uma confirmação de informações que me deram sobre a inexequibilidade do meu projecto. Não desanimei entretanto, porque tinha resolvido seguir até que me fosse absolutamente impossivel ir adiante.— No dia seguinte 14 augmentaram as

difficuldades porque o rio a cada passo tornava-se mais estreito, flexuoso e obstruído. A' noite dormi no igapó, em uma pequena ilha que apenas emergia das aguas e onde nos enterravamos até os joelhos ao menor esforço.— Choveu copiosamente e o dia 15 encontrou-nos nas nossas pequenas montarias que fluctuavam sobre o acampamento da vespera. Raiou limpido e sereno o dia. Atravez da densa folhagem verde-negra dos cimos da floresta viamos alegres assomar brilhante o sol e inundar de seus esplendores aquellas ingratas solidões. Os mutúns gemiam na espessura da matta submersa e os cujubins imitavam com as azas os sons das castanholas. Todos os cantores alados daquelles igapós alegravam-se e entoavam á bonança os seus hymnos festivaes. Até os homens sentiam a influencia benefica daquelle dia tão claro, tão limpido, tão bello, e cantavam as poeticas e monotonas tyrannas dos seus sertões.— A's 7 horas da manhã seguimos. A's 2 horas da tarde deixamos o leito do Iauabú e tomamos um seu pequeno affluente da margem direita. Pouco depois este igarapésinho não corria mais entre igapós. As suas margens eram mais ou menos elevadas. Entretanto devem ficar alagadas no tempo das grandes aguas.— Navegavamos em um crystallino ribeiro que coleava como uma serpente em voltas tão rapidas que mal podiam virar as nossas montarias. A' medida que o iam subindo a agua ia diminuindo rapidamente. Os remos deixaram de funcionar e foram substituidos pelos varejões; antes de pôr do sol eram arrastadas as canôas por não ser sufficiente a agua para a fluctuação e eu seguia a pé pelo leito do riacho, fazendo o respectivo levantamento. De distancia em distancia um pau atravessado impedia o passo ás nossas montarias e era preciso cortar-o a machado, quando não se podia passar por cima. A este igarapé dei o nome de igarapé da — Estrada.— Na noite do dia 15 cahiu doente o soldado Cruz Ferreira. Ao meio-dia cheguei ao caminho por onde se passa para um dos pequenos affluentes do Iá. Duas horas depois chegaram as montarias.— Em alguns o igarapésinho era tão estreito que foi preciso cavar as margens para as canôas poderem passar.— O resto do dia foi gasto em descarregar e arrumar a nossa pequena bagagem afim de pô-la ao abrigo de qualquer aguaceiro.— No dia 17 mandei limpar a picada e cortar alguns rolos de madeira para serem sobre elles arrastadas as canôas e logo que ficaram promptos effectuei o seu transporte. O dia inteiro foi consumido nesse pesadissimo serviço, no qual mostraram os meus soldados a melhor vontade e dedicação.— Fiz o levantamento da picada. A pequena zona do terreno comprehendido entre o igarapé da — Estrada — e o outro seu contravertente apresenta vestigios de inundaçào. Nas grandes enchentes todo elle deve ficar alagado. A picada tem de extensão 1.350 metros.— A 18, logo ao clarear do dia, começou-se a transportar a carga para o outro lado. Sómente á tarde ficou concluido este trabalho e como os homens estavam muito fatigados resolvi descansar.— No dia seguinte 19 continuámos no nosso penoso trabalho

de arrastar canôas. O pequeno igarapé estava quasi secco. As toldas das montarias foram arrancadas para ser menos difficil o transporte. Foi necessario tambem descarregal-as. O serviço, não obstante os esforços e a dedicação dos soldados, era extremamente moroso, porque conduziâmos primeiro uma canôa, depois outra, e depois as cargas. O igarapé corre apertado entre duas barrancas e é tão estreito que mal dá passagem em certos logares ás pequenas montarias. Este facto suggeriu-me a idéa de fazer de distancia em distancia pequenas réprezas, com o fim de elevar o nivel das aguas. Os paus que cortavâmos e que impediam-nos o passo serviram para a sua construcção. O resultado foi excellente. A' tarde chegâmos a uma arvore immensa, sob cujas raizes collossaes some-se o igarapé para ir apparecer mais abaixo. Perto della matâmos dous *purakés* (peixes electricos) de tamanho descommunal: mediam 1^m,60 de comprimento e 0^m,11 de diametro. E' prodigiosa aquantidade de formigas que ha nessas matas, desde a gigantesca —Tucandyrá—, cujas ferroadas produzem febre e dôres intensas até a microscopica —Jiquitaia— que queima como fogo.— Os naturalistas que se occupam de entomologia deveriam percorrer durante algum tempo esta região.— O grande Sir John Lubbock havia de sentir-se feliz nestes igapós. Que vasto theatro, que immenso campo para as suas interessantes investigações scientificas ! Alli elle poderia estudar os terriveis insectos em sua propria região, ao ar livre, em plena natureza e no inteiro desempenho das suas curiosas funcções.— O dia 20 foi todo empregado sem descanso no transporte das canôas. O nosso estado sanitario ia peiorando consideravelmente. O soldado Cruz Ferreira sentia-se peor, outros queixavam-se de febre e dôres pelo corpo e eu estava adoentado. Havia muitos dias que não viâmos o céu senão atravez das copas das arvores e o nosso horisonte era uma muralha espessa de verdura. Pisavâmos sobre um sólo de folhas putrefactas. O ar que respiravâmos durante o dia era hyperoxigenado pela funcção chlorophylliana daquella immensidade de vegetaes e á noite saturado de acido carbonico pelo phenomeno normal da respiração das plantas e pelas exhalações das materias organicas em decomposição. Estavâmos estiolando por falta de luz e intoxicando-nos com os miasmas palustres.— No dia 21 continuâmos na nossa afanosa lida. A' tarde choveu e foi para nós uma felicidade, porque as aguas do igarapé dos —Trabalhos—, assim denominado por mim, cresceram um pouco e davam esperanza de tornar-se no dia seguinte mais facil o transporte das canôas. A' noite tive occasião de admirar um phenomeno lindissimo. O sólo era um tapete de luz, em que se via nitidamente desenhadas as nervuras das folhas e formando o conjuncto arabescose bordados de effeito sorprendente.— Ao romper do dia 22 seguimos, lutando já com menos difficuldades, porque, como tinhamos previsto, o pequeno ribeiro augmentára de volume. Comtudo a fluctuação franca ainda não era uma realidade. A' tarde desabou

sobre nós uma chuva torrencial, dessas que só sabem despejar as nuvens equatoriais, e em menos de uma hora a agua, que antes estava abaixo dos joelhos, subia-me á altura do peito. Em poucos instantes eu e um soldado que me ajudava no levantamento, vimos chegar as nossas canôas carregadas e tripoladas pelos nossos fortes camaradas, que saudavam com vivas mostras de prazer aquelle acontecimento tão feliz para nós todos. Logo depois entrámos no igarapé—Badababici—, afluente do Iá, e muito mais volumoso do que o dos —Trabalhos.— Um soldado recebeu uma descarga electrica de um *puraké*, e si não fosse um companheiro afogar-se-hia. Descemos o—Badababici— até encontrarmos um logar proprio para acampar, e ali paramos. Armei a minha rêde sobre a barranca e em menos de uma hora fui obrigado a mudar-me para outro logar mais elevado, tal foi a rapidez com que cresceram as aguas.— A manhã do dia 23 foi testemunha de uma scena de desolação. Da canôa que conduzia os viveres só apparecia a prôa, onde estava amarrada a bóça que a prendia. Tão rapida foi a enchente como a vasante do —Badababici— e por isso aconteceu-nos a grande calamidade da perda dos nossos mantimentos. Mandeí desalagar a canôa e segui rio abaixo em demanda do— Iá—, que só alcançámos no dia 24 ás 4 horas da tarde. O—Badababici— corre em quasi sua totalidade por terrenos alagadiços e divide-se em grande numero de canaes. E' um igarapé como o —Iaiabú—, estreito, tortuoso e onde a navegação é muitas vezes embaraçada pelos madeiros que atravessam-lhe o leito de uma a outra margem. A nossa chegada ao— Iá— foi saudada por vivas demonstrações de alegria. O —Iá— parecia-nos a nós, que tantos dias haviamos navegado em pequenos correjos, um grande rio. Subi nesse mesmo dia o— Iá— até a grande queda de— Sivaúmini—onde acampeí e demorei-me tres dias para expôr ao sol a nossa bagagem já muito reduzida pelo naufragio de uma das canôas e consideravelmente estragada por ter estado exposta á chuva e ás intemperies durante tantos dias. Nós mesmos precisavamos resfolegar um pouco, pois vinhamos extenuados de fadiga. Além destas considerações influíu muito na resolução que tomeí de demorar-me na cachoeira tres dias, a abundancia de caça que alli havia e que nas nossas criticas circumstancias não era para desprezar. Mandeí alguns homens á caça e consegui fazer uma pequena reserva de carne moqueada, que muito nos serviu.—No dia 28 ao amanhecer levantámos acampamento e seguimos rio abaixo. Do naufragio no —Badababici— conseguimos salvar apenas dous paneiros de farinha, que ficou reduzida a pirão e que mandei seccar nas pedras da cachoeira, e uma caixa de bacalhão, que ficou deteriorado a ponto de não ser possivel aproveitar delle sinão muito pouco. Aquella farinha negra, mofada e amarga era o nosso alimento com a caça que felizmente abundava. Havia tambem grande quantidade das palmeiras assay, bacaba e patauá, das quaes fazem-se as bebidas tão apreciadas na Amazonia e que alimentam muito. Navegámos

no—Iá—até o dia 6 de Março á tarde, em que chegámos ao—Cauabury.— O Iá recebe alguns affluentes bastante volumosos. Corre entre margens elevadas e é completamente deserto. Não existe hoje alli um só morador. Em outros tempos foi habitado por indios—Erubichênas—, cujo nome vem do rio—Erubichy—, affluente do Baria, e que, segundo informou-me mais tarde um indio velho, communica-se com o Iá por meio de um dos seus affluentes. Existem tres cachoeiras entre a de Sivaúmini e a boca, que entretanto não constituem obstaculo sério á navegação de canôas e igarités, visto como passámo-las sem descarregar e com muita facilidade. Quando chegámos ao Cauabury, viviamos havia já alguns dias *au jour le jour*, contentando-nos com o que as mattas nos forneciam. Os meus homens estavam magros, abatidos e adoentados e eu já havia soffrido alguns accessos de febres intermitentes. A posição géographica da fôz do Iá é: Latitude N 0° 13' 24",9 e Longitude O do Rio de Janeiro 23° 9' 52",50 (Dr. Lassance). Esse rio é maior do que o Dimity, não só em extensão como em volume. As suas aguas são azuladas. As arvores das florestas por elle banhadas são altas e magestosas; têm uma physionomia diversa das mattas do Dimity e Rio Negro. O thermometro centigrado desde que sahimos de Marabitanas oscillava entre 23° e 27°. Na fôz do Iá existe uma palhoça e uma pequena roça de mandioca, que pelo estado em que se acham indicam terem sido desde muito abandonadas. Depois soube que pertenciam a indios Madauacás, que vivem a muitos dias de viagem desse logar. Para os indios o tempo é um elemento com que não contam em seus calculos; por isso é muito frequente vel-os fazerem as suas roças a oito e quinze dias dos logares onde moram e realizarem viagens de dous e tres mezes para comprarem um cão ou uma faca.— Subimos o Canabury nos dias 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. O rio estava cheio e corria com impetuosidade, difficultando a marcha das nossas canôas, que muitas vezes não podiam avançar senão á espia ou a gancho. As margens são mais ou menos elevadas. Em certos logares deprimem-se e o rio invade a matta, formando immensos igapós. As aguas são barrentas. A vegetação é esplendida. Em consequencia da enchente a caça desapareceu das margens e faltou-nos este recurso, que muito serviu-nos no Iá. Felizmente havia grande quantidade de maracujás, ingás, assay e bacaba que iam nos servindo de alimento. Os nossos acampamentos á noite eram de uma tristeza indescritivel. Os soldados cansados de remar o dia inteiro, armavam as suas redes debaixo das arvores e não se ouvia mais o crepitar das fogueiras nem o seu alegre clarão. Nada tinhamos mais que assar. Eu e quasi todos os meus homens estavam soffrendo de febres.— No dia 12 ás 9^h da manhã passámos pela boca de um rio de aguas negras, que lança-se impetuosamente no Cauabury. Era o primeiro affluente consideravel que encontravamos, depois que deixámos o Iá. Dahi para cima o rio

estreita-se consideravelmente, não attingindo em certos logares a largura de 10 metros. Desde o dia 9 que avistámos a serra — Onory —, que em alguns logares torna-se muito pittoresca com os seus altos picos quasi nus e de côr avermelhada que assemelham-se a essas ruínas de castellos feudaes, que vemos nas paisagens das margens do Rheno. A serra Onory está situada á margem direita.— Como disse, no dia 12 ás 9^h passámos por um rio de aguas negras. Segui além, pois pelas indicações da carta de Codazzi, que era a melhor que possuíamos dessas paragens desconhecidas, não podia ser o Maturacá, cuja corrente é indicada por uma setta, que lhe dá uma direcção contraria. No dia 13 ás 11^h da manhã ouvimos o latido de um cão, o homem não deveria estar longe e um homem naquellas alturas era uma felicidade inaudita para nós; era o Maturacá achado, era um allivio aos nossos soffrimentos, era talvez um pouco de alimento. Foi tudo isso, com effeito. Era uma canôa d'um indio Madauacá, que descia das cabeceiras do rio com um pequeno carregamento de salsa e alguns paneiros de farinha e dirigia-se ao Maturacá para um sitio novo de um seu parente. O nosso abatimento cessou como por encanto. Até o soldado Ferreira reanimou-se um pouco. A muito custo obtive do indio um paneiro de farinha em troca de alguns objectos que valiam dez vezes mais. Informou-me elle que o Maturacá era o rio de aguas negras, que havíamos encontrado na vespera. Descemos juntos até á boca desse canal e elle como tinha pressa de chegar, naturalmente para avisar aos parentes de nossa approximação, seguiu adiante. Demoramo-nos para comer e descansar um pouco e á tardinha seguimos.— No dia 14 chegámos a um logar onde ha uma bifurcação do canal. Parei indeciso, sem saber por qual dos dous ramos deveria subir. Felizmente um dos nossos dous indios de Marabitanas tirou-nos da duvida, apontando para um maracujá atravessado por um pau e que estava no canal da esquerda. Era um signal deixado pelo Madauacá e que elle comprehendeu, apesar de não ter havido prévia convenção.— No dia 15 á tarde chegámos ao sitio novo de um indio Pacimomari, de nome Innocencio Mateomari, que recebeu-nos com a amabilidade e hospitalidade proprias dessa raça tão boa e tão calumniada.— No dia 16 á tarde falleceu o soldado Cruz Ferreira. Não pude proseguir por esse triste acontecimento. Mande-i inhumar o seu cadaver no dia 17 e levantar uma cruz na sepultura. Fiz-lhe as honras fúnebres e deixei no seu tumulo uma garrafa lacrada contendo um papel onde escrevi o seu nome, profissão e nacionalidade. Só quem tem viajado no deserto pôde avaliar a dôr que causa a perda de um companheiro por mais desigual que seja a sua posição. Os perigos e os soffrimentos communs nessas solidões não nivelam mas approximam. O soldado Ferreira era um veterano que havia feito a campanha do Paraguay; era uma boa praça.— No dia 18 ao clarear deixámos o sitio e seguimos o Maturacá acima. A nossa pequena expedição ia augmentada

de duas canôas, levando uma o velho Mateomari que nos servia de pratico e a outra conduzindo uma mira para accelerar o levantamento, pois como V. S. sabe, com uma só é elle muito mais moreso. No sítio desse indio, onde a caça é muito abundante, conseguimos fazer alguma provisão de veado, caititús e mutúns moqueados. Além disso obtivemos a muito custo um paneiro de farinha. As nossas circumstancias melhoraram consideravelmente. Assim passou-se o dia 19. — A 20, quando preparavamos-nos para sahir do nosso acampamento ouvimos o bater compassado de remos; dahi a pouco appareceu uma ubá e o Sr. Longino Bueno, que foi recebido com a mais viva satisfação. Tinha sido mandado ao meu encontro por V. S. e trazia-me viveres e noticias dos companheiros, dos quaes havia dous mezes estava separado. — No dia 21 á tarde cheguei á catarata de Húa, onde dá o rio um grande salto, precipitando-se em toda a largura de mais de seis metros de altura. E' impossivel pois passar as canôas por agua. A travessia faz-se pela margem direita. A catarata de Húa está situada na latitude N 0° 43' 3", 4 e longitude O do Rio de Janeiro 23° 3' 43", 50 (Dr. Lassance). Dahi para baixo o Maturacá corre quasi sempre entre margens elevadas, formadas pelas bases das serras Onory á direita e Pirapucú á esquerda. Dos seus pequenos affluentes os mais dignos de menção são o — Tematúabo — á margem direita e o — Ariabú — á esquerda. O Tematúabo desemboca no meio de igapós. A vegetação é opulenta. Cresce ahi em grande abundancia a Strycknéa com a qual preparam os indios o *Uirary* ou *Curare*. As serras têm grande quantidade de salsa e são apenas exploradas por meia duzia de indios, resto das muitas tribus que outr'ora existiram nessas regiões. — No dia 22, depois de passadas as canôas, prosegui no levantamento. Por descuido ou imprudencia do cabo Irenio, a canôa onde elle ia desgovernou acima da catarata e quasi foi arrebatada pelas aguas. Á tarde passámos pelo lago — Mémari —, logar onde o canal alarga-se formando uma grande bacia. *Mémari* em lingua *Pacimonari* significa *cousa que canta*. Acreditam os indios que ouvem-se ás vezes alli cantos melodosos e que o incauto que deixa-se por ellos attrahir está irremediavelmente perdido, é devorado pelo abysmo. E' a mesma lenda da Iára, tão conhecida na Amazonia. — Continuei a subir o Maturacá até o dia 27, em que cheguei ao rio — Bahiua — (Baria), do qual recebe as suas aguas. O Bahiua divide-se em dous cursos — o Maturacá, que é um Cassiquiari em miniatura, e o — Mariciuêni —, que é o mesmo rio Baria com outra denominação. — No dia 28 desci o Maturacá até a sua bifurcação na latitude N 0° 51' 7", 9 e longitude O 23° 0' 19", 35 (Dr. Lassance). Passei para o furo — Temaribici —, subi-o até o canal — Iaiminaka — e parei ao escurecer no principio do canal Ocuêni, que vae ter ao Baria. O Maturacá desde o Bahiua até a catarata corre entre igapós e divide-se em grande numero de pequenos canaes, onde sem um pratico é facilimo qualquer perder-se. Em alguns logares são tão estreitos esses canaes,

que é preciso cavar as margens para poderem passar as montarias. A extensão total do canal é de cerca de 60 kilometros. Acima da catarata desemboca na margem direita um igarapé, que segundo o pratico é um braço do — Erubichy —, affluente do Baria. Nessas terras baixas os rios anastomosam-se de mil maneiras formando uma verdadeira rede vascular. Nesta minha exploração tive de verificar duas inexactidões da carta de Codazzi e de todas as outras que possuímos. O Maturacá corre do Baria para o Cauabury e não deste para aquelle. O Ocuêni, que é confundido com o Maturacá, é um canal que recebe aguas do Iaiminaka, o qual por sua vez communica o Mariciuêni com o Temaribici. O Temaribici é um furo do Maturacá. Todas estas observações veem-se claramente da carta que levantei. — No dia 29 despedio-se de nós o bom indio Innocencio Mateomari, indicando-nos o caminho que deveriamos seguir. Dispensei o seu concurso porque ia na nossa frente a canôa do Sr. Longino Bueno deixando vestigios de sua passagem nos páos que cortava para desobstruir o rio. A navegação no Ocuêni é cheia de difficuldades, já pela estreiteza e tortuosidade do canal, já pela falta d'agua. Do Ocuêni passei para o Baria, onde é franca a navegação. Depois de 15 dias de viagem cheguei ao — Pueblo Esteban —, pequeno lugarejo, cujo nome deriva-se do Capitão ou Tuixaua que o governa. Esta povoação venezuelana está situada na margem esquerda e perto da foz. O Baria corre, desde o ponto em que perde o nome de Bahiua para tomar o de Mariciuêni até a sua foz, entre terrenos baixos. Mais de uma noite tivemos de dormir como aquelles personagens de Carrey e Mayne Reid nos galhos das arvores dos igapós, por não haver um pedaço de terra onde encostar as nossas canôas. O Bahiua corre entre terras altas e é cheio de cachoeiras e saltos. As aguas do Baria são negras. Os seus principaes affluentes são: da margem esquerda o Erubichy, o Djemoni donde se passa pelas cabeceiras para o Eny affluente do Negro e o Oruhino; da margem direita o Mauarinami e o Cuderinhin. Do Erubichy para cima sua largura não passa de 20 metros nos logares mais largos e em outros não chega a cinco metros. Do Erubichy para baixo torna-se muito mais volumoso e do Mauarinami para a foz chega a sua largura a exceder a 100 metros. É bastante piscoso e abundante de *cabeçudos*, especie de tartaruga de grande cabeça, e de *tracajás*. Possui notavel quantidade de palmeiras entre as quaes sobresaem o *merity* e o *marajá*. — Do Pueblo Esteban avista-se no rumo de sueste o perfil azulado da serra Imeri, por onde passa a linha de limites. — No dia 13 de Abril fomos dormir na foz do Baria. — Nos dias 14 e 15 navegámos no rio Pacimoni. A' tarde deste ultimo dia cheguei ao canal Cassiquiari debaixo de um grande temporal que encapellou as ondas tranquillias do rio de tal modo, que vimo-nos em sérios riscos de submergir-nos. O Pacimoni do Baria para cima toma o nome de — Iátua. — As suas aguas são negras e pouco velozes.

A largura varia de 150 a 300 metros. As margens são baixas. Um grande numero de lagos, como se verá da carta, a sua vegetação rachitica e enfezada e as tristes palmeiras marajús dão a este rio uma feição singular. Do Baria para baixo corre na direcção SSE para NNO. Só tem um sitio a que dão o nome pomposo de — Pueblo Bruno — e que consta de quatro palhoças, das quaes só uma é habitavel. O Pacimoni nasce na serra Imeri. Os seus principaes affluentes da boca do Baria para baixo são: da margem direita — o Tzeuáia, o Tsibio, o Haiámoni e o Boridáhaú; da margem esquerda o Candélo, o Cocábici pelo qual passa-se para o Anabo, affluente do Negro, fazendo uma pequena travessia por terra, o Matiribini e o Guaridaba. Dormimos na noite de 15 n'um sitio fronteiro á foz do Pacimoni e pertencente ao indio Paulo Sapo. O cabo Irenio achava-se bastante doente e impossibilitado de remar. — No dia 16 segui, descendo o Cassiquiari. Chegamos á boca deste canal no Rio Negro ás 4^h da tarde. Estava cumprida a minha missão. Havia ligado os meus trabalhos aos effectuados neste rio e tinha feito conhecidos alguns rios inteiramente ignorados pelos geographos. O Cassiquiari deriva-se do Orenoco e corre para o Rio Negro, recebendo no seu tracto de cerca de 50 leguas rios consideraveis como o Siapa ou Idapa e o Pacimoni, além de um grande numero de pequenos tributarios. As suas aguas são brancas como as do Orenoco. Do Pacimoni para baixo adquirem um tom mais escuro devido á influencia da côr deste rio. Erguem-se em suas margens quatro povoações: Quirabuena, Santa Cruz, Buena-Vista e Solano. Estas duas ultimas estão situadas na margem esquerda e abaixo da foz do Pacimoni. Buena-Vista consta de umas dezoito casas de palha e uma capellinha. Solano é das quatro a mais importante; consta de cerca de 40 casas, todas branqueadas e muito limpas. Ao lado da capellinha vê-se uma torre de madeira, onde existe um sino com a seguinte inscripção que não prima pela orthographia: — « Cantiso Colmenare á echo esta  Limosna á Senra. Santa Anna. » — Além destas povoações vê-se grande numero de sitios, onde ha plantações de mandioca, bananeiras, canna de assucar, ananazes, batatas, etc. Os habitantes indios do Cassiquiari soffrem em sua generalidade de uma molestia cutanea, a que dão no Amazonas o nome de — Purupurú — e que consiste ora na perda do pigmento produzindo manchas brancas, ora adquirindo uma côr bronzada. Ha poucos habitantes civilizados ou *racionales* como chamam os indios. O Cassiquiari é rico em Syphonia elastica, que é muito explorada no tempo da vasante e exportada em sua maior parte para Manáos, a despeito do proteccionismo de Venezuela, que não compensa os riscos que correm as embarcações nas cataratas de Atures e Maypure no Orenoco. E' encachoeirado esse canal, mas a navegação, não obstante é feita até por grandes igarités e batelões. A sua largura em alguns pontos é de cerca de um kilometro. Encontra-se em certos logares pedras com desenhos e inscripções, cuja origem nem é mais conservada pela tradição. No serro

de pedra de Curinácari, situado á margem esquerda entre Solano e Buena-Vista existem destas inscripções e desenhos collocados a grande altura. No Rio Negro encontrei abaixo de Marôa, em S. Gabriel, em Itapinima e em outros logares inscripções e desenhos semelhantes. Schomburgck, o notavel viajante allemão ao serviço da Inglaterra, que passou de Demerara para o Orenoco, gastando na travessia cerca de cinco annos, achou em toda a cordilheira de Pacaraima e de Parima inscripções como estas que vê-se no Cassiquiari e no Rio Negro. O Cassiquiari communica-se com o Negro pelo canal Conorochoito, que sahe perto da nova povoação de — Gusman-Blancó — e pelos rios Pacimoni e Baria, canal Maturacá e rio Cauabury, que desemboca algumas milhas acima da povoação de Castanheiro (*). — No dia 19 de Abril, tres mezes depois da minha partida, cheguei a Marôa, onde tive a dôr de encontrar enterrado o nosso distincto companheiro e amigo Dr. Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, victima da sua dedicação pelo serviço publico. O quadro que apresentava a Commissão mixta era desolador. Nas physionomias de todos, os miasmas palustres e os soffrimentos physicos e moraes haviam deixado sulcos profundos. Nesse espaço de tres mezes em que estive ausente da nossa base de operações percorri em canôa cerca de 890 kilometros e fiz o levantamento topographico dos rios — Dimity, Iauiabú, Estrada, Trabalhos, Badabobici, Iá, Cauabury, Maturacá, Ocuêni, Baria, Pacimoni e Cassiquiari na extensão de cerca de 500 kilometros. Os meus soldados trabalharam com a mais louvavel disciplina e dedicação. — Annexo remetto a V. S. os desenhos geographicos da região que percorri. — Aceite V. S. os mais sinceros protestos da minha perfeita estima e alta consideração. — Deus Guarde a V. S. — Ilm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo. — (Assignado) Dionizio Evangelista de Castro Cerqueira, Major de Engenheiros, Ajudante.

A primeira victima que houve nessas explorações foi o soldado do contingente joão Raymundo, fallecido no Tigre a 7 de Fevereiro. Dias depois, a 16, falleceu meu sobrinho o Alferes do mesmo contingente Francisco Xavier Lopes de Araujo Sobrinho que cahira doente de *beriberi* no deposito do — Naquieni.

A 8 de Março falleceu tambem de *beriberi* o cabo Benicio José Pedro.

A 5 de Abril deixou de existir o nosso sempre lembrado companheiro Dr. Joaquim Pimentel.

(*) Em Junho uma secção da Commissão mixta de limites composta do Dr. Guilherme Lassance, D. Miguel G. Oropeza e quem escreve estas linhas subio o Cassiquiari e sahio no Rio Negro seguindo este itinerario. O Rio Negro e os cinco cursos d'agua acima referidos formam uma grande ilha que a Commissão denominou « Ilha Pedro II » em homenagem a Sua Magestade o Imperador. E' uma ilha extensissima e muito curiosa pela singularidade de ser formada por diversos cursos d'agua communicando-se todos. Essa secção foi incumbida de determinar a posição do serro Cupy, o que conseguiu com a maior felicidade.

Mais tarde seguiram-se os soldados Raymundo Irenio da Costa, a 8 de Julho, e Cruz Ferreira que fazia parte da exploração do Maturacá, e, depois de terem chegado a Manãos, outras praças, todas victimas do terrível *beriberi* apanhado nas regiões inhospitas por onde andaram.

O Dr. Thaumaturgo regressou do Memachi em um estado muito perigoso.

O Dr. Lassance, Capitão Aguiar, Commandante do contingente, empregados do fornecimento e praças que estiveram no Tigre e Memachi voltaram todos atacados do mesmo mal.

O Dr. Dionisio regressou do Maturacá soffrendo de febres palustres e apresentando os symptomas da mesma molestia; e como elle quasi todo o pessoal que o acompanhára. O Dr. Dantas tambem soffreu de febres intermitentes.

Eu mesmo, apesar de ter ficado em Marôa, soffri muito durante esta phase da Commissão, moralmente por assistir á perda de tantas vidas e physicamente por estar atacado da mesma enfermidade que as ceifára.

Não obstante, continuou-se com os trabalhos.

O Sr. Capitão Thaumaturgo, tendo piorado consideravelmente e o medico temendo lhe fosse fatal a sua permanencia em Marôa, declarou ser urgente a sua partida daquella localidade.

Dei-lhe pois licença para retirar-se, conforme participei a um dos antecessores de V. Ex., e fil-o embarcar em um batelão acompanhado do Sr. Pharmaceutico Ribeiro de Aguiar a 1º de Maio com destino a Manãos.

Substituiu-o interinamente no cargo de Secretario da Commissão o Sr. 1º Tenente Alfredo Fernandes da Costa, Chefe do fornecimento.

Desertaram do contingente nesta época um anseçada e o corneta.

Feitos todos os levantamentos e determinada geographicamente a posição da cabeceira do — Memachi — assentou-se nella um marco de madeira de lei de 2^m,5 de altura com quatro faces orientadas nos rumos verdadeiros. Tem de largura cada face do marco 0^m,25. O terreno em que está levantado é de natureza pedregosa. Não se o construiu de pedra e cal pela difficuldade de transportar por terra a cal, cimento e a ferramenta precisa, como tambem por ser época de chuvas torrenciacs. Suas coordenadas geographicas são: Latitude 2º 1' 27",03 Norte; Longitude 1^h 40^m 17^s,51 ou 25º 4' 22", 65 Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro que está a 2^h 52^m 32^s ou 43º 8' a Oeste do Meridiano de Greenwich.

Seguiu-se a determinação dos outros pontos da fronteira.

No dia 3 de Maio partiu o Dr. Lassance para determinar a posição do serro — Caparro — e a da cabeceira do rio — Tomo.

O serro — Caparro — assignala um ponto da linha de limites.

É muito conhecido e fica a 500^m ao lado do caminho que communica o rio — Aquio — ao — Pegua —, affluente do — Cuiary.

Uma das vertentes do dito — Pegua — fica a 380^m de distancia do serro — Caparro — no rumo verdadeiro de 73° 40' SO e do porto do — Aquio — ha a distancia de 4.000^m ao mesmo serro no rumo verdadeiro de 74° 34' 20" SO. Do seu cume avista-se a — Pedra do Cucuhy —, tendo 154^m,380 a linha geodesica que o liga a essa pedra, seguindo o rumo verdadeiro de 61° 52' 27" S O.

As coordenadas geographicas do serro — Caparro — são: Latitude 1° 54' 4",75 Norte e Longitude Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro 1^h 39^m 20^s,61 ou 24° 50' 9",11.

O marco do — Tomo — é de madeira de lei conhecida com o nome de — ninã —, de 4^m,5 de comprimento e 0^m,40 de face, orientada cada uma no rumo verdadeiro e tendo enterrado 1^m,5.

Acha-se collocado no caminho que une o — Tomo — ao — Iapery —, affluente do — Xié. — O terreno em que está levantado é argilloso. Não se o construiu de pedra e cal por causa da estação chuvosa e não se poder transportar cimento e cal.

As coordenadas geographicas são: Latitude 2° 1' 25" 65 Norte e Longitude 1^h 37^m 46^s,57 ou 24° 20' 38",58 Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro.

No dia 8 do mesmo mez de Maio, eu e o Sr. Commissario Venezuelano fomos escolher e determinar o logar do marco a collocar-se na margem direita do Rio Negro em frente á ilha de — S. José —, regressando desta viagem no dia 19.

O marco em frente á ilha de S. José é tambem de madeira de lei, formado de uma peça central que tem quatro faces de 0^m,20 orientadas nos rumos verdadeiros. As que olham para o Norte e Sul têm adaptadas como contrafortes duas peças de madeira cujas faces medem 0^m,17 cada uma e as que olham para Leste e Oeste têm outros dous contrafortes de 0^m,11 de lado.

O marco assim formado tem de altura 4^m. Suas coordenadas geographicas são: Latitude Norte 1° 13' 51",76 e Longitude Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro 1^h 34^m 36^s,77 ou 23° 39' 11",51. Do marco ao serro conhecido pelo nome de — Pedra do Cucuhy — ha a distancia de 4.720^m em rumo verdadeiro de 73° 58' 4",41 NE e do mesmo marco em rumo verdadeiro 14° 23' 33",75 SE e na distancia de 1.540^m fica o destacamento do — Cucuhy. — A boca do rio — Macacuny — acha-se distante deste marco 6.870^m no rumo verdadeiro de 27° 46' 57",23 NO. O Dr. Dionisio que tambem seguiu commigo para continuar o levantamento do — Macacuny — ficou neste rio fazendo o respectivo trabalho, regressando a 21.

Pelo seguinte relatório que por elle me foi apresentado conhecerá V. Ex. o que diz respeito a este rio:

Cópia — Comissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 2 de Agosto de 1880. — Illm. Sr. — Venho dar conta a V. S. do resultado da exploração que fiz no rio Macacuny com o fim de reconhecer as suas nascentes.

Parti de Marôa no dia 8 de Maio na lancha *Araujo*, em companhia de V. S. e do Chefe da Comissão Venezuelana o Sr. D. Miguel Tejera. V. S. e elle tinham por destino o Cucuhy, onde deveriam escolher o ponto mais conveniente para ser erigido o marco da linha de limites fronteiro á ilha de S. José. Eu dirigia-me ao rio Macacuny. — Chegamos ao Cucuhy no dia 11 e na madrugada de 12 deixei este nosso posto militar e segui para aquelle rio, cujo levantamento já havia anteriormente feito em Novembro do anno passado até o ultimo ponto accessivel, naquella época de vasante, ás nossas pequenas montarias. — Nesta ultima expedição o rio estava cheio e a exploração não offereceu os mesmos obstaculos que da primeira vez. No mesmo dia 12 á tarde cheguei á estaca, que mandei fincar para assignalar a minha ultima estação e que distava da foz do Macacuny cerca de 19 kilometros. — Dessa estaca continuei a exploração. — No dia 13 á tarde começaram a surgir os tropeços á navegação, já pelos arvores que em parte obstruiam o leito do rio, já por elle dividir-se em grande numero de pequenos canaes, ligando-se todos e formando um verdadeiro labyrintho. — No dia 14 cheguei a um logar onde as margens elevam-se um pouco. Desembarquei e procedi a um reconhecimento no intuito de descobrir as terras altas, si por ventura existissem, onde talvez nascessem os pequenos affluentes da margem direita do Macacuny. Foi baldado o meu trabalho, porquanto depois de um percurso de menos de um kilometro cheguei a um immenso igapó, do qual fui obrigado a retroceder, pela impossibilidade de ir além. — Até o dia 16 fui subindo, procurando sempre o canal principal. A's 2 horas da tarde a minha montaria não pôde ir adiante por falta d'agua para a fluctuação em certos logares e pela grande quantidade de madeiros cahidos. A corrente nesse ponto era quasi insensivel. Passei-me para uma pequena ubú, que conduzia a mira e onde mal cabiam duas pessoas. Naveguei durante algum tempo, sempre no rumo de Oeste, parando ora n'um logar ora n'outro para arrastar a pequena embarcação até que a matta muito cerrada não permittiu-me mais avançar. O rio perde-se n'um igapó, onde tem as suas cabeceiras. Subi a uma arvore alta e o cimo da floresta parecia uma extensa savana apenas agitada pelas quentes brisas daquellas regiões. Nem um serro avistei para as bandas do Oeste, nem para o Norte, nem para o Sul. Apenas a — Pedra do Cucuhy — apparecia do lado do nascente e deixava ver o seu negro perfil. Na direcção de Noroeste o terreno eleva-se um pouco. Mandei derribar uma arvore e assignalal-a para servir de marco provisório. Desse ponto que fica na latitude 1° 12' 20" N e longitude 23° 51' 40" até o da margem direita do Rio Negro, em frente ao meio da ilha de S. José, na latitude 1° 13' 51", S e longitude 23° 39' 11", 51,

a fronteira é a linha recta que os une.— As margens do Macacuny são baixas e cobertas de uma vegetação muito densa, onde tornam-se salientes os piassabaes e as palmeiras que dão o marfim vegetal. A 17 kilometros da fôz o rio bifurca-se. O ramo principal é o do Sul. O do Norte que explorei o anno passado é menos importante e parece-me que communica-se com o outro pelos igapós. A extensão total do rio é de cerca de 30 kilometros. A 10 kilometros da fôz o leito é obstruido por uma cachoeira, que na sêcca impede a passagem das canôas, mas que desaparece na enchente. Em consequencia de serem alagadiças as suas margens, o Macacuny é completamente deshabitado e só é habitavel na vasante. Alguns indios ás vezes o sobem nesta época para explorarem os piassabaes, que constituem o seu unico producto. A sua fôz está situada na latitude $1^{\circ} 17' 10''$,² e longitude $23^{\circ} 40' 55''$,². Da fôz até a bifurcação a largura varia de 20 a 100 metros. Dahi para cima ha logares tão estreitos e curvas de tão pequeno raio que as menores montarias navegam com difficuldade. As suas aguas são negras e tão limpidas, que viamos quando o subimos á primeira vez os peixes, o fundo de areia e de granito. Em certos logares vê-se emergirem das aguas pontas desta rocha.— Tendo terminado o serviço de que estava incumbido, voltei para Marôa onde cheguei no dia 21 á noite.—Deus Guarde a V. S. Illm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo, Chefe da Commissão de limites.— (Assignado) Dionizio Evangelista de Castro Cerqueira, Major Ajudante.

A 21 houve uma conferencia da Commissão mixta para aceitar o serro — Caparro — como um dos pontos da linha de limites.

A 24 reuniu-se novamente a Commissão para tratar do marco levantado na cabeceira do rio — Tomo —, e a 29 ainda de Maio reuniu-se ella de novo para firmar a posição do marco levantado na margem do Rio Negro, em frente á Ilha de S. José.

A 10 de Junho houve outra conferencia para tratar do ponto da linha de limites que deveria cortar o canal Maturacá, sendo resolvido se tomar como tal a grande cachoeira existente no mesmo canal, visto ser um ponto permanente e conhecido.

A 20 seguiram, pois, para o Maturacá afim de determinar geographicamente a posição dessa cachoeira tomada como ponto da fronteira, os Srs. Drs. Lassance, Dionisio e Oropeza, assim como a do serro — Cupy —, outro ponto da linha de limites. O unico salto que tem o Maturacá divide convenientemente o dito canal entre os dois paizes e marca um dos pontos da linha de limites. Suas coordenadas geographicas são : Latilude Norte $0^{\circ} 45' 3''$,³⁷ e Longitude Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 32^{\text{m}} 14^{\text{s}}$,⁹⁰ ou $23^{\circ} 3' 43''$,⁵⁰. A linha geodesica que liga este salto ao marco collocado em frente á ilha de S. José tem 84.522^{m} de extensão no rumo verdadeiro de $51^{\circ} 6' 23''$ N O.

O serro — Cupy — que está proximo á margem esquerda do Baria e que faz parte da serraania que se conhece actualmente pelo nome de — Planta-de-Juca —, marca

outro ponto da linha de limites e é o extremo da recta que parte do salto do Maturacá. Suas coordenadas geographicas são : Latitude Norte $0^{\circ} 45' 10''$, 26 e Longitude Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 31^{\text{m}} 34^{\text{s}}, 45$ ou $22^{\circ} 53' 36''$, 75. A linha geodesica que o liga ao salto tem 19.615^m de extensão no rumo verdadeiro de $72^{\circ} 58' 58''$, 50.

O Sr. Dr. Dionisio, que tambem seguiu naquella occasião, foi incumbido de fazer o levantamento do rio Cauabury até sua fôz no Rio Negro.

A grande e notavel ilha formada pelo rio — Negro —, canal Cassiquiari, rio Pacimoni, rio Baria, canal Maturacá e rio Cauabury, pela sua extensão e riqueza foi denominada pela Commissão — Ilha Pedro II —, em honra a S. M. o Imperador.

Como facto importante da estada da Commissão mixta em Marôa e da cordialidade que sempre existiu entre os seus membros, o Commissario Venezuelano mandou construir no centro da praça principal da povoação um monumento de pedra e cal em commemoração deste acontecimento.

Peiorando o Sr. Commissario Venezuelano e declarando-me positivamente não poder continuar a assistir á demarcação do resto da fronteira, partimos a 23 de Junho com destino a Manáos.

A 14 de Julho reuniram-se todos os membros da Commissão mixta em Uajanary onde aguardaram o paquete do Rio Negro.

Embarcando-se a 15, chegou a commissão em Manáos a 19 do mesmo mez.

A 3 de Agosto apresentou-se o Sr. capitão Thaumaturgo da licença de seis mezes que tivera para tratar de sua saude, desistindo do resto della, apesar de continuar ainda doente.

Na mesma data passou elle a occupar o logar de ajudante e o Sr. Alfredo Costa o de secretario da commissão, conforme foi determinado em officio do Ministerio de Estrangeiros.

Reuniu-se neste dia em conferencia a Commissão mixta para aceitar as posições da cachoeira do Maturacá e Serro Cupy.

A 9 reuniu-se novamente a mesma Commissão para redigir a descripção da linha de limites entre a cabeceira principal do — Memachi — e o serro — Cupy —, ficando tambem resolvida a retirada da Commissão Venezuelana para Carácas.

Terminaram-se as duas cartas geraes dos respectivos trabalhos, uma das quaes foi entregue áquella Commissão e a outra dirigida ao Governo Imperial.

A' noite embarcou a Commissão Venezuelana para o Pará afim de alcançar o vapor que deveria leval-a para sua patria.

A 23, achando-se doente o Sr. Dr. Lassance e sendo aconselhado pelo medico submeter-se a um tratamento serio, concedi-lhe uma licença para vir até á Corte tratar-se.

Aqui este nosso distincto companheiro obteve sua exoneração da comissão por não poder mais continuar a fazer parte della, visto seu máo estado de saúde.

Finda-se nesta época a 1ª parte dos nossos trabalhos, cumprindo-me paten-tear a V. Ex. que si não fôra o concurso leal e de uma dedicação sem limites de todos os meus companheiros e a minha persistencia, certamente não teria tido a satisfação de concluir os trabalhos desta parte da fronteira, trabalhos peno-sos e cheios de sacrificios só devidamente apreciados pelos que lá estiveram amar-gurando os dissabores continuos de uma vida rude e selvagem, privados da familia e do seu bem estar.

Mas o cumprimento do dever e a propria dignidade deram forças a todos para o seu bom exito.

SEGUNDA PARTE

DE SETEMBRO DE 1880 A DEZEMBRO DE 1881

SUMMARIO.— Estado da Comissão em Manáos.— Dificuldades na aquisição de praças para acompanhá-la nos trabalhos.— Cópia de officios dirigidos aos Presidentes do Amazonas e Pará, Chefe de Policia e Delegados.— Serviços prestados gratuitamente á provincia pelos membros da mesma Comissão.

Com a retirada da Comissão Venezueanaa ficámos em Manáos aguardando ordens do Governo Imperial.

Durante os mezes de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1880, tra-tou-se de trabalhos de gabinete.

Esperando a cada momento receber ordens para proseguir a demarcação da fronteira, em data de 15 de Dezembro dirigi o seguinte officio a S. Ex. o Sr. Pre-sidente da provincia:

« N. 282.— Comissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Manáos, 15 de Dezembro de 1880.— Ilím. e Exm. Sr.— Sendo provavel que brevemente tenha de continuar os trabalhos de demarcação, tornar-se-ha preciso a apresentação do con-tingente que em numero de 60 praças foi mandado pôr á minha disposição pelo Ministerio da Guerra afim de acompanhar esta Comissão ; o que me cumpre levar ao conhecimento de V. Ex., rogando se digne expedir suas ordens para que em occasião opportuna possa eu contar com elle.— Outrosim, independentemente da

lancha a vapor que possui esta Comissão, precisarei requisitar uma das da Flotilha do Amazonas, do que já fiz sciente a S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros em officio de 8 do corrente, cuja cópia tenho a honra de nesta data passar ás mãos de V. Ex.— Com este motivo me é agradável mais uma vez renovar a V. Ex. as seguranças de minha estima e distincta consideração.— Ilm. e Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Provincia do Amazonas. »

A 10 de Março de 1881 seguiram para Barcellos os Srs. Major Dionisio Cerqueira e 1º Tenente Alfredo Costa afim de determinar as posições geographicas das povoações entre aquella villa e Manáos, visto não ter eu podido fazer as respectivas observações por occasião da passagem da Comissão por aquellas localidades. Estes senhores regressaram a 29 do mesmo mez.

A 20 de Abril veio á Côrte o Sr. Major Dionisio por ter obtido licença do Ministerio de Estrangeiros para tratar de sua saúde.

Em virtude do despacho do Ministerio de Estrangeiros de 18 de Junho, no qual se me declarava ter chegado o momento de partir a Comissão para continuar seus trabalhos isoladamente, dirigi este officio ao Sr. Dr. Alarico José Furtado, então Presidente da provincia, requisitando o contingente de que precisava:

« N. 303.— Comissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Manáos, 23 de Junho de 1881.— Ilm. e Exm. Sr.— Em vista do Aviso que recebi de S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros e que junto passo por cópia ás mãos de V. Ex., cabe-me o dever de rogar se digne expedir suas ordens afim de que na occasião opportuna sejam postas á minha disposição as praças constantes do referido aviso, inclusive um sargento de confiança e tres cabos; pois pretendo daqui partir no dia 9 de Agosto futuro para dar principio aos novos trabalhos de demarcação, salvo força maior.— Reitero a V. Ex. as expressões de minha estima e distincta consideração.— Ilm. e Exm. Sr. Dr. Alarico José Furtado, Presidente do Amazonas. »

A 8 de Julho requisitei do Delegado de Policia do districto de Thomar trinta indios para o serviço das embarcações, como V. Ex. verá pelo seguinte officio:

« N. 307.— Comissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Manáos, 8 de Julho de 1881.— Ilm. Sr.— Tendo de seguir para a villa de Thomar no dia 9 de Agosto futuro afim de continuar os trabalhos da demarcação de limites, e sendo de grande urgencia dar principio a elles logo que ahí chegue, rogo a V. S. se digne expedir as convenientes ordens no sentido de poder eu encontrar naquella villa trinta indios de confiança que possam tripolar as embarcações desta Comissão, que terá de subir os rios — Padauiry — e — Marary. — Apresento a V. S. as expressões de minha consideração.— Ilm. Sr. Arthur de Castro Ferreira, Delegado de Policia do districto de Thomar. »

Nesta mesma data dirigi tambem um officio a S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Pará, solicitando o contingente da ala esquerda do 11º batalhão de infantaria. Esse officio foi do teor seguinte:

« N. 333. — Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 8 de Julho de 1881. — Ilm. e Exm. Sr. — Achando-se esta provincia baldia de forças para sua guarnição e por isso impossibilitada de pôr á minha disposição o contingente em numero de 30 praças para coadjuvar-me nos trabalhos de demarcação conforme foi determinado por S. Ex. o Sr. Ministro da Guerra e a mim communicado pelo Exm. Sr. Ministro de Estrangeiros, segundo o officio que junto tenho a honra de passar por cópia ás mãos de V. Ex., rogo se digne expedir as convenientes ordens afim de que dessa provincia sejam remetidas para aqui as praças pertencentes á ala esquerda do 11º batalhão de infantaria que ahi se acham, pois sem isso ver-me-hei impossibilitado de dar cumprimento ao determinado com toda urgencia por S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros, referente á continuação dos trabalhos de demarcação. — E' do meu dever fazer sciente a V. Ex. que si faço esta requisição é baseado em que a referida ala do 11º batalhão foi aqui conservada em consequencia de requisição do Ministerio de Estrangeiros ao fallecido General Marquez do Herval, então Ministro da Guerra, e por elle determinado. — Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. as expressões de minha estima e distincta consideração. — Ilm. e Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, Presidente do Pará.»

A 15 de Julho apresentou-se á Commissão o Sr. Capitão Feliciano Antonio Benjamin, por ter sido nomeado ajudante.

Não tendo recebido solução do officio que dirigira ao Presidente do Amazonas, em data de 19 solicitei resposta enviando-lhe o seguinte:

« N. 312. — Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 19 de Julho de 1881. — Ilm. e Exm. Sr. — Não tendo recebido contestação do officio que em data de 23 de Junho sob n. 303 tive a honra de dirigir a V. Ex. relativamente ás 30 praças mandadas pôr á minha disposição por S. Ex. o Sr. Ministro da Guerra, junto cópia de outro aviso do Ministerio de Estrangeiros ultimamente recebido, para que á vista delle V. Ex. se digne ajuizar si devo continuar a permanecer por mais tempo nesta capital. — Reiterando a V. Ex. o que já fiz em meu officio acima citado, protesto a minha estima e distincta consideração. — Ilm. e Exm. Sr. Dr. Alarico José Furtado, Presidente do Amazonas.»

A 3 de Agosto enviei o seguinte officio ao Dr. Chefe de Policia da capital:

« N. 316. — Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 3 de Agosto de 1881. — Ilm. e Exm. Sr. — Tendo brevemente de seguir para o Rio Negro afim de continuar os trabalhos da demarcação, rogo a V. Ex. se digne expedir ás autoridades policiaes de Carvocio, Barcellos, Thomar e Rio Branco, as ordens que julgar

convenientes no sentido de ser posto á minha disposição o pessoal preciso para tripolar as embarcações desta Commissão logo que por mim seja requisitado. — Apresento a V. Ex. os protestos de minha distincta consideração. — Ilm. e Exm. Sr. Dr. Candido Emygdio Pereira Lobo, Chefe de Policia do Amazonas.»

A 5 do mesmo mez dirigi outro ao mesmo senhor :

« N. 317.—Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 5 de Agosto de 1881. — Ilm. e Exm. Sr. — Seguindo directamente no dia 10 do corrente para o Rio Branco uma lancha da Flotilha do Amazonas, a qual se acha entregue ao arrendatario das fazendas do Estado naquelle rio, rogo a V. Ex. se digne expedir á autoridade policial em—S. Joaquim—as convenientes ordens no sentido de se acharem no dia 12 de Setembro, á minha disposição, em —Carvoeiro— trinta indios para tripolarem as embarcações desta Commissão. — Reitero a V. Ex. as expressões de minha distincta consideração. — Ilm. e Exm. Sr. Dr. Candido Emygdio Pereira Lobo, Chefe de Policia do Amazonas.»

Apezar de não haver chegado o contingente esperado, no dia 9 fiz seguir para —Carvoeiro — o empregado do fornecimento Candido José de Alencastre, afim de tomar conta do deposito que nessa data mandei alli estabelecer, visto pretender partir logo que me fosse dado o numero de praças requisitadas.

Por esta occasião acompanharam o empregado do fornecimento duas praças com o fim de guardarem aquelle deposito.

A 15 foi nomeado distribuidor de viveres o Sr. Florindo de Souza Castro.

Em consequencia de ter o Sr. Dr. Antonio de Souza Dantas obtido do Ministerio de Estrangeiros uma licença de quatro mezes para vir á Côrte, partiu o mesmo senhor de Manáos a 20 de Setembro.

A 24 fiz seguir para—Carvoeiro—a lancha 5ª da Flotilha á disposição da Commissão, conduzindo sete praças do 3º batalhão de artilharia para formarem um destacamento afim de guardar o deposito alli existente e reprimir qualquer aggressão da parte dos indios Jauaperys.

Até essa data só pude obter nove praças das 30 requisitadas !

Como vê V. Ex., com este pequeno numero certamente não poderia ter partido a Commissão para a fronteira, mórmente sabendo-se que a acquisição de indios é incerta e morosa, além de não se poder sempre contar com a permanencia delles no serviço.

A 9 de Outubro passou a occupar o logar de distribuidor de viveres o Sr. João ed Cerqueira Daltro.

A 14 apresentou-se da licença com que se achava na Côrte o Sr. Major Dionisio Cêrqueira, 1º ajudante.

A 25 de Novembro chegou do Pará o contingente para a Commissão, compondo-se

de um official e trinta praças das mais incorrigiveis que tinha o batalhão. Em geral os Commandantes dos corpos, tendo de mandar para qualquer parte uma força, em vez de reunirem praças que honrem a disciplina do corpo, escolhem as imprestaveis com o fim de ficarem livres dellas.

Só a 9 de Dezembro, por causa da unica viagem mensal que effectua o vapor do Rio Negro, pude fazer seguir os Srs. Capitão Feliciano Benjamim, Pharmaceutico Aguiar, 1º Tenente Alfredo Costa, um empregado do fornecimento e as praças do contingente.

O Sr. Capitão Benjamim partiu com destino ao Rio Branco para continuar a abertura da estrada que salva a parte encachoeirada daquelle rio, em virtude de pedido feito pelo Sr. Presidente da provincia, sendo ao mesmo tempo incumbido de fazer o levantamento de todo o rio até — Carvoeiro.

O Sr. Capitão Aguiar foi para — Thomar — com o fim de tomar conta do contingente que para lá remetti, bem como do deposito que nessa mesma occasião seguiu para aquella villa, tendo ido effectuar a respectiva mudança, como chefe do fornecimento, o Sr. 1º Tenente Alfredo Costa.

Na mesma data partiu para a Bahia com uma licença de tres mezes, para tratar de sua saude, o empregado do fornecimento Antonio de Novaes Dantas.

Como uma prova de serem incorrigiveis as praças do contingente, além do muito que praticavam diariamente, pelo habito á insubordinação, poucos dias depois da chegada em — Thomar — desertaram duas, por estarem convencidas de que nada soffreriam, como acontecera ás outras que desertaram de — S. Gabriel — e — Marôa.

Por falta de engenheiros na provincia e a pedido dos Presidentes Exms. Srs. Drs. Satyro de Oliveira Dias e Alarico José Furtado, aceitei a nomeação para, como relator de commissões nomeadas por SS. EExs., dar parecer sobre diversas obras a construir-se e em construcção.

Pelos mesmos motivos o Sr. Major Dionisio Cerqueira incumbiu-se de organizar um projecto para o Lyceu Provincial, o qual, sendo aceito, foi logo posto em execução.

O Sr. Capitão Thaumaturgo, a quem permitti, tambem a pedido do Exm. Sr. Dr. Satyro, ser nomeado adjunto da Repartição das Obras Publicas, organizou o projecto de uma igreja que começou a construir, o de um jardim publico ao qual tambem deu começo, o de um corpo de guarda no Thesouro Provincial, e fiscalizou a construcção dos encontros e cões para uma ponte de ferro e de outras obras importantes. Apesar de achar-se empregado nesses trabalhos, onde com incommodos desempenhava seus deveres, desistiu em favor da instrucção publica da provincia de todos os seus vencimentos de cerca de um anno na importancia de 2:378\$522.

Seria tambem uma injustiça da minha parte si olvidasse o nome do Sr. Dr. Antonio de Souza Dantas, medico da Commissão. Durante o tempo que nos demorá-

mos em Mauós, este illustre medico viu-se obrigado a ter chamados aos quaes acudia, porém nunca aceitando esportulas em recompensa ao seu trabalho.

Ricos ou pobres, a todos attendia e prestava seus soccorros gratuitamente e sem ostentação.

Aqui termina a segunda época da Commissão.

Como V. Ex. vò, fiz todo o possivel para obter das autoridades respectivas o contingente e indios precisos para as embarcações; inclusive mandei passar do Pará um telegramma a S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros, participando-lhe não poder partir a Commissão pòr falta de praças e pedindo uma ordem urgente para se me apresentarem as que foram postas á disposição da Commissão.

Não obstante, em época anterior á chegada do contingente tomei todas as providencias para o mais breve possivel encetar de novo os nossos trabalhos.

TERCEIRA PARTE

DE JANEIRO DE 1882 A JANEIRO DE 1884

SUMMARIO.— Apresentação do Dr. José Jardim.— Partida da Commissão.— Officios ao Dr. Chefe de Policia de Mauós e Subdelegado do districto de — Thomar. — Deserção de praças.— Mudança de deposito.— Começo dos trabalhos.— Padauri e Marary.— Demarcação da fronteira desde o serro — Cupy — até o serro — Anahána-hana.— Relatorio do Sr. Dr. Dionisio.— Regresso da Commissão.— Estada em — Carvociro.— Continuação dos trabalhos na zona do Rio Branco.— Relatorio do Sr. Dr. Dionisio sobre a exploração dos rios — Uraricuera — e — Uraricapará. — Expedição para o rio — Mahú.— Expedição para o rio — Cotingo.— Fim da demarcação.— Retirada da Commissão e chegada em Mauós.— Officio e relatorio sobre os trabalhos do — Mahú.— Descripção geographica da fronteira.— Relação dos pontos geographicos determinados pela Commissão.— Estada em Mauós.— Partida de Mauós e chegada ao Rio de Janeiro.— Conclusão.

No dia 3 de Janeiro apresentou-se á Commissão, tendo sido nomeado ajudante para ella por despacho do Ministerio de Estrangeiros de 24 de Novembro de 1881, o Sr. Dr. José Jardim.

Achando-se prompta a Commissão para continuar a demarcação da fronteira, a 10 do mesmo mez tomou passagem a bordo do vapor *Acre* da Companhia do Amazonas com destino a — Thomar —, onde chegou a 14 ás 12^h da noite e desembarcou a 15, fazendo transportar para terra toda a carga que lhe pertencia.

Tendo o Sr. Dr. Chefe de Policia officiado com muita antecendencia ao Subdelegado do districto de — Thomar — para dar trinta indios á Commissão logo que ella

chegasse áquella povoação, o referido Subdelegado não os havendo apresentado, officiei-lhe no sentido de dar cumprimento á ordem, como ao Sr. Dr. Chefe de Policia pedindo novas providencias.

Esses officios foram os seguintes :

« Cópia.— N. 381.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Thomar, 15 de Janeiro de 1832.— Ilm. e Exm. Sr.— Sou forçado a fazer sciente a V. Ex. que aqui chegando hontem não encontrei o pessoal indigena que tive a honra de requisitar a 5 de Dezembro do anno findo e que no mesmo sentido em igual data V. Ex. ordenou ao Subdelegado de Policia deste districto.— V. Ex. bem comprehenderá o grande transtorno que me causa a má vontade que encontro sempre da parte da autoridade respectiva em servir esta Commissão; pois nesta povoação existem actualmente nada menos de 200 indios, e diz ella não ter podido conseguir até esta data o pessoal requisitado que é tão insignificante.— E' incomprehensivel, Exm. Sr., que uma autoridade procure tantos subterfugios para não servir á Commissão, quando em sua propria casa possui não pequeno numero de indios.— Levando ao conhecimento de V. Ex. um procedimento tão prejudicial aos trabalhos, sou forçado a rogar se digne tomar providencias energicas no sentido de ser cumprida fielmente a ordem de V. Ex. datada de Dezembro findo.— Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças de minha estima e distincta consideração.— Ilm. e Exm. Sr. Dr. Benjamim Aristides Ferreira Bandeira, Chefe de Policia do Amazonas.»

Cópia.— N. 383.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Thomar, 18 de Janeiro de 1832.— Ilm. Sr.— Tendo em data de 16 do corrente communicado a V. S. a chegada da commissão a esta povoação e bem assim requisitado com urgencia a apresentação dos trinta indios mandados pôr á minha disposição pelo Sr. Dr. Chefe de Policia, desde o mez de Dezembro do anno findo, rogo a V. S. se sirva communicar-me officialmente o motivo de não ter apresentado até esta data o pessoal requisitado, ficando V. S. desde já sciente de que será o unico responsavel por qualquer demora que tenha esta Commissão.— Deus Guarde a V. S.— Ilm. Sr. Edmundo Ferreira de Castro, Subdelegado de Policia do districto de Thomar.»

Neste dia desertaram do acampamento um cabo e tres soldados que faziam parte do contingente. Além da falta de indios e de ser pequeno o numero de praças, mais este facto para aggravar a nossa critica situação.

Emquanto aguardava a chegada dos indios, dirigi-me no dia 20 com os Srs. Drs. Dionisio, José Jardim e 1º Tenente Alfredo Costa para o rio Padauiry afim de explorar sua foz e escolher um ponto onde estabelecer o deposito que tinha de formar.

Não tendo porém encontrado logar favoravel regressei a examinar o porto do Xibará, na margem direita do Rio Negro, onde desembarcando reconheci ser o me-

lhor ponto por achar-se em terreno alto, á beira rio e de facil communicacão com o paquete do Rio Negro.

Neste dia despachei uma canôa tripolada para o rio Padauriry afim de levar um officio ao respectivo Inspector, pedindo-lhe com urgencia os indios de que carecia.

Tendo resolvido estabelecer o deposito em Xibarú, no dia 23 seguiram para essa localidade os Srs. Drs. José Jardim, 1º Tenente Alfredo Costa, dois empregados do fornecimento e o Alferes do contingente com 13 praças, para formarem o acampamento e construirem uma casa de palha que servisse de deposito.

A 24 mandei a lancha *Quinta* da Flotilha á disposiçào da Commissão conduzir o subdelegado ao rio Padauriry para de lá trazer os indios requisitados. Esta lancha regressou a 25 conduzindo apenas seis indios, dois dos quaes desertaram poucos dias depois.

Tendo mandado outra expedição ao rio — Ererê — regressou ella a 28 apresentando oito indios.

A 5 de Fevereiro achando-se preparada a casa destinada para deposito, fiz seguir logo parte da carga existente em Thomar em um dos batelões da Commissão, e nos dias 6 e 7 mandei transportar o resto, assim como retirei-me com os outros companheiros para aquelle deposito que passava a ser considerado base para os nossos futuros trabalhos.

Com o pessoal indigena e praças de que dispunha tratei de mandar pôr toldas em todas as embarcações para emprehender a viagem.

A 16 fiz partir de — Xibarú — para o rio Padauriry um dos batelões conduzindo material e generos. Na mesma occasião seguiram nelle os empregados do fornecimento Candido de Alencastre e Pedro Bueno, e o Alferes do contingente Costa Barros.

A 19 partiu a Commissão com destino ás cabeceiras dos rios Marary e Padauriry. As duas lanchas *Quinta* da Flotilha de guerra, commandada pelo 2º Tenente Joaquim Ribeiro da Costa, e *Araujo* pertencente á Commissão, auxiliaram as diversas canôas na travessia da grande bahia do Rio Negro, em frente ao Xibarú. A lancha *Araujo* continuou viagem levando material e generos para o Padauriry e a outra regressou a Xibarú, donde desceu no mesmo dia para Manãos. Nella seguiu para aquella cidade com destino a esta Côte, por achar-se doente, o Sr. 1º Tenente Alfredo Costa, chefe do fornecimento e secretario da Commissão, assim como com destino á Bahia o Sr. João de Cerqueira Daltro, empregado do mesmo fornecimento, por ter pedido sua exoneração.

Passou na mesma data a occupar interinamente o logar de secretario da Commissão o Sr. Capitão Thaumaturgo de Azevedo, no qual se tem conservado até hoje, ficando eu encarregado do serviço que competia ao Sr. Alfredo Costa como chefe do fornecimento.

Em Xibarú deixei como encarregado do deposito o Sr. Florindo de Souza Castro.

A's 5 1/2^h da tarde deste dia pernoitámos proximo á foz do Padauiry, tendo-se navegado durante o dia em aguas do Rio Preto.

Deixando o Rio Preto no dia 20 entrou-se pelo Padauiry ás 11^h da manhã.

O Rio Preto não é conhecido geographicamente, pois nenhuma carta dos antigos tral-o consignado.

E' um rio largo, de margens baixas e suas aguas da côr das do Rio Negro. Deve-se consideral-o, apesar de suppôr-se de curso menos longo que o Padauiry, como affluente do Rio Negro e não do Padauiry, porque suas aguas, abaixo da foz deste rio, se conservam sempre pretas e em grande volume; ao passo que o Padauiry é muito mais estreito e de aguas brancas.

A 23 chegou a Commissão ao sitio do — Uacuquai — na margem do igarapé de igual nome. Deste ponto fiz descer algumas canôas a buscar generos nos batelões que subiam.

Regressando a 26, partimos no dia immediato.

O estado sanitario da Commissão até esta localidade não foi bom. Diversos casos de febres intermitentes appareceram atacando os membros da Commissão, praças do contingente e indics.

A 5 de Março chegou-se á grande cachoeira Uaianary que intercepta o curso natural do rio, formando saltos diversos por causa das muitas pedras que se estendem de uma á outra margem e a grande distancia para cima.

Neste mesmo dia e no seguinte transportou-se por terra até acima da dita cachoeira a carga que se levava e tambem foram arrastadas as canôas com muitas difficuldades.

No dia 7 seguiram para o rio Marary os Srs. Dr. Dionisio e José Jardim com o fim de estabelecer um galpão para deposito no porto do mesmo rio para o Castanho e aguardar a minha chegada, enviando-me logo as pequenas canôas que levaram.

A 19 chegando essas canôas, parti com os Srs. Capitães Thaumaturgo e Aguiar levando generos para os trabalhos que ia encetar.

A 22 cheguei á foz do Marary onde fiz as respectivas observações astronomicas, partindo no dia seguinte em demanda de sua cabeceira. A 25, eram 11^h e meia da manhã, e quando ainda navegavamos procurando um lugar para acampar, tivemos a agradável surpresa de tornar a ver o nosso companheiro Dr. Antonio de Souza Dantas, medico da Commissão, que se achava com licença nesta Côrte.

No dia 3 de Abril cheguei ao Porto do — Marary —, ponto de partida para os trabalhos por terra, e onde encontrei-me com os companheiros que tinha mandado anteriormente. Tive por elles uma confirmação do que já sabia por informações

obtidas de um morador do Marary sobre a posição do porto donde partem os índios que se communicam com os seus vizinhos do rio Castanho.

Em lugar de encontral-o na margem direita do rio, como dão as cartas, vi-o na margem opposta e muito acima da foz do — Ariapó.

Para chegar a este lugar teve a Commissão de passar por muitas difficuldades devido á falta de pessoal idoneo, ao numero consideravel de cachoeiras perigosas e difficeis de se transpôr e á impetuosidade das aguas correndo em leito de pedras e cascalho de declive assaz consideravel.

O Marary e Padauiry correm em terrenos da mesma constituição geologica.

Ambos encontrámos piscosos e com muitas aves gallinaceas, quantidade de antas, lontras e vegetação uberrima.

O Padauiry é habitado por alguns seringueiros e o Marary apenas tem a maloca do indio Ricardo e seu irmão que vivem a meio quarto de legua da sua margem esquerda e proximo á margem direita do — Ariapó —, seu affluente.

O Marary é muito estreito e tortuoso. Ha logares que só têm de 10^m a 12^m de largura, outros no maximo uns 30^m, correndo vertiginosamente por sobre um leito assaz inclinado, arenoso em certas porções, predregoso em outras, formando ora extensas cachoeiras onde se tornava preciso descarregar totalmente as canoas e transportar por terra as cargas, ora formando corredeiras onde só á espia, á vara ou ao impulso vigoroso da tripolação se passava, vendo-se a cada instante o perigo que se nos apresentava aos olhos.

Suas margens são elevadas e cortadas a pique, mostrando terem desabado com as enchentes anteriores e ameaçando a cada momento cahirem com as frondosas arvores de raizes seculares, já meio descobertas e inclinadas para o rio que tinha de leval-as e entulhal-o mais tarde.

Sua profundidade é muito variavel. Ha logares em que não ha passagem franca para as pequenas embarcações, tornando-se preciso arrastal-as sobre as pedras.

A proporção que se avança para suas cabeceiras torna-se elle mais correntoso, de menor volume, mais estreito e mais trabalhoso para vencer-se os obstaculos que se mostram continuamente, como as cachoeiras e grandes arvores cahidas de uma para outra margem.

O Padauiry até a cachoeira Uaianary, ao contrario, póde ser navegado por lanchas a vapor nos tempos de cheias e por batelões em toda época. Sua navegação só se torna difficil para as montarias e impossivel para batelões e lanchas desta cachoeira para cima, si bem que existam grandes trechos completamente livres de obstaculos.

A velocidade do Marary na época da enchente é de 4 milhas por hora e a do Padauiry de 2,5.

O resto é sempre o mesmo : igual monotonia que conhecíamos desde que navegámos o Rio Negro até o Alto Guaynia em Venezuela, com a grande diferença, porém, de ser todo o Rio Negro extremamente faminto e estes ao menos terem alguma caça e peixe.

No dia 4 seguiram para o serro — Guay —, continuando o levantamento do porto do rio Castanho até elle os Srs. Dr. Dionisio e José Jardim, acompanhados do Sr. Pharmaceutico Aguiar, e para o serro Curupirá como um dos pontos obrigados da linha de limites o Sr. Dr. Thaumaturgo.

Tendo recebido do Sr. Capitão Thaumaturgo participação de haver chegado ao serro Curupira, parti no dia 9 acompanhado do Sr. Dr. Dantas para aquelle serro afim de determinar pessoalmente o azimuth em relação ao sol, á serra Tapiirapecó e outras visíveis.

No dia 10 regressámos para o acampamento na margem do Marary.

A 11 pela manhã seguiu para fazer o levantamento deste rio do porto para cima o Sr. Capitão Thaumaturgo, regressando á noite por não poder continuar mais a navegar-o por causa das muitas cachoeiras e pouca agua que encontrou por acharem-se já proximas as cabeceiras do mesmo rio que as tem na fralda da grande e imponente serra de Tapiirapecó (lingua de anta).

No dia 13 regressaram do Castanho os outros membros da Commissão, ficando assim concluidos, felizmente, dentro de um prazo bem curto e inesperado, os trabalhos desta zona desde o serro Cupy, cuja posição se achava já determinada em 1880 até o Anahána-hána, que faz parte da serra do Curupira.

Pelo seguinte relatorio apresentado pelo Sr. Dr. Dionisio verá V. Ex. com todo esclarecimento o que consta a respeito da exploração feita ao serro Guay:

Cópia.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Xibará, 3 de Maio de 1883.— Ilm. Sr.— Tenho a honra de passar ás mãos de V. S. o relatorio dos trabalhos realizados no serro Guay e no caminho que vai do rio Marary ao Castanho.

Não sendo possível subir da cachoeira Uaianary toda a Commissão reunida por falta de embarcações apropriadas, e convindo accelerar os trabalhos, determinou-me V. S. que seguisse com o Dr. José Jardim para o rio Marary.— Ahi deveríamos construir um galpão para deposito de viveres e contractar indios para o serviço da Commissão.— Ordenou-me mais V. S. que fizesse voltar as nossas montarias logo que não tivéssemos mais necessidade dellas.— Em cumprimento ás suas ordens deixámos o acampamento da cachoeira do Uaianary no dia 7 de Março.— No dia 9 chegámos á boca do Marary onde demorámo-nos um dia para determinar a sua posição geographica.— No dia 11 começámos a subir o Marary, que estava então de enchente e corria com tanta impetuosidade que parecia uma cachoeira. O seu contraste com o Padauiry era muito frisante. Elle turvo, arrastando madeiras e arvores desarrai-

gadas, espumante e impetuoso; este limpido, manso e vagaroso.— No dia 12 encontrámos o Tuixáua Ricardo, indio que tem uma maloca acima da foz do rio Ariapó, affluente da margem esquerda do Marary. Vinha descendo o rio em duas ubás com toda a familia. Pelo medo que se via estampado em sua physionomia alterada, reconheci que pouco ou nada podíamos conseguir d'elle. E assim foi com effeito. Negou-se a todas as propostas que fiz-lhe, não obstante as promessas e offerecimentos mais seductores. O selvagem era demasiadamente desconfiado e só tratava de ver-se livre de nós. Não devia ser muito lisongeiro o seu juizo a nosso respeito. Poderia forçá-lo a seguir-nos e a prestar-nos os serviços que exigissemos; mas não o fiz, porque repugna-me empregar meios violentos contra essa pobre gente tão desprotegida, e além disto não poderia romper a coherencia do procedimento que sempre teve para com elles a Commissão de limites.— No dia 13 chegámos á sua maloca. Ahi encontrámos dous rapazes, indios *madavacás* que quizeram acompanhar-nos. — No dia 16 á tarde chegámos ao porto do Marary na latitude N 1° 11' 47",8 e longitude 21° 38' 34",2 O do Rio de Janeiro.— No dia seguinte fiz voltar duas montarias e ficámos sómente com uma para occorrer a qualquer emergencia. Logo que ficou limpo o nosso acampamento e foram descortinadas as serras que estavam occultas por algumas arvores, mandei dous indios ao rio Castanho. Deviam entender-se com o Tuixáua deste rio e pedir-lhe a sua coadjuvação.— No dia 21 á noite voltaram com as mais lisongeiras notícias. O Tuixáua, que havia muitos dias sabia da nossa aproximação, estava disposto a auxiliar-nos e punha-se com sua gente á nossa disposição.— No dia 23 parti para o Castanho com o Dr. Jardim, dous soldados e tres indios. Chegámos á maloca do Tuixáua Domingos, indio Anaujá, no dia 25 ao pôr do sol. O chefe indio não estava. Fomos recebidos pelo payé, seu genro, com muitas atenções e delicadezas. O Domingos chegou no dia seguinte. Dirigiu-se logo para nós e mostrou-se muito amavel, enchendo-nos de presentes e offerecendo-nos tudo de que podia dispôr. E' um excellentemente homem, e um principe não seria mais generoso e hospitaleiro. Ficou muito admirado quando contei-lhe o que se havia passado entre nós e o Tuixáua Ricardo do Marary, e disse rindo-se: *Ixé Tuixáua puranga; inti xaceküê peçui*. « Eu sou bom Tuixáua; não tenho medo de vocês.» Apresentou-nos a sua mulher, seus filhos e parentes. Deu-nos informações minuciosas e claras sobre todos os pontos duvidosos. Por elle soubemos que não existia a serra do—Urucusiro—, de que falla o tratado de limites. Este serra não póde ser senão a serra do Curupira. Houve a troca do —p— por um —s— e o augmento de um —u— no principio da palavra. Este augmento do —u— é muito frequente nas palavras da lingua geral: uns dizem *Assay*, outros *Uassay*; uns *Aracú*, outros *Uaracú*, etc. etc. Si não fosse a franca hospitalidade deste indio os nossos trabalhos seriam, senão impossiveis, pelo menos

de uma difficuldade desanimadora. Bastava que elle se retirasse com toda a sua gente da maloca, para não termos meios de subir o rio Castanho, nem pratico que nos indicasse os nomes dos logares mais notaveis e dêsse-nos as informações indispensaveis para o bom exito da nossa commissão. — No dia 27 sahimos do Castanho e no dia 28 chegámos ao Marary. Fizemos, o Dr. Jardim e eu, o levantamento do caminho e determinámos o seu ponto de intersecção com a linha de limites. Este ponto está assignalado por um marco de madeira lavrada, na latitude $1^{\circ} 14' 36''$ N e longitude O do Observatorio do Rio de Janeiro $21^{\circ} 40' 20''$. Está situado no serro — Piradaby —, ramificação da serra de Tapiirapecó, entre os igarapés — Suassú —, affluente do — Tariira —, que corre para o — Cunucunú, o qual desagua no Castanho, e o — Sumahuma —, affluente do — Madona —, que desagua no Marary. O caminho do Marary ao Castanho é muito accidentado, sendo como é feito atravez de serranias, brejos, igapós e igarapés. Eis em resumo o seu traçado. Parte do porto do Marary na sua margem esquerda e atravessa logo um igapó; mais adiante corta o — Taperoua —, affluente da margem esquerda deste rio, sobe a serra de Ossá ou Caranguêijo, transpõe-n'a até chegar ao igarapé — Uruahy —, atravessa-o, sobe a serra do mesmo nome, desce a sua vertente opposta até o igarapé — Pirámixin —, affluente do Madona, corta este rio oito vezes, passando ora por igapós, ora subindo e descendo serros, passa os igarapés — Conory, Cururú e Sumahuma; deste sobe a serra Piradaby, onde está o ponto da fronteira assignalado por nós; desce-a até o igarapé Suassú ou do Veado, passa o serro Maniúara, o rio Tariira, affluente do Cunucunú, o igarapé Turury e o serro do mesmo nome, o rio Jurupary, affluente do Cunucunú, e o serro Jurupary, o igarapé Tauary e o serro Tauary, o rio Mira ou Sebastian, um grande igapó, o rio Iruçanga, a serra Iruçanga, o igarapé — Capideauri —, o serro Ocoquy, o igarapé Uraú e o serro do mesmo nome, o igarapé Coaty, a serra Acaiacá, o igarapé Calaudi e o rio Jacaré, donde sobe-se um serro para descer depois para a margem direita do rio Castanho. O caminho segue o rumo geral de suéste para noroeste. A sua extensão em linha recta é de 14,700 metros. No dia 3 de Abril chegou V. S. ao nosso acampamento com os outros collegas da Commissão. No dia 4 pela madrugada segui com o Dr. José Jardim e o Capitão pharmaceutico Antonio Ribeiro de Aguiar para o rio Castanho. De lá devia dirigir-me ao serro Guay e determinar a sua posição geographica. Além disso tinha de fixar as suas relações angulares com as serras e pontos mais notaveis, afim de combinar as minhas observações com as de V. S., para determinar o maior numero de pontos pelo methodo das intersecções. — No dia 5 á tarde chegámos á maloca do Castanho. Afim de adiantar serviço seguiu no dia 6 o Dr. Jardim por este rio em canoas fornecidas pelo Tuixáua, para o serro Guay, com o fim de fazer uma derrubada no seu cume. Eu fiquei na maloca para observar

e determinar a sua posição geographica. — No dia 9 recebi uma carta do Dr. Jardim, communicando-me que a derrubada no alto do serro estava concluida e descortinadas as serras. Segui no mesmo dia com o Capitão Aguiar. Gastámos, até chegarmos á base do serro na margem direita do Castanho, tres horas. Ahi nos esperava o Dr. Jardim. Pouco depois começámos a ascensão do serro, na qual gastámos 2^h e 30^m. Sobe-se tres immensos degraus. A subida é ingreme. O serro tem dous cumes. A derrubada fez-se no mais alto. A fadiga da ascensão foi de sobejo compensada pelo esplendor do panorama que se desenrolou a nossos olhos. De todos os lados avistavamos, fechando o horizonte, grandes serranias, cujos perfis, ora dentados e ponteagudos, ora mollemente curvos, dão ao quadro um fundo extremamente pittoresco. Do lado do Sul vê-se a serra de Tapiirapécó com as suas tres pontas elevadas e nuas de vegetação; a pedra do Curumi-cuera Uruçakanga, marco gigantesco que a natureza collocou na divisa das aguas sobre o dorso allaneiro da serra; a serra do Curupira mais baixa e coberta de densas florestas. Mais além da linha de limites, que se vê claramente desenhada, ergue-se do lado do Brazil o alto e escalvado pico do Tamaquary. Ao Norte a serra de Unturán, uma multidão immensa de serros que se estendem até o quadrante do Oeste, emergindo das planicies cobertas de uma vegetação luxuriante. A Léste a grande cordilheira da Parima, de grandissima altura, e cujo perfil azulado e indeciso indica uma distancia de mais de um grau. Entre nós e a Parima estende-se um immenso oceano verde-negro, um oceano de florestas, cujas vagas alterosas são os serros sem numero que emergem do seu seio. Dos cabeços da serra de Tapiirapécó ás quebradas dos valles sombrios e profundos, estende-se um lençol de prata: é o rio Jacaré, grande affluente do Castanho. O Tuixáua Domingos, que nunca tinha visto aquelle quadro esplendido senão por partes, ficou extasiado. Apontou para a Parima e disse: « E' alli que nasce o Orenoco, é alli que vivem os Guaharibos, inimigos de meus avós. » As terras virgens da Parima são ainda e serão por muito tempo uma incognita geographica. Demorámo-nos no Guay até o dia 11, fazendo observações. A posição geographica do cume deste serro é Latitude N. 1° 17' 43" e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro 21° 43' 56",4. Elle não pode fazer parte da linha de limites, pois as suas aguas, quer de uma quer de outra vertente, correm para o Castanho, ou directamente ou por meio de seus affluentes. — Pelo desenho que apresento a V. S., facilmente se reconhece que o serro Guay é todo Venezuelano. O mappa de Codazzi, do qual serviram-se os negociadores do nosso tratado de limites, está erigado de erros grosseiros, dos quaes muitos temos já reconhecido. — Nessa mesma região da fronteira, sobre a qual versa a presente parte, tudo está errado. O Marary em lugar de correr de Nordeste para Sudoeste, corre de Noroeste para Sueste. A serra de Tapiirapécó é representada a Léste da do Curupira, quando é o con-

trario. O porto do Marary é situado na margem esquerda e não na direita. O rio Castanho está n'uma posição invertida.— O nosso estado sanitario foi sempre bom, á excepção de algumas febres. Sómente o carpinteiro Ozorio adoeceu gravemente.

No dia 13 chegámos ao rio Marary. O rio Castanho nasce na vertente septentrional da serra de Tapiirapécó e desagua no rio Siapa. E' contravertente do Marary. Este rio nasce na vertente meridional desta serra, corre até o porto do caminho na direcção geral de Oeste para Leste. Dahi até a sua embocadura no Padauiry a sua direcção geral é de Noroeste para Sueste. O seu curso é de mais de 55 kilometros. Os seus principaes affluentes são: da margem direita igarapé Iapiçá, igarapé Piruca, igarapé Tamamacá, rio Iú, igarapé Taboca, igarapé Mirity, igarapé Caititú e Piranga; da margem esquerda, rios Madona, Taperêua, Bacaty, Uiauíra, igarapé Puraké, rio Tiquiridai, igarapé Bacaty, igarapé Bacia ou Mira, igarapé Maroôri, Iupana, rio Ariapó, igarapé Roletaro, Coaty, Curáua, Gii, Dadúri, Aii e Pixuna. Tem o leito obstruido por saltos e cachoeiras, dos quaes os principaes são: Iapiçá, Tucura, Iauaretê e Uira-uassú ou Gavião. As suas mattas são ricas em madeiras de construcção, salsa, castanha, e abundantissimas de caça grossa como: antas, porcos do matto, cutias, etc., e aves como cujubins, mutuns, inambús, papagaios, araras, jacamins, jurutys, pombas, etc. Nas serras de Tapiirapécó e Curupira encontra-se em grande quantidade o — Gallo da serra —, « *Pipra rupicola* » tão notavel por seus habitos e pelo esplendido colorido de sua plumagem. O sólo superficial é composto de argilla e areia; o sub-sólo é granítico. As arvores são de alturas vertiginosas, mas não têm relativamente grandes diametros. Nas serras sentimos sempre frio. O thermometro descia sempre á noite a 18 e 17 graus centigrados. Levantámos um perfil do caminho do Castanho. Na nossa volta, o Dr. Jardim e eu fizemos o levantamento do rio Marary. Annexo remetto a V. S. o desenho dos trabalhos executados pela minha secção. Aproveito a occasião para agradecer ao Dr. Jardim e ao Capitão Aguiar a coadjuvação que me prestaram, e reiterar a V.S. os protestos de minha profunda estima e alta consideração. — Deus Guarde a V.S. — Ilm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo, chefe da Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. (Assignado). Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Major, 1º Ajudante.

A 14 do mesmo mez de Abril desci o Marary com os Srs. Capitães Thaumaturgo e Aguiar até á maloca do indio Ricardo, onde chegando a 17 passámo-nos para as outras canôas que ahi havia deixado por não poderem subir o rio, e fiz regressar as tres pequenas que nos trouxeram para conduzirem do porto do Marary os outros companheiros e a carga existente no deposito alli estabelecido.

A 18 cheguei á foz do Marary, de onde com o Sr. Capitão Aguiar segui directamente para a cachoeira Uaianary, encarregando o Sr. Dr. Thaumaturgo de fazer o levantamento do rio Padauiry desde a foz do Marary até Xibarú.

A 19 partiram do porto do Marary com ordem de fazer o levantamento até sua foz os Srs. Major Dionisio e Capitão Jardim, deixando-se de effectuar o do Padauiry desde a embocadura daquelle rio até as cabeceiras deste, pelos motivos que apresentei em meu officio n. 211 de 9 de Maio de 1882.

A 20 desembarquei na cachoeira Uaianary, e a 23, tendo chegado os outros membros, fiz preparar toda a commissão para descer, o que se verificou a 26.

A 29 chegámos a Xibarú, onde já encontrei o Sr. Capitão Feliciano Antonio Benjamim que havia regressado do Rio Branco, onde se achava abrindo a estrada que á custa da provincia fôra mandada explorar.

A 1º de Maio chegou o Sr. Capitão Thaumaturgo com o levantamento dos rios Padauiry e Negro até Xibarú.

No dia 3 fiz descer parte do deposito para Carvoeiro nos batelões e igarités da commissão, ficando o resto da carga para seguir no paquete da companhia do Amazonas, e em uma das lanchas parti para a mesma localidade acompanhado dos Srs. Capitães Thaumaturgo e Aguiar.

A 5 desceram do Xibarú os outros companheiros na outra lancha, chegando todos a 6 em Carvoeiro, onde estabeleci um deposito, visto ser o ponto de partida mais conveniente para os trabalhos de demarcação pelo Rio Branco.

Tendo necessidade urgente de ir a Manãos em objecto de serviço, desci na lancha *Quinta* da Flotilha com o Sr. Capitão Thaumaturgo como Secretario interino, chegando ahi a 7 e tendo deixado em Carvoeiro os outros membros da Commissão e o Sr. Dr. Dionisio como meu substituto encarregado de mandar preparar as embarcações para os novos trabalhos.

Achando-me em Manãos, remetti para Carvoeiro logo no dia 9 pelo paquete do Rio Negro alguns volumes, inclusive uma das lunetas meridianas que foi assentada no Forte de S. Joaquim.

No regresso do vapor transportou-se de Xibarú para Carvoeiro o resto do deposito lá existente sob a guarda do Sr. Florindo de Castro.

A 27 fiz seguir para Carvoeiro a lancha *Quinta* levando novos volumes para a Commissão

Nesta data foram tomados para o serviço da lancha *Araujo* o machinista Frederico Leal e o foguista João Teixeira de Lacerda, sendo dispensados os que nella serviam.

A 1º de Junho foram tambem dispensados do serviço do fornecimento o Sr. Candido José de Alencastre, que pediu sua exoneração, e o Alferes do contingente Costa Barros, sendo nomeados para o logar de encarregado de deposito o Sr. Florindo de Castro e para distribuidor o Sr. Bernardo Ramos. Passou a commandar o destacamento o Sr. Alferes Manoel Ferreira da Silva.

Tendo necessidade de mais uma lancha para o rapido transporte da Commissão até ás cachoeiras do Rio Branco, requisitei de S. Ex. o Sr. Presidente da provincia uma outra da Flotilha de guerra. S. Ex. mandou pôr á minha disposição a lancha *Setima*, commandada pelo 2º Tenente Joaquim José Cardoso.

Ajustando contas com a Thesouraria de Fazenda e achando-me com os meios precisos para os novos trabalhos, regressei no dia 6 com o Sr. Capitão Thaumaturgo para Carvoeiro, onde chegámos a 8.

Pelo paquete do Rio Negro chegado a 11 foram entregues os generos pedidos para as praças do contingente e pessoal indigena.

A 12 passou a Commissão pelo desgosto de contar mais uma victima, o soldado do contingente Manoel Francisco Pereira de Almeida, que falleceu de asphyxia por submersão.

A 14 desertaram do contingente um cabo e seis praças, roubando, para effectuarem a fuga, uma das canoas da Commissão.

A' vista disto e não tendo numero sufficiente de tripolantes para as embarcações, não pude partir neste dia para o Rio Branco, como estava determinado. Neste sentido, participando o occorrido, officiei aos Exms. Srs. Ministros de Estrangeiros e da Guerra.

A S. Ex. o Sr. Presidente do Amazonas e ao Sr. Commandante das Armas pedi outras praças em substituição.

Não obstante a falta de pessoal completo para as embarcações, resolvi partir de Carvoeiro no dia 17, sendo o pessoal da Commissão dividido pelas tres lanchas que a auxiliaram no transporte.

Em Carvoeiro ficou um deposito, sendo delle encarregado o Sr. Florindo de Castro.

A 26 chegou á Vista Alegre porte da Commissão.

A 27 seguiu para o Uraricoera o Sr. Dr. Benjamim, afim de buscar indios para substituir os de Carvoeiro.

A 29 apresentaram-se os outros companheiros.

No dia 30 desembarcou nesta localidade o Exm. Sr. Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da provincia, o qual, desejando examinar a estrada de Carahy e as fazendas nacionaes, emprehendeu esta viagem.

Não sendo mais necessaria a lancha *Setima* posta ao serviço da Commissão, fil-a passar a 1º de Julho á disposição de S. Ex. o Sr. Presidente.

A 6 seguiram para o rio Mucajahy os Srs. Drs. Dionisio e Jardim com o fim de exploral-o até suas cabeceiras.

A 7 fiz partir para o Forte de S. Joaquim um dos batelões conduzindo viveres para o deposito que ia ahi estabelecer, assim como desceram a Carvoeiro para buscar mais generos as duas lanchas *Araujo* e *Quinta*.

No dia 9 regressou a Vista Alegre a expedição que havia seguido para o Mucajahy, declarando-me o Sr. Dr. Dionisio não ter podido continuar a viagem por haver naufragado sua canôa e perdido todos os instrumentos, bagagens e viveres que nella levava, como dei conhecimento a S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros em meu officio de 11 do dito mez, juntando a parte que me foi dada pelo mesmo engenheiro.

Em consequencia deste facto e não achando conveniente perder tempo em esperar novos recursos para continuar a exploração do Mucajahy, gastando os que tinha, resolvi partir para o Forte de S. Joaquim onde devia assentar a luneta meridiana para fazer observações astronomicas.

Partindo, pois, de Vista Alegre a 14 chegámos ao Forte a 22. A 24, tendo chegado do Uraricoera o Sr. Dr. Benjamim com os indios que fôra contractar, despedi e fiz regressar para Carvoeiro os que estavam ao serviço da Commissão.

A 9 de Agosto, apresentando-se-me da licença com que se achava na Bahia o Sr. Antonio de Novaes Dantas, passou a occupar o lugar de encarregado do deposito do Forte de S. Joaquim.

Até o dia 21, época em que encetei os trabalhos de exploração na zona do Rio Branco, todo o meu empenho foi reunir os elementos precisos para effectual-os de prompto.

O deposito que estabeleci no Forte tinha todos os generos necessarios para as praças e indios ao serviço da Commissão, faltando porém o principal — a carne —, que eu contava obter das fazendas nacionaes por julgar encontral-as em estado de fornecel-a com rapidez e em abundancia. Sendo porém o respectivo serviço feito com muita demora por falta de pessoal sufficiente, vi-me na necessidade de compral-a a diversos particulares, por preços que já não eram os mesmos pelos quaes se vendia antes da chegada da Commissão. Para maior presteza e economia, porém, tomei a deliberação de mandar preparar pelas proprias praças do contingente a quantidade que me foi possível.

Por esta circumstancia só naquella data pude fazer seguir a expedição ao Uraricoera e Uraricapará, sendo della encarregado o Sr. Major Dionisio Cerqueira acompanhado dos Srs. Capitães José Jardim e Benjamim e do medico Dr. Dantas.

Em consequencia de não terem-se apresentado as praças pedidas ao commando das armas da provincia em substituição das sete que desertaram, deixou de seguir outra secção de engenheiros para o rio Mucajahy, como esperava mandar, partindo então os tres ajudantes para aquelles rios com instrucções para dividirem entre si os respectivos trabalhos e delles darem conta mais promptamente. E por não ter tambem se apresentado á Commissão o Sr. 1º Tenente Alfredo Costa, secretario e chefe do fornecimento, e ao contrario enviado um officio no qual me declarava

ter pedido sua exoneração, resolvi deixar ficar commigo o Sr. Capitão Thaumaturgo, como meu auxiliar e secretario da Commissão, cargo este que já exercia interinamente desde o principio do anno.

Achando-me doente e os meus incommodos não me permittindo ficar em S. Joaquim, resolvi retirar-me para Mandós afim de tratar-me; o que realizei no dia 7 de Setembro, deixando no Forte o Sr. Capitão Thaumaturgo incumbido de tomar as providencias necessarias em qualquer emergencia.

Durante a minha ausencia o Sr. Dr. Dionisio mandou ao Forte uma das canôas buscar recursos para a expedição, visto ter naufragado grande parte dos que levára por occasião de irem a pique duas igarités nas cachoeiras do Uraricoera.

O Sr. Capitão Thaumaturgo enviou no dia 19 esses recursos em tres canôas que fez preparar convenientemente. E como chegassem nessa occasião oito praças para o contingente, o mesmo senhor mandou-as na mesma data para o Uraricoera.

A 27 de Outubro, tendo regressado ao Forte já quasi restabelecido da enfermidade que obrigou-me a ir a Mandós, encontrei a expedição que havia seguido para o Uraricoera de volta dos seus trabalhos, tendo chegado ao Forte no dia 11 do mesmo mez.

O que houve acerca desta exploração participei a S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros, um dos antecessores de V. Ex., em data de 2 de Novembro; mas para que V. Ex. possa ajuizar do resultado da exploração e dos sacrificios penosos por que passou aquella expedição, transcrevo aqui o relatorio que me foi dado pelo Sr. Dr. Dionisio.

Relatorio sobre o Uraricoera e Uraricapará

Cópia.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Forte de S. Joaquim no Rio Branco, 14 de Outubro de 1882.— Illm. Sr.— Tendo chegado a este Forte no dia 11 do corrente de volta da serra Pacaraima, para onde segui com uma expedição por ordem de V. S., cabe-me o dever de dar conta da missão que foi-me confiada e na qual foram meus companheiros de trabalho os dignos membros desta Commissão os Srs. Drs. Antonio de Souza Dantas, Feliciano Antonio Benjamim e José Jardim.— Instruido por V. S. para determinar de accôrdo com as ordens do Governo Imperial os pontos da fronteira venezuelana comprehendidos entre o serro Mashati e o caminho que do Uraricapará vai ao Parauamuxi atravez da serra Pacaraima, parti deste Forte no dia 21 de Agosto com os collegas acima mencionados, dezoito praças armadas e municadas, commandadas pelo Alferes Manoel Ferreira da

ESTR. 24

Silva, dous paisanos e vinte e cinco indios das nações *Macuxi*, *Uapixána*, *Arecuna*, *Sapará*, *Uaiumará*. A nossa flotilha compunha-se de nove canôas e levava viveres para noventa dias. Sendo o serro Mashiatí o ponto mais longinquo, resolvi de accôrdo com V. S. dirigir-me primeiramente a elle e depois aos outros dois.— No mesmo dia da partida á tarde encontrámos descendo o rio Uraricoera o Tuixáua dos Macuxis — José.— Fil-o acompanhar-nos, prevendo que necessitaríamos do seu auxilio, quando tivéssemos de deixar o territorio dos Macuxis e penetrar no da tribu vizinha. — Seis dias depois da nossa partida, acima da Pedra Grande ou Penedo de Boa Vista, a canôa n. 8 em que navegava o Alferes Ferreira foi arrojada pela impetuosidade da corrente sobre um pau e em poucos instantes submergiu-se. Salvou-se felizmente a tripolação e o armamento, mas perdeu-se toda a carga.— No dia 28 o Tuixáua dos Purucotós — Cauaiquai —, que na vespera havia sido mandado chamar pelo Tuixáua José, apresentou-se-nos com tres indios da sua malóca, promptos para acompanhar-nos. Estes quatro homens prestaram-nos muilo bons e importantes serviços não só por serem excellentes praticos, como pelas relações de amizade que os ligam a tribus mais remotas. Por meio de interpretes, informei-me do Purucotó sobre o caminho que iamos percorrer, e elle declarou que julgava impossivel chegarmos ao nosso destino por causa dos innumerados e grandes obstaculos que teriamos de encontrar. Esta declaração peremptoria em vez de entibiar-nos o animo aguçou-nos ao contrario a curiosidade. Demais estamos habituados com a inveracidade das informações ministradas pelos habitantes desses rios do Amazonas, quer seja indio ou civilisado.— No mesmo dia 28 deixámos á nossa esquerda o canal de Maracá, que em lugar de ser um rio, como julgavam os geographos portuguezes, é o mesmo rio Uraricoera, que se divide algumas leguas acima da foz do Uraricará, formando a grande ilha de Maracá, que é maior do que muitos Estados soberanos da Europa. Nesse dia á tarde passámos pela antiga missão hespanhola de S. João de Caya-caya, fundada no seculo passado e logo depois destruida pelos Portuguezes. Attestam apenas a existencia desse extincto estabelecimento um velho canhão meio enterrado no interior da floresta e algumas balas já gastas pela oxidação prolongada de mais de um seculo. Da ponta oriental da ilha de Maracá principia o deserto que se estende com os seus mysterios até ás regiões impenetraveis da Parima e do alto Orenoco. O indio manso não se aventura a morar nestas solidões, cujo silencio solemne póde ser perturbado pelo grito de guerra do selvagem inimigo. Em Caya-caya termina a região dos campos e começa a floresta grandiosa, immensa e magestosa. Muda de *facies* a terra e muda o rio tambem. De manso, largo e quasi despido de ilhas torna-se encachoeirado, ruidoso, espumante, apertado entre serras e margens elevadas, com o leito juncado de um sem numero de penedos ennegrecidos e povoados de ilhas

coroadas de opulenta vegetação, a cuja sombra benéfica cresce em notável quantidade a baunilha tão preciosa e grande variedade de orchidéas. — No dia 29 chegámos ás 4 horas da tarde ao remanso da grande cachoeira de — Tupurém. — Depois de termol-a examinado e reconhecido a sua impraticabilidade para canôas carregadas, mandei abrir uma picada, que só ficou concluída no dia seguinte pela manhã, com a extensão de 530 metros. Até ás 3^h 35^m da tarde do dia 30 empregou-se toda a gente sem descanso em passar as canôas e transportar as cargas para o porto de cima. A's 4 sahimos. Depois de termos com muito risco e grande difficuldade superado a violencia de muitas corredeiras chegámos á cachoeira de Paparú, onde fomos surpreendidos pela noite. Defronte desta cachoeira desemboca na margem esquerda o pequeno rio Paparú. As nossas canôas, afim de auxiliarem-se mutuamente nos passos difficeis e perigosos, navegavam sempre em boa ordem umas nas aguas das outras e proximas. — No dia 31 pela manhã passámos pela foz do rio Iuremé, que vem nas cartas portuguezas e outras com o nome de Idumé. Passámos as cachoeiras de Maripacarápón e Mararitipan e pouco avançámos, porque foi preciso descarregar as canôas e arrastal-as sobre pedras ponteagudas e de cortantes arestas, lutando contra aguas de uma impetuosidade enorme que muitas vezes zombavam do esforço gigantesco de dezenas de homens. — No dia 1º de Setembro, logo ao clarear, começámos a passar a cachoeira de — Arco. — Quinze minutos depois de vencida ella, chegámos ao remanso da cachoeira de — Jaranjapón —, uma das mais temerosas do Uraricoera. Gastámos em subida quatro horas. Logo acima está a de — Pinajapon —, depois as do Afogado, Arucaima, Puteiripon e outras, e mais, muitas outras, cada qual mais difficil, succedendo-se quasi sem interrupção, formando uma escadaria gigantesca. — Os dias 2, 3, 4, 5, 6 e 7 de Setembro foram empregados desde a manhã até á noite nesse trabalho insano de cachoeiras. Dias houve em que não chegámos a avançar um kilometro no sentido horizontal, subindo entretanto 20 metros e mais. Por ahi V. S. poderá avaliar a declividade do rio e a conseqüente violencia da corrente. Em muitos lugares as aguas descem rampas ingremes e muito extensas. O Uraricoera nesse trecho, que percorremos, e onde as nossas vidas a cada instante estavam em perigo, é assustador; é uma torrente impetuosa, que irrompe com immenso fragor atravez de serranias, desatando-se em flócos colossaes de alvas espumas, encapellando-se como o oceano em furias e abrindo-se em vortices medonhos. — No dia 5 a canôa n. 7 que era a maior da flotilha e levava grande quantidade de viveres, naufragou ao passar a cachoeira da Praia. Perdeu-se, como acontece sempre, toda a carga. A muito custo conseguiu se desalagara a canôa muito abaixo. Fiz immediatamente descer nella o Tuixáua José com oito indios até o Forte, afim de communicar a V. S. as circumstancias criticas em que se achava a expedição, não tendo viveres sufficientes para a viagem, porquanto haviam já naufragado duas canôas e parte da carne e farinha que restava

estava deteriorando-se rapidamente pela humidade e agua que apanhavam a despeito dos nossos incessantes cuidados.—Nessa data participei a V. S. que havia mudado a ordem do nosso itinerario, afim de não ser o serviço prejudicado. Em lugar de seguirmos logo para o serro Mashiati pelo Uraricoera, dirigir-nos-hiamos pelo Uraricapará á serra Pacaraima por ser mais proxima, e no entre-tanto V. S. providenciaria de modo que ao voltarmos encontrassemos viveres sufficientes na boca deste rio afim de podermos emprehender a longa viagem do Mashiati.— No dia 8 de Setembro chegámos á foz do Uraricapará. Dei balanço nos generos: tinhamos carne para 36 dias e farinha para 42. Era sufficiente talvez. O resto do dia foi gasto em limpar-se o armamento das praças, que receberam munição sufficiente para repellir qualquer aggressão dos selvagens Maracanãs, que são os senhores e dominadores deste rio e que naturalmente não deixariam de hostilisar-nos.— No dia 9 sahimos. Navegámos sem novidade digna de nota, a não serem algumas cachoeirinhas com as quaes aliás já iamso muito habituados, até o dia 11.— No dia 12 quando, pela madrugada, fiz despertar a gente para seguirmos, demos pela falta da canôa n. 10 tripolada por indios Uapixanas. Reconhecendo logo que haviam desertado fiz seguir immediatamente no seu encalço a canôa n. 9, guarnecida por seis soldados e um cabo. Ligava muito interesse á captura da canôa porque nella iam a maior parte dos nossos viveres e as nossas espias.— No dia 14 á tarde voltou a canôa n. 9 trazendo alguns paneiros de farinha e fardos de carne, que os fugitivos para alliviar a bagagem tinham deixado sobre as pedras da cachoeira Cararapón.— No dia 15 proseguimos. Estava a nossa flotilha reduzida a seis canôas, as de menor porte. Iamos sem espias penetrar na zona encachoeirada do rio! — No dia 16 á tarde passámos pela boca do rio Curicú, affluente da margem direita e o maior de todos os tributarios do Uraricapará. Dahi para cima a largura deste não excede de trinta metros. Pernoitámos no remanso da cachoeira Supariapon, onde dá o rio um grande salto.— Nos dias 17, 18, 19 e 20 navegámos sempre atravez de cachoeiras, ora arrastando as canôas sobre as pedras, ora puxando-as pelas boças, ora empurrando-as á vara etc.— Navegámos de todos os modos imaginaveis.— No dia 17 ás 2 horas da tarde passámos pelo lugar, onde foi outr'ora Santa Rosa, povoação hespanhola. Hoje ahi é tão alta e densa a floresta que pôde-se dizer que readquiriu a sua pujança e virgindade. Acima de Santa Rosa está a grande cachoeira ou antes catadupa do — Uereiném, — donde voltaram no seculo passado os engenheiros portuguezes, julgando-a impassavel, como se lê no Diario de viagem, escripto pelo Dr. Lacerda, um dos astrónomos da Commissão. Nesta cachoeira naufragou no dia 18 a canôa n. 9, salvando-se a gente e perdendo-se a carga e armamento.— No dia 19 passámos defronte da foz do pequeno rio Auará, affluente da margem esquerda. Dizem as nossas instrucções que o Uraricapará tem

a sua principal cabeceira nas nascentes deste rio, que é o seu braço principal. O Governo Imperial foi illudido por cartas inexactas, pois que não só o Uraricapará não diminue sensivelmente de volume d'aguas da boca do Auará, para cima, como tem mais perto de suas nascentes tributarios como Tucutú e Mury, muito mais importantes do que aquelle pequeno rio.— No dia 20 ás 10^h 20^m chegámos á grande catarata do Amahuá, onde são varadas por terra as canôas. Gastou-se o resto do dia em transportal-as e as cargas para o porto de cima e reparar as avarias soffridas. Nesses varadouros estragam-se as canôas notavelmente, já fendendo-se nas pedras, já rompendo e despregando as quilhas e as toldas. A catarata de Amahuá tem de altura cerca de 15 metros. O rio depois de tres saltos precipita-se inteiro e a prumo por uma passagem apertada entre altos penedos com furia e fragor indescritiveis sobre uma grande esplanada que parece o pedestal de um monumento cycloptico por onde as aguas se dividem ainda espumando e correndo em meandros caprichosos por entre pedras negras e roseas cobertas de algas esverdeadas. Abaixo o rio espraia-se tranquillo e sereno como que repousando do esforço titanico que acabou de fazer. E' um dos quadros mais bellos e grandiosos, que a natureza portentosa destas regiões selvagens expõe á admiração e ao espanto do viajante aventureiro. Dahi para cima o rio torna-se menos correntoso e menos profundo.— No dia 21 ás 10 horas chegámos ao igarapé Uaiparú, onde existe uma maloca de indios Aoaquis, camaradas do Tuixáua Purucotó. Receberam-nos bem, dando-nos com a sua franqueza peculiar os productos de suas roças e recebendo muitos brindes. Disseram que fomos os primeiros brancos que chegaram até áquelle logar. Conduzimos para cima o Tuixáua Cuniké e dous indios Capiúú e Aruquai. A maloca dos Aoaquis é uma grande casa cylindrica com uma só abertura e coroada por um tecto conico muito alto. Ahi mora toda a tribo que compõe-se de 18 pessoas. E' o que resta desta nação perseguida e dizimada por seus terriveis inimigos os ferozes Maracanús. A maloca é uma praça com uma pailçada interior onde se vê dispostos sobre os girus os arcos sempre tezos e grande numero de flechas.— No dia 22 o rio era já tão baixo, que mal permittia a fluctuação das canôas, que muitas vezes tiveram de ser arrastadas sobre o leito pedregoso. A's 10 horas e 15' chegámos á cachoeira de Huá, onde começa o caminho para o Parauamuxi. A 150 metros acima desemboca na margem esquerda o pequeno rio Araicú que vem nas cartas portuguezas com o nome de Araicúquen.— Iquen — em lingua Purucotó é foz e — Araicúquen — quer dizer Foz do Araicú. Neste mesmo dia 22 mandei fazer uma derrubada no serro mais proximo ao acampamento, para procedermos nelle ás observações astronomicas necessarias. Esse serro está situado na margem direita do Uraricapará e na latitude 3° 52' 41",03 Norte e longitude 8° 25',99 a Oeste do Forte de S. Joaquim. Demos-lhe o nome de — Serro do Observatorio. No

dia seguinte fiz as observações astronomicas. — No dia 24 parti com os Drs. Benjamim e Jardim, nove praças commandadas pelo Alferes Ferreira e 18 indios cargueiros para a serra de Pacaraima, cujos contrafortes e avançadas encontramos muitos dias antes. Ficou no acampamento o Dr. Dantas com os enfermos e algumas praças promptas, guardando a nossa base de operações. O caminho da Parauamuxi, passagem singular nesta serra de flancos abruptos, é uma vereda tortuosa, como costumam fazer os indios e onde é facilimo qualquer extraviar-se. Tenho visto trilhos de antas, mais abertos, francos e profundos do que elle. Segue sempre o rumo de Oeste e sempre subindo e descendo serras e cortando arroios de aguas purissimas. De distancia em distancia deparavamos com acampamentos, uns antigos outros recentes. N'um destes achámos ainda os restos de uma anta moqueada havia dous ou tres dias. Pertencem aos indios Caycás ou Guaycás, como denomina Humboldt. Estes selvagens habitam a serra — Urutani, — uma das da grande cordilheira da Pacaraima, e são bravios. Os Guaycás constituem uma das tres nações indigenas independentes de Venezuela. São elles, que com os Guaharibos impedem acima de Esmeralda o passo aos viajantes e exploradores do alto Orenoco. Estendem os seus dominios desde Esmeralda até a boca do Cuyuny, um dos grandes affluentes do Esequibo. Vimos antigas capoeiras de roças indigenas e hespanholas. Os antigos hespanhões, previdentes e cautos, tinham o cuidado de mandar plantar em certos logares das regiões que percorriam em suas viagens de conquista, sabendo que no deserto onde ha carencia absoluta de recursos e é impossivel o transporte de grande quantidade de viveres, este era o meio unico de contar com o bom exito das suas expedições aventureiras. — No dia 26 chegámos á margem direita do pequeno rio — Auapirá, — affluente do Parauamuxi. Estavamos em territorio Venezuelano. — No dia seguinte, depois de termos verificado por onde passa o — *Dicor'ium aquarum*, — mandei fazer uma derrubada no alto do serro Piashauy, onde collocámos um marco de madeira de lei na latitude 3° 52' 24" 33 Norte e longitude 1° 27', 57 a Oeste do serro do Observatorio ou 9° 53', 56 a Oeste do Forte de S. Joaquim. O serro Piashauy divide as aguas que correm do lado de Oeste para o — Auapirá — Venezuelano e de Léste para o Muquiary, affluente do Uraricapará. O marco provisorio tem na sua face occidental gravado — Venezuela, — e na oriental — Brazil. — A linha de limites nesse trecho corre de Norte a Sul. A' tarde deixámos o cume do serro e fomos acampar junto á margem esquerda do Muquiary. O Dr. Jardim encarregou-se do levantamento do caminho desde o Auapirá até Uraricapará, onde chegámos no dia 1° de Outubro. Observei neste mesmo dia no serro do Observatorio e no dia seguinte, 2, começámos o nosso movimento de retirada. Na vespera á noite os nossos indios alarmaram-se dizendo que os indios bravos rondavam o nosso acampamento. Mandeï reforçar as sentinelas e toda a gente passou

a noite de sobre-a viso e alerta. Naturalmente fomos seguidos pelos Uaycás que não contavam com a celeridade dos nossos movimentos e por isso não tiveram tempo de armar-nos alguma emboscada nos desfiladeiros da serra. — No mesmo dia 2 estavam á noite fundeadas as nossas canôas no remanso da catarata do Amahuá, cuja posição geographica é latitude $3^{\circ} 46' 4'', 40$ Norte, longitude $41^{\circ} 74'$ a Leste do serro do Observatorio ou $7^{\text{m}} 44^{\text{s}}, 25$ a Oeste do Forte de S. Joaquim. Fomos forçados a parar ahi até ás 2 horas da tarde para reparar as avarias que no varadouro soffreram as canôas. O Dr. Benjamim encarregou-se do levantamento do Uraricapará e Uraricoera. — No dia 6 pela manhã chegámos á boca do Uraricapará na latitude $3^{\circ} 19', 58'' 31$ Norte e longitude $2^{\text{m}} 1^{\text{s}}, 50$ Leste do Amahuá ou $5^{\text{m}} 42^{\text{s}} 79$ Oeste do Forte de S. Joaquim. Ahi encontramos o Sr. Novaes Dantas com duas canôas carregadas de viveres remettidos do Forte pelo Dr. Thaumaturgo que com a sua actividade e zelo reconhecidos em poucos dias fez a sua acquisição. Já não tinhamos mantimentos senão para quatro dias. — Fui com os collegas neste mesmo dia examinar a catarata do — Urumamy — no Uraricoera, que fica a uma hora de viagem em canôa do ponto em que estavamos. E' esta cataracta que o Dr. Lacerda qualifica de horrivel e medonha no — diario de viagem da Commissão portugueza de 1787. — Foi dahi que voltou o celebre explorador o Governador Lobo de Almada. Reconhecemos que as nossas canôas não poderiam ir além, porque o varadouro é atravez de uma serra muito empinada e extensa, onde as proprias ubás dos indios são varadas difficilmente. Todo o Uraricoera despenha-se ahi em grandes saltos, e por tres aberturas cuja somma não attinge a largura de 15 metros ! Ainda que fosse possivel transportar as nossas canôas para cima, trabalho que só poderia ser effectuado em muito tempo e com aparelhos especiaes, não poderiamos ir nellas até o nosso ponto objectivo pela obstrucção completa do rio, cheio de cachoeiras, e pela grande duração da viagem, para a qual não poderiamos, ainda que tivessesmos, conduzir viveres sufficientes. Uma ubá de indio gasta da boca do Uraricapará até o porto do Auaris ou Avarihuta 57 dias de viagem. Dahi ao serro Mashiatí vai-se em 13 dias por terra e a pé, pois nessas regiões não ha outro meio de locomoção. Si uma ubá, que póde com facilidade ser arrastada por dous homens e até carregada aos hombros, nas cachoeiras gasta 57 dias, as nossas canôas pelo menos gastariam quatro mezes, pois que, como V. S. sabe, a marcha da ubá é ordinariamente o dobro da dellas. Sabemos por longa experiencia, que uma canôa do porte das nossas não póde conduzir viveres para a tripolação restrictamente necessaria, para mais de tres mezes e sujeilas pelo grande peso a naufragar nas correntezas fortes. Em ubás de indios ninguem pretenderá viajar porque não podem conduzir senão um ou dous panacús de beijús, as redes, as armas e pouco mais. Só os indios ou aquelles que sujeitarem-se aos seus habitos podem emprehender viagens tão longas e cheias de perigos por uma região selvagem e desprovida de

recursos como esta, porquanto andam nus e não conduzem bagagem, são extremamente sobrios e sabem com muita vantagem esquivar-se ás vistas perscrutadoras e sagazes dos seus inimigos. Si por acaso faltam-lhes o beijú e a caça, alimentam-se de fructos silvestres e em ultima extremidade recorrem á folha do ipadú.— Reuni os collegas em conselho e pedi a sua opinião sobre o que deveríamos fazer. Unanimemente opinaram pela volta para o Forte, por ser-nos absolutamente impossivel ir além. E' convicção minha e das raras pessoas que conhecem essas paragens remotas, mysteriosas e desertas, que emquanto conservarem-se no estado actual, isto é, desprovidas de recursos e dominadas pelas hordas bravias dos Maracanãs, Kirishanas e tantas outras que as infestam, as solidões da Parima permanecerão inacessiveis ao homem civilisado e envoltas no mysterio em que até hoje têm existido. Nem peio Uraricoera nem peio Mucajahy, poder-se-ha por ora lá chegar. O imprudente que aventurar-se a penetrar com uma expedição regular em tão inhospitas solidões, ou pagará com a vida tanta temeridade ou voltará sem ter chegado ao seu destino. Em consequencia da nossa resolução commum deixámos no dia 7 o acampamento da boca do Uraricapará.— No dia 8 estava passada a zona encachoeirada com a maior felicidade, pois nenhuma das nossas canôas foi a pique. O contrario aconteceu no seculo passado aos exploradores portuguezes, cujas canôas alagaram-se e foram encontradas muito abaixo, sem toldas, sem bancos e sem remos.—V. S. que conhece as difficuldades e os perigos da navegação nos rios encachoeirados, avalia quanto soffremos. Voltaram muito avariadas as nossas canôas. Não podia com effeito ser de outra sorte, porque navegaram de todos os modos possiveis : a remos, á sirga, á vara, puxadas e arrastadas pelas pedras e varadas muitas vezes por terra. Muitas vezes, quando descemos, parecia que iamos desaparecer nas fauces hiantes dos abysmos cavados por aquellas aguas tumultuosas das cachoeiras, mas as ligeiras montarias suspendiam-se no dorso das vagas espumantes e resvalavam rapidas por entre um dédalo de pedras, que passavam como sombras. No dia 9 pela manhã chegámos á maloca do Tuixáua José nas Missões, na latitude 3° 25' 33",05 Norte e longitude 2° 25',00 a Oeste do Forte de S. Joaquim. No dia 11 á noite chegámos a este Forte. O nosso estado sanitario manteve-se sempre satisfactorio. Tivemos apenas alguns casos de febres intermitentes que foram facilmente debelladas. O Dr. Jardim teve alguns accessos. Eu soffri bastante do figado e tive as pernas e os pés muito inchados. A inchação ainda continúa.—Aos collegas que acompanharam-me não farei elogios, porque quaesquer que sejam elles, ficarão áquem dos seus altos meritos. Basta tornar-lhes aqui bem patente a minha gratidão pela coadjuvação intelligente e leal que me prestaram.—O Alferes Ferreira, sempre dedicado e zeloso, prestou-nos muito bons serviços. Os soldados cumpriram o seu dever com dedicação.—Annexa a esta parte envio a V. S. a caderneta dos calculos astronomicos da expedição.—Ainda

uma vez reitero a V. S. os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.—Deus Guarde a V. S.—Illm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo, Digno Chefe da Commissão de limites entre o Imperio e Venezuela. —(assignado) Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Major de Engenheiros, Ajudante.

A 3 de Novembro, achando-se doente o Sr. Dr. Dionisio e não havendo impedimento para deixal-o vir á Côrte restabelecer-se, dei-lhe licença para retirar-se e aguardar aqui a chegada da Commissão, conforme fiz sciente em meu officio de 2 do mesmo mez a S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros.

A 28 passou a Commissão por novo desgosto, assistindo á morte do soldado do contingente Manoel Francisco da Cunha, em consequencia de uma hepatite aguda.

Os mezes de Outubro e Novembro e principio do de Dezembro foram empregados em preparativos para as explorações dos rios Cotingo e Mahú, ultimos pontos da fronteira a demarcar.

Tive necessidade de mandar tirar madeiras e construir galpões na fazenda de S. Marcos, fazer as peças de couro precisas para conduzir em cargueiros e carretas generos para as duas expedições e amansar bois e cavallos que as fazendas nationaes não tinham em estado de effectuar uma viagem.

Achando-me ainda no Forte de S. Joaquim, onde construi um observatorio e assentei a luneta meridiana, observei no dia 6 de Dezembro a passagem de Venus sobre o disco do sol, chegando a determinar tres dos quatro contactos.

Não posso garantir a precisão dessa observação, nem dar todos os elementos necessarios á solução do phenomeno observado, pela falta de instrumentos especiaes que não tinha, utilizando-me apenas da luneta, de um telescopio e dos chronometros que estavam por essa occasião no forte.

Entretanto, como demonstração da minha boa vontade em concorrer tambem para o progresso da sciencia, terei a honra de consignar n'outro relatorio o resultado da minha observação.

Seguiram pela manhã de 7 para o rio Mahú os Srs. Capitães Benjamim e José Jardim acompanhados do Sr. Pharmaceutico Aguiar e do empregado do fornecimento Antonio de Novaes Dantas.

Sendo encarregado da expedição o Sr. Capitão Benjamim como mais antigo, a elle dirigi um officio servindo-lhe de instrucções para se guiar na exploração que ia effectuar. Este officio, como o respectivo relatorio que me foi apresentado pelo mesmo senhor, de volta dos seus trabalhos, vão transcriptos adiante.

No dia 8 passei-me para S. Marcos com os Srs. Capitão Thaumaturgo, Dr. Dantas e Alferes do contingente, por ser dahi que tinhamos de seguir por terra para as cabeceiras do Cotingo.

Só no dia 15 achou-se prompta esta expedição, seguindo então para a fronteira em busca da nascente principal daquelle rio.

O Sr. Capitão Thaumaturgo foi incumbido de effectuar o respectivo levantamento do caminho percorrido; este serviço era executado diariamente.

A 22, deixando junto á serra Unacara as carretas que levava, por não poderem atravessar o rio Surumú sem grande trabalho e perda de tempo, partimos a cavallo, indo acampar ás 6 1/2^h da tarde na sua margem direita e junto á foz do rio Maruai

No dia seguinte, depois de ter feito atravessar os animaes e carga para a margem opposta, sendo necessario para isto mandar fazer uma rampa na elevada barranca do rio, afim de facilitar a subida, seguimos ás 3^h da tarde.

Viajando-se desde as 5^h da manhã até ás 6 1/2^h da tarde, tendo apenas durante o dia duas horas para descanso, pudemos enfim chegar á base da cordilheira Pacaraima no dia 28 pela manhã.

No dia seguinte parti a pé com os Srs. Capitão Thaumaturgo e alferes Ferreira, commandante do contingente, levando seis praças e vinte indios conduzindo instrumentos e viveres para a expedição.

Na base da cordilheira deixei o Sr. Dr. Dantas, um empregado do fornecimento e tres praças doentes, assim como o gado, cavallada e material da Commissão.

Depois de uma serie de dias passados rudemente, subindo e descendo continuamente até á noite, apenas reservando uma hora para descanso, os altissimos serros desse immenso e gigantesco systema de cordilheiras, ora parallelas, ora interceptadas por outras em ramos diversos, pude enfim chegar, depois de atravessar mais de um grau geographico, á nascente principal do Cotingo na serra Roraima, cuja posição determinei como differentes pontos intermediarios do extenso caminho percorrido sob o peso da fadiga e perspectiva da fome por se acharem quasi acabados os recursos que levava.

A cordilheira de Pacaraima nesta zona é formada de elevadas serras grupadas umas ás outras por contrafortes que a tornam de soberbo aspecto.

A vegetação destas serras nas partes elevadas é de gramineas e nas quebradas existem algumas mattas e ha sempre um igarapé de limpidas aguas e temperatura assaz agradável.

Encontra-se nellas grande quantidade de bellos crystaes de quartzo, e, em uma dellas, é tão notavel esta rocha que denomina-se Serra dos Crystaes.

Em toda esta cordilheira ha malocas de indios Brasileiros e Venezuelanos. Os Macuxis e Aricunas dominam o alto da cordilheira, os Uapixanas a sua base.

Apezar de se acharem em território destas duas nações, as autoridades de De-

merara têm tratado de subornal-os declarando-lhes serem inglezes e até estabelecendo em suas malocas escolas dirigidas por indios a quem já ensinaram a lingua.

Em algumas dessas malocas encontrei diversos indios com folhetos escriptos em inglez. Por mais que pedisse um desses folhetos, offerecendo aos seus donos presentes que estimavam possuir, nunca me foi possível obter um só : tal era a estima que a elles tinham. Nenhum indio encontrei nessa zona que soubesse pronunciar — sim — em portuguez ou hespanhol ; entretanto todos sabiam dizer — yes — : resultado obtido pelos inglezes, que pouco a pouco os vão catechizando a seu modo.

Seu commercio é feito directamente com Demerara, si bem que para isto lhes seja preciso andar muito mais do que si quizessem entreter relações com os indios do valle que conhecem as nossas fazendas nacionaes.

Como uma prova de que elles nunca desceram a S. Marcos é o facto de ficarem muito admirados quando pela primeira vez viram na base da cordilheira os cavallos e bois que ali ficaram. Para elles foi um caso celebre a chegada da Commissão, porque tambem a maior parte delles não conhecia outros homens senão os semelhantes á sua raça.

Os Aricunas de algumas malocas proximas á cabeceira do Cotingo tive conhecimento de serem bravos.

Em uma dellas notei quererem exercer vingança contra a expedição pela invasão de seus dominios ; porém, como tivesse levado commigo o tuixáua dos Macuxis, e além disto offerecido aos principaes delles presentes de roupa, missangas, etc., ficaram menos desconfiados, mandando offerecer-nos tambem seus presentes de beijú, caxiry e pajauarú.

Si bem que todas as cartas geographicas considerem o Surumú como o rio principal e o Cotingo seu affluente, me parece ser antes este rio o verdadeiro, como mais importante do que aquelle ; porque, tendo-o observado até o interior da cordilheira Pacaraima, sempre o encontrei com maior volume de aguas do que o Surumú, mesmo acima da sua confluencia com este. Além disto os indios só conhecem como Surumú o ramo que segue da foz do Cotingo para N. O e chamam de — Cotin — todo o rio desde suas cabeceiras até o Tacatú. Donde se segue que o actual Surumú, desde a foz do Cotingo até sua confluencia no Tacatú, deve ser considerado na minha opinião como o proprio Cotingo.

Regressando á base da cordilheira no dia 12 de Janeiro deste anno, levantei acampamento a 13 e seguimos viagem para o Forte de S. Joaquim, onde chegámos a 17 do mesmo mez.

Tendo recebido resposta de S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros á consulta que fizera em meu officio n. 230 de 23 de Julho, declarando-me não ser necessario tambem determinar a posição do serro Anay, conforme mandavam as instrucções que tinha,

tratei de preparar o material e embarcações para fazer retirar-se a Commissão para Manóos, assim que chegasse a expedição que havia seguido para o rio Mahú.

Effectivamente chegando ella ao Forte a 10 de Fevereiro, dei por terminados os trabalhos de campo.

No dia 3 fiz descer para Carvoeiro os Srs. Drs. Jardim, Thaumaturgo e Dantas com o fim de mandarem embarcar no vapor do Rio Negro o material e generos existentes no deposito daquella povoação.

A 7 desci tambem em canôas com os outros membros da Commissão e empregados do fornecimento até Caracarahy.

Deste ponto segui para Manóos na lancha *Quinta* e desceram na *Araujo* os Srs. Capitães Benjamim e Aguiar, determinando aquelle alguns pontos do Rio Branco abaixo das ditas cachoeiras.

A 17 chegaram a Manóos os que desceram no vapor do Rio Negro e a 18 cheguei na lancha *Quinta*.

A 24 apresentaram-se os Srs. Capitães Benjamim e Aguiar.

Officio e relatorio sobre os trabalhos do rio — Mahú .

Cópia.— N. 486.— Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela.— Forte de S. Joaquim, 6 de Dezembro de 1882.— Illm. Sr.— Tendo resolvido dividir a Commissão em duas secções com o fim de accelerar o termo dos nossos trabalhos, communico que nesta data encarrego V. S. e o Sr. Dr. José Jardim da secção que deverá seguir para o rio,— Mahú — em procura da sua nascente mais oriental, conforme mandam as instrucções do Governo Imperial.— Portanto, tendo de ser feito o serviço por terra, V. S. com o Sr. Dr. Jardim e Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar, Pharmaceutico da Commissão, seguirá deste Forte em rumo N E, procurando sempre que fôr possível approximar-se da margem esquerda do rio — Tacutú —, afim de prender diversos pontos do seu curso ao respectivo levantamento; irá até á foz do Mahú, cuja posição determinará astronomicamente, e caminhando pela sua margem direita até sua nascente mais oriental, ahi fará observações para fixal-a astronomicamente por suas coordenadas geographicas e materialmente por meio de um signal, si por ventura não estiver proxima de um serro notavel que se distinga de outros da cordilheira Pacaraima.— Outrosim si de um ou mais pontos do caminho que percorrer avistar o serro — Anay — deverá V. S. determinar seu azimuth, assim como os angulos que possa formar com outros notaveis, afim de se poder conhecer a posição que elle occupa no prolongamento da cordilheira de que faz parte. Findo este trabalho regressará V. S. para este Forte, onde

aguardará a chegada da outra secção que se dirigirá por estes dias para o rio Surumú — Ao chegar porém á foz do Mahú, o Sr. Dr. Jardim descera o — Tacutú, em uma das canoas da Commissão que agora segue, fazendo o levantamento do rio até sua foz. — Como recursos para esta expedição acham-se promptos 12 cavallos de sella, nove ditos de carga, 13 bois para sustento do pessoal, 11 praças armadas e municadas, tres paisanos encarregados do serviço do gado e cavallada, tres indios e viveres para quarenta dias. — Acompanha tambem esta secção o Sr. Antonio de Novaes Dantas, empregado do fornecimento e encarregado da distribuição de rações. — Desejando a V. S. e aos demais membros da Commissão viagem prospera, apresento as expressões de minha estima e consideração. — Ilm. Sr. Capitão Dr. Feliciano Antonio Benjamim, 2º Ajudante substituto da Commissão. — (Assignado) Francisco Xavier Lopes de Araujo.

Cópia. — Commissão de limites entre o Brazil e Venezuela. — Manáos, 28 de Março de 1883. — Ilm. Sr. — Em officio n. 486 de 6 de Dezembro do anno proximo passado, dignou-se V. S. de communicar-me que devendo dividir a Commissão em duas secções com o fim de accelerar o termo dos trabalhos, resolveu encarregar-me da secção que devia ir em busca da nascente mais oriental do — Mahú, a qual, segundo as instrucções do Governo Imperial, é um dos pontos da linha de limites entre o Imperio e a Republica de Venezuela. — Ao chegar ao Forte de S. Joaquim, de volta dessa expedição, a 1º de Fevereiro, já ahi encontrei a Commissão em preparativos de viagem para Manáos, de modo que não me foi possível apresentar logo a V. S. o relatório dessa expedição, o que agora venho fazer. — A expedição composta de dous engenheiros: o Capitão do corpo de engenheiros Dr. José Jardim, encarregado dos levantamentos topographico e hydrographico; o que tem a honra de dirigir-se a V. S., encarregado das observações astronomicas; do Pharmaceutco da Commissão, Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar encarregado da ambulancia; do empregado do fornecimento Sr. Antonio de Novaes Dantas; de 11 praças armadas, tres paisanos e tres indios, ao todo 21 pessoas, devia, segundo as instrucções que de V. S. recebi, seguir por terra para ir atravessar o Tacutú no ponto em que nelle entra o Mahú, e ganhando a margem direita deste rio, subir por ella até sua nascente mais oriental. — A 7 de Dezembro de 1882 pelas 7 horas da manhã partiu a expedição do Forte de S. Joaquim na foz do Tacutú, levando viveres para quarenta dias em nove cargueiros, e tendo por guias os tres indios que a acompanhavam, moradores de uma maloca em que devia passar. — Logo ao encetar a viagem patentearam-se as difficuldades immensas com que tinhamos de lutar por falta de pessoal habilitado á conducção de animaes, pois não obstante a grande facilidade que apresentam os campos para as viagens por terra, todos os transportes aqui são ainda mais facilmente feitos por agua nos logares habitados por gente civilizada. — Só os indios fazem longas viagens por terra; mas

esses nas suas excursões vagabundas nada mais trazem consigo além do arco e flechas, e não têm o menor conhecimento dos meios de transporte que pela primeira vez iamos empregar.— A 10 de Dezembro chegámos á maloca em que moram os índios que nos acompanhavam e ahi tivemos de demorar-nos até 12, á espera de outros que os deviam substituir, pois estes não conheciam o alto Mahú, para onde nos encaminhavamos.— Continuando a viagem chegámos a 14 á tarde ao ponto em que devíamos atravessar o Tacutú, cuja margem é ahi orlada por uma tira de matto de 600^m a 800^m de largura, na qual tivemos de abrir uma picada que nos permitisse descer o rio. Ahi passámos a noite, e o gado que levavamos, assustado sem duvida pela presença de algum animal feroz, dispersou-se diferentes vezes durante a noite, causando-nos immenso trabalho e alguma demora para de novo reunil-o.— A 16 atravessámos o Tacutú, perdendo um cavallo que afogou-se na travessia, pois apesar de estar o rio bastante baixo, tiveram os animaes de nadar um bom trecho, tendo ahi o rio perto de 300^m de largura e não pequena correnteza. O Mahú apresenta na foz uma largura de 210^m, que logo um pouco acima se reduz a 170^m, de sorte que pareceu-nos ser um rio pouco consideravel e de pequeno curso, juizo que depois tivemos de reformar. Na sua foz fomos obrigados a demorar-nos até 19, pois só então é que conseguimos passar todos os animaes, parte dos quaes ficára disperso nos campos da outra margem do Tacutú.— Seguindo pelos campos da margem direita do Mahú, alcançámos na noite de 19 o leito de um pequeno igarapé, então completamente secco, distante do Tacutú cerca de cinco leguas, onde passámos a noite. Ahi nos estava reservada a maior de todas as contrariedades, pois tendo nessa mesma noite tornado a disparar a boiada, não foi possivel encontral-a em todo o dia 20 nem nos seguintes, até que a 24, vendo a inutilidade dos esforços do pessoal empregado nesse serviço, exhaustos já de recursos, pois com esses bois desaparecera a base principal de alimentação do pessoal da expedição, isolados nesse deserto, longe de todo o auxilio, vimo-nos forçados a voltar para a foz do Mahú, onde eu, com o intuito de alliviar a carga, havia deixado, sob a guarda de um soldado e dois índios, alguns poucos viveres, apenas sufficientes para a viagem de regresso desse ponto até o Forte de S. Joaquim.— No mesmo dia 24 chegámos á foz do Mahú, e deixando ahi o Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar com o empregado do fornecimento Antonio de Novaes Dantas e parte do pessoal da expedição, embarquei com o Dr. José Jardim em uma das canoas que tinham vindo do Forte para facilitar a nossa travessia do Tacutú, e descendo esse rio, chegámos na noite de 25 ao referido Forte, onde iamos tratar de reunir novos recursos afim de podermos proseguir na exploração de que havíamos sido encarregados.— A 27 fiz seguir para a foz do Mahú uma canoa levando aos que ali haviam ficado, os recursos que de prompto pude reunir, e a 3 de Janeiro seguindo tambem

eu e o Dr. José Jardim, levando carne salgada, preparada nas fazendas nacionaes, para supprir a falta do gado desaparecido.— A 6 á noite chegámos ao Mahú e tendo passado o dia 7 em preparativos de viagem, sahimos a 8, indo chegar á noite n'um grande lago cerca de duas leguas além do lugar donde voltamos a 19 do mez proximo passado.— A 10 chegámos á margem do Unamará. Atravessamol-o sem difficuldade, pois é um pequeno affluente do Mahú, que encontrámos quasi secco, correndo mui perto da serra Pacaraima, onde tem as suas vertentes.— Pelas 11^h da manhã passámos em uma maloca de indios Macuxis, que fica encostada á serra, tomámos um novo guia, que de bom grado se prestou a acompanhar-nos, e costeando a serra para léste até uma garganta ou valle estreito, por ella penetrámos em um grande espaço cercado de serros por todos os lados, perfeitamente plano e com o mesmo aspecto dos campos que temos atravessado, correndo o Mahú a Léste e a pouca distancia do caminho que iamos seguindo.— A' tarde chegámos á outra maloca que fica em uma passagem apertada entre uma alta serra chamada Cueivin a oeste, e o lago Capucapúri a léste, o qual fica mui proximo do Mahú com o qual communica. Daqui em diante não poderam mais seguir os animaes de carga e montaria, porque os caminhos pela serra tornaram-se-lhes impraticaveis. Tivemos pois de continuar a marcha a pé fazendo conduzir os viveres pelos indios, pelo que tivemos de tomar mais alguns nesta maloca, não só com esse fim, como para nos servirem de guias, pois os que traziamos, moradores dos campos da margem esquerda do Tacutu, não conheciam estas paragens em que nos iamos internando. Logo adiante desta maloca passa o Mahu encostado ás montanhas da margem direita, e pudemos então vel-o pela primeira vez depois que deixámos a foz, correndo entre essas montanhas da margem direita e altos barrancos na margem esquerda, sem parecer ter soffrido sensivel diminuição de largura desde a foz, apezar de estarmos já entre as serras em que suppunhamos ir encontrar as suas nascentes. Continuámos a subir pela margem direita por caminhos cada vez mais asperos, atravessando profundos correjos barrancosos, agora seccos, mas que no tempo das aguas devem transformar-se em impetuosas torrentes. O caminho consiste em um trilho apenas perceptivel sobre a encosta dos morros, deixado pela passagem subtil do indio caçador; em alguns logares desaparece completamente e então eramos obrigados a ir abrindo o matto a terçado, o que não nos permitia avançar muito. O rio corre sempre encachoeirado, mas largo bastante para nos fazer crer que as suas nascentes estão ainda mui distantes.— A 13 de Janeiro, tendo sahido em um lugar em que elle, espraiaando-se um pouco, deixa a margem e algum terreno descoberto de matto, aproveitei o ensejo para fazer algumas observações á noite, e achei que estavamos a 4° 7' 23" de latitude Norte. Havia ahi uma cachoeira que os indios disseram-nos chamar-se Parauáhutuhy.— A 14 continuando a subir a margem direita, passámos

o Carabarecurú, affluente que desemboca na margem esquerda, e depois de havermos passado a cachoeira Araparú, encontrámos alguns desses abrigos ligeiros que os indios em suas excursões costumam fazer para passar a noite. Havia entretanto ahi alguns objectos de uso dos indios, como zarabatanas, flechas, panacús, etc., o que nos fez conceber a esperanza de encontrarmos algum que podesse nos informar sobre o caminho que deviamos seguir, pois os nossos guias declararam que não havia dahi em diante caminho algum que continuasse a subir o rio, e de facto, o que havia internou-se pelas montanhas, dirigindo-se provavelmente para alguma maloca distante. Infelizmente não encontrámos ninguem e tivemos de mandar abrir picada, serviço de que em breve se desgostaram os indios, vindo dizer-nos que havia na margem esquerda um caminho pelo qual poderíamos continuar a subir até uma grande cachoeira que ficava acima do ponto em que nos achavamos. A' vista da impossibilidade em que nos achavamos de continuar pela margem direita, pois com o trabalho de abrir caminho em uma matta emmaranhada e em terreno escabroso pouco poderíamos avançar cada dia, resolvemos passar para a margem esquerda, o que levámos a effeito com o auxilio de uma pequena ubá que os indios encontraram escondida em um pequeno igarapé coberto de matto. Effectuada a passagem, continuámos a nossa viagem pela margem esquerda, onde as montanhas, mais afastadas do rio, deixaram uma passagem mais praticavel. — No dia 15 chegámos a uma grande cachoeira que os indios disseram chamar-se Carônan, e que, por sua posição a 4° 9' 3" de latitude Norte, supponho ser a mesma que vem figurada nas cartas portuguezas como o ultimo ponto a que chegaram no Mahú os exploradores do seculo passado, comquanto seja nas referidas cartas designada com o nome Urueburú, que actualmente os indios não conhecem. A nossa viagem, já tão difficil, torna-se daqui em diante ainda mais penosa, pois desaparecem completamente os vestigios de passagem humana nestas desconsoladas solidões. Comprehendemos bem que não será por certo marginando o rio, subindo e descendo as profundas grotas formadas pelas torrentes que se despenham das montanhas proximas, galgando o cahos de pedrarias que alastram as margens, ás vezes em extensão e alturas enormes; comprehendemos bem, digo, que não será por ahi a passagem habitual dos indios, si algum transita por estes desertos, pois temos reconhecido no indio um tino admiravel para traçar os seus caminhos; mas debalde perguntamos aos nossos guias si não ha algum outro caminho, elles dizem que não conhecem nenhum; e somos forçados a continuar seguindo a margem apezar das difficuldades cada vez maiores que vamos encontrando.—A 15 deixámos a cachoeira Carônan e continuámos a viagem sem que os nossos guias podessem mais servir-nos para outra cousa senão para a conducção de viveres. O rio em vez de diminuir de largura e de deixar-nos conceber a esperanza de podermos emfim alcançar o almejado termo de nossas

fadigas, conserva-se sempre largo, espalhando-se consideravelmente em certos pontos, e deixando perceber em suas margens os vestígios do enorme volume d'água que nelle corre no tempo das enchentes. Comtudo, quando avistávamos ao longe alguma serra mais alta, alentava-nos a esperança de que seria ali a linha culminante, o *dicortium aquarum* desta cordilheira, e que portanto não estariam longe as cabeceiras do rio; mas quando alcançávamos estas serras verificávamos que elle as contornava e ia para além sempre caudaloso, e assumindo ás vezes proporções muito mais consideráveis do que as que tem na parte inferior de seu curso, em que atravessa os campos encerrado entre altas barrancas. Entretanto o pessoal da expedição estava extenuado, os índios desanimados e insistindo para que lhes permittissemos voltarem ás suas malocas, e os recursos de que dispunhamos já nos não podiam permittir que fossemos muito longe. Foi nessas condições que na tarde de 19 de janeiro, ao subirmos a um morro da margem em busca de logar proprio para passarmos a noite, um dos índios avistou ao longe no alto de uma serra a flecha aguda de uma maloca indiana perdida naquellas alturas. Reconheceu-a logo por uma maloca de índios macuxis e veio contente participar-nos a sua descoberta, que por todos nós foi recebida com alegria. Apenas acampados mandámos lá dois dos nossos índios com o encargo de trazer-nos alguns dos moradores da maloca, dos quaes esperavamos obter informações. Infelizmente voltaram os nossos mensageiros dizendo que não havia ninguem na casa. — Continuámos no dia seguinte a viagem com o intuito de alcançarmos umas serras altas que viamos na frente e chegámos á tarde á foz do Ukiripá, affluente do Mahú, que fica proximo áquellas serras, em que parece ter a sua origem. Dahi voltaram ainda os índios ao aldeamento e felizmente desta vez nos trouxeram a noticia de que já haviam chegado os seus moradores. Tendo de demorar-me na foz do Ukiripá para determinar-lhe a posição, tive occasião de informar-me com esses índios, cujo chefe, velho macuchi, referiu-me que as creanças de todos os índios habitantes destas serras é que o Mahú não nasce nellas, mas que passando além, ia ainda muito longe para o norte. Disse-me tambem que, passada esta secção encachoeirada na serra tornava-se elle limpo e desembaraçado, permittindo a navegação em canoas durante muitos dias ainda. A' vista destas declarações, que depois nos foram confirmadas por índios de outras malocas que encontrámos na serra, resolvemos voltar da foz do Ukiripá, pois que tendo partido de S. Joaquim com viveres para quarenta dias, só nos restavam os viveres estrictamente sufficientes para a volta. Corre o rio Ukiripá entre as serras Urumbarú, que lhe fica ao sul, e Tipiren e Tauairen que lhe ficam ao norte, sendo estas ultimas uma serra alta que segue proximamente a direcção Leste-Oeste, pouco distante da margem direita do Mahú, da qual fica separado por outros morros mais baixos. Tem o mesmo Ukiripá

a sua foz aos 4° 22' 25" de latitude Norte, e a 3^m 6^s, 82 de longitude, em tempo, a leste do Forte de S. Joaquim.—O Mahú, que vem correndo em um trecho de alguma extensão proximamente na direcção Norte-Sul depois de receber o Ukiripá muda de direcção para Oeste, correndo em direcção parallela ás serras Tipiren e Tauáiren. Determinada a posição da foz deste rio, encetámos a nossa viagem de regresso, não mais pela margem do rio, mas por um caminho interior que se encarregaram de ensinar-nos os indios da serra Orumbarú.—Partindo pois a 21 de janeiro fomos á maloca, cujo tucháua prestou-se de bom grado a guiar-nos até outra que havia mais abaixo, e assim fomos conduzidos de aldeamento em aldeamento até a grande cachoeira Caronan, á qual chegámos a 23, tendo percorrido desde o Ukiripá até ahi uma zona que suppunhamos deserta e que ao contrario encontrámos occupada por numerosos aldeamentos macuchis, gente extremamente prestavel e boa, que nos tem sido de grande auxilio em todas expedições que temos emprehendido nestas regiões do Rio Branco.—A 24 continuámos a descer pela margem esquerda até o ponto em que na subida atravessámos o rio, e conquanto encontrassemos ainda a ubú em que effectuáramos essa travessia, preferimos continuar a descer pela dita margem esquerda, em que os caminhos mais batidos e mais numerosos estavam indicando mais frequencia de transito.—A 25 chegámos a uma maloca que fica quasi fronteira á do lago Capucapuri em que havíamos deixado os animaes, e havendo atravessado o Mahú cerca de duas leguas abaixo, chegámos a 26 á referida maloca do Capucapuri, da qual no dia seguinte partimos com direcção á foz do Mahú.—Chegando ahi a 30 embarcámos nas canoas que nos esperavam, e descendo o Tacutú, a 1° de fevereiro chegámos ao Forte de S. Joaquim, onde tive a satisfação de encontrar a V. S., que havendo já voltado desde muitos dias com o resto da commissão da expedição ao Surumú, só esperava por nós para regressar a Manaus com toda a commissão.—Da exposição que acabo de fazer reconhecerá V. S. que si não chegámos a alcançar a nascente do Mahú, não foi por falta de esforços de nossa parte; parecendo antes, a julgar pelas informações constantes e accórdes que nos foram dadas pelos indios dos aldeamentos espalhados na serra Pacaraima, que o mesmo Mahú não tem as suas nascentes nesta serra.—Examinando as differentes cartas geographicas de que dispomos, se vê que a maior parte dessas colloca as nascentes desse rio proximamente na latitude a que chegámos; mas quem conhecer a indole aventureira dos indios, que emprehendem viagens enormes por terra e por agua, quer por simples gosto e propensão para essas excursões, quer pelas necessidades do commercio que fazem de tribu para tribu, não póde acreditar que os habitantes destas serras não conhecessem as nascentes do Mahú, si a sua posição fosse com effeito tal qual a dão as referidas cartas; e antes será levado a crer que esse rio, como todos elles são concordes em affirmar como ha um seculo já o affirmaram os

exploradores portugueses, passa além da cordilheira para o norte.—Segundo as instruções que de V. S. recebi, determinei as posições astronómicas dos pontos mais importantes por onde passou a expedição, e essas posições se acham consignadas no caderno em que foram registrados os calculos das observações que brevemente entregarei a V. S., e o Dr. José Jardim fez o levantamento da marcha por terra desde a foz do Ukiripá aos 4° 22' 25" de latitude Norte até o Forte de S. Joaquim, que está a 3° 1' 48" também Norte; e bem assim o levantamento da viagem pelo Tacutú desde a foz do Mahú até o referido Forte, havendo-se no desempenho desse encargo, que o seu estado de saúde tornava duplamente penoso, com summo zelo e dedicação. Não menos valiosos serviços prestaram o Pharmaceutico e Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar, prestando os soccorros medicos de que teve necessidade o pessoal da expedição, e empregado do fornecimento, Sr. Antonio de Novaes Dantas, dirigindo e regulando o serviço do fornecimento de viveres, encargos esses que ambos desempenharam com intelligencia e dedicação.—Deus Guarde a V. S.—Ilm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco Xavier Lopes de Araujo—, Dignissimo Chefe da Commissão.—(Assignado) O Ajudante da Commissão, Capitão Feliciano Antonio Benjamin.

Descripção geographica da fronteira

Do marco de madeira collocado na cabeceira principal do rio Memachi, affluente do Naquieni, o qual desagua no Alto Guainia ou Rio Negro, começa do lado de Oeste a nossa linha de limites com a Republica de Venezuela.

As suas coordenadas geographicas são: Latitude Norte 2° 1' 27",03 e Longitude 1^h 40^m 17^s,51 ou 25° 4' 22",65 Oeste do Imperial Observatorio do Rio de Janeiro, que está a 2^h 52^m 32^s ou 43° 8' Oeste do meridiano de Greenwich.

Dahi segue a linha de limites pelo alto do terreno dividindo as aguas que vão ao Guainia, e pertencem a Venezuela, das que correm para o Cuyary e pertencem ao Brazil.

Encontra esta linha o serro Caparro bastante distincto e conhecido como marco natural, sendo suas coordenadas geographicas: Latitude Norte 1° 54' 4",75 e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro 1^h 39^m 20^s,61 ou 24° 50' 9",11.

Do serro Caparro continúa pela divisa sinuosa que separa as aguas que seguem para o norte das que correm para o sul e passa pelo marco de madeira collocado no

caminho que une o rio Tomo, afluente do Guinina, ao igarapé Japery, afluente do rio Xié, e cuja posição é: Latitude Norte $2^{\circ} 1' 26''$,65 e Longitude $1^{\text{h}} 37^{\text{m}} 46^{\text{s}}$,57 ou $24^{\circ} 26' 38''$,58 Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Segue dahi pela divisa das aguas até a cabeceira do Macacuny, onde erigiu-se um marco de madeira na Latitude Norte $1^{\circ} 12' 30''$ e Longitude $1^{\text{h}} 35^{\text{m}} 28^{\text{s}}$ ou $23^{\circ} 52' 0''$ Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Dahi dirige-se em linha recta até á margem direita do rio Negro, em frente á ilha de S. José, proximo á pedra do Cucuhy.

Neste ponto existe um marco de madeira cujas coordenadas são: Latitude norte $1^{\circ} 13' 51''$, 76 e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 34^{\text{m}} 36^{\text{s}}$, 77 ou $23^{\circ} 39' 11''$,51.

Deste marco dirige-se a fronteira em linha recta até o grande salto de Húa no canal Maturacá que é considerado marco natural, e cuja posição é: Latitude Norte $0^{\circ} 45' 3''$,37 e Longitude $1^{\text{h}} 32^{\text{m}} 14^{\text{s}}$,90 ou $23^{\circ} 3' 43''$,50 Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Continúa dahi por outra recta até o serro Cupy na margem esquerda do Baria (Bahina) na Latitude Norte $0^{\circ} 48' 10''$,26 e Longitude $1^{\text{h}} 31^{\text{m}} 34^{\text{s}}$,45 ou $22^{\circ} 53' 36''$, 75 Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Ahi começa a serra que serve de divisa aos dous Estados e que pertence ao grande systema orographico da Parima.

Do serro Cupy segue pelo — *divortium aquarum* —, passando pelas serras Imery, Tapiirapécó e Curupira, correndo no rumo geral de Oeste para Leste, exceptuando, porém, na serra Imery, onde corre de sul a norte.

No alto da serra de Tapiirapécó existe um grande penedo denominado — Curumicoera — uruçacanga — que póde servir de marco natural, cuja posição é a seguinte: Latitude Norte $1^{\circ} 12' 47''$,5 e Longitude $1^{\text{h}} 26^{\text{m}} 55^{\text{s}}$,74 ou $21^{\circ} 43' 56''$, Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Entre as serras de Tapiirapécó e Curupira passa o caminho que vai do rio Marary, afluente do Padauiry, ao Castanho, afluente do Siapa.

Este caminho corta a linha de limites no serro Piradaby na Latitude norte $1^{\circ} 14' 36''$ e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 26^{\text{m}} 41^{\text{s}}$,33 ou $21^{\circ} 40' 20''$, entre os igarapés Sumahuma, afluente do rio Madona que desagua no Marary e o Suassú, afluente do Tarihyra que desemboca no Cunucunú, afluente do Castanho.

A linha passa pelo serro Curupira na Latitude Norte $1^{\circ} 13' 18''$ e Longitude $1^{\text{h}} 26^{\text{m}} 36^{\text{s}}$,33 ou $21^{\circ} 39' 12''$,50 Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Da extremidade oriental da serra Curupira a linha que corre desde o serro Cupy na direcção geral de Oeste para Leste, muda de rumo e inclina-se para o

Norte, percorrendo a serra desconhecida da Parima, onde se dividem as aguas do Orenoco das do Rio Branco.

No serro Mashiatí, cuja posição geographica é: Latitude Norte $4^{\circ} 31' 0''$ e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 26^{\text{m}} 36$ ou $21^{\circ} 39' 0''$, torna de novo a fronteira a correr no rumo geral de Oeste para Leste, percorrendo a grande cordilheira da Pacaraima e descrevendo uma linha cheia de sinuosidades.

Esta linha passa pelo serro Piá-shauhy na Latitude Norte $3^{\circ} 52' 24'',3$ e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 18^{\text{m}} 57^{\text{s}},80$ ou $19^{\circ} 44' 27''$, proximo ao caminho que do Uraricapará vai ter ao Auapirá, affluente do Parauamuxi.

Passa tambem pela serra Roruima na Latitude Norte $5^{\circ} 9' 40''$ e Longitude Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro $1^{\text{h}} 10^{\text{m}} 17^{\text{s}},33$ ou $17^{\circ} 34' 20''$.

Nas proximidades desta serra nasce o rio Cotingo ou Cotin.

Este é o ponto mais septentrional do Imperio.

A linha para attingir esta latitude muda de direcção correndo no rumo de S O para N E.

Da serra Roruima a linha inclina-se de novo para S E até as cabeceiras do Unamará, donde inclina-se novamente para N E, passando pelas nascentes do Mahú, e dahi segue para S E até o serro Anay na Latitude Norte $3^{\circ} 56' 0''$ e Longitude $1^{\text{h}} 3^{\text{m}} 35^{\text{s}}$ ou $15^{\circ} 53' 45''$ Oeste do Observatorio do Rio de Janeiro.

Coordenadas geographicas de diferentes pontos determinados por meio de
observações astronomicas

LOGARES	LATITUDES	LONGITUDES REFERIDAS AO OBSERVATORIO DO RIO DE JANEIRO		DECLINAÇÃO DA AGULHA
		EM GRÁOS	EM TEMPO	
Manãos.....	0 1 30	0 1 30	h. m. s.	
Carvoeira.....	1 22 30	18 51 00	1 17 25,0	
Thomaz.....	0 22 58,97	18 48 56,40	1 17 15,74	
Upanary.....	0 23 25,69	18 47 53,80	1 17 11,72	
Castanheiro.....	0 23 43,33	18 46 53,21	1 17 43,68	
S. José.....	0 24 1,00	18 46 53,25	1 17 31,33	
Camacim.....	0 24 1,00	18 46 53,25	1 17 31,33	
S. Gabriel.....	0 24 1,00	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marabitanas.....	0 24 1,00	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cuculhy.....	0 24 1,00	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marco na margem direita do Rio Negro, em frente a ilha de S. José.....	1 23 2,1	18 46 53,25	1 17 31,33	
Pedra do Cuculhy.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Macacim.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cabeceira do Macacim.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
S. Carlos (Venezuela).....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marão.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Tigre.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Depósito do Memachi.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marco na cabeceira do Memachi.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Porto do caminho da cabeceira do Aquio para o Pegua.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Caparro, mar. o entre o Aquio e Pegua.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Porto do caminho da cabeceira do Tomo para o Japery, afluente do Rio.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marco entre as cabeceiras do Tomo e Japery.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Acampamento do Maturacá.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cataracta do Bua no Maturacá.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Sítio na marg. m. esquerda do Cana- bury, em frente a f. z. do lá.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Cupy.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Tapirapoco (Curumicoera-ura- gacanga).....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Guay.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Sítio do Tuchaua Domi pos no Cas- tanhão.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Marco de limite entre o Marary e Cas- tanhão no serro Piradaby.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Curupira.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Porto do Marary para o Castanho.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Marary.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cachoeira Upanary no Padaniry.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cachoeira Alamaí no Padaniry.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Sítio de Cucunary no Padaniry.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Vista Alegre no Rio Branco.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Porto de S. Joaquim na foz do Taculhy.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Mashiaty.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Pia-shauy (serra Pacarsima).....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Roruma.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra Anay.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Serra do Observatorio (Urucapará).....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cataracta Amahua.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Urucapará.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Mistres (Maloca do Tuchaua José).....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Acampamento na base da serra Marauá.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Malocas de Capixanas no Surumú.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Ponto de limite na serra Roruma.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Surumú.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Mubú.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Passo do Unamará.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Cachoeira Caronã.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	
Foz do Ukiripá.....	1 23 51,8	18 46 53,25	1 17 31,33	

Durante o tempo que a Comissão esteve em Manáos, de 17 de Fevereiro a 19 de Abril do anno findo, occupou-se da construcção dos trabalhos de campo.

Em virtude de ordem do Ministerio de Estrangeiros foram entregues nos dias 7 e 8 de Março a S. Ex. o Sr. Presidente da provincia alguns instrumentos e material a meu cargo para serem dados á Comissão de estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré.

Em consequencia tambem de requisição da mesma autoridade foram-lhe dados outros instrumentos para serem destinados á exploração do Beni, serviço feito de conta da provincia.

Tanto uns como outros, bem como os restantes entregues nesta Córte ao Archivo do Ministerio de Estrangeiros em data de 20 de Junho, se acham consignados nas respectivas relações existentes no Archivo da Comissão.

Ajustadas as minhas contas com a Thesouraria de Fazenda da provincia resolvei partir para esta Córte a 19 de Abril, tendo permittido ao Sr. Capitão Thaumaturgo seguir com uns dias de antecedencia para a provincia do Piauhý afim de buscar sua familia, conforme participei ao antecessor de V. Ex.

A 10 de Maio chegou a Comissão a esta Córte, apresentando-se no dia seguinte ao antecessor de V. Ex., e a 12 do mesmo mez a S. M. o Imperador.

A 21 apresentou-se o Sr. Capitão Thaumaturgo.

Por officio do Ministerio de Estrangeiros da mesma data foram dispensados os Srs. Dr. Antonio de Souza Dantas e Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar, medico e pharmaceutico da Comissão, por não serem mais necessarios os seus serviços.

Desde a chegada da Comissão até a presente data occupou-se ella de trabalhos de escriptorio, reduzindo para escalas menores os levantamentos construidos em outras diversas, conforme a importancia de cada um, tirando cópia em duplicata de cada trabalho parcial e organizando a carta geral de toda a fronteira, a qual se acha concluida, faltando apenas tirar duas cópias para ser uma dellas enviada ao Ministerio da Guerra.

Estas cópias ficarão concluidas brevemente.

Com este Relatorio que tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., faço tambem entrega das seguintes cartas que constituem os trabalhos da Comissão sobre a demarcação da fronteira:

Uma carta geral de toda a fronteira desde a cabeceira principal do rio Memachi até o rio Mahú, construida na escala de 1:400.000 metros.

Duas cartas dos rios Negro, Cassiquiari, Pacimoni, Baria, Maturacá, Dimity, Iá e Cauabury, construida na escala de 1:200.000.

Duas do rio Padauriry, construida na escala de 1:100.000.

Duas do rio Marary e caminho para o Castanho, na mesma escala.

Duas dos rios Branco e Uraricoera, construídas na escala de 1:200.000.

Duas do rio Branco (2ª parte) na mesma escala.

Duas do rio Uraricapará na escala de 1:100.000.

Duas dos rios Surumú e Cotíngo na mesma escala.

Duas do rio Tacutú e caminho do Forte de S. Joaquim á foz do Mahú, na mesma escala.

Duas do rio Mahú e caminho até o rio Ukiripá, na mesma escala.

Quanto ao Archivo da Commissão tenho tambem a satisfação de enviar a V. Ex. o livro do — Diário — e o de registro das actas das conferencias da Commissão mixta, effectuadas durante a primeira phase dos trabalhos.

Os outros documentos como os livros de registro dos officios dirigidos ao Ministerio de Estrangeiros e diversas autoridades, assim como os maços de differentes officios recebidos do mesmo Ministerio e de outras procedencias, e mais os utensilios de escriptorio, serão entregues por occasião da remessa das cópias que faltam tirar-se.

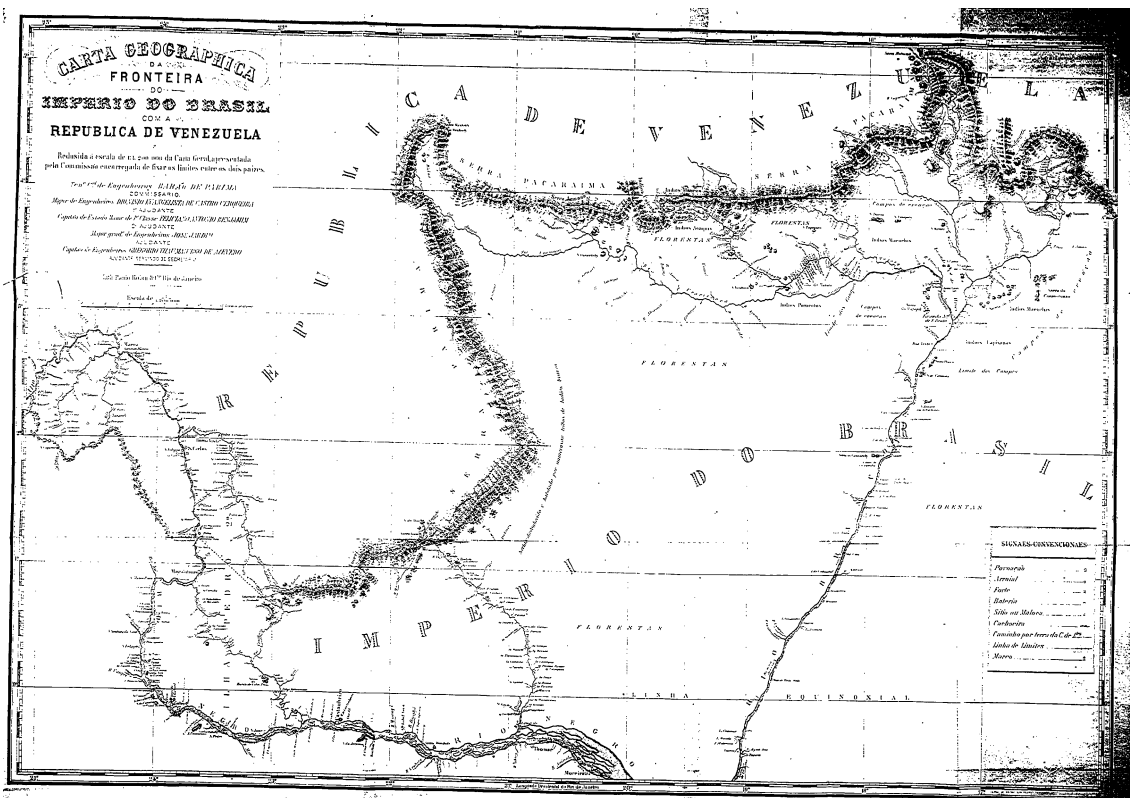
Terminando, permitta-me V. E. que manifeste aqui o jubilo de que sempre estive possuído pela lealdade e dedicação com que se houveram os meus dignos companheiros de trabalho, desempenhando seus cargos com o maximo zelo, e supportando os rudes sacrificios por que passavam com um desprendimento digno de moços que só tinham um fim: o cumprimento do dever e a consciencia de bem servir a patria.

Todos aquelles, portanto, que me auxiliaram, como os Srs. Tenente-Coronel Guilherme Carlos Lassance, Major Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Capitão Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 1º Tenente Alfredo Fernandes da Costa, Dr. Antonio de Souza Dantas, Capitão pharmaceutico Antonio Ribeiro de Aguiar, Major José Jardim e Capitão Feliciano Antonio Benjamim, são dignos do reconhecimento do Governo Imperial.

Outro tanto pelos serviços prestados á mesma Commissão, tenho a satisfação de recomendar a V. Ex. os Srs. 2º Tenente da armada Joaquim Ribeiro da Costa, como commandante da lancha *Quinta* da Flotilha de Guerra, á disposição da Commissão, Alferes do 11º batalhão de infantaria Manoel Ferreira da Silva, commandante do contingente, e Antonio Novaes Dantas, Florindo de Souza Castro e Candido José de Alencastro, empregados do fornecimento.

Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1884.

Tenente-Coronel de Engenheiros *Francisco Xavier Lopes de Araujo*, Commissario.



Projecto de uma União dos Estados Americanos. Declarações firmadas em Caracas em conferencia officiosa. Convite para que o Brazil adherisse a essas declarações.

N. 79

Nota do Governo Venezuelano á Legação Imperial

Caracas, Octubre 8 de 1883

Señor.—Como habrá visto Vuesta Señoría por la *Gaceta Oficial*, en 20 de Agosto aprobó el Gobierno la Conferencia officiosa protocolizada de 14 del mismo mes, la mandó publicar desde luego, y encomendó á este Ministerio la ejecucion de los números 8º y 9º.

Por el último se encargó al Presidente de Venezuela, iniciador de la conferencia, de procurar la ratificacion de las declaratorias allí contenidas, y la adhesion de los demas Estados latino-americanos y de los Estados Unidos de la America del Norte.

En consecuencia, y por falta de representacion diplomatica de este paiz en Rio Janeiro, séame permitido valer-me del respectable órgano de Vuestra Señoría á fin de solicitar la adhesion del Brasil á las declaratorias incluidas en la Conferencia.

Al efecto acompaño copia certificada de ella.

Renuevo a Vuestra Señoría las protestas de mi consideracion mui distinguida.

Honorable Señor B. F. Torreão de Barros, Encargado de Negocios del Brasil.

RAFAEL SEIJAS.

Documento a que se refiere a nota precedente

Conferencia oficiosa protocolizada

Los suscritos, invitados por el Ilustre Americano Presidente de Venezuela á tributar un homenaje mas á la memoria del inmortal Bolívar en el centenario de su natalicio, al cual han concurrido en representacion de sus respectivos Estados y Gobiernos, iniciando un proposito eminentemente Americano, humanitario y previsor, en cuyo desarrollo puedan asegurar las Republicas Hispano-Americanas positivos bienes providenciales, han adoptado oficiosamente y *ad referendum* los puntos siguientes:

1.º El mayor y mas solemne homenaje que los Ministros Plenipotenciarios y Representantes de distintas Republicas asistentes al Centenario, reunidos hoy en Caracas, pueden tributar á la memoria del Libertador, es el de contribuir á dar nueva vida á las ideas y propositos que concibió y persiguió Bolívar en su brillante carrera pública, y que han venido siendo sostenidos por los Gobiernos de distintos Estados Americanos en repetidas ocasiones, para asegurar la independencia y soberania de las naciones del nuevo mundo y la perdurable paz del Continente.

2.º Declaran en consecuencia, que las Repúblicas Americanas de origen Español, hermanas por la sangre, por sus glorias, por sus comunes intereses y por las previsiones del porvenir; estan en el caso de desconocer el llamado Derecho de Conquista.

3.º Que las Naciones Americanas mencionadas tienen el deber de ampararse reciproca y conjuntamente para sostener la integridad de sus territorios de conformidad con el principio del *Uti possidetis* de 1810, que como el primero de los dogmas de su derecho público aceptaron y reconocieron desde el día de su advenimiento á su soberania, y que por tantos años han venido sosteniendo y respetando.

4.º Que del mismo modo, las naciones mencionadas deben ampararse reciproca y conjuntamente en la integridad del imperio ó soberania de cada una de ellas.

5.º Que siendo el sentimiento de fraternidad el que debe guiar y presidir las Relaciones internacionales de las citadas Republicas hermanas, á fin de hacer imposibles las colisiones armadas están obligadas á establecer el « Arbitraje » como única solucion de toda controversia sobre sus derechos é intereses, que puedan llegar á estar en pugna.

6.º Que la reunion de un Congreso Diplomatico Continental, iniciado por Bolívar, ha llegado á ser de imperiosa necesidad, para dar fórmula expresa y positiva

á la Union Americana; que este Congreso tomará en consideracion las cuestiones territoriales, y las materias de unificacion de la ciudadanía, igualdad de peso y ley de las monedas, así como de las pesas y medidas; y facilitará las comunicaciones internacionales de mar y tierra, y convendrá en la unificacion de su *derecho internacional privado* y los demás puntos de contacto entre las naciones de la America; y luego someterá el resultado de sus trabajos á los respectivos Estados representados en el Congreso, para que sean discutidos y resueltos de conformidad con sus leyes fundamentales.

7.º Que el referido Congreso Diplomatico Continental, deberá reunirse á la brevedad posible, como el 9 de Diciembre de 1884 en esta ciudad de Caracas, ilustre cuna del Libertador.

8.º Que esta declaratoria será puesta en conocimiento de los Gobiernos que no tienen actual representacion en esta Conferencia, para que puedan adherirse á ella si lo tuvieren por conveniente; y se comunicará de igual modo á los Gobiernos de los respectivos firmantes, para su consideracion y consiguiente resolucion, que se comunicarán oportunamente dichos Gobiernos, mediante circulares de cancilleria.

9.º Que el Excelentísimo Señor Presidente de Venezuela, iniciador de la presente conferencia, queda encargado de procurar la ratificacion de estas declaratorias, y la adhesion de los demás Estados Latino-Americanos, y de los Estados Unidos de la America del Norte; así como de coadyuvar con eficacia á la reunion del Congreso Continental.

Es firmado y sellado, con caracter officioso, en Caracas á catorce de Agosto de mil ochocientos ochenta y tres.

(Firmados.)—*Guzman Blanco*.—*Carlos Calvo y Capdevila*, Ministro Residente de la Republica Argentina.—*M. Omiste*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Bolivia.—*S. Camargo*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Colombia.—*J. P. Rojas Paul*, Consul del Ecuador.—*Martin Sanabria*, Representante de Mejico para el Centenario.—*Guillermo L. Pareja*.—Encargado de Negocios del Perú.—*L. Hernandez*, Ministro Plenipotenciario del Salvador.—*José Nuñez Caceres*, Comisionado de S. Domingo.—*Antonio L. Guzman*, Consultor del despacho de Relaciones Exteriores de Venezuela.— Es copia.— *Seijas*.

N. 80

Nota da Legação Imperial ao Governo Venezuelano

Legação Imperial do Brazil em Venezuela, Caracas 10 de Outubro de 1883

Senhor Ministro.—Tenho a honra de accusar recepção da nota de V. Ex. de 8 do corrente mez acompanhada do Protocollo da Conferencia officiosa que teve logar no dia 14 de Agosto ultimo para que esta Legação, visto não haver representação diplomatica deste paiz no Rio de Janeiro, faça chegar esse documento ao conhecimento do Governo Imperial a fim de pedir sua adhesão ás declaratorias alli contidas assim como o Governo de Venezuela procurará a dos Estados latino-americanos e dos Estados Unidos da America do Norte.

Assegurando a V. Ex. que farei seguir para o Brazil cópia da nota de V. Ex. e do referido Protocollo, tenho a honra de reiterar a V. Ex. as expressões de minha mui alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Rafael Seijas, Ministro das Relações Exteriores.

B. F. TORREÃO DE BARROS.

SUPPLEMENTO AO ANNEXO N. 1

REPUBLICA FRANCEZA

N. 1

Apontamento entregue pela Legação Imperial ao Governo Francez

Paris, le 26 Novembre 1883

À la suite de bruits persistants repandus à Cayenne au sujet d'une prochaine annexion du territoire contesté à la Guyane Française, le Vice-Consul-chargé du Consulat Général du Brésil a adressé le 7 Mai 1883 une demande de renseignements au Gouverneur de la Colonie.

La réponse de M. Chessé, datée du même jour, a donné un démenti formel à ces bruits, et le Gouvernement Impérial n'aurait, donc, eu à faire aucune observation, si la lettre du Gouverneur n'avait contenu les deux passages suivants:

« très prochainement un autre officier partira pour l'Oyapock à l'effet
« de me renseigner le plus tôt possible sur les voies de communication avec cette
« région, « et..... je n'aurai qu'à surveiller et à maintenir de l'Araguary au
« Calsoene le *modus faciendi* plus ou moins tacitement adopté par nos deux
« Gouvernements. »

La surveillance dont parle M. Chessé a pour but de maintenir la neutralité du territoire contesté, et comme le Gouverneur la restreint à la region comprise entre le Calsoene et l'Araguary, on peut en conclure qu'il ne l'applique pas au Nord du Calsoene, en partant de la supposition que le territoire qui s'étend du Calsoene à l'Oyapock est définitivement acquis à la France.

Le Gouvernement Impérial ne pouvant laisser passer inaperçue une assertion semblable, le Vice-Consul a reçu l'ordre d'adresser au Gouverneur une réponse qui lui rappelle que le territoire contesté s'étend jusqu'à la rive droite de l'Oyapock (copies 1, 2, et 3).

Depuis lors le Gouvernement Impérial a reçu des informations lui signalant la présence, dans les parages du Conani ou Guanany, situé *entre* le Calsoene et l'Oyapock, d'ingénieurs et de soldats français, ce qui ne laisse pas que d'offrir une certaine gravité, si l'on tient compte de l'opinion que M. Chessé semble avoir au sujet des limites du territoire contesté.

En outre, et sans mentionner le fait qu'un missionnaire français et des secours de charité y exercent les fonctions de leur ministère, on a également signalé la présence dans les parages de l'Amapá, situé au *Sud* du Calsoene, d'un ingénieur et d'un arpenteur français et de quelques gendarmes de Cayenne, chargés, selon toute apparence, de lever les plans de cette région.

Le Gouvernement Français ayant réclamé en 1874 et 1875 contre des actes qui auraient été pratiqués dans le territoire contesté par un agent subalterne brésilien, et qui à ses yeux constituaient une atteinte au *statu quo* que les deux Gouvernements ont résolu de respecter (Note de la Légation de France à Rio de Janeiro au Ministère des Affaires Étrangères du Brésil du 7 Septembre 1874, du 23 Août et du 7 Décembre 1875; et Notes du Ministère des Affaires Étrangères du Brésil à la Légation de France à Rio du 21 Septembre 1874 et 4 Décembre 1875), et en 1882, contre la visite d'embarcations françaises dans les eaux du territoire contesté (Note de la Légation de France à Rio au Ministère des Affaires Étrangères du Brésil du 2 Juin 1882 et Note du Ministère des Affaires Étrangères du Brésil à la Légation de France à Rio du 14 Juin 1882), — il ne saurait méconnaître la nécessité dans laquelle se trouve le Gouvernement Impérial d'appeler son attention sur les pratiques irrégulières qui lui sont signalées, ainsi que sur le passage de la lettre de M. Chessé, qui peut donner lieu à croire que le territoire compris entre le Calsoene et l'Oyapock est définitivement reconnu par le Brésil comme appartenant à la France.

N. 2

Nota da Legação Imperial ao Governo Francez

Légation Impériale du Brésil. Paris, le 24 Décembre 1883

Monsieur le Ministre. — De nombreuses informations sont parvenues dans les derniers temps à mon Gouvernement au sujet de faits qui se sont produits dans le territoire en litige entre le Brésil et la France. Ces informations mentionnent plus

particulièrement l'arrivée, dans les parages du Conany ou Guanany, d'ingénieurs et de soldats français, — la présence dans l'Amapá d'un ingénieur français, accompagné d'un arpenteur et de quelques gendarmes de Cayenne, et occupé à lever les plans de cette région, — ainsi que l'envoi, par le Gouvernement de la Guyane Française d'une mission chargée d'examiner et d'explorer la rivière Jary, affluent de la rive gauche de l'Amazonne, située au-dessus de Mazagão, sur les limites des districts judiciaires brésiliens de Gurupá et de Macapá. Les renseignements recueillis signalent, en outre, que sur la rivière d'Amapá il est procédé actuellement à la reconstruction de l'ancien fort que le Gouvernement du Brésil a fait démolir et raser en 1808, et que dans le village de Guanany, située sur la côte, il a été établi cette année une sorte de poste maritime, où les embarcations qui vont du Pará à Cayenne sont obligées de prendre un laissez-passer, sous peine d'amende ou de prison pour le maître de l'embarcation : il y a environ quatre mois, un pêcheur de Vigia, nommé Antonio Leal, ayant relâché à cet endroit, a payé cette amende pour échapper à la prison dont il était menacé pour ne pas avoir demandé le laissez-passer exigé.

Ces faits, que mon Gouvernement m'a chargé de porter sommairement à la connaissance de V. Ex., constituent un ensemble, qui a nécessairement dû fixer son attention, d'autant plus qu'il avait à tenir compte d'une lettre adressée le 7 Mai dernier par M. le Gouverneur de la Guyane Française au Vice-Consul, chargé du Consulat Général du Brésil à Cayenne.

Les déclarations si franches et si complètes de M. Chessé n'auraient certainement motivé aucune observation de la part de mon Gouvernement, si quelques passages de sa lettre, relatifs au voyage d'un Officier à l'Oyapock, et à la surveillance pour le maintien du *modus faciendi*, ne pouvaient donner lieu à croire qu'il entend exclure du bénéfice de la neutralité le territoire compris entre le Calsoene et l'Oyapock, en partant de la supposition que ce territoire est définitivement reconnu par le Brésil comme appartenant à la France. Si telle était, en effet, la pensée de M. le Gouverneur, vous estimerez, sans doute, avec moi, Monsieur le Ministre, qu'il serait de la plus grande utilité que V. Ex. voulût bien rappeler à l'Administration de la Guyane que le territoire contesté s'étend jusqu'à la rive droite de l'Oyapock, en affirmant ainsi la constante et complète conformité de vues des deux Cabinets sur cette matière.

Le Gouvernement Impérial est, du reste, convaincu que les faits et pratiques, que j'ai l'honneur de signaler à V. Ex., ne sont nullement autorisés ou approuvés par le Gouvernement de la République, et il se plaît à croire qu'il suffira d'appeler sur eux l'attention de V. Ex. pour qu'Elle veuille bien faire donner les instructions nécessaires, afin qu'aucune atteinte ne soit portée à l'arrangement accepté par les deux pays au sujet de la neutralité du territoire contesté.

Veillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de la plus haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être,

De Votre Excellence le très-humble et très-obéissant serviteur.

BARON D'ITAUBÁ.

Son Excellence Monsieur Jules Ferry, Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères.

N. 3

Apontamento entregue pela Legação Imperial ao Governo Francês

Paris, le 24 Janvier 1884

Territoire contesté

Voyage de:

Henri A. Coudreau, s'intitulant « professeur de sciences économiques, en « mission scientifique à l'Amazonie », (accompagné de Clément Doumont, interprète).

Parti de Cayenne, a débarqué à Conany, est allé de là à l'Amapá, en levant des plans de ces régions ;— a passé vers le 8 Octobre par la colonie militaire de Pedro II et a déclaré au Directeur Commandant de la colonie qu'il faisait un voyage scientifique et des études sur les fleuves de la Province de Pará ;— est arrivé le 16 Octobre dans la ville de Macapá, et est parti de là pour Belém, capitale du Pará, afin de se présenter à son Consul.

A attiré l'attention sur lui non seulement par les travaux auxquels il s'est livré pendant son voyage, mais aussi: par les renseignements qu'il donnait sur sa mission qui devait comprendre, en dehors du territoire contesté, l'exploration de tout le fleuve de l'Amazonie, du Rio Branco et de toute la région jusqu'aux frontières de

Vénézuela et de la Guyane Hollandaise, et sur ses instructions qui paraissent comprendre la tâche: « d'obtenir tous les renseignements possibles sur le territoire de l'Amapá » ;

par ses agissements dans le territoire de l'Amapá, en déclarant aux habitants de cette région qu'ils feraient bien d'adhérer à la cause des Français parce que le Gouverneur de la Guyane Française établirait sous peu une ligne de vapeurs subventionnées de Cayenne au Pará, avec escales par Amapá, la rivière Araguary, Apurema et Macapá ; en manifestant les prétentions de la France sur les rivières Tartarugal et Apurema, et en assurant que l'Oyapok et le Conany appartiennent dès-à-présent à la Guyanne Française ;

par son langage, en discutant, avec une parfaite connaissance de cause, toutes les négociations diplomatiques qui ont eu lieu au sujet des limites entre le Brésil et la Guyane Française, et en disant que comme elles n'ont pas abouti, la question serait maintenant décidée, ou par la science, ou par la force.

Invité par un Ingenieur du Gouvernement Brésilien, avec lequel il a voyagé sur le vapeur qui l'a amené à Belém, à se présenter à l'autorité supérieure de la Province, il s'y est refusé, en avouant qu'il ne saurait que répondre au Président.

Toutes ces informations ont produit une impression fâcheuse dans la Province du Pará, et le Président Général Vicomte de Maracajú en ayant eu connaissance a demandé des renseignements à M. le Vice-Consul de France par la lettre suivante:

« Palais de la Présidence de la Province de Pará. Belém, le 12 Novembre 1883.

Cette Présidence ayant appris que le citoyen Français Henri A. Coudreau, actuellement en cette ville, et qui se dit chargé par le Gouvernement Français d'une mission spéciale dans l'Amapá et dans l'intérieur de cette Province, a parcouru ces deux territoires en se livrant à des travaux qui ne peuvent être attribués à une simple excursion scientifique, M. Louis Autran, Vice-Consul de France, m'obligerait beaucoup s'il voulait bien me renseigner sur ce qu'il y a de vrai au sujet du caractère dans lequel s'est présenté ici le dit H. Coudreau, afin que je puisse en informer le Gouvernement Impérial, attendu qu'il n'a reçu aucun avis au sujet de la venue de ce citoyen français en mission de son Gouvernement.

Je renouvelle à M. le Vice-Consul l'assurance de mon estime et de ma considération.

(Signé) V^{to} DE MARACAJU'.

A Monsieur Louis Autran, Vice-Consul de France.

Le lendemain M. le Vice-Consul est venu rendre visite au Président, accompagné de M. Coudreau, qui lui a dit que sa mission était toute scientifique et semblable à celles de Jules Crevaux et autres et qui lui a montré des instructions fort courtes, en

déclarant que c'étaient celles que lui avaient été données pour l'accomplissement de sa mission.

En outre M. le Vice-Consul a donné la réponse suivante à la lettre du Président :

« Pará, le 14 Novembre 1883.

En réponse à la dépêche de Votre Excellence du 12 de ce mois, j'ai l'honneur de lui dire que je n'ai reçu aucun avis de mon Gouvernement au sujet de la venue de M. Henri Coudreau, lequel s'est présenté à ce Vice-Consulat comme un explorateur scientifique, en lui exhibant les pièces qu'il a soumises à Votre Excellence, lorsqu'en ma compagnie il a eu l'honneur de présenter ses hommages à Votre Excellence.

Veillez agréer, Monsieur le Président, l'assurance de ma considération la plus distinguée.

A Son Excellence Monsieur le Vicomte de Maracajú, Président de la Province.

(Signé) L. AUTRAN.

N. 4

Nota do Governo Francez á Legação Imperial

Paris, le 1^{er} Février 1884

Monsieur le Baron.— Par une lettre du 24 Décembre dernier, et par deux notes que vous m'avez remises, l'une le 26 Novembre, l'autre le 24 Janvier, vous avez bien voulu attirer l'attention du Gouvernement Français sur certains faits ou déclarations qui paraîtraient constituer, de la part du Gouverneur de la Guyane, une tentative d'empiètement sur le territoire contesté. En même temps, vous avez exprimé le désir que le Gouvernement de la République reconnût expressément que le territoire neutre s'étend, du côté de la Guyane Française, jusqu'à l'Oyapock, et que des instructions fussent données dans ce sens au Gouverneur de la Guyane.

Sur la question de fait, il convient de remarquer que la correspondance échangée entre M. Chessé et le Vice-Consul du Brésil à Cayenne, au mois de Mai dernier, n'avait pas le caractère d'une explication officielle. Répondant à une question qui lui était posée, le Gouverneur de la Guyane a déclaré son intention de maintenir le *statu quo*. Il a cru devoir ajouter sur la situation économique et topographique du pays, des considérations qu'il a eu soin de présenter comme l'expression de ses sentiments personnels, et dont on ne pourrait inférer aucune doctrine gouvernementale sur l'étendue de la zone contestée. Quant à l'état intérieur de cette contrée, nos informations nous portent à croire qu'il n'a point varié. Il ne semble pas que les capitaineries situées au Sud de l'Oyapock aient cessé de jouir d'une complète indépendance. La présence temporaire d'ingénieurs ou d'arpenteurs français, sans fonctions administratives, les voyages d'exploration entrepris dans un but d'étude, n'impliquent à aucun degré une prise de possession du pays. Nous sommes d'ailleurs insuffisamment renseignés sur certains faits qui auraient été signalés au Gouvernement Brésilien tels que la reconstruction d'un fort ou la perception des droits maritimes, et devons ajourner notre réponse jusqu'à ce qu'il nous ait été possible d'en vérifier l'exactitude.

Sur la question de droit, le Gouvernement de la République ne saurait admettre, sans formuler quelques réserves, les limites indiquées par le Cabinet de Rio. Si l'on se reporte aux premières prétentions émises par les deux pays, et débattues plusieurs fois pendant la première moitié de ce siècle, il est certain que le territoire contesté s'étendait au Nord jusqu'à l'Oyapock, et au Sud jusqu'à l'Arouary. Mais il faudrait examiner si cette situation n'a pas été virtuellement modifiée depuis lors. Dans les conférences qui ont eu lieu en 1855-56, deux bases de transaction furent proposées : le Brésil offrait comme limite le Carsevenne ou Calsoenne ; la France aurait accepté le fleuve Manaye (Tartarougal) dans le cas où la branche Nord de l'Arouary aurait été obstruée. Ces deux bases furent rejetées et les conférences interrompues. Il n'en est pas moins vrai que, depuis cette époque, les deux Gouvernements ont toujours évité de s'adresser des observations relativement à l'état intérieur des territoires qu'ils étaient disposés à s'accorder réciproquement. D'un côté, la France fermait les yeux sur l'existence d'un poste militaire Brésilien à Dom Pedro, au Nord de l'Arouary, et ne protestait pas davantage contre l'établissement plus récent de la colonie Brésilienne de l'Apurema, au Sud du fleuve Manaye. Toutes les réclamations que nous avons cru devoir adresser au Brésil, notamment en 1874, 1875 et 1882, roulaient uniquement sur les agissements de ses Agents subalternes dans la province d'Amapá, c'est-à-dire au Nord du Manaye. De son côté, le cabinet de Rio avait jusqu'à présent observé la même réserve. La correspondance échangée entre les deux Gouvernements en fait foi et se rapporte exclusivement à la zone

intermédiaire qui s'étend du Carsevenne au Manaye. Il est facile de s'en assurer en se référant à la note que le Ministre des Affaires Étrangères du Brésil a fait parvenir à M. Noël, le 4 Décembre 1875, et dans laquelle il n'est question que de la neutralisation temporaire du territoire d'Amapá.

On avait donc restreint, par un accord tacite, le terrain de la contestation, et, lorsqu'en 1878 il a été question de renouer les négociations interrompues, le Gouvernement Français n'a pas dissimuler son intention de prendre, comme point de départ des nouveaux pourparlers, les concessions réciproques de 1856.

Comme aucun arrangement formel n'est intervenu, le Gouvernement Brésilien a certainement le droit de revenir aux prétentions qu'il paraissait avoir abandonnées depuis 25 ans et de réclamer le retour aux limites de 1855. Mais de notre côté nous serions obligés de demander immédiatement l'évacuation complète de toute la région jusqu'à la rive droite de l'Arouary, limite extrême de nos anciennes revendications. Cette solution serait évidemment plus défavorable au Brésil qu'à la France, puisque celle-ci s'est abstenue jusqu'ici de montrer son pavillon au Sud de l'Oyapock.

Il paraît donc préférable à tous les points de vue de limiter à l'espace compris entre le Carsevenne et le Manaye, la zone neutralisée et interdite aux fonctionnaires des deux pays. Si le Gouvernement Brésilien partage cette manière de voir, c'est dans ce sens que des instructions seront adressées au Gouverneur de la Guyane Française.

Agréez les assurances de la haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être,

Monsieur le Baron, votre très-humble et très-obéissant serviteur,

JULES FERRY.

Monsieur le Baron d'Itajubá, Ministre du Brésil à Paris.

Officio do Juiz de Direito da Comarca da Vigia ao Presidente do Pará

Cópia. Juizo de Direito da Comarca da Vigia, 29 de Março de 1884. — Ilhm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. Ex. datado de 22 do corrente mez, em o qual V. Ex. reitera a este Juizo a recommendação constante do officio de V. Ex. de 21 de Janeiro ultimo, ácerca do facto de terem os Francezes residentes no Amapá dilacerado uma bandeira nacional, como referiu o

Diario do Gram Pará de 20 do dito mez de Janeiro. Em resposta tenho a commu-
nicar a V. Ex. que, procurando informações e colhendo esclarecimentos, cheguei ao
conhecimento de que fôra mal informado aquelle *Diario*, pois que pessoas residentes
n'esta cidade vindas ultimamente daquelle logar, ignoram semelhante facto. Demo-
rei-me em levar ao conhecimento de V. Ex. o resultado das indagações a que pro-
cedi, por desejar ouvir uma pessoa d'esta cidade, que daquelle logar chegou ha
poucos dias, pois ella poder-me-hia esclarecer melhor sobre tão grave assumpto ;
mas o que pude obter foi o que já acima levo dito. Prevaleço-me da opportuni-
dade para manifestar a V. Ex. os meus protestos de muita estima e subida consi-
deração.— Deus Guarde a V. Ex.— Illm. e Exm. Sr. General Visconde de Mara-
cajú, M. D. Presidente da Provincia.— O Juiz de Direito interino, Antonio Cicero
Fernandes Bello.

PORTUGAL

Denúncia da Convenção Consular

N. 5

Nota da Legação Portuguesa ao Governo Imperial

Legação de Portugal. Petropolis, 2 de Abril de 1884

Illm. e Exm. Sr.— Estando proximo o dia em que deve cessar de vigorar a presente Convenção Consular de 25 de Fevereiro de 1876 e não sendo de presumir que o Governo Imperial, empenhado como se acha n'uma vasta rede de tratados semelhantes, alguns, até, negociados e concluidos muito recentemente, como o da Allemanha, por exemplo, pense sequer em deixar n'uma situação excepcional e menos favoravel justamente os funcionarios consulares e os subditos da nação ligada ao Imperio por interesses e laços de sangue e de amisade a nenhuns outros comparaveis, tenho a honra de propôr a V. Ex., em nome do meu Governo, a negociação de uma nova convenção consular destinada a substituir aquella cujos effeitos cessam no dia 21 do proximo mez de Maio.

Aproveito a occasião para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. EX. o Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros etc. etc.

A. DE TOVAR.

N. 6

Nota do Governo Imperial á Legação Portuguesa

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 9 de Maio de 1884

Em resposta á nota que o Sr. Antonio Maria de Tovar de Lemos, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima, serviu-se dirigir-me em 2 de Abril ultimo, tenho a honra de communicar-lhe que o Governo Imperial aceita a proposta que o mesmo senhor lhe faz da negociação de uma convenção consular que substitua a de 25 de Fevereiro de 1876, prestes a findar.

Reitero ao Sr. de Tovar de Lemos os protestos da minha alta consideração.

Ao Sr. Antonio Maria de Tovar de Lemos.

F. DE C. SOARES BRANDÃO

SANTA SÉ

Conversão dos bens das ordens religiosas em apolicoes intransferiveis da divida publica

N. 7

Nota do Encarregado de Negocios da Santa Sé ao Governo Imperial

Illm. e Exm. Sr. Ministro. — No *Diario Official* de 23 do mez expirante vem publicada a noticia de ter sido na vespera assignado o decreto que approva o regulamento para a conversão dos bens das ordens religiosas neste Imperio.

Embora muito me alentasse a extrema cortezia e delicadeza de SS. EEx. os Senhores Presidentê do Conselho e Ministro do Imperio, com os quaes tive occasião de fallar no assumpto, e convencido das rectas intenções do Governo Imperial, na adopção de uma medida cuja execução reverterá em beneficio da Igreja ; todavia, na qualidade de representante da Santa Sé, afago a esperanza que, tratando-se de *Bens Ecclesiasticos*, esta Internunciatura terá alguma participação official, que a habilite a solicitar de Sua Santidade as instrucções necessarias.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e subida consideração.

Petropolis, 31 de Dezembro de 1833.

De V. Ex.

A S. Ex. o Sr. Senador Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, M. D. Ministro das Negocios Estrangeiros.

ADRIANO FELICI, Encarregado interino de Negocios da Santa Sé.

N. 8

Nota do Encarregado de Negocios da Santa Sé ao Governo Imperial

(Traducção)

Illm. e Exm. Sr. Ministro. — Por meio da minha nota de 31 de Dezembro ultimo tomei a liberdade de chamar a attenção de V. Ex. para o negocio dos bens das Ordens Religiosas deste Imperio, sem que até hoje se me tenha accusado, como de costume, a recepção da dita nota.

Tendo grande interesse em saber si ella chegou ás mãos de V. Ex., com empenho solicito do Sr. Ministro que se digne tranquillizar-me a esse respeito, e informar-me em devido tempo do que é relativo ao mencionado assumpto.

Aproveito a occasião para assignar-me de Vossa Excellencia Illustrissima humilissimo e dedicadissimo servo.

ADRIANO FELICI, Encarregado de Negocios interino da Santa Sé.

Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1884.

N. 9

Nota do Governo Imperial ao Encarregado de Negocios da Santa Sé

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 29 de Janeiro de 1884

Recebi em devido tempo a nota que o Sr. Monsenhor Adriano Felici, Encarregado de Negocios da Santa Sé, serviu-se dirigir-me em 31 do mez proximo passado, relativamente ao regulamento expedido para a conversão dos bens das Ordens

Religiosas em apolices intransferiveis da divida publica. Não respondi logo, porque tive de esperar communicação do Ministerio do Imperio. Esta só me chegou ás mãos no dia 25 do corrente no momento em que me era entregue a segunda nota do Sr. Encarregado de Negocios datada de 24.

A conversão é medida adoptada no interesse das proprias ordens e o Sr. Monsenhor Felici o reconhece em termos que o Governo Imperial muito aprecia por fazerem inteira justiça aos sentimentos que animaram os Poderes Politicos do Estado em seu procedimento.

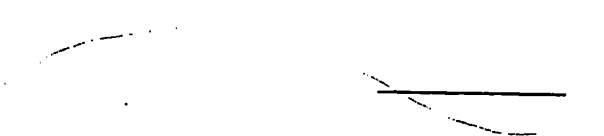
O Sr. Encarregado de Negocios, coherente com o juizo que enunciou, apenas mostrou desejo de receber alguma communicação official, que o habilitasse a solicitar as instrucções de Sua Santidade, e eu creio satisfazel-o offerecendo-lhe o incluso exemplar do referido regulamento; mas peço licença para ponderar que nenhuma communicação lhe foi feita por este Ministerio por parecer ao Governo Imperial que ella não era indicada pela natureza do assumpto desde que este não excede os limites da competencia legislativa.

Pelo acto que motivou as duas notas do Sr. Encarregado de Negocios o Governo Imperial não fez mais do que regular a execução de uma lei que a Internunciatura Apostolica sem duvida conhece ha muito tempo: esta lei é de 28 de Junho de 1870.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças da minha mui distincta consideração.

Ao Sr. Monsenhor Adriano Felici.

F. DE C. SOARES BRANDÃO.



ANNEXO N. 2

N. 1

Quadro da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros

Ministro e Secretario de Estado

O Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.

Gabinete do Ministro

Os Srs. José Pedro de Azevedo Peçanha, director da primeira secção.
Luiz Pereira Sodré, 1º official.

Director Geral

Conselheiro Barão de Cabo Frio.

Secção central, sob a immediata direcção do Director Geral

1ºs officiaes Luiz Pereira Sodré.

Alfredo Carneiro do Amaral.

2º official Antonio Vicente de Andrade.

Amanuenses José Antonio de Espinheiro.

José Alexandrino de Oliveira.

Primeira secção, dos negocios politicos e do contencioso

DIRECTOR interino o 1º official Feliciano José da Costa.

1º official Frederico Affonso de Carvalho.

Praticante Nicolau Pinto da Silva Valle.

Segunda secção, dos negocios commerciaes e consulares

DIRECTOR Dr. Joaquim Teixeira de Macedo.

1º official Luiz Pedro da Silva Rosa.

2ºs officiaes José Bernardes Silva.

Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior.

Amanuense Pedro Pinheiro Guimarães Junior.

Terceira secção, da chancellaria e do archivo

DIRECTOR João Carneiro do Amaral.

1º official Pedro Pinheiro Guimarães.

2º » João Germano Vieira de Barros.

Amanuense Quirino Augusto da Cunha Bastos.

Quarta secção, da contabilidade

DIRECTOR Conselheiro Alexandre Affonso de Carvalho.

2º official Luiz Caetano da Silva.

Praticante Francisco Alves Vieira.

Porteiro

Francisco Servulo de Moura.

Continuos

Paulino José Soares Pereira (ajudante do porteiro).

João Ventura Rodrigues.

Correios

Carlos Mauricio da Silva.

José Antonio de Oliveira Leitão.

Joaquim Fernandes de Sá.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomático Brasileiro

AMERICA

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA

Os Srs.:

Conselheiro Felipe Lopes Netto, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Em commissão no Chile.)

José Gurgel do Amaral Valente, encarregado de negocios no Paraguay, acreditado provisoriamente.

Pedro de Araujo Beltrão, secretario da Legação.

José Coelho Gomes, addido de 1ª classe.

REPUBLICA ARGENTINA

Conselheiro Barão de Araujo Gondim, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Ausente com licença.)

Conselheiro Leonel Martiniano de Alencar, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, acreditado provisoriamente.

Luiz Augusto de Padua Fleury, secretario da Legação. (Em serviço provisoriamente no Paraguay.)

Pedro Candido Affonso de Carvalho, addido de 1ª classe.

REPUBLICA DA BOLIVIA

João Duarte da Ponte Ribeiro, ministro residente.

Está vago o lugar de addido.

REPUBLICA DO CHILE

José Pedro Werneck Ribeiro de Aguilár, encarregado de negocios.
Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira addido de 1ª classe.

REPUBLICA DO PARAGUAY

José Gurgel do Amaral Valente, encarregado de negocios. (Acreditado provisoriamente nos Estados-Unidos da America.)

Luiz Augusto de Padua Fleury, secretario da Legação em Buenos-Ayres, acreditado como encarregado de negocios, interino.

Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, secretario da Legação. (Ausente, com licença.)

Está vago o lugar de addido.

REPUBLICA DO PERU'

Julio Henrique de Mello e Alvim, encarregado de negocios.

Henrique Mamede Lins de Almeida, secretario da legação.

José Augusto de Saldanha da Gama, addido de 1ª classe.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Conselheiro Leonel Martiniano de Alencar, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, secretario da Legação.

Está vago o lugar de addido.

ESTADOS-UNIDOS DE VENEZUELA

Benjamin Franklin Torreão de Barros, encarregado de negocios.

Justo Leite Chermont, addido de 1ª classe.

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

Conselheiro Barão de Jaurú, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Francisco Regis de Oliveira, secretario da legação.

José Augusto Ferreira da Costa, addido de 1ª classe.

AUSTRIA-HUNGRIA

Conselheiro Barão de Carvalho Borges, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Alberto Fialho, addido de 1ª classe.

BELGICA

Conde de Villeneuve, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, (era provisorio e acaba de ser nomeado definitivamente.)

Brazilio Itiberé da Cunha, secretario da legação.

Antonio Maria Vianna Dias Berquó, addido de 1ª classe.

REPUBLICA FRANCEZA

Barão de Arinos, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (nomeado).

Marcos Antonio de Araujo e Abreu, encarregado de negocios. (Serve provisoriamente).

Francisco Vieira Monteiro, secretario da legação.

Pedro Francisco Corrêa de Araujo, addido de 1ª classe.

Luiz Accioli Pereira Franco, addido de 1ª classe.

GRAN-BRETANHA

Conselheiro Barão do Penedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

João Arthur de Souza Corrêa, secretario da legação.

Cesar Augusto Vianna de Lima, addido de 1ª classe.

Arthur de Carvalho Moreira, addido de 1ª classe.

Henrique de Miranda, addido de 1ª classe

HESPAÑA

Alfredo Sergio Teixeira de Macedo, encarregado de negocios. (Acreditado provisoriamente).

João de Souza Reis, addido de 1ª classe.

ITALIA

Conselheiro Eduardo Callado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

João Vieira de Carvalho, secretario da legação.

Dr. José Pereira da Costa Motta, addido de 1ª classe.

PORTUGAL

Conselheiro Caetano Maria de Paiva Lopes Gama, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Luiz Caetano Pereira Guimarães Junior, secretario da legação.

Eduardo Felix dos Santos Lisboa, addido de 1ª classe.

Francisco de Paula de Araujo e Silva, addido de 1ª classe.

RUSSIA

Conselheiro Barão de Alhandra, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Carlos Dias Delgado de Carvalho, addido de 1ª classe.

SANTA SÉ

Conselheiro Barão de Aguiar d'Andrada, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Amadeu M. J. Gonçalves de Magalhães Araguaya, addido de 1ª classe.

Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em 14 de Maio de 1884.

BARÃO DE CABO FRIO.

N. 3

Quadro do corpo diplomatico estrangeiro

AMERICA

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA

Os Srs.

Thomas A. Osborn, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (Ausente).

Charles B. Irail, secretario, encarregado de negocios, interino.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. D. Vicente G. Quesada, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

D. Martin Garcia Mérou, secretario. (Ausente).

Tenente D. Alfredo de Urquiza, addido militar (Ausente).

REPUBLICA DA BOLIVIA

D. Eugenio Caballero, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (Ausente).

D. Benjamin Galgo, secretario de 1ª classe (Ausente).

REPUBLICA DO CHILE

D. Domingo Gana, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

D. Herman Vial Bello, 1º secretario.

D. Carlos M Calmann, 2º secretario.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Dr. D. José Vazquez Sagastume, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial.

D. Julian Alvarez y Conde, secretario de legação de 1ª classe (Ausente).

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

Os Srs:

R. Le Maistre, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Dr. Von Mutzenbecher, secretario.

AUSTRIA-HUNGRIA

Barão de Seiller, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

BELGICA

Henry Loumyer, secretario, encarregado de negocios interino.

REPUBLICA FRANCEZA

Conde Amelot de Chaillou, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

M. de Bâcourt, 1º secretario.

De Rochefort, 3º secretario.

GRAN-BRETANHA

Edwin Corbett, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (Ausente).

W. G. Sandford, secretario, encarregado de negocios.

R. G. Townley, 2º secretario.

HESPAÑHA

D. Mariano de Potestad, ministro plenipotenciario (Ausente).

D. Luiz de Agar, secretario de 2ª classe, encarregado de negocios interino.

ITALIA

Cavalheiro Alberto de Foresta, encarregado de negocios.

PORTUGAL

Antonio Maria de Tovar de Lemos, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

João Carlos de Horta Machado, 1º secretario.

RUSSIA

C. N. Lischine, secretario, encarregado de negocios interino.

SANTA SÉ

Monsenhor Dr. Adriano Felici, auditor da internunciatura e encarregado de negocios interino.

SUECIA E NORUEGA

Erik Charles Jean Cederstrahle, encarregado de negocios.

N. 4

Quadro dos empregados desta secretaria d'Estado, comprehendendo todas as commissões de que têm sido incumbidos desde sua primeira nomeação até ao presente

NOMES	NOMEAÇÕES. REVOGAÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>Director geral</i>			
Conselheiro Barão de Cabo Frio.	Nomeado.....	Commissario arbitro da commissão mixta brasileira e ingleza em Serra Leoa.....	14 de Out. de 1840.
	Exonerado.....	Da mesma commissão.....	14 de Junho de 1842.
	Mandado.....	Empregar com uma gratificação na legação imperial em Londres.....	3 de Out. de 1842.
	Nomeado.....	Addido d. 1ª classe; serviu como encarregado de negocios, de 15 de Março de 1850 a 1 de Junho de 1851.....	17 de Julho de 1845.
	Promovido.....	Secretario da dita legação.....	11 de Nov. de 1851.
	Removido.....	Secretario para Pariz.....	14 de Agosto de 1854.
	Promovido.....	Encarregado de negocios na Confederação Argentina e Estado de Buenos-Ayres..	24 de Fev. de 1855.
	Removido.....	Republica Oriental do Uruguay.....	26 de Set. de 1856.
	Promovido.....	Ministro residente na mesma Republica.	9 de Dez. de 1858.
	Acreditado tambem.	Republica do Paraguay.....	9 de Dez. de 1858.
	Finda.....	A missão especial.....	14 de Fev. de 1859.
	Removido.....	Ministro residente para Belgica.....	5 de Fev. de 1861.
	Nomeado.....	Director desta Secretaria d'Estado.....	21 de Março de 1865.
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial nas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay.....	20 de Dez. de 1867.
	Dispensado.....	Da missão especial.....	27 de Jan. de 1869.
<i>Directores de secção</i>			
José Pedro de Azevedo Peçanha.	Nomeado.....	Praticante da contadoria de marinha....	11 de Set. de 1835.
	Idem.....	Amanuense da recebedoria do municipio.	13 de Maio de 1837.
	Exonerado.....	Idem.....	19 de Nov. de 1840.
	Nomeado.....	Ajudante do guarda-mór da alfandega....	18 de Agosto de 1841.
	Idem.....	Secretario do governo da provincia do Maranhão.....	2 de Junho de 1842.
	Idem.....	Secretario interprete da inspecção de saude do porto.....	6 de Dez. de 1842.
	Idem.....	2º official da secretaria de fazenda.....	21 de Junho de 1851.
	Idem.....	Chefe interino da 1ª secção.....	31 de Março de 1852.
	Promovido.....	1º official.....	24 de Abril de 1852.
	Nomeado.....	Chefe da 1ª secção.....	1 de Maio de 1852.
	Idem.....	Official do gabinete do ministro do imperio	11 de Maio de 1852.
	Idem.....	Consul geral em Montevideo.....	4 de Out. de 1855.
	Idem.....	Director da 1ª secção desta secretaria de Estado.....	19 de Fev. de 1859.
	Idem.....	Official de gabinete.....	1 de Junho de 1862.
	Dispensado.....	Idem.....	5 de Jan. de 1878.
	Nomeado.....	Idem.....	12 de Nov. de 1879.
<i>Conselheiro Alexandre Afonso de Carvalho</i>			
	Nomeado.....	Addido a esta secretaria de d'Estado....	29 de Agosto de 1839.
	Idem.....	Amanuense.....	15 de Março de 1842.
	Promovido.....	Official.....	23 de Out. de 1852.
	Nomeado.....	Chefe interino da 3ª secção.....	18 de Nov. de 1852.
	Idem.....	Director da 2ª secção.....	19 de Fev. de 1859.
	Transferido.....	Para a 4ª secção.....	30 de Maio de 1863.
	Designado.....	Director geral interino.....	28 de Dez. de 1867.
	Dispensado.....	Idem.....	4 de Fev. de 1869.
	Designado.....	Idem.....	1 de Agosto de 1871.
	Dispensado.....	Idem.....	30 de Abril de 1873.
	Designado.....	Idem.....	13 de Jan. a 15 de Fev. de 1879.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES. REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
João Carneiro do Amaral...	Nomeado.....	Fiel do thesoureiro da pagadoria.....	5 de Set. de 1839.
	Idem.....	Amanuense desta secretaria d'Estado....	15 de Março de 1842.
	Idem.....	Consul geral na Belgica e nos Paizes- Baixos.....	18 de Nov. de 1851.
	Exonerado.....	Consul geral.....	20 de Abril de 1853.
	Promovido.....	Official desta secretaria.....	20 de Abril de 1853.
	Nomeado.....	Official de gabinete.....	15 de Junho de 1855.
	Idem.....	1º official.....	19 de Fev. de 1859.
	Dispensado.....	De official de gabinete.....	30 de Maio de 1862.
	Nomeado.....	Director interino da 3ª secção.....	24 de Junho de 1864.
	Dispensado.....	Idem.....	24 de Dez. de 1864.
	Promovido.....	Idem.....	8 de Julho de 1865.
	Nomeado.....	Official de gabinete.....	18 de Julho de 1868.
	Dispensado.....	Idem.....	5 de Jan. de 1878.
Joaquim Teixeira de Macedo.	Nomeado.....	Para coadjuvar os trabalhos da missão do visconde de Abrantes.....	7 de Julho de 1845.
	Exonerado.....	Daquelles trabalhos.....	18 de Out. de 1846.
	Nomeado.....	Praticante desta secretaria d'Estado....	11 de Março de 1847.
	Promovido.....	Amanuense.....	29 de Out. de 1852.
	Nomeado.....	Official de gabinete.....	25 de Junho de 1845.
	Dispensado.....	Idem.....	22 de Nov. de 1857.
	Idem.....	Official.....	19 de Nov. de 1857.
	Idem.....	Chefe da 2ª secção.....	23 de Nov. de 1857.
	Idem.....	1º Official.....	19 de Fev. de 1859.
	Idem.....	Official de gabinete.....	1 de Março de 1859.
	Dispensado.....	Idem.....	30 de Set. de 1861.
	Designado.....	Director interino da 2ª secção.....	19 de Fev. de 1870.
	Dispensado.....	Idem.....	9 de Jan. de 1871.
	Designado.....	Idem.....	1 de Agosto de 1871.
	Dispensado.....	Idem.....	16 de Nov. de 1871.
	Designado.....	Director interino da 1ª secção.....	9 de Maio de 1873.
	Promovido.....	Director da 2ª secção.....	27 de Nov. de 1874.
<i>Primeiros officiaes</i>			
Luiz Pereira Sodré.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe e incumbido do con- sulado geral em França.....	15 de Junho de 1832.
	Removido.....	Addido de 1ª classe, servindo de secre- tario em Roma.....	11 de Março de 1834.
	Exonerado.....	Idem.....	1 de Junho de 1835.
	Nomeado.....	Secretario para a Austria.....	28 de Julho de 1837.
	Exonerado.....	Idem.....	17 de Março de 1842.
	Nomeado.....	Secretario e encarregado de negocios in- terino na Russia.....	5 de Fev. de 1850.
	Removido.....	Secretario para os Estados-Unidos.....	1 de Set. de 1854.
	Acreditado.....	Encarregado de negocios interino. nos Estados-Unidos.....	7 de Jan. de 1852.
	Exonerado.....	E posto em disponibilidade activa.....	22 de Março de 1852.
	Nomeado.....	Official de gabinete.....	9 de Set. de 1854.
	Idem.....	1º Official desta secretaria.....	8 de Julho de 1865.
	Dispensado.....	De official de gabinete.....	28 de Set. de 1878.
	Nomeado.....	Idem.....	4 de Julho de 1879.
Pedro Pinheiro Guimarães...	Nomeado.....	Praticante desta secretaria d'Estado....	11 de Junho de 1853.
	Idem.....	Secretario da commissão mixta brasileira e portugueza.....	29 de Março de 1856.
	Promovido.....	Amanuense.....	20 de Agosto de 1857.
	Idem.....	2º Official.....	19 de Fev. de 1859.
	Idem.....	1º Official.....	3 de Nov. de 1871.
	Designado.....	Director interino da 3ª secção.....	16 de Julho de 1868.
	Dispensado.....	Idem.....	5 de Jan. de 1878.
	Nomeado.....	Official de gabinete.....	22 de Jan. de 1882.
	Dispensado.....	Idem.....	21 de Maio de 1883.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Luiz Pedro da Silva Rosa...	Nomeado.....	Addido a esta secretaria d'Estado.....	9 de Agosto de 1861.
	Promovido.....	Amanuense.....	30 de Maio de 1863.
	Servio.....	No gabinete.....	De 1 de Jan. a 12 de Maio de 1865.
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe á missão especial nas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay.....	20 de Dez. de 1867.
	Idem.....	Secretario.....	4 de Julho de 1868.
	Dispensado.....	Do exercicio de secretario.....	31 de Dez. de 1868.
	Promovido.....	2º Official.....	23 de Abril de 1870.
	Designado.....	Director interino da 2ª secção.....	1 de Dez. de 1872.
	Promovido.....	1º Official.....	5 de Maio de 1873.
	Dispensado.....	Director interino da 2ª secção.....	9 de Maio de 1873.
Feliciano José da Costa.....	Nomeado.....	Praticante.....	1 de Agosto de 1875.
	Promovido.....	Amanuense.....	19 de Fev. de 1879.
	Idem.....	2º Official.....	20 de Maio de 1863.
	Idem.....	1º Official.....	29 de Jan. de 1881.
Frederico Affonso de Carvalho	Nomeado.....	Addido a esta secretaria d'Estado.....	14 de Jan. de 1867.
	Idem.....	Praticante.....	16 de Maio de 1868.
	Promovido.....	Amanuense.....	23 de Out. de 1869.
	Idem.....	2º Official.....	5 de Maio de 1873.
	Idem.....	1º Official.....	11 de Agosto de 1883.
Alfredo Carneiro do Amaral..	Nomeado.....	Praticante.....	16 de Maio de 1863.
	Promovido.....	Amanuense.....	1 de Julho de 1870.
	Idem.....	2º Official.....	15 de Nov. de 1879.
	Idem.....	1º Official.....	22 de Março de 1884.
<i>Segundos officiaes</i>			
João Germano Vieira de Barros	Nomeado.....	Addido a esta secretaria d'Estado.....	12 de Jan. de 1863.
	Idem.....	Praticante.....	16 de Maio de 1868.
	Promovido.....	Amanuense.....	29 de Maio de 1868.
	Idem.....	2º Official.....	3 de Nov. de 1871.
José Bernardes Silva.....	Nomeado.....	Praticante.....	2 de Jan. de 1874.
	Promovido.....	Amanuense.....	20 de Abril de 1875.
	Idem.....	2º Official.....	29 de Jan. de 1881.
Antonio Vicente de Andrade..	Nomeado.....	Praticante.....	19 de Julho de 1873.
	Promovido.....	Amanuense.....	20 de Abril de 1875.
	Idem.....	2º Official.....	23 de Set. de 1880.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Luiz Caetano da Silva.....	Nomeado..... Promovido..... Idem.....	Praticante..... Amanuense..... 2º Oficial.....	5 de Junho de 1874. 5 de Dez. de 1879. 11 de Agosto de 1883.
		—	
Luiz Leopoldo Fernandes Pi- nheiro Junior.....	Nomeado..... Promovido..... Idem.....	Praticante..... Amanuense..... 2º Oficial.....	21 de Abril de 1875. 5 de Dez. de 1879. 22 de Março de 1884.
		—	
<i>Amanuenses</i>			
José Antonio d'Espinheiro....	Nomeado..... Promovido.....	Praticante..... Amanuense.....	21 de Abril de 1875. 27 de Set. de 1880.
José Alexandrino de Oliveira..	Nomeado..... Promovido.....	Praticante..... Amanuense.....	22 de Março de 1884. 12 de Abril de 1882.
		—	
Quirino Augusto da Cunha Bastos.....	Nomeado..... Promovido..... Demittido..... Nomeado..... Promovido.....	Praticante da recebedoria do Rio de Ja- neiro..... 3º escriptuario da mesma recebedoria..... Idem..... Praticante desta secretaria d'Estado..... Amanuense.....	11 de Julho de 1877. 31 de Março de 1879. 28 de Junho de 1879. 22 de Março de 1884. 11 de Agosto de 1883.
		—	
Pedro Pinheiro Guimarães Ju- nior.....	Nomeado..... Promovido.....	Praticante..... Amanuense.....	12 de Maio de 1882. 31 de Março de 1884.
		—	
<i>Praticantes</i>			
Nicolau Pinto da Silva Valle..	Nomeado.....	Praticante.....	13 de Agosto de 1883.
		—	
Francisco Alves Vieira.....	Nomeado.....	Praticante.....	31 de Março de 1884
		—	
<i>Porteiro</i>			
Francisco Servulo de Moura...	Nomeado..... Promovido.....	Ajudante do porteiro..... Porteiro.....	24 de Set. de 1839. 19 de Fev. de 1859.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>Continuos</i>			
Paulino José Soares Pereira..	Nomeado.....	Guarda da alfandega.....	11 de Nov. de 1861.
	Exonerado.....	Idem.....	14 de Julho de 1863.
	Nomeado.....	Idem.....	1 de Fev. de 1865.
	Exonerado.....	Idem.....	21 de Julho de 1871.
	Nomeado.....	Continuo desta secretaria d'Estado.....	19 de Julho de 1871.
	Designado.....	Ajudante do porteiro.....	28 de Dez. de 1877.
João Ventura Rodrigues.....	Nomeado.....	Continuo.....	4 de Dez. de 1878.
<i>Correios</i>			
Carlos Mauricio da Silva.....	Nomeado.....	Correio da secretaria do Imperio.....	17 de Julho de 1850.
	Idem.....	Correio desta secretaria d'Estado.....	5 de Jan. de 1856.
José Antonio de Oliveira Leitão	Nomeado.....	Correio desta secretaria d'Estado.....	19 de Fev. de 1859.
Joaquim Fernandes de Sá.....	Assentou praça.....	Corpo militar de policia da Corte.....	20 de Agosto de 1875.
	Promovido.....	Cabo de esquadra.....	1 de Dez. de 1876.
	Teve baixa.....	Idem.....	15 de Nov. de 1881.
	Nomeado.....	Correio da secretaria da justiça.....	14 de Nov. de 1881.
	Idem.....	Correio desta secretaria d'Estado.....	4 de Agosto de 1883.

Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, 14 de Maio de 1882.

BARÃO DE CABO FRIO.

N. 5

Quadro dos empregados diplomaticos em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentados, e dos agentes consulares brasileiros, comprehendendo todas as commissões de que têm sido incumbidos desde sua primeira nomeação até ao presente

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Barão de Alhandra.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	França.....	17 de Março de 1835.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	20 de Abril de 1836.
	Nomeado.....	Idem.....	Idem.....	4 de Jan. de 1837.
	Removido.....	Idem, servindo de secretario.....	Roma e Sardenha.....	8 de Abril de 1839.
	Promovido.....	Secretario.....	Roma.....	22 de Julho de 1846.
	Removido.....	Idem.....	Napoles.....	6 de Julho de 1850.
	Promovido.....	Encarregado de negocios. (De 1840 até 1850 exerceu interinamente as funções de encarregado de negocios durante alguns mezes em cada anno).....		
	Idem.....	Ministro residente.....	Roma e Florença.....	3 de Nov. de 1851.
	Removido.....	Idem.....	Roma.....	10 de Jan. de 1866.
	Promovido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Russia.....	10 de Junho de 1874.
			Idem.....	15 de Outubro de 1874.
Conselheiro Barão de Araujo Gondim.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Portugal.....	25 de Agosto de 1845.
	Promovido.....	Secretario. (Serviu de encarregado de negocios de 1 de Junho a 17 de Novembro de 1851).....		
	Removido.....	Secretario. (Serviu de encarregado de negocios de 4 de Maio a 20 de Outubro de 1857 e de 12 de Maio a 15 de Outubro de 1858).....	Estados-Unidos.....	24 de Nov. de 1848.
			Prussia, Cidades Hanseaticas, Hannover, Oldenburgo, Mecklenburgo Schwerin e Mecklenburgo Strelitz.....	1 de Set. de 1851.
	Promovido.....	Encarregado de negocios.....	Chile.....	7 de Maio de 1859.
	Removido.....	Idem.....	Hespanha.....	20 de Nov. de 1861.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Austria.....	9 de Março de 1867.
	Removido.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	22 de Fev. de 1868.
	Promovido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Republica do Paraguay.....	19 de Set. de 1873.
	Removido.....	Idem.....	Republica Argentina.....	5 de Agosto de 1874.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Barão de Arinos.....	Nomeado.....	Adido de 1ª classe. (Por despacho de 21 de Março de 1831 foi transferido para a legação em Turim, e pelo de 13 de Março de 1852 ficou servindo somente em Roma e Toscana.....	Roma, Toscana, Sardenha e Parma.....	25 de Jan. de 1847.
	Mandado.....	Servir unicamente.....	Roma.....	26 de Abril de 1852.
	Promovido.....	Secretario.....	Confederação Argentina e Estado de Buenos-Ayres.....	3 de Março de 1853.
	Removido.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	31 de Jan. de 1857.
	Promovido.....	Encarregado de negocios.....	Dois Sicilias.....	9 de Dez. de 1858.
	Removido.....	Idem.....	Dinamarca, Sécia e Noruega.....	5 de Nov. de 1859.
	Idem.....	Idem.....	Italia.....	30 de Maio de 1863.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Republica Oriental do Uruguay.....	6 de Abril de 1865.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	18 de Jan. de 1867.
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Missão especial no Prata.....	18 de Jan. de 1867.
	Removido.....	Idem.....	Belgica.....	22 de Fev. de 1868.
	Nomeado.....	Arbitro das.....	Reclamações franco-americanas em Washington.....	25 de Agosto de 1880.
	Removido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Francia.....	5 de Abril de 1884.
	Nomeado.....	Adido de 1ª classe.....	Republica do Paraguay.....	9 de Nov. de 1848.
Conselheiro Barão de Carvalho Borges.....	Removido.....	Idem. (Serviu de encarregado de negocios de 8 de Dezembro de 1853 a 31 de Janeiro de 1854).....	Republica Oriental do Uruguay.....	15 de Junho de 1852.
	Promovido.....	Secretario.....	Idem.....	12 de Jan. de 1854.
	Nomeado tambem.....	C. da Junta do C. P.....	Idem.....	30 de Maio de 1854.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	29 de Set. de 1856.
	Removido.....	Secretario. (Serviu de encarregado de negocios de 1 de Setembro de 1858 a 3 de Outubro de 1859).....	Estados-Unidos.....	31 de Jan. de 1857.
	Promovido.....	Encarregado de negocios.....	Venezuela, Nova Granada e Equador.....	9 de Maio de 1859.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Paraguay.....	19 de Jan. de 1861.
	Exonerado.....	E posto em disponibilidade.....	Idem.....	8 de Maio de 1862.
	Nomeado.....	Encarregado de negocios.....	Republica do Chile.....	13 de Agosto de 1862.
	Removido.....	Idem.....	Republica da Bolivia.....	31 de Maio de 1863.
	Exonerado.....	E posto em disponibilidade.....	Idem.....	20 de Set. de 1866.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Republica Argentina.....	15 de Maio de 1867.
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Idem.....	15 de Abril de 1871.
	Removido.....	Idem.....	Estados-Unidos.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Idem.....	Austria-Hungria.....	22 de Junho de 1881.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Barão de Jardú.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Austria.....	23 de Set. de 1850.
	Nomeado tam- bem.....	Idem.....	Prussia.....	12 de Dez. de 1851.
	Promovido.....	Secretario.....	Confederação Argentina.	3 de Agosto de 1853.
	Removido.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	3 de Março de 1855.
	Promovido.....	Encarregado de negocios	Sardenha.....	6 de Fev. de 1857.
	Removido.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	13 de Agosto de 1862.
	Idem.....	Idem.....	Baviera, Wurtemberg, Grão Ducado de Bade, Hesse Eleitoral, Hesse Grão-Ducal e Confede- ração Suissa.....	8 de Nov. de 1862. 5 de Março de 1864.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Confederação Argentina.	4 de Agosto de 1864.
	Removido.....	Idem.....	Paraguay.....	1 de Abril de 1865.
	Posto.....	Em commissão.....	Nesta corte.....	23 de Junho de 1866.
	Removido.....	Ministro residente.....	Russia.....	12 de Out. de 1867.
	Promovido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Prussia.....	
Conselheiro Barão do Penedo.....	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Estados-Unidos.....	18 de Nov. de 1851.
	Removido.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	4 de Maio de 1855.
	Enviado.....	Em missão especial.....	França.....	6 de Abril de 1865.
	Exonerado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Grã-Bretanha.....	12 de Out. de 1867.
	Posto.....	Em disponibilidade.....		4 de Nov. de 1868.
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Grã-Bretanha.....	5 de Abril de 1873.
	Encarregado.....	De uma missão especial. Concluiu a sua missão especial.....	Santa Sé.....	3 de Agosto de 1873.
			Idem.....	3 de Fev. de 1874.
Conselheiro Barão de Aguar d'Andrada.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe. (Serviu de secretario de 21 de Setembro de 1852 a 20 de Dezembro de 1853 e de 6 de Ago- sto a 30 de Setembro de 1854).....	Estados-Unidos.....	22 de Março de 1852.
	Promovido.....	Secretario. (Serviu de en- carregado de negocios de 1 de Agosto de 1855 a 29 de Maio de 1856). Idem.....	Idem.....	21 de Fev. de 1855.
	Removido.....	Secretario. (Serviu de en- carregado de negocios de 31 de Julho a 20 de Setembro de 1857 e de 3 de Fevereiro a 4 de Março de 1858).....	Grã-Bretanha.....	31 de Jan. de 1857.
	Promovido.....	Encarregado de negocios	Venezuela e Nova Gra- nada.....	9 de Out. de 1863.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Chile.....	26 de Dez. de 1866.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Idem.....	21 de Dez. de 1871.
	Removido.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	19 de Set. de 1873.
	Promovido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Idem.....	25 de Nov. de 1874.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Felipe Lopes Netto.....	Removido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Austria-Hungria.....	27 de Julho de 1878.
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Idem.....	Santa Sé.....	31 de Out. de 1882.
	—			
	Nomeado....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial.....	Republica da Bolivia.....	20 de Set. de 1866.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	Outubro de 1868.
	Nomeado....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	27 de Julho de 1878.
	Removido....	Idem.....	Estados-Unidos da America.....	22 de Junho de 1881.
	(Nomeado membro dos Tribunaes ou commissões mixtas internacionaes em Santiago do Chile, que tem de julgar as reclamações inglezas, francezas e italiana).			
	—			
Conselheiro Leonel Martiniano de Alencar....	Mandado....	Servir.....	Nesta secretaria.....	8 de Março de 1854.
	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	Republica Oriental do Uruguay.....	18 de Março de 1854.
	Idem.....	Auditor de guerra.....	Idem.....	12 de Junho de 1854.
	Dispensado....	Idem.....	Idem.....	Outubro de 1855.
	Removido....	Addido de 1ª classe servindo de secretario.....	Austria-Hungria.....	2 de Maio de 1856.
	Promovido....	Secretario.....	Confederação Argentina.....	12 de Fev. de 1857.
	Encarregado....	Da legação interinamente por despacho de.....		1 de Dez. de 1859.
	Veio á corte....	Em commissão reservada.....		23 de Dez. de 1859.
	Removido....	Secretario.....	Estados-Unidos.....	5 de Abril de 1861.
	Exonerado....	E posto em disponibilidade activa.....		30 de Maio de 1863.
	Mandado....	Servir de encarregado de negocios interino.....	Republica de Venezuela.....	6 de Abril de 1865.
	Removido....	Secretario.....	Prussia.....	9 de Março de 1867.
	Exonerado....	E posto em disponibilidade activa.....		21 de Out. de 1867.
	Promovido....	Encarregado de negocios.....	Republica de Venezuela.....	11 de Março de 1872.
	Removido....	Idem.....	Republica da Bolivia.....	3 de Julho de 1872.
	Promovido....	Ministro residente.....	Idem.....	21 de Maio de 1874.
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	22 de Junho de 1881.
	—			

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conde de Villeneuve....	Nomeado....	Addido de 1ª classe (Serviu de secretario de 2 de Maio a 30 de Junho de 1857).....	Estados-Unidos.....	7 de Dez. de 1855.
	Removido....	Addido de 1ª classe.....	Gran-Bretanha.....	31 de Jan. de 1857.
	Idem.....	Idem.....	França.....	8 de Março de 1862.
	Promovido....	Secretario (Serviu de encarregado de negocios de 4 de Junho a 4 de Outubro de 1864, e do 1º de Junho a 11 de Outubro de 1865, e de 11 de Junho a 11 de Outubro de 1866).....	Prussia.....	30 de Maio de 1863.
	Idem.....	Encarregado de negocios.	Confederação Suissa.....	3 de Out. de 1866.
	Acreditado tambem.....	Nos reinos da.....	Baviera, Wurtemberg e Grão-Ducados de Bade e de Hesse Darmstadt.	2 de Julho de 1867.
	Promovido....	Ministro residente.....	Hesse Darmstadt.....	4 de Out. de 1871.
	Exonerado....	E posto em disponibilidade.....		26 de Abril de 1873.
	Commissiona- do.....	Pela secretaria da agricultura (de varios estudos relativos á exposição universal de Paris).....		24 de Nov. de 1877.
	Dispensado....	Dessa commissão.....		24 de Nov. de 1878.
	Nomeado....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario temporariamente.....	Belgica.....	1 de Out. de 1881.
	Promovido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Idem.....	5 de Abril de 1884.
				
				
Conselheiro Caetano Maria de Paiva Lopes da Gama.....	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	Gran-Bretanha.....	26 de Março de 1852.
	Promovido....	Secretario. (Serviu de encarregado de negocios de 15 de Outubro de 1858 a 15 de Abril de 1859).....	Austria-Hungria.....	27 de Março de 1857.
	Idem.....	Encarregado de negocios.	Republica do Paraguay.	30 de Maio de 1863.
	Exonerado....	E posto em disponibilidade activa.....		4 de Agosto de 1864.
	Mandado....	Servir como encarregado de negocios.....	Hespanha.....	9 de Março de 1867.
	Promovido....	Ministro residente.....	Idem.....	4 de Out. de 1871.
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Portugal.....	31 de Out. de 1882.
				
				
				
Conselheiro Eduardo Callado.....	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	Venezuela, Nova Granada e Equador.....	31 de Dez. de 1855.
	Removido....	Idem.....	Gran-Bretanha.....	19 de Agosto de 1857.
	Idem.....	Idem.....	França.....	18 de Junho de 1859.
	Idem.....	Idem.....	Gran-Bretanha.....	8 de Março de 1862.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de Maio de 1863.
	Nomeado....	Idem.....	Prussia.....	22 de Nov. de 1864.
	Removido....	Idem. (Serviu de encarregado de negocios desde Setembro de 1865 até Fevereiro de 1867).....	Russia.....	31 de Julho de 1865.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOME DO EMPREGADO	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FOI ACREREDITADO	DATAS DOS DECRETOS
	Promovido....	Secretario em missão especial. (Serviu de encarregado de negocios interino desde 11 de Outubro de 1868 até 23 de Março de 1871)....	Republica da Bolivia....	29 de Set. de 1866.
	Idem.....	Encarregado de negocios. Idem.....	Idem.....	24 de Março de 1871.
	Removido....	Idem.....	Republica do Equador....	24 de Jan. de 1872.
	Mandado....	Servir.....	Republica do Paraguay....	31 de Março de 1876.
	Exonerado....	Encarregado de negocios. Idem.....	Republica do Equador....	27 de Out. de 1877.
	Mandado....	Servir de encarregado de negocios.....	Republica Oriental do Uruguay.....	27 de Out. de 1877.
	Exonerado....	E posto em disponibilidade.....	Idem.....	27 de Julho de 1878.
	Promovido....	Ministro residente.....	Republica do Paraguay....	10 de Agosto de 1878.
	Incumbido....	De uma commissão á.....	Europa.....	15 de Maio de 1879.
	Nomeado....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial á.....	China.....	9 de Agosto de 1879.
	Promovido....	Terminada a missão.....	Idem.....	31 de Dez. de 1882.
		Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	Italia.....	19 de Maio de 1883.

MINISTRO RESIDENTE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FOI ACREDITADO	DATAS DOS DECRETOS
João D. da Ponte Ribeiro.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe à missão especial.....	Republicas do Pacifico..	25 de Fev. de 1851.
	Terminou.....	A missão especial.....	Idem.....	25 de Julho de 1852.
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica do Perú.....	11 de Jan. de 1853.
		(Serviu de secretario de 27 de Janeiro a 13 de Dezembro de 1853, e desta data até 24 de Dezembro de 1859 como encarregado de negocios.)		
	Promovido.....	Secretario.....	Republica da Bolivia...	7 de Maio de 1859.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Perú.....	8 de Fev. de 1861.
		(Serviu de encarregado de negocios desde 21 de Março de 1862 até 3 de Outubro de 1863.)		
		(Mandado como secretario da missão especial do Sr. conselheiro Lopes Netto à Bolivia, em 20 de Novembro de 1866, vindo dahi à Corte em 31 de Março de 1876, regressou para seu posto em 25 de Junho do mesmo anno.)		
		(Serviu de secretario no Perú, Chile e Equador em Agosto de 1867.)		
	Mandado.....	Agente confidencial.....	Idem.....	31 de Julho de 1868.
		(Conservou-se nesta comissão até Janeiro de 1870.)		
	Promovido.....	Encarregado de negocios	Republica do Chile.....	19 de Set. de 1873.
	Removido.....	Idem.....	Republica de Venezuela.	8 de Nov. de 1876.
		(Provisoriamente no Chile.)		
	Promovido.....	Ministro residente.....	Republica da Bolivia...	22 de Junho de 1881.

ENCARREGADOS DE NEGOCIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario de 7 de Setembro de 1859 a Dezembro de 1863; e de encarregado de ne- gocios de 21 de Setem- bro a 22 de Novembro de 1863.)	Republica Oriental do Uruguay.....	7 de Maio de 1859.
	Mandado.....	Servir na.....	Confederação Argentina.....	De Set. de 1864 a Maio de 1865.
	Idem.....	Idem..... (Dirigiu o consulado ge- ral em Montevideo nos mezes de Novembro e Dezembro de 1865.)	Republica Oriental do Uruguay.....	18 de Maio de 1865.
	Promovido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios desde 8 de Fevereiro de 1867 até 31 de Março de 1868.)	Idem.....	28 de Nov. de 1865.
	Removido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios desde 7 de Abril a 19 de Maio de 1872.)	Portugal.....	9 de Maio de 1868.
	Promovido.....	Encarregado de negocios	Republica de Colombia..	19 de Set. de 1873.
	Exonerado.....	E posto em disponibili- dade.....		3 de Maio de 1876.
B. F. Torreão de Barros.	Mandado.....	Servir.....	Republica do Perú.....	23 de Março de 1878.
	—			
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Estados-Unidos.....	14 de Fev. de 1857.
	Removido.....	Idem.....	Republica da Bolivia.....	20 de Maio de 1863.
	Idem.....	Idem.....	Estados-Unidos.....	28 de Julho de 1865.
	Promovido.....	Secretario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	20 de Maio de 1868.
	Removido.....	Idem.....	Republica Argentina.....	1 de Abril de 1871.
J. P. Werneck R. de Aguilar.....	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 17 de Junho até 29 de Outa- bro de 1874.) (Idem desde 15 de Junho de 1879 até 24 de Abril de 1880, e de 8 de De- zembro de 1880 a 20 de Julho de 1881.)	Estados-Unidos.....	27 de Nov. de 1872.
	Promovido.....	Encarregado de negocios	Republica de Venezuela..	5 de Fev. de 1881.
	—			
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario de 15 de Outubro de 1858 a 25 de Abril de 1859; de 12 de Abril de 1861 a 21 de Maio de 1867; de encarregado de ne- gocios de 22 deste mez a 1 de Julho de 1867; de secretario de 2 a 16 do mesmo mez e anno; de encarregado de ne- gocios de 17 de Julho de 1867 a 23 de Junho de 1868.)	Austria-Hungria.....	19 de Agosto de 1857.

ENCARREGADOS DE NEGOCIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Promovido....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 6 de Julho a 30 de Agosto de 1873.)	Prussia.....	19 de Junho de 1872.
	Idem.....	Encarregado de negocios.	Republica do Chile.....	22 de Junho de 1881.
	—			
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de encarregado de negocios de 4 de De- zembro de 1864 a 31 de Maio de 1865.)	Russia.....	2 de Out. de 1864.
	Removido.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario de 14 de Outubro de 1866 até 4 de Fevereiro de 1867, e de 9 de abril deste anno até 28 de Ju- lho de 1868, e cumula- tivamente de encarre- gado de negocios de 6 de Junho a 18 de Outu- bro de 1867 e de 31 de Março a 14 de Abril de 1868.)	Prussia.....	31 de Julho de 1865.
	Mandado....	Servir na.....	Italia.....	5 de Abril de 1869.
	Promovido....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 5 de Abril a 20 de Agosto de 1872.)	Republica de Venezuela.	28 de Junho de 1871.
	Mandado.....	Servir como secretario... (Serviu de encarregado de negocios de 10 de Fevereiro a 1 de Maio de 1873.)	Republica do Paraguay.	16 de Julho de 1872.
	Idem.....	Servir de encarregado de negocios..... (Serviu até 27 de Agosto de 1873.)	Republica Argentina....	2 de Junho de 1873.
	Removido....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 23 de Maio até 30 de Setem- bro de 1874.)	Portugal.....	19 de Set. de 1873.
	Removido....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 17 de Agosto a 7 de Setembro de 1877 e de 1 de Outu- bro de 1880 a 15 de Janeiro de 1882.)	Belgica.....	3 de Maio de 1876.
	Idem.....	Secretario.....	França.....	26 de Nov. de 1881.
	Promovido....	Encarregado de negocios servindo provisoria- mente em.....	Hispanha.....	31 de Out. de 1882.
	—			
José Gurgel do Amaral Valente.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica da Bolivia....	27 de Jan. de 1869.
	Removido....	Idem.....	Republica do Paraguay.	14 de Junho de 1871.
	Idem.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	3 de Fev. de 1872.
	Promovido....	Secretario.....	Republica do Paraguay.	19 de Set. de 1873.

ENCARREGADOS DE NEGOCIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
		(Serviu de encarregado de negocios de 20 de Outubro até 6 de Dezembro de 1873; continuou a servir até 26 de Agosto de 1874.)		
Removido....	Secretario.....		Republica Oriental do Uruguay.....	21 de Maio de 1874.
		(Serviu de encarregado de negocios de 13 de Janeiro a 22 de Abril de 1876, e de 19 de Maio a 27 de Novembro do mesmo anno.)		
Mandado....	Servir de encarregado de negocios interino.....		Republica de Venezuela.	30 de Out. de 1877.
Removido....	(Serviu até 1º de Julho de 1881.) Secretario.....		Estados-Unidos da America.....	25 de Fev. de 1881.
		(Serviu de encarregado de negocios de 12 de Julho de 1881 a 24 de Outubro de 1882.)		
Promovido....	Encarregado de negocios		Republica do Paraguay.	23 de Maio de 1883.
Mandado....	Servir provisoriamente..		Estados-Unidos da America.....	21 de Julho de 1883.

SECRETARIOS

NOMEN DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES. REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
João Arthur de Souza Corrêa.....	Nomeado.....	Adido de 1ª classe.....	Grã-Bretanha.....	18 de Junho de 1859.
	Promovido.....	Idem.....	França.....	30 de Maio de 1863.
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	9 de Março de 1867.
	Promovido.....	(Serviu de secretario. de 8 de Novembro de 1857 até 25 de Junho de 1863 e de 2 de Agosto de 1871 até 4 de Maio de 1873.) Secretario.....	Idem.....	5 de Abril de 1873.
Luiz Augusto de Padua Fleury.....	Mandado.....	(Serviu de encarregado de negocios de 10 de Agosto de 1873 até 3 de Fevereiro de 1874, de 7 de Agosto a 31 de Dezembro de 1875, de 12 de Agosto a 25 de Setembro de 1876, de 21 de Julho a 5 de Outubro de 1877, de 8 de Julho a 10 de Setembro de 1878, de 8 a 23 de Março de 1881, de 26 de Julho a 23 de Setembro de 1881 e de 7 de Janeiro a 7 de Março de 1882.)		
	Nomeado.....	Servir nesta.....	Secretaria de Estado.....	6 de Set. de 1862.
		Adido de 1ª classe.....	Estados-Unidos.....	30 de Maio de 1863.
		(Serviu de encarregado de negocios. de 28 de Abril a 27 de Maio de 1861 e de 18 de Agosto a 21 de Dezembro de 1867.) (Serviu de secretario. de 29 de Janeiro a 28 de Abril de 1871, de 27 de Maio de 1861 a 23 de Setembro de 1865, de 23 de Outubro de 1865 a 25 de Novembro de 1866, de 23 de Janeiro a 5 de Julho de 1867, de 21 de Dezembro de 1867 até 14 de Março de 1867, de 1 de Julho do mesmo anno até 12 de Novembro de 1870: serviu de encarregado de negocios de 13 de Novembro deste anno até 30 de Setembro de 1871: serviu de secretario de 13 de Novembro de 1871 até 30 de Março de 1873.)		
	Promovido.....	Secretario.....	Republica Argentina....	27 de Nov. de 1872.
	Mandado.....	Servir na missão especial. (Serviu de encarregado de Negocios, de 20 de Setembro até 22 de Outubro de 1873, de 1 de Julho de 1874 até 31 de Dezembro de 1876 e de 4 de Junho a 10 de Setembro de 1883 na Republica Argentina.)	Republica do Paraguay.	29 de Agosto de 1873.

SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
	Mandado.....	Servir provisoriamente... (Serv. de encarregado de negocios desde 21 de Setembro de 1883.)	Republica do Paraguay.	23 de Agosto de 1883.
João Vieira de Carvalho	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Peru, Chile e Equador..	30 de Maio de 1863.
	Removido.....	Idem..... (Serviu de secretario de 7 de Julho de 1870 até 8 de Abril de 1871.)	França.....	7 de Julho de 1864.
	Promovido.....	Secretario.....	Republica do Peru.....	19 de Set. d. 1873.
	Removido.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios desde 15 de Julho a 8 de Setembro de 1881 e de 27 de Fevereiro a 10 de Agosto de 1883.)	Italia.....	22 de Junho de 1875.
Francisco Regis de Oliveira	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Bolivia....	14 de Junho de 1871.
	Removido.....	Idem.....	Italia.....	20 de Março de 1872.
	Idem.....	Idem.....	Anstria-Hungria.....	22 de Junho de 1872.
	Mandado.....	Servir.....	França.....	3 de Junho de 1874.
	Promovido.....	Secretario.....	Republica do Peru.....	14 de Fev. de 1877.
	Mandado.....	Servir..... (Serviu de encarregado de negocios de 20 de Maio a 23 de Junho de 1879.)	R. Oriental do Uruguay.	30 de Out. de 1877.
	Removido.....	Secretario.....	Imperio Allemão.....	22 de Junho d. 1881.
Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda	Nomeado.....	Praticante desta.....	Secretaria de Estado....	25 de Agosto de 1870.
	Promovido.....	Amannense.....	Idem.....	8 de Nov. de 1871.
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario de 8 de Julho a 10 de Setembro de 1878.)	Grã-Bretanha.....	16 de Fev. de 1875.
	Promovido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 19 de Abril de 1882 a 10 de Julho de 1883.)	Republica do Paraguay.	3 de Dez. de 1881.
	Mandado.....	Servir provisoriamente... (Serviu de encarregado de negocios d. 11 de Setembro de 1883 a 5 de Março de 1884.)	Republica Argentina....	23 de Agosto de 1883.
Luiz Caetano Pereira Guimarães	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Bolivia....	6 de Julho de 1872.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Chile.....	19 d. Nov. de 1872.
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	19 de Set. de 1873.
	Mandado.....	Servir.....	Italia.....	29 de Jan. de 1875.
	Removido.....	Addido de 1ª classe.....	Santa-Sé.....	30 de Nov. de 1875.
	Promovido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 11 de Agosto a 30 de Outubro de 1881 e de 21 de Dezembro de 1882 a 10 de Janeiro de 1883.)	Portugal.....	22 de Junho de 1881.

CONTINUAÇÃO DOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Henrique Mamede Lins de Almeida.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Venezuela.....	4 de Dez. de 1872.
	Mandado.....	Servir..... (Serviu de secretario, de 10 de Julho a 5 de No- vembro de 1873, e de 4 de Julho de 1874 a 9 de de Julho de 1876.)	Republica Argentina.....	21 de Junho de 1873.
	Removido.....	Addido de 1ª classe.....	Republica Argentina.....	11 de Set. de 1875.
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	15 de Nov. de 1876.
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios, de 19 de Julho de 1877 a 30 de Abril de 1878.)	Confederação Suissa.....	30 de Maio de 1877.
	Idem.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Venezuela.....	23 de Fev. de 1878.
	Promovido.....	Secretario.....	Republica do Peru.....	5 de Fev. de 1881.
	Mandado.....	Servir..... (Serviu de encarregado de negocios de 3 de Ja- neiro a 19 de Abril de 1882.)	Republica do Paraguay.....	13 de Dez. de 1881.
	Mandado.....	Servir temporariamente.	Republica Oriental do Uruguay.....	22 de Dez. de 1882.
	Idem.....	Seguir para o seu posto..	Republica do Peru.....	22 de Nov. de 1883.
Francisco Vieira Mon- teiro.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de encarregado de negocios e de secre- tario, de 2 Junho a 9 de Outubro de 1874; ser- viu de secretario, de 16 de Julho a 15 de Setem- bro de 1878, de 13 de Julho a 12 de Setem- bro de 1879, de 17 de Julho a 16 de Setem- bro de 1880, de 7 de Julho a 6 de Setembro de 1881 e de 21 de No- vembro a 20 de De- zembro de 1881.)	França.....	19 de Set. de 1873.
	Promovido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios, de 27 de Julho a 26 de Agosto de 1882.)	Beigica.....	26 de Nov. de 1881.
	Removido.....	Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios, de 10 de Agosto a 15 de Setem- bro de 1883.)	França.....	31 de Out. de 1882.
Brazilio Liberê da Cu- rnhã.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 1 de Julho a 6 de Ago- sto de 1872 e de 1 de Outubro a 31 de De- zembro de 1875.)	Prussia.....	28 de Junho de 1871.

CONTINUAÇÃO DOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
	Mandado..... Removido..... Promovido.....	Servir..... Addido de 1ª classe..... Secretario..... (Serviu de encarregado de negocios, de 3 a 15 de Março de 1883 e de 21 de Maio a 8 de No- vembro de 1883.)	Italia..... Idem..... Belgica.....	2 de Out. de 1873. 30 de Nov. de 1875. 31 de Out. de 1882.
Henrique Carlos Ribeiro Lisboa.....	Nomeado..... Removido..... Mandado..... Removido..... Nomeado..... Exonerado..... Promovido.....	Addido de 1ª classe..... Idem..... Servir em..... Addido de 1ª classe..... Secretario de missão es- pecial..... Addido de 1ª classe..... Secretario.....	Republica de Venezuela..... Estados-Unidos da Ame- rica..... Portugal..... Hespanha..... China..... Hespanha..... Republica Oriental do Uruguay.....	31 de Dez. de 1870. 4 de Dez. de 1872. 11 de Nov. de 1874. 30 de Nov. de 1875. 9 de Agosto de 1879. 1 de Out. de 1881. 10 de Nov. de 1883.
Pedro de Aranjó Beltrão.	Nomeado..... Mandado..... Removido.....	Addido de 1ª classe..... Servir..... Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 1 a 15 de Julho de 1879, de encarregado de ne- gocios, de 16 de Julho a 25 de Outubro de 1879, de secretario de 26 de Outubro a 10 de De- zembro de 1879, de 7 de Janeiro a 7 de Abril de 1881; de encarre- gado de negocios, de 8 de Abril a 10 Agosto de 1881; de secretario, de 23 de Maio a 1 de Setembro de 1882 e de 21 de Dezembro de 1882 a 11 de Janeiro de 1883.	Republica do Equador..... Portugal..... Idem.....	22 de Junho de 1875. 23 de Junho de 1875. 23 de Fev. de 1878.

ADDIDOS DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Antonio M. Dias Vianna Berquó.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 23 de Agosto a 2 de Novembro de 1862 e de encarregado de nego- cios, de 3 de Novembro de 1862 a 31 de Março de 1863.)	Russia.....	31 de Jan. de 1857.
	Removido.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 1 de Novembro de 1863 a 22 de Outubro de 1863, de 1 de Julho a 13 de Outubro de 1874, de 1 de Julho a 1 de Novembro de 1875 e de 1 a 16 de Julho de 1876, de 1 de Julho a 16 de Dezembro de 1878; e de encarregado de nego- cios, de 12 a 31 de Agosto de 1878.)	Belgica.....	30 de Maio de 1863.
	Mandado.....	Servir.....	Portugal.....	17 de Maio de 1880.
Pedro Candido Affonso de Carvalho.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 18 de Março a 30 de Setembro de 1873.)	Republica Argentina....	1 de Jan. de 1872.
	Mandado.....	Servir.....	Republica do Paraguay.	22 de Fev. de 1873.
	Idem.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	18 de Dez. de 1873.
	Removido.....	(Serviu de secretario de 1 de Agosto de 1874 a 31 de Março de 1875, de 11 a 30 de Setembro do mesmo anno, de 10 de Agosto a 31 de Março de 1876, de 1 a 18 de Abril, e de 19 a 30 de Junho de 1876.) Addido de 1ª classe.....	Republica Oriental do Uruguay.....	11 de Set. de 1875.
	Idem.....	(Serviu de secretario, de 1 de Julho até 27 de Novembro de 1876.) Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 7 de Maio a 10 de Ju- lho de 1881; de 4 de Junho de 1883 até esta data.)	Republica Argentina....	27 de Julho de 1878.
Cesar Augusto Vianna de Lima.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica Oriental do Uruguay.....	19 de Set. de 1873.
	Mandado.....	Servir.....	Prussia.....	13 de Dez. de 1873.
	Removido.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 12 de Agosto a 24 de Setembro de 1876, de 22 de Julho a 4 de Out- ubro de 1878, de 31 de Dezembro de 1880 a 14 de Março de 1881, de 26 de Julho a 14 de Se- ptembro de 1881 e de 7 de Janeiro a 7 de Mar- ço de 1882.)	Grã-Bretanha.....	11 de Set. de 1875.

CONTINUAÇÃO DOS ADDIDOS DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
José Augusto Ferreira da Costa.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Rússia.....	25 de Junho de 1874.
	Mandado.....	Servir.....	Grã-Bretanha.....	23 de Jan. de 1875.
	Removido.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 30 de Setembro a 29 de Novembro de 1881.)	Imperio Allemão.....	9 de Junho de 1889.
Pedro Francisco Corrêa de Araújo.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Confederação Suíça.....	9 de Out. de 1875.
	Removido.....	Idem..... (Serviu de secretario, de 21 de Dezembro de 1881 a 11 de Fevereiro de 1882, de 4 de Maio de 1882 a 21 de Janeiro de 1883.)	França.....	25 de Julho de 1876.
Arthur de Carvalho Mo- reira.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Imperio Allemão.....	21 de Março de 1876.
	Removido.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	9 de Junho de 1880.
Henrique de Miranda...	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Bolivia.....	23 de Abril de 1876.
	Mandado.....	Servir..... (Serviu de secretario, de 4 de Outubro de 1876 a 10 de Abril de 1879.)	Republica do Paraguay.....	30 de Junho de 1876.
	Removido.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario, de 4 de Abril de 1881 a 28 de Fevereiro de 1882.)	Estados-Unidos da Ame- rica.....	7 de Fev. de 1880.
	Idem.....	Addido de 1ª classe.....	Grã-Bretanha.....	17 de Dez. de 1881.
Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica do Chile.....	30 de Agosto de 1876
	Removido.....	Idem..... (Serviu de secretario, de 11 de Julho a 30 de Outubro de 1881.)	Portugal.....	26 de Fev. de 1881.
João de Souza Reis.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica Argentina.....	15 de Nov. de 1876.
	Removido.....	Idem..... (Serviu de secretario, de 1 de Janeiro a 9 de Abril de 1877, de 20 de Maio a 23 de Junho de 1879, e de 12 de Abril a 30 de Junho de 1881.)	Republica Oriental do Uruguay.....	27 de Julho de 1878.
	Idem.....	Addido de 1ª classe.....	Republica do Chile.....	23 de Fev. de 1881.
	Idem.....	Idem.....	Espanha.....	26 de Nov. de 1881.
Luiz Accioli Pereira Franco.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Austria-Hungria.....	14 de Fev. de 1877.
	Mandado.....	Servir.....	França.....	Idem.
	Removido.....	Addido de 1ª classe.....	Idem.....	24 de Dez. de 1881.

CONTINUAÇÃO DOS ADDIDOS DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMINAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Luiz Rodrigues de Lorenna Ferreira.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica do Chile.....	26 de Nov. de 1881.
Amadeu M. J. Gonçalves de Magalhães Araguary.....	Idem.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de encarregado de negocios. de 10 de Julho de 1882 a 31 de Janeiro de 1883.)	Santa-Sé.....	26 de Nov. de 1881.
José Augusto de Saldanha da Gama.....	Idem..... Mandado.....	Addido de 1ª classe..... Servir.....	Republica do Perú..... Espanha.....	14 de Jan. de 1882. 3 de Dez. de 1883.
Justo Leite Chermont...	Nomeado..... Mandado.....	Addido de 1ª classe..... Servir.....	Republica de Venezuela. Estados-Unidos da America.....	14 de Jan. de 1882. 10 de Agosto de 1883.
Dr. José Pereira da Costa Motta.....	Nomeado..... Mandado..... Removido.....	Addido de 1ª classe..... Servir..... (Serviu de secretario. de 3 de Maio a 5 de Dezembro de 1882.) Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario. de 9 de Junho a 10 de Agosto de 1883.)	Republica de Bolivia..... Republica Oriental do Uruguay..... Italia.....	14 de Jan. de 1882. 22 de Março de 1882. 27 de Jan. de 1883.
Alberto Fialho.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Austria-Hungria.....	2 de Set. de 1882.
José Coelho Gomes.....	Idem.....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario. de 23 de Março a 15 de Maio de 1883 e de 11 de Agosto a 7 de Setembro do mesmo anno.)	Estados-Unidos da America.....	5 de Jan. de 1883.
Francisco de Paula de Araujo e Silva.....	Idem..... Mandado..... Removido.....	Addido de 1ª classe..... Servir..... Addido de 1ª classe.....	Republica de Bolivia..... Republica Oriental do Uruguay..... Portugal.....	3 de Fev. de 1883. 8 de Fev. de 1883. 7 de Dez. de 1883.

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro José Maria do Amaral.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe, ser- vindo de secretario.....	Estados-Unidos.....	22 de Abril de 1837.
	Removido.....	Addido de 1ª classe.....	Portugal e Hespanha.....	23 de Agosto de 1839.
	Nomeado.....	Secretario interino.....	Idem.....	13 de Jan. de 1841.
	Promovido.....	Secretario effectivo.....	Russia.....	6 de Out. de 1842.
	Idem.....	Encarregado de negocios.....	Belgica.....	7 de Maio de 1846.
	Removido.....	Idem.....	França.....	21 de Nov. de 1848.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	23 de Fev. de 1851.
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	4 de Jan. de 1854.
	Removido.....	Idem.....	Confederação Argentina.....	26 de Set. de 1856.
	Acreditado tambem.....	Idem.....	Republica do Paraguay.....	5 de Jan. de 1857.
	Exonerado.....	Enviado extraordinario somente na.....	Idem.....	9 de Dez. de 1850.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Peru.....	21 de Maio de 1861.
	Exonerado.....	E posto em disponibi- lidade activa.....		19 de Set. de 1862.
				
				
Conselheiro Joaquim M. Nascentes de Azambuja.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe, ser- vindo de secretario..... (Serviu de encarregado de negocios e consul geral de 31 de Outubro de 1840 até 1º de Julho de 1844.)	Estados-Unidos.....	23 de Março de 1840.
	Idem.....	Official Costa.....	Secretaria de Estado.....	5 de Out. de 1840.
	Idem.....	Official de gabinete.....		9 de Jan. de 1845.
	Idem.....	Chefe da 1ª secção.....		22 de Agosto de 1845.
	Idem.....	Official-maior interino.....		17 de Julho de 1847.
	Promovido.....	Official-maior effectivo.....		13 de Abril de 1849.
	Nomeado.....	Director geral.....		19 de Fev. de 1859.
	Removido.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Estados-Unidos.....	21 de Março de 1865.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	9 de Março de 1867.
	Nomeado.....	Em missão especial.....	Estados-Unidos de Co- lômbia.....	9 de Março de 1867.
	Exonerado.....	E posto em disponibi- lidade inactiva.....		22 de Set. de 1869.
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipoten- ciario.....	Republica de Venezuela.....	21 de Dez. de 1870.
	Removido.....	Idem.....	Republica do Paraguay.....	28 de Fev. de 1872.
	Exonerado.....	E posto em disponibi- lidade activa.....		19 de Set. de 1873.
	Mandado.....	Servir o seu cargo.....	Republica do Peru.....	5 de Out. de 1874.
	Exonerado.....	E posto em disponibi- lidade.....		9 de Março de 1878.
				
				
João da Costa Rego Mon- teiro.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica de Perú e Bo- livia.....	23 de Março de 1840.
	Promovido.....	Encarregado de negocios.....	Republica da Bolivia.....	12 de Abril de 1842.
	Exonerado.....	Idem.....	Bolivia (masahi func- cionou até 26 de No- vembro de 1846).....	17 de Nov. de 1843.
	Nomeado.....	Consul geral e encarre- gado de negocios inte- rino.....	Chile (onde serviu até 5 de Julho de 1851).....	8 de Julho de 1848.
	Removido.....	Encarregado de negocios.....	Republica da Bolivia.....	1 de Março de 1851.
	Idem.....	Idem.....	Republica do Chile.....	18 de Nov. de 1851.
	Promovido.....	Ministro residente.....	Republica da Bolivia.....	7 de Maio de 1859.
	Exonerado.....	E posto em disponibi- lidade activa.....	(Serviu até 30 de Janeiro de 1864).....	30 de Maio de 1863.

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
J. Pereira de Andrade..	Nomeado.....	Praticante.....	Desta Secretaria de Es- tado.....	30 de Dez. de 1842.
	Promovido....	Amanuense da mesma..	Gran-Bretanha.....	22 de Junho de 1846.
	Mand. como..	Amanuense.....	Idem.....	12 de Março de 1853.
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Idem.....	17 de Out. de 1857.
	Promovido....	Secretario. (Serviu de encarregado de nego- cios de 27 de Junho de 1867 até 21 de Abril de 1878).....	Portugal.....	13 de Out. de 1863.
	Removido....	Secretario. (Serviu de encarregado de nego- cios desde 6 de Agosto de 1871 até 4 de Maio de 1873).....	Gran-Bretanha.....	22 de Abril de 1868.
	Promovido....	Encarregado de negocios	Confederação Suissa....	5 de Maio de 1873.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	23 de Fev. de 1878.
	Posto.....	Em disponibilidade.....	Idem.....	9 de Março de 1878.
	Idem.....	Em disponibilidade acti- va.....	Idem.....	1 de Nov. de 1882.
Barão de Itajubá.....	Admittido....	Aos trabalhos desta.....	Secretaria d'Estado.....	23 de Maio de 1866.
	Promovido....	Addido de 1ª classe.....	Russia.....	26 de Nov. de 1866.
	Removido....	Idem.....	França.....	9 de Março de 1867.
	Nomeado.....	Secretario ao arbitro.....	Genebra.....	23 de Set. de 1871.
	Dispensado..	Idem.....	Idem.....	14 de Set. de 1872.
	Promovido....	Secretario.....	França.....	21 de Maio de 1874.
		(Serviu de encarregado de negocios de 2 de Ju- nho a 9 de Outubro de 1874, e de 16 de Julho a 15 de Setembro de 1878, e de 13 de Julho a 12 de Setembro de 1879, de 17 de Julho a 16 de Setembro de 1880 e de 7 de Julho a 6 de Set- embro de 1881.)		
	Idem.....	Encarregado de negocios.	Idem.....	8 de Out. de 1881.
	Posto.....	Em disponibilidade.....	Idem.....	5 de Abril de 1884.
Americo de Castro.....	Nomeado.....	Amanuense da.....	Secretaria do Imperio...	14 de Nov. de 1852.
	Idem.....	Idem.....	Secretaria de Estrangei- ros.....	11 de Out. de 1853.
		Addido de 1ª classe. (Serviu de secretario desde 24 de Maio a 12 de Junho de 1859).....	Prussia.....	19 de Agosto de 1857.
	Promovido....	Secretario. (Regen a le- gação na ausencia de seu chefe, de 12 de Ju- nho a 6 de Outubro do mesmo anno e de 25 de Maio a 5 de Outubro de 1860, de 1 de Junho a 21 de Outubro de 1861, de 28 de Maio a 14 de Outubro de 1863, e de 1º de Junho a 26 de Set- embro de 1864).....		7 de Maio de 1859.
	Exonerado....	E posto em disponibili- dade activa.....		30 de Maio de 1863.
	Removido....	Secretario.....	Republica do Paraguay.	4 de Agosto de 1864.
	Posto.....	Em disponibilidade acti- va.....		31 de Março de 1865.

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Barão Muniz de Aragão	Nomeado....	Addido de 1ª classe.... (Serviu de secretario de 4 de Junho a 4 de Out- ubro de 1864.)	Prussia.....	30 de Maio de 1863.
	Removido....	Addido de 1ª classe.... (Serviu de secretario, de 28 de Junho a 28 de Setembro de 1863.)	Portugal.....	22 de Nov. de 1861.
	Idem.....	Addido de 1ª classe.... (Serviu de secretario des- de 9 de Julho de 1866 até 11 de Novembro, e como encarregado de negocios interino de 12 deste mez até 2 de Ju- lho de 1868.)	Gran-Bretanha.....	5 de Dez. de 1865.
	Promovido....	Secretario.....	França.....	19 de Set. de 1873.
	Removido....	Idem.....	Italia.....	21 de Maio de 1874.
	Exonerado....	E posto em disponibi- lidade.....		3 de Jan. de 1873.
José de Almeida e Vas- concellos.....	Admittido....	Aos trabalhos desta....	Secretaria de Estado....	24 de Abril de 1862.
	Nomeado....	Addido de 1ª classe....	Venezuela, Nova Grana- da e Equador.....	9 de Jan. de 1863.
	Removido....	Idem.....	Portugal.....	30 de Maio de 1863.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	22 de Nov. de 1864.
	Nomeado....	Idem.....	Republica Oriental de Uruguay.....	8 de Junho de 1866.
		(Serviu de secretario, de 8 de Fevereiro de 1867 até 19 de Outubro de de 1868 e de 31 de Maio até 8 de Setembro; de encarregado de nego- cios interino, de 9 de Setembro a 20 de No- vembro e de secretario de 21 de Novembro de 1869 até 5 de Fevereiro de 1870 e de 1 de Abril de 1871 até 23 de Ja- neiro de 1872.)		
	Promovido....	Secretario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	24 de Jan. de 1872.
		(Serviu de encarregado de negocios, de 31 de Outubro de 1873 a 11 de Janeiro de 1874.)		
	Removido....	Secretario.....	Republica do Paraguay.	21 de Maio de 1874.
	Mandado....	Vir á corte.....		5 de Junho de 1875.
	Idem.....	Admittir aos trabalhos desta secretaria.....		20 de Dez. de 1875.
	Idem.....	Servir de encarregado de negocios, interino..	Republica do Paraguay.	10 de Agosto de 1877.
	Exonerado....	E posto em disponibi- lidade.....		3 de Dez. de 1881.
	Posto.....	Em disponibilidade acti- va.....		26 de Fev. de 1883.

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES EM QUE FORAM ACREREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Evaristo Camargo de At- tayde Moncorvo.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.... (Serviu de encarregado de negocios de 8 de De- zembro de 1863 até 6 de Março de 1869 e de 16 de Novembro de 1872 até 18 de Maio de 1873.)	Confederação Suissa.....	20 de Dez. de 1866.
	Promovido....	Secretario.....	Republica do Perú.....	9 de Out. de 1875.
	Removido....	Idem.....	Portugal.....	14 de Fev. de 1877.
	Exonerado....	Posto em disponibilidade		22 de Junho de 1881.
José Maria da Gama Dias Berquó.....	Nomeado....	Consul geral.....	Grecia.....	11 de Julho de 1857.
	Removido....	Idem.....	Suecia e Dinamarca....	5 de Maio de 1860.
	Idem.....	Idem.....	Grecia.....	8 de Jan. de 1861.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	13 de Dez. de 1861.
	Posto.....	Em disponibilidade acti- va.....	Nesta secretaria de Es- tado.....	10 de Dez. de 1862.
	Nomeado....	Addido de 1ª classe....	Missão especial do Barão de Cotegipe.....	9 de Agosto de 1871.
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	23 de Março de 1872.

Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, 14 de Maio de 1884.

BARÃO DE CABO FRIO.

N. 6

Quadro do corpo consular brasileiro

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU BENEFÍCIOS
Allemanha.....	Consul geral.....	Antonio Marques Soares.....	Franckfort s. m....	2 de Abril de 1867.
	Vice-consul.....	Carlos Funck Junior.....	Idem.....	26 de Dez. de 1881.
	Idem.....	Achilles Faerstenberg.....	Berlim.....	15 de Abril de 1879.
	Agente commercial.....	Mauricio Hermann.....	Idem.....	18 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	Rodolpho Abel.....	Sieutin.....	9 de Agosto de 1883.
	Agente commercial.....	Guilherme Ruckholtz.....	Idem.....	
	Consul geral.....	Barão de Paraguassu.....	Hamburgo.....	3 de Jan de 1863.
	Vice-consul.....	Augusto Nicolão Pump.....	Idem.....	10 de Nov. de 1877.
	Idem.....	Christiano Peter Hou.....	Cuxhaven.....	27 de Março de 1866.
	Consul geral.....	Barão de Paraguassu.....	Lubeck.....	3 de Jan. de 1863.
	Vice-consul.....	João Frederico Luejens.....	Idem.....	27 de Março de 1861.
	Idem.....	Hermann Wiemann.....	Leer.....	24 de Jan. de 1863.
	Agente commercial.....	João Gerardo Wiemann.....	Idem.....	9 de Junho de 1883.
America (Est. Uni- dos da).....	Consul geral.....	Salvador de Mendonça.....	New-York.....	3 de Maio de 1876.
	Vice-consul.....	Gustavo H. Gossler.....	Idem.....	22 de Julho de 1874.
	Idem.....	Ranben W. Hopkins.....	Boston.....	8 de Março de 1883.
	Idem.....	John Mason Junior.....	Philadelphia.....	3 de Julho de 1877.
	Agente commercial.....	Henrique Pican.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Consul privativo.....	Sally José de Souza.....	Baltimore.....	10 de Maio de 1876.
	Vice-consul.....	Charles Mackall.....	Idem.....	5 de Junho de 1878.
	Idem.....	Barton Miers.....	Norfolk.....	14 de Junho de 1878.
	Agente commercial.....	W. F. B. Slaughter.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	Herman R. Baldwin.....	Richmond.....	8 de Maio de 1880.
	Agente commercial.....	Georg A. Barksdale.....	Idem.....	6 de Out. de 1880.
	Vice-consul.....	Carlos F. Huchet.....	Charleston.....	10 de Junho de 1879.
	Agente commercial.....	Henrique O. Martins.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	Alain Eustis.....	New-Orleans.....	18 de Julho de 1879.
	Agente commercial.....	Lucien de-Bays.....	Idem.....	7 de Maio de 1874.
	Vice-consul.....	M. F. Gonzales.....	Pensacola.....	22 de Abril de 1874.
	Agente commercial.....	Paul Kaefer.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	Oscar G. Parsley.....	Wilmington North Caroline.....	27 de Out. de 1869.
	Agente commercial.....	Walter L. Parsley.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	William H. Adams.....	Savannah.....	8 de Maio de 1880.
	Idem.....	D. L. Randolph.....	California.....	19 de Março de 1884.
	Idem.....	John R. Cook.....	Brunswick.....	17 de Maio de 1877.
	Agente commercial.....	P. W. Brewster.....	Idem.....	18 de Junho de 1880.
	Vice-consul.....	Afonso de Figueiredo.....	St. Louis.....	17 de Maio de 1877.
	Idem.....	André Jackson Ingersoll.....	Mobile.....	9 de Julho de 1877.
	Agente commercial.....	William Isanes Ingersoll.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	W. A. Murchie.....	Calais.....	9 de Julho de 1877.
	Agente commercial.....	Henry Graham.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	Charles S. Langdon.....	Darien.....	14 de Junho de 1878.
	Agente commercial.....	James E. Holmes.....	Idem.....	12 de Maio de 1880.
	Vice-consul.....	S. G. Searling.....	Jacksonville, Cedar Keys e Fernandina.....	1 de Julho de 1878.
	Agente commercial.....	F. W. Mumby.....	Idem.....	15 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	Augustus Barathe.....	St. Mary's e Satilla.....	8 de Maio de 1880.
	Idem.....	Edgar Clarence Pearson.....	Bangor.....	8 de Maio de 1880.
	Agente commercial.....	William Manly S. Kinner.....	Idem.....	15 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	Barton Myers.....	New Port News.....	12 de Março de 1883.
	Idem.....	William G. Gibbons.....	Wilmington (Estado Delaware).....	18 de Agosto de 1882.
Austria-Hungria....	Consul geral.....	Barão Marco de Mornago.....	Trieste.....	15 de Jan. de 1868.
	Vice-consul.....	Frederico Fitz Gibbon.....	Idem.....	6 de Agosto de 1879.
	Idem.....	Barão G. de Hanszer.....	Fiunne.....	22 de Março de 1869.
	Idem.....	João Amadeu Marcorig.....	Vienna.....	11 de Março de 1878.
	Idem.....	Veit Benedikt.....	Carlsbad.....	16 de Jan. de 1873.
Bade.....	Consul geral.....	Visconde do Desterro.....		17 de Jan. de 1871.
	Vice-consul.....	Roberto Koele.....	Carlsruhe.....	14 de Março de 1877.
Baviera.....	Consul geral.....	Visconde do Desterro.....		17 de Jan. de 1871.
	Vice-consul.....	Carlos Rosipal.....	Munich.....	3 de Nov. de 1870.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU DENEPLACITOS
Belgica.....	Consul geral.....	Manoel Antonio Moreira.....	Bruxellas.....	15 de Junho de 1863.
	Vice-consul.....	Henri Tournay.....	Idem.....	11 de Maio de 1883.
	Idem.....	Alberto Verinaege de Naeyer.....	Gand.....	18 de Dez. de 1871.
	Idem.....	Julien Duclos.....	Ostende.....	4 de Abril de 1870.
	Agente commercial.....	Augusto Duclos.....	Idem.....	3 de Nov. de 1849.
	Vice-consul.....	Alexandre Baguet.....	Antuerpia.....	19 de Fev. de 1874.
	Vice-consul.....	René de Lamine.....	Liège.....	8 de Nov. de 1881.
	Agente commercial.....	Antonia Terme.....	Idem.....	5 de Maio de 1875.
	Vice-consul.....	Albert Dubois.....	Moas.....	2 de Out. de 1874.
	Idem.....	Emilio Sepulchre.....	Namur.....	10 de Abril de 1876.
	Idem.....	Georges Hallepute.....	Louvain.....	21 de Maio de 1880.
Bolivia.....	Consul geral.....	Victor da Cunha.....	Santa Cruz de la Sierra.....	30 de Junho de 1883.
	Vice-consul.....	David Cronenhold.....	Idem.....	15 de Fev. de 1872.
	Idem.....	Manoel Barrau.....	Cobija.....	20 de Dez. de 1867.
	Agente commercial.....	Luiz Barrau.....	Idem.....	27 de Dez. de 1873.
	Vice-consul.....	Mariano Pena.....	Santa Anna.....	9 de Fev. de 1872.
	Agente commercial.....	Pastor Callán.....	Idem.....	10 de Agosto de 1882.
	Vice-consul.....	Dr. Antonio Vaca Diez.....	Depart. do Beni.....	11 de Agosto de 1880.
	Idem.....	Canuto Quercjaza.....	Siere.....	8 de Julho de 1882.
	Idem.....	Estanislau Senseve.....	Chiquitos.....	9 de Out. de 1882.
	Idem.....	Simon Lopez.....	Cocharabamba.....	17 de Jan. de 1880.
	Consul.....	Fernando Steinert.....	La Paz.....	18 de Dez. de 1882.
Bremen.....	Vice-consul.....	Frederico de Heymann.....	Bremen.....	22 de Dez. de 1881.
Chile.....	Consul geral.....	Dr. Luiz Pires Garcia.....	Valparaiso.....	14 de Fev. de 1880.
	Vice-consul.....	Agostinho Voillier.....	Idem.....	1 de Junho de 1876.
	Idem.....	Felippe de La Fuente.....	Constitucion.....	28 de Maio de 1874.
	Idem.....	João Soares Barbosa.....	Santiago.....	9 de Agosto de 1879.
	Idem.....	Carlos Alvarez Condarco.....	Talcahuano.....	26 de Agosto de 1881.
	Idem.....	Frederico W. Schwager.....	Coronel.....	26 de Agosto de 1881.
	Idem.....	Julio Scheffler.....	Caldeira.....	26 de Agosto de 1881.
China.....	Consul geral.....	João Antonio Rodrigues Martins.....	Shanghai.....	4 de Nov. de 1882.
	Vice-consul.....	Manoel da Silva Pontes Junior.....	Idem.....	9 de Fev. de 1883.
Dinamarca.....	Consul geral.....	Ernesto Antonio de Souza Leconte.....	Copenhague.....	19 de Jan. de 1861.
	Vice-consul.....	Carlos Hecksher.....	Idem.....	8 de Jan. de 1879.
	Consul.....	Eduardo Henrique Moron.....	Ilha de S. Thomaz.....	31 de Maio de 1883.
	Vice-consul.....	Luiz C. E. Schierbeck.....	Elseneur.....	3 de Set. de 1875.
	Idem.....	João E. Sandstrom.....	Carlshamn.....	8 de Jan. de 1879.
Egypto e Syria.....	Consul geral hono- rario.....	José Nicolas Debbané.....	Alexandria.....	22 de Junho de 1872.
	Vice-consul hono- rario.....	X. Dimitri Comanos.....	Cairo.....	27 de Dez. de 1879.
	Idem.....	Elias Dibo.....	Tantah.....	8 de Maio de 1875.
	Idem.....	Selim Salame.....	Damietti.....	8 de Maio de 1875.
	Idem.....	Michel Joseph Debbané.....	Mansourah.....	8 de Maio de 1875.
Estados Unidos de Colombia.....	Consul.....	Ramon Arias Feraud.....	Panamá.....	23 de Dez. de 1882.
França.....	Consul geral.....	Antonio A. M. de Andrade Carvalho.....	Pariz.....	30 de Junho de 1883.
	Vice-consul.....	Manoel José Barboza.....	Idem.....	17 de Jan. de 1871.
	Idem.....	Eduardo Ferreira Alves.....	Havre.....	23 de Nov. de 1846.
	Idem.....	Gustavo Bonfils.....	Cherburgo.....	12 de Junho de 1874.
	Idem.....	Luiz João Baptista Victor Jouve.....	Toulon.....	21 de Nov. de 1864.
	Agente commercial.....	Augusto Fournier.....	Idem.....	15 de Maio de 1875.
	Vice-consul.....	Luiz Julio Hermann.....	Abbeville.....	9 de Abril de 1875.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRAZILEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCAIS ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU BENEFICACIÃO
França.....	Vice-Consul.....	Ferdinand Emil Angst.....	Marselha.....	4 de Março de 1884.
	Agente commercial.	Juan Sotorra.....	Idem.....	28 de Dez. de 1882.
	Vice-consul.....	C. Moulinié.....	Bayonne.....	12 de Junho de 1874.
	Idem.....	Eduardo Payen.....	Lyon.....	1 de Agosto de 1877.
	Idem.....	Eduardo Kerros.....	Brest.....	13 de Maio de 1878.
	Idem.....	Gustavo Piganeau.....	Bordéus.....	7 de Abril de 1879.
	Agente commercial.	L. Montero.....	Idem.....	23 de Julho de 1879.
	Vice-consul.....	Renato Denis Cronan.....	Nantes.....	11 de Julho de 1883.
	Idem.....	Carlos Gustavo Féron.....	Dunkerque.....	6 de Abril de 1883.
	Idem.....	Carlos Luiz Pedro Scheydt.....	Cette.....	8 de Agosto de 1885.
	Agente commercial.	Charles Scheydt Filho.....	Idem.....	5 de Dez. de 1882.
	Consul.....	José Servat.....	Argel.....	22 de Jan. de 1876.
	Vice-consul.....	Léon Sellier.....	Lorient.....	10 de Dez. de 1888.
	Idem.....	Adrien Mass.....	Port-Vendres.....	12 de Junho de 1874.
	Agente commercial.	Jacques Pams.....	Idem.....	21 de Maio de 1875.
	Vice-consul.....	Charles Roissard de Bellet.....	Nice.....	26 de Agosto de 1881.
	Agente commercial.	F. Crossa.....	Idem.....	7 de Dez. de 1881.
	Vice-consul.....	Victor Masarel.....	Oran.....	25 de Agosto de 1881.
	Consul geral.....	Ignacio José Alves de Souza Junior.....	Cayenna.....	19 de Jan. de 1884.
	Idem.....	Pedro Eugenio Niel.....	Porto de Rouen.....	19 de Junho de 1865.
	Encarregado do vice-consulado.....	J. P. Vendroux.....	Calais.....	Nov. de 1877.
	Vice-consul.....	Hypolito Adam.....	Boulogne.....	11 de Set. de 1873.
	Idem.....	Felix Farauld.....	Menton.....	11 de Julho de 1876.
	Idem.....	Luiz Bayard.....	Lille.....	22 de Jan. de 1877.
	Agente commercial.	Gustavo Venot.....	Idem.....	20 de Março de 1879.
Grã-Bretanha e suas possessões.....	Consul geral.....	José Maria da Silva Paranhos.....	Liverpool.....	3 de Julho de 1876.
	Vice-consul.....	Joaquim Teixeira de Mello.....	Idem.....	24 de Set. de 1879.
	Idem.....	Jorge Henrique Fox.....	Falmouth.....	2 de Maio de 1873.
	Agente commercial.	Joan Cumming.....	Idem.....	23 de Julho de 1883.
	Vice-consul.....	Alfred Stanhope Hodges.....	Deal.....	14 de Nov. de 1883.
	Idem.....	Guilherme Croft.....	Hull.....	12 de Set. de 1881.
	Idem.....	Samuel M. Latham.....	Dover.....	20 de Dez. de 1883.
	Consul geral.....	Bartão de Ibirá-mirim.....	Londres.....	8 de Abril de 1872.
	Vice-consul.....	Luiz Augusto da Costa.....	Idem.....	11 de Out. de 1883.
	Idem.....	Carlos Ed. Mac Ceanne.....	Portsmouth.....	5 de Dez. de 1878.
	Agente commercial.	J. Main.....	Idem.....	1 de Nov. de 1870.
	Vice-consul.....	Edmund Stanton Bilson.....	New-Castle.....	2 de Set. de 1875.
	Agente commercial.	Herbert G. Williams.....	Idem.....	14 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	William Smith.....	Sheffield.....	30 de Jan. de 1882.
	Agente commercial.	William Holland Stacey.....	Idem.....	22 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	João Frederick Obree.....	Southampton.....	4 de Maio de 1883.
	Agente commercial.	Thomas Wild.....	Idem.....	23 de Julho de 1883.
	Vice-consul.....	Thomas Ware Fox.....	Plymouth.....	24 de Julho de 1883.
	Idem.....	Thomas W. Faulkner.....	Cowes.....	19 de Julho de 1875.
	Agente commercial.	Thomas W. B. Faulkner.....	Idem.....	14 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	James Mutter.....	Glasgow.....	24 de Julho de 1883.
	Agente commercial.	Adam Cunningham Scott.....	Idem.....	29 de Out. de 1883.
	Vice-consul.....	Ed. G. Buchanan.....	Leith.....	27 de Dez. de 1872.
	Agente commercial.	David W. Stevenson.....	Idem.....	14 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	Carlos Reeves.....	Birmingham.....	10 de Abril de 1880.
	Agente commercial.	Walter Hay Reeves.....	Idem.....	14 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	Thomas Collier.....	Dundee.....	3 de Jan. de 1870.
	Agente commercial.	Alexandre Emslie.....	Idem.....	29 de Out. de 1870.
	Vice-consul.....	Jorge Newham Harvey.....	Cork.....	7 de Junho de 1864.
	Agente commercial.	Charles M. Harvey.....	Idem.....	1 de Jan. de 1876.
	Vice-consul.....	James Horner Neilson.....	Dublin.....	16 de Nov. de 1878.
	Agente commercial.	Thomas Cavanagh.....	Idem.....	23 de Fev. de 1880.
	Consul.....	Meiner: La Croix.....	Cabo da Boa Esperança.....	7 de Abril de 1883.
	Vice-consul.....	Ricardo W. Stonehouse.....	New-Port.....	10 de Dez. de 1856.
	Agente commercial.	Richard William Jones.....	Idem.....	25 de Agosto de 188.
	Vice-consul.....	Ed. H. Bath.....	Swansea.....	12 de Junho de 1874.
	Agente commercial.	Rob. H. Brown.....	Idem.....	23 de Março de 1877.
	Vice-consul.....	Roberto Peell Raymond.....	Sidney (Australia).....	3 de Jan. de 1868.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRAZILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU BENEPLACITOS
Grã-Bretanha e suas possessões.....	Vice-consul.....	Charles Sutton Le Bouillier.	Gaspe (Canadá).....	6 de Maio de 1876.
	Consul-honorario....	Eduardo Serendat.....	Mauricia.....	6 de Nov. de 1863.
	Idem.....	Clarence Edgard Antonio de Souza.....	Calcutá.....	12 de Agosto de 1862
	Vice-consul.....	Thomas Price Hitchings.....	Guernesey.....	5 de Julho de 1893.
	Idem.....	Henrique Carlos Bertram.....	Jersey.....	5 de Junho de 1855.
	Agente commercial....	Walter Thomas Berteau.....	Idem.....	14 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	Diego Rohim.....	Adelaide (Australia).....	12 de Dez. de 1863.
	Agente commercial....	Roland Barbenson Robia.....	Idem.....	11 de Junho de 1880.
	Consul honorario....	José Benso.....	Gibraltar.....	6 de Out. de 1874.
	Vice-consul.....	William Darley Bentley Junior.....	Halifax.....	4 de Set. de 1882.
	Consul.....	Jorge Mos.....	Santa Helena.....	31 de Out. de 1875.
	Vice-consul.....	Henrique James Bowell.....	Idem.....	11 de Maio de 1880.
	Idem.....	Jorge Gerald Bingham.....	Belfast.....	6 de Junho de 1859.
	Agente commercial....	Ernesto Cochrane.....	Idem.....	13 de Nov. de 1879.
	Vice-consul.....	Ed. José Knierth.....	Cardiff.....	22 de Jan. de 1873.
	Agente commercial....	Ricardo R. Todd.....	Idem.....	16 de Maio de 1872.
	Vice-consul.....	Jonatas Bines Wew.....	Melbourne.....	25 de Out. de 1853.
	Idem.....	Alfredo Lewton Hodges.....	Ramsgate.....	5 de Junho de 1855.
	Consul.....	José de Almeida.....	Singapore.....	11 de Out. de 1856.
	Vice-consul.....	Henry Kelway.....	Milford-Haven.....	30 de Jan. de 1882.
	Agente commercial....	Henry Richard Kelway.....	Idem.....	18 de Abril de 1882.
	Vice-consul.....	Tn. F. Pearce.....	Bristol.....	30 de Maio de 1873.
	Agente commercial....	Francisco Barnard.....	Idem.....	30 de Out. de 1873.
	Vice-consul.....	Domingos Monbrun.....	Ilha da Trindade.....	8 de Julho de 1868.
	Agente commercial....	Vicente Monbrun.....	Idem.....	11 de Junho de 1880.
	Vice-consul.....	J. Lilly.....	Manchester.....	20 de Julho de 1872.
	Agente commercial....	James Watson Hall.....	Idem.....	27 de Set. de 1879.
	Consul.....	Frederick Vella.....	Malta.....	27 de Jan. de 1883.
	Vice-consul.....	Augusto O. Hayward.....	Terra-Nova.....	7 de Fev. de 1878.
	Agente commercial....	Henry E. Hayward.....	Idem.....	11 de Junho de 1880.
	Vice-consul.....	John Richard Tinslay.....	Limerick.....	20 de Março de 1877.
	Agente commercial....	Tomaz Devitt.....	Idem.....	29 de Jan. de 1877.
	Consul.....	Agostinho Guilherme Romano.....	Hong-Kong.....	11 de Jan. de 1879.
	Consul geral.....	William Darley Bentley.....	Canadá (Montréal).....	7 de Fev. de 1880.
	Vice-consul.....	Walter Hamon.....	Paspebiac (Quebec).....	4 de Set. de 1882.
	Idem.....	Frederick Robertson Fairweather.....	S. John (New Brunswick).....	4 de Set. de 1882.
	Idem.....	William Holme Howland.....	Toronto.....	4 de Set. de 1882.
	Idem.....	Joseph Umvin Laird.....	Quebec.....	4 de Set. de 1882.
	Idem.....	M. Leod Shewart.....	Ottawa.....	4 de Set. de 1882.
Grecia.....	Idem.....	Leonidas Metaxas.....	Athenas.....	28 de Abril de 1883.
Haiti.....	Consul.....	João Maxwell Savage.....	Port au Prince.....	21 de Jan. de 1862.
Hespanha.....	Consul geral.....	Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade.....	Barcelona.....	16 de Abril de 1878.
	Vice-consul.....	D. Frederic Bonay y Calbó.....	Idem.....	22 de Fev. de 1871.
	Idem.....	Frederico Fedriani.....	Cadiz.....	19 de Julho de 1876.
	Consul honorario....	Thomaz d'Arssu.....	Malaga.....	25 de Agosto de 1846.
	Agente commercial....	Antonio Garcia Trigueros.....	Idem.....	13 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	Joaquim de Castel Larnau y Balcells.....	Tarragona.....	18 de Out. de 1878.
	Agente commercial....	D. Gustavo H. Bessa.....	Idem.....	6 de Out. de 1880.
	Vice-consul.....	José Maria Abeila.....	Corunha.....	22 de Julho de 1868.
	Idem.....	Thomaz Mirones.....	Santander.....	4 de Julho de 1867.
	Agente commercial....	Atilano Lamera.....	Ceballos.....	13 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	Pascoal D. del Castellar y Zanony.....	Valencia.....	5 de Jan. de 1866.
	Agente commercial....	Rafael Auladeli y Guixeres.....	Idem.....	13 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	D. Bernardo Torresano.....	Sevilha.....	8 de Julho de 1861.
	Idem.....	D. Poncio Rodolfo Dahlander.....	Alicante.....	16 de Dez. de 1870.
	Agente commercial....	Godofredo Raymundo.....	Idem.....	13 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	Emilio Bacelar.....	Vigo.....	8 de Julho de 1882.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRAZILEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU HONEPLACITOS
Hespanha.....	Agente commercial.	José Bacelar.....	Vigo.....	10 de Out. de 1882.
	Consul.....	Angelo Crosa.....	Tenerife.....	18 de Jan. de 1879.
	Vice-consul.....	Emilio Sola.....	Huelva.....	16 de Dez. de 1870.
	Vice-consul.....	Miguel Ruiz de Villanueva.....	Almeria.....	23 de Nov. de 1864.
	Consul.....	Eduardo Belamy.....	Manilha.....	3 de Jan. de 1871.
	Vice-consul.....	Juan Antonio Firrer.....	Palma.....	1 de Jul. de 1874.
	Idem.....	Benigno Dominiques Gil.....	Gijon.....	1 de Jul. de 1874.
	Idem.....	João Antonio Teran y Mier.....	S. Lucas de Barra- meda.....	23 de Dez. de 1876.
	Idem.....	Joaquim Maso y Pujol.....	Granada.....	22 de Mar. de 1876.
	Consul.....	Henrique Porta y Vicuna.....	Havana.....	8 de Abr. de 1879.
	Vice-consul.....	Pedro de Amezaga y Lam- barri.....	Mataanzas.....	5 de Março de 1884.
	Idem.....	Andrés Agreata.....	Algeiras.....	5 de Jul. de 1876.
	Idem.....	José de Viera y Espejo.....	Cordoba.....	11 de Jan. de 1879.
	Idem.....	Francisco Puig Descals.....	Rosas.....	18 de Out. de 1873.
	Idem.....	Isidro Perez y Lopez.....	Ferrol.....	18 de Out. de 1873.
	Agente commercial.	Avellino Fernandez.....	Idem.....	13 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	Pedro Nolasco Gonzalez.....	Xerez.....	18 de Out. de 1873.
	Idem.....	Luiz Cabrera del Castillo.....	Arrecife de Lanza- rote.....	4 de Jan. de 1881.
	Idem.....	José Carrillo.....	Santa Cruz da Pal- ma.....	4 de Jan. de 1881.
	Idem.....	Fernando Inglot.....	Palma da Gran Ca- naria.....	4 de Jan. de 1881.
	Idem.....	Francisco Cid Rodriguez.....	Torre Vieja.....	29 de Agosto de 1881.
	Agente commercial.	Geronimo Sanches.....	Idem.....	29 de Agosto de 1881.
	Vice-consul.....	Juan E. Wallis.....	Ibiza.....	2 de Out. de 1882.
Hesse Grão-Ducal...	Consul geral.....	Visconde do Desterro.....		17 de Jan. de 1871.
Italia.....	Idem.....	Dr. Cesar Persiani.....	Genova.....	23 de Agosto de 1862.
	Vice-consul.....	Manoel Agreata.....	Idem.....	12 de Abr. de 1873.
	Idem.....	Leopoldo Bizio.....	Veneza.....	18 de Set. de 1863.
	Agente commercial.	Andrea Bizio.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	João B. Carani Massa.....	Spezio.....	7 de Jul. de 1873.
	Agente commercial.	Eligio Giacomini.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	Luiz Bozzano.....	Lerici.....	14 de Set. de 1863.
	Idem.....	Manoel Signorili.....	Bari.....	15 de Set. de 1863.
	Idem.....	Nicolao Paccetti.....	Ancona.....	15 de Set. de 1863.
	Agente commercial.	Adolfo Schellini.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	Agostinho Molino.....	Rapallo.....	15 de Set. de 1863.
	Idem.....	Antonio Cardella.....	Girgenti.....	15 de Set. de 1863.
	Idem.....	Carlos Mazzone.....	Milão.....	15 de Set. de 1863.
	Idem.....	José Moriondo.....	Turin.....	12 de Jan. de 1874.
	Agente commercial.	Rodolfo Casanova.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	José Muzio.....	Savona.....	10 de Jul. de 1851.
	Idem.....	Salvatore Pugliese.....	Palermo.....	3 de Jul. de 1876.
	Agente commercial.	Giò Battista Giambruno.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Vice-consul.....	Antonio Lipari.....	Trapani.....	14 de Set. de 1843.
	Idem.....	Cesario Morelli.....	Cotrone.....	5 de Jun. de 1860.
	Idem.....	Antonio Laquidaro.....	Millazo.....	16 de Out. de 1857.
	Agente commercial.	Eduardo Barbera.....	Catania.....	30 de Abr. de 1877.
	Vice-consul.....	Vicenzo de Eredia.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Idem.....	Salvador Loreta.....	Tarento.....	10 de Dez. de 1851.
	Idem.....	Giuseppe Pierni.....	Messina.....	6 de Fev. de 1864.
	Agente commercial.	Alberto Paoletti.....	Idem.....	29 de Mar. de 1875.
	Vice-consul.....	Corrado Adami Bocaccini.....	Ravenna.....	10 de Fev. de 1882.
	Idem.....	Matteo Guillot.....	Alghero.....	6 de Out. de 1870.
	Idem.....	Ernesto Naclerio.....	Naples.....	6 de Jul. de 1864.
	Agente commercial.	Erminio Naclerio.....	Idem.....	5 de Abr. de 1866.
	Vice-consul.....	Antonio Petruci Kesen.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Idem.....	Luiz Brurioni.....	Civita-Vechia.....	22 de Jan. de 1867.
	Idem.....	Carlos Santucci.....	Sampierdarena.....	7 de Jan. de 1873.
	Idem.....	Rodolfo Lasqui.....	Roma.....	10 de Fev. de 1882.
	Agente commercial.	Guido Ferri.....	Florença.....	1 de Mai. de 1877.
	Vice-consul.....	Nicoló Carossino.....	Florença.....	10 de Fev. de 1882.
	Agente commercial.	Antonio Carossino.....	Cagliari.....	21 de Out. de 1840.
	Vice-consul.....	Gerolamo Costa.....	Idem.....	10 de Fev. de 1882.
	Idem.....	Nicoló A. Panizzi.....	Chiavari.....	2 de Jun. de 1881.
			San Remo.....	20 de Agosto de 1883.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRAZILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU DENEPLACITOS
Marrocos.....	Consul.....	José Daniel Colaço.....	Tanger.....	10 de Jun. de 1878.
	Vice-consul.....	Emilio Rey Colaço.....	Idem.....	12 de Dez. de 1882.
	Idem.....	Alexandre A. Carara.....	Casa-Branca.....	4 de Nov. de 1879.
Mechl. Schwering..	Consul geral.....	Barão de Paraguassú.....		3 de Jan. de 1863.
Mechl. Strelitz....	Idem.....	Barão de Paraguassú.....		3 de Jan. de 1863.
Oldemburgo.....	Idem.....	Barão de Paraguassú.....		3 de Jan. de 1863.
Paizes-Baixos.....	Idem.....	Antonio Carlos Teixeira....	Rotterdam.....	30 de Jun. de 1833.
	Vice-consul.....	Guilherme José Kraemer...	Idem.....	5 de Jan. de 1877.
	Idem.....	Peter Rodernhuis Ypiuszon.	Harlingen.....	19 de Jan. de 1872.
Paraguay.....	Consul geral.....	Pedro Rodrigues Moreira...	Assumpção.....	4 de Nov. de 1882.
	Vice-consul.....	Luiz Affonso Pereira Torres.	Idem.....	11 de Mai. de 1877.
	Idem.....	Pacifico de Vargas.....	Santo Estanislão.....	1 de Agosto de 1873.
	Idem.....	Thomaz Lorangeira.....	Concepcion.....	18 de Jan. de 1879.
Perú.....	Consul geral.....	Antonio Augusto de Castilho.	Lima.....	14 de Julho de 1883.
	Vice-consul.....	Ernani Lodi Batalha.....	Idem.....	13 de Abril de 1877.
	Idem.....	João Jefferson.....	Arica e Islay.....	28 de Julho de 1873.
	Agente commercial.	Jorge Stambury.....	Idem.....	10 de Jan. de 1874.
	Vice-consul.....	M. Wenceslão Tejada.....	Arequipa.....	3 de Jan. de 1871.
	Idem.....	Henrique Escardo.....	Calhío.....	8 de Nov. de 1870.
	Idem.....	Henrique Guilherme de Souza.	Moyobamba.....	21 de Nov. de 1870.
	Idem.....	Antonio da Silva.....	Tumbes.....	6 de Maio de 1872.
	Consul geral.....	José Guilherme de Miranda Chaves.	Loroto.....	23 de Jan. de 1882.
	Agente commercial.	Francisco Böbling.....	Islay.....	10 de Jan. de 1874.
Portugale seus domínios.....	Vice-consul.....	Carlos Mouraille.....	Iquitos.....	14 de Set. de 1883.
	Consul geral.....	Paulo Porto Alegre.....	Lisboa.....	22 de Julho de 1881.
	Vice-consul.....	Guilherme da Silva Guimaraes.....	Idem.....	24 de Abril de 1883.
	Consul geral.....	Manoel José Rabelio.....	Porto.....	2 de Set. de 1882.
	Vice-consul.....	José Teixeira da Silva Braga Junior.	Idem.....	26 de Nov. de 1879.
	Idem.....	Joaquim Lobo de Miranda.....	Lagos.....	6 de Maio de 1870.
	Idem.....	Manoel Silveira dos Santos.....	Ilha do Pico.....	21 de Maio de 1862.
	Idem.....	José Paulo dos Santos.....	Ilha da Madeira.....	7 de Nov. de 1879.
	Agente commercial.	Jacinto A. Moniz de Bittencourt.....	Idem.....	29 de Maio de 1883.
	Vice-consul.....	J. A. de Mendonça Menezes.....	Ilha Terceira (Angra).....	16 de Março de 1852.
	Agente commercial.	Miguel Polixoto Palinha.....	Idem.....	22 de Dez. de 1880.
	Vice-consul.....	Joaquim José de Faria.....	Ilha do Maio.....	21 de Maio de 1881.
	Agente commercial.	Joaquim Pedro Bento.....	Idem.....	12 de Out. de 1873.
	Vice-consul.....	Antonio Joaquim Nunes da Silva.....	Ilha de S. Miguel (Ponta Delgada).....	20 de Junho de 1883.
	Agente commercial.	José Correia Serra.....	Idem.....	11 de Março de 1884.
	Vice-consul.....	Antonio de Souza Machado Junior.....	Ilha do Sal.....	20 de Set. de 1881.
	Agente commercial.	Benjamin Nunes da Silva.....	Idem.....	14 de Fev. de 1883.
	Vice-consul.....	Ernesto do Canto Amaral.....	Ilha do Faial (Horta).....	24 de Dez. de 1883.
	Agente commercial.	Manoel José da Silva Sequeira.....	Idem.....	3 de Jan. de 1880.
	Vice-consul.....	Thomaz de Souza Machado.....	Ilha Graciosa.....	24 de Set. de 1850.
	Agente commercial.	Vital de C. N. da Silveira.....	Idem.....	26 de Abril de 1875.
	Vice-consul.....	Clarimundo Martins.....	Ilha de S. Vicente.....	20 de Junho de 1883.
	Agente commercial.	Antonio Candido Monteiro Junior.....	Idem.....	9 de Jan. de 1880.
	Vice-consul.....	Manoel Gonçalves da Rocha.....	Villa do Conde.....	17 de Agosto de 1868.
	Agente commercial.	José Ferreira da Costa Beiral.....	Idem.....	25 de Set. de 1879.
	Vice-consul.....	Manoel Antonio das Chagas.....	Tavira.....	3 de Julho de 1844.
	Idem.....	A. Luiz Gonçalves Vianna.....	Vianna do Castello.....	12 de Set. de 1859.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU BENEPLACITOS
Portugal e seus domínios.....	Agente commercial.	Thomaz R. G. Vianna.....	Vianna do Castello.	17 de Março de 1875.
	Consul.....	Barão do Cereal.....	Mação.....	23 de Agosto de 1877.
	Vice-consul.....	José Alves Monteiro.....	S. Martinho e Alcobaga.....	7 de Jan. de 1870.
	Idem.....	Afonso Ernesto de Barros.....	Figueira.....	20 de Maio de 1865.
	Agente Commercial.	Antonio da Costa Guia.....	Idem.....	27 de Set. de 1879.
	Vice-consul.....	João José Andrés.....	Villa Nova de Portimão.....	6 de Maio de 1870.
	Agente commercial.	Frederico de Paes Mendes.....	Idem.....	27 de Set. de 1879.
	Idem.....	Francisco Deodato de Souza.....	Ilha de S. Jorge.....	2 de Jan. de 1874.
	Idem.....	Francisco de Salles Ferreira.....	Loanda.....	15 de Dez. de 1883.
	Vice-consul.....	Carlos Eugenio Burnay.....	S. Thiago.....	1 de Dez. de 1874.
	Agente commercial.	Henrique Vieira de Vasconcellos.....	Idem.....	16 de Julho de 1877.
	Vice-consul.....	José Fernandes de Almeida.....	Faro.....	23 de Agosto de 1882.
	Idem.....	Antonio Maria Curvello.....	Ilha das Flores.....	7 de Nov. de 1879.
	Idem.....	José do Nascimento e Oliveira.....	Setubal.....	23 de Julho de 1881.
	Agente commercial.	Manoel José do Nascimento e Oliveira.....	Idem.....	11 de Março de 1882.
	Vice-consul.....	Eugenio de Souza Pinto.....	Ilha da Boa Vista.....	20 de Set. de 1881.
	Idem.....	Justino Augusto de Amorim Azevedo.....	Monsão.....	20 de Set. de 1881.
	Vice-consul.....	José Domingos Fazenda.....	Beija Serpa.....	19 de Out. de 1880.
	Idem.....	José Rodrigues Garcia.....	Silves.....	29 de Junho de 1883.
	Idem.....	José Maria Rego.....	Caminha.....	20 de Julho de 1883.
	Idem.....	Aniceto Constantino Pimenta.....	Ilha de S. Thomé.....	20 de Out. de 1882.
República Argentina.....	Consul geral.....	Dr. João Adrião Chaves.....	Buenos-Ayres.....	5 de Fev. de 1872.
	Vice-consul.....	Joaquim Pedro da Rocha.....	Idem.....	16 de Jan. de 1872.
	Idem.....	José Pedro da Rocha.....	Concordia.....	21 de Dez. de 1874.
	Agente commercial.	Izabelino Rodrigues.....	Idem.....	23 de Fev. de 1877.
	Vice-consul.....	Luiz Maria Navarro.....	Restauração.....	13 de Abril de 1867.
	Agente commercial.	José G. Riera.....	Idem.....	19 de Março de 1883.
	Vice-consul.....	Felix Mamede d'Almeida.....	Rosario.....	27 de Dez. de 1881.
	Agente commercial.	Constantino Oreste Raffo.....	Idem.....	13 de Out. de 1877.
	Idem.....	Carlos N. Rosseli.....	Corrientes.....	18 de Março de 1873.
	Vice-consul.....	Antonio Araujo Silva.....	Gualeguaychú.....	24 de Julho de 1883.
	Agente commercial.	José Prat.....	Idem.....	11 de Março de 1884.
	Vice-consul.....	Henrique Piotti.....	Federação.....	31 de Março de 1873.
	Idem.....	Dr. João Antonio Ribas.....	Mercedes.....	31 de Março de 1873.
	Agente commercial.	Domingos G. Serra.....	Idem.....	Idem.....
	Vice-consul.....	Santiago Barreyro.....	Alvear.....	31 de Março de 1873.
	Agente commercial.	Guido Brusaca.....	Idem.....	31 de Out. de 1879.
	Vice-consul.....	José Luiz Fornos.....	Carusú Cuatiá.....	21 de Julho de 1882.
	Idem.....	José dos Santos Pereira.....	Monte Caseros.....	27 de Fev. de 1877.
	Agente commercial.	Agostinho F. Silva.....	Idem.....	7 de Maio de 1878.
	Vice-consul.....	Theophilo Alves Damasceno.....	S. Thomé.....	2 de Out. de 1882.
	Agente commercial.	Manoel Dias Pinheiro.....	Idem.....	26 de Abril de 1881.
Russia.....	Consul geral.....	Augusto Eduardo Schwabe.....	S. Petersburgo.....	3 de Agosto de 1858.
	Vice-consul.....	Carlos Gabriel Gericke.....	Idem.....	21 de Abril de 1869.
	Idem.....	Henry Thoms.....	Riga.....	14 de Fev. de 1876.
	Idem.....	Frederico Gericke.....	Moscow.....	1 de Dez. de 1880.
	Consul.....	Alexandre Raffalavich.....	Odessa.....	19 de Agosto de 1882.
	Vice-consul.....	Arthur Raffalavich.....	Idem.....	13 de Março de 1877.
	Consul.....	Herman Donner.....	Helsingfors.....	26 de Junho de 1880.
	Vice-consul.....	Eduardo Baige.....	Revel.....	14 de Set. de 1875.
	Idem.....	Hans Smith.....	Cronstadt.....	16 de Maio de 1882.
Saxonia.....	Consul geral.....	Antonio Marques Soares.....	Idem.....	22 de Out. de 1867.
	Vice-consul.....	Max. G. Ullstein.....	Leipzig.....	13 de Fev. de 1878.
Saxe-Coburgo-Gotha.....	Idem.....	Carlos Mathiss.....	Gotha.....	3 de Fev. de 1865.
Suecia e Noruega....	Consul geral.....	Ernesto Antonio de S. Laconte.....	Stockholmo.....	19 de Jan. de 1861.
	Vice-consul.....	Otto Leiber.....	Idem.....	8 de Julho de 1873.
	Idem.....	Adolpho Meyer.....	Gothemburgo.....	27 de Abril de 1868.
	Idem.....	Nicolão H. Knutzen.....	Cristiansand.....	10 de Julho de 1852.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES*	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU BENEPLACITOS
Suecia e Noruega...	Vice-consul.....	Tollef Stub.....	Bergen.....	2 de Set. de 1869.
	Idem.....	Hans Peter Jenssen.....	Trondhjem.....	29 de Julho de 1880.
	Idem.....	Axel Tenger.....	Westerwick.....	16 de Julho de 1862.
	Idem.....	Carlos Hasselquist.....	Calmar.....	8 de Nov. de 1865.
	Idem.....	Hans Frus.....	Malmoe.....	8 de Março de 1866.
	Idem.....	Francisco H. Tesdorpf.....	Nordkoping.....	4 de Dez. de 1865.
	Idem.....	Jess Thomsen.....	Christiania.....	5 de Julho de 1867.
Suissa.....	Consul geral.....	Visconde do Desterro.....	Genebra.....	17 de Jan. de 1871.
	Vice-consul.....	Tullio de Sá Valle.....	Idem.....	16 de Agosto de 1880.
	Idem.....	Augusto Béchérax.....	Berna.....	22 de Julho de 1878.
Uruguay (Republica Oriental do).....	Consul geral.....	Eduardo Carlos Cabral Deschamps.....	Montevideo.....	20 de Out. de 1870.
	Vice-consul.....	Francisco Belmiro de Mattos Topin.....	Idem.....	11 de Março de 1880.
	Idem.....	Silverio da Costa Pereira.....	Maldonado.....	11 de Fev. de 1857.
	Idem.....	José Roubaud.....	S. José Canelones e colonia do Sacramento.....	9 de Abril de 1875.
	Idem.....	João Jacintho Teixeira de Mello.....	Cerro Largo.....	19 de Jan. de 1861.
	Idem.....	Thomaz de Miranda Ribeiro.....	Mercedes.....	9 de Abril de 1875.
	Idem.....	Daniel Gomes de Freitas.....	Taquarém.....	48 de Agosto de 1882.
	Agente commercial.....	Francisco Fraga.....	Santa Rosa.....	13 de Março de 1869.
	Idem.....	André Barrios.....	Constituição.....	20 de Maio de 1862.
	Vice-consul.....	João Guilherme Mariath.....	Paysandú.....	9 de Abril de 1875.
	Idem.....	José Carbonel.....	Durazno.....	18 de Agosto de 1882.
	Idem.....	Firmino da Silva Santos.....	Salto.....	9 de Abril de 1875.
	Idem.....	João Firmino Casa Nova.....	Florida.....	27 de Out. de 1882.
Venezuela.....	Consul geral.....	João Rohl.....	Caracas.....	20 de Fev. de 1869.
	Vice-consul.....	Abraham Henrique Moron.....	Idem.....	20 de Dez. de 1875.
	Idem.....	Frederico Miguel Meyer.....	La Guayra.....	16 de Julho de 1868.
	Idem.....	Isaac Salas.....	Barcelona.....	22 de Set. de 1868.
	Idem.....	Frederico Braasch Filho.....	Puerto Cabello.....	10 de Nov. de 1881.
	Idem.....	Miguel Capriles.....	Maracaibo.....	10 de Nov. de 1881.
Wurtemberg.....	Consul geral.....	Visconde de Desterro.....		17 de Jan. de 1871.

Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, 31 de Março de 1884.

BANCO DE CABO FRIO.

N. 7

Quadro do corpo consular estrangeiro residente no Imperio

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Allermanha.....	Consul.....	Carlos Ernesto Henrique Ko-	Rio de Janeiro.....	2 de Set. de 1882.
	Idem.....	Gustavo Sesselberg.....	Pará.....	12 de Jan. de 1877.
	Idem.....	John Mackee (ausente).....	Ceará.....	9 de Dez. de 1882.
	Encarregado do con-	Alfredo R. Salgado.....	Idem.....	17 de Março de 1884.
	sulado.....	Otto Bull.....	Bahia.....	28 de Dez. de 1882.
	Consul.....	A. Winter.....	Santos (1).....	1 de Julho de 1882.
	Idem.....	F. E. F. Mackradt.....	Desterro.....	10 de Nov. de 1871.
	Idem.....	W. Ter Brüggem.....	Porto Alegre.....	10 de Nov. de 1871.
	Idem.....	Louis Fraeb.....	Rio Grande.....	28 de Junho de 1879.
	Idem.....	Victor B. Frederico Gärtner.....	Col. de Blumenau (2).....	10 de Nov. de 1871.
	Idem.....	Ottokar Dörfel.....	Joinville (3).....	10 de Nov. de 1871.
	Encarregado do con-	William B. Wilson.....	Maranhão.....	23 de Fev. de 1884.
	sulado.....	F. Otto Schramm.....	Maróim.....	10 de Nov. de 1871.
	Consul.....	Peter Borselmann.....	Recife (4).....	16 de Out. de 1883.
	Encarregado do con-	Theodoro Braasch.....	Maceió.....	28 de Fev. de 1877.
	sulado.....	Henrique Dötmer.....	Porto de S. Francisco.....	13 de Maio de 1872.
	Vice-consul interino	George de Drusina.....	Paranaquá.....	15 de Março de 1879.
	Agente consular.....	Gustavo Schumann.....	S. Paulo.....	9 de Out. de 1880.
	Consul.....	Francisco Krug.....	Campinas (5).....	14 de Dez. de 1877.
	Idem.....	C. Asseburg.....	Itajaú.....	17 de Nov. de 1880.
	Agente consular.....	Alberto Richard Dietz.....	Colônia de Santa Leopoldina (6).....	16 de Dez. de 1880.
	Idem.....			
America (E. U. da).....	Consul geral.....	C. C. Andrews.....	Rio de Janeiro.....	30 de Julho de 1882.
	Vice-consul (consu-	James H. Murray.....	Idem.....	15 de Jan. de 1881.
	geral adjunto).....	John B. Weaver.....	Bahia.....	2 de Junho de 1882.
	Consul.....	George E. Duder.....	Idem.....	12 de Junho de 1877.
	Vice-consul.....	Henry L. Atherton.....	Pernambuco.....	15 de Jan. de 1884.
	Consul.....	Thomas W. Swift.....	Idem.....	20 de Dez. de 1879.
	Vice-consul.....	Jeronymo José Tavares So-	Maranhão.....	20 de Dez. de 1879.
	Agente consular.....	brinho.....	Pará.....	
	Consul.....	Walter E. Meyer.....	Idem.....	24 de Fev. de 1884.
	Encarregado do con-	Edardo Bakus.....	Idem.....	15 de Set. de 1880.
	sulado.....	William F. Wright.....	Santos.....	23 de Março de 1871.
	Vice-consul.....	Henry Broad.....	Idem.....	6 de Março de 1882.
	Consul.....	Beckford Mackey.....	Rio Grande do Sul.....	7 de Dez. de 1883.
	Vice-consul.....	Guilherme A. Preler.....	Idem.....	6 de Dez. de 1880.
	Agente consular.....	Theodoro Braasch.....	Maceió.....	29 de Nov. de 1871.
	Idem.....	Seddan Morgan.....	Fortaleza.....	14 de Junho de 1880.
	Idem.....	C. L. Moore.....	Santo Antonio do Rio	
	Idem.....	Lytle Nelson.....	Madeira.....	13 de Junho de 1878.
	Idem.....	Aron Cahn.....	Natal.....	19 de Jan. de 1883.
	Idem.....	Lutz Cravo.....	Parahyba.....	4 de Junho de 1879.
	Idem.....	J. Gottfried Schramm.....	Penedo.....	13 de Março de 1883.
	Idem.....	Carlos A. Lamson.....	Aracaju.....	8 de Out. de 1881.
	Idem.....		Manaus.....	15 de Dez. de 1883.
Austria-Hungria.....	Consul geral.....	Eduardo Klingenhöfer.....	Rio de Janeiro.....	9 de Julho de 1881.
	Consul.....	Fernando Gustavo Dohbert.....	Bahia.....	16 de Março de 1883.
	Idem.....	Visconde do Livramento.....	Pernambuco.....	12 de Junho de 1868.

(1) Este districto consular comprehende as comarcas de Ubatuba e S. Sebastião, tiradas do districto consular de S. Paulo.

(2) Este districto consular comprehende todo o municipio de Itajaú.

(3) Este districto consular comprehende todo o municipio de S. Francisco.

(4) Este districto consular comprehende as provincias de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte.

(5) Este districto consular comprehende as cidades de Bragança, Rio Claro, Limeira, Araraquara, Mogy-

mirim, Amparo e Constituição.

(6) Este agente consular exerce jurisdicção em toda a provincia do Espirito Santo.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Austria-Hungria....	Vice-consul.....	Adolpho Lané (ausente)....	Sergipe.....	8 de Jan. de 1872.
	Encarregado do vice-consulado.....	Godfroy Schramm.....	Idem.....	15 de Março de 1872.
	Vice-consul.....	Luiz Lopes da Cunha.....	Fortaleza.....	20 de Dez. de 1879.
	Idem.....	Fortunato Alves de Souza Junior (ausente).....	Pará.....	31 de Out. de 1879.
	Encarregado do vice-consulado.....	Joaquim Baptista Moreira.....	Idem.....	4 de Junho de 1881.
	Vice-consul.....	A. Zerrnner.....	Santos.....	17 de Jan. de 1880.
	Idem.....	L. F. Tollens (ausente).....	Rio Grande.....	21 de Abril de 1875.
	Agente consular.....	Edmond Telscher.....	Porto Alegre.....	5 de Julho de 1872.
Belgica.....	Consul geral.....	Francisco Sauwen.....	Rio de Janeiro.....	13 de Nov. de 1880.
	Vice-consul.....	Benoit Sauwen.....	Idem.....	19 de Jan. de 1880.
	Consul.....	Vago.....	Bahia.....	2 de Set. de 1882.
	Idem.....	Luiz Antonio de Siqueira.....	Pernambuco.....	28 de Fev. de 1885.
	Idem.....	Custodio Gonçalves Belchior (ausente).....	Maranhão.....	13 de Março de 1873.
	Encarregado do consulado.....	Joaquim Gonçalves Belchior Junior.....	Idem.....	20 de Jan. de 1883.
	Consul.....	Guillierme Cesar da Rocha.....	Ceará.....	25 de Jan. de 1872.
	Idem.....	Guillierme Zeller.....	Pará.....	2 de Set. de 1882.
	Idem.....	Adam von Bulow (ausente).....	Santos.....	6 de Agosto de 1877.
	Encarregado do consulado.....	A. Zerrnner.....	Idem.....	30 de Set. de 1878.
	Consul.....	P. F. A. Baetigen (ausente).....	Desterro.....	7 de Maio de 1877.
	Encarregado do consulado.....	F. A. F. Hackradt.....	Idem.....	14 de Dez. de 1882.
Bolivia.....	Consul.....	J. B. de Cominck.....	Rio Grande.....	10 de Dez. de 1883.
	Idem.....	Alberto Henrique José Duque.....	Coritiba (1).....	14 de Maio de 1881.
	Idem.....	Henrique Lüdevitz.....	Porto Alegre.....	30 de Julho de 1881.
	Idem.....	Bernardo Caimary (ausente).....	Rio de Janeiro.....	21 de Out. de 1868.
	Encarregado do consulado.....	Joaquim Azenio Cintra da Silva.....	Idem.....	17 de Jan. de 1883.
	Consul.....	Candido Casemiro Guedes Alcoforado.....	Pernambuco.....	7 de Março de 1881.
	Idem.....	Geminiano Maia.....	Fortaleza.....	2 de Junho de 1882.
	Vice-consul.....	Idelfonso José de Figueiredo.....	Santos.....	5 de Fev. de 1873.
	Consul.....	Santos Mercado.....	Belém.....	5 de Fev. de 1881.
	Idem.....	Fernando G. Dobbert.....	Bahia.....	25 de Abril de 1873.
	Consul geral.....	Miguel Soares Arana.....	Corumbá.....	30 de Agosto de 1879.
	Consul.....	José Francisco Monteiro.....	Amazonas.....	5 de Fev. de 1881.
Chile.....	Vice-consul.....	Gabriel Pinedo.....	Manáos.....	5 de Fev. de 1881.
	Idem.....	João Pedro Ribeiro.....	Maranhão.....	9 de Junho de 1880.
	Consul geral.....	Francisco de P. Mayrinnck.....	Rio de Janeiro.....	25 de Fev. de 1882.
	Consul.....	João José de Amorim (ausente).....	Pernambuco.....	27 de Fev. de 1863.
	Vice-consul encarregado do consulado.....	Antonio João de Amorim.....	Idem.....	18 de Nov. de 1875.
	Vice-consul.....	Luiz da Rocha Santos.....	Maranhão.....	14 de Fev. de 1882.
	Consul.....	Henrique de la Roque.....	Pará.....	18 de Set. de 1849.
	Idem.....	Constantino J. Ferreira Pinto (ausente).....	Bahia.....	17 de Nov. de 1870.
	Encarregado do consulado.....	Frederico A. Hasselmann.....	Idem.....	6 de Agosto de 1880.
	Consul.....	Francisco Emilio de Saa.....	Santos.....	5 de Set. de 1871.
	Vice-consul.....	José Augusto de Cerqueira (ausente).....	Idem.....	28 de Fev. de 1880.
	Consul.....	Antonio Francisco de Santa Rita.....	Paranaguá.....	20 de Dez. de 1872.
	Idem.....	Henrique Schützel (ausente).....	Santa Catharina.....	20 de Julho de 1849.
	Encarregado do consulado.....	Duarte Paranhos Schützel.....	Idem.....	28 de Junho de 1875.

(1) Este consul exerce jurisdição em toda a província do Paraná.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXERQUATER
Chile.....	Consul.....	Alfredo Schütt.....	Porto Alegre.....	17 de Jan. de 1876.
	Vice-consul interino.....	Narciso Antonio Vieira da Cunha.....	Fortaleza.....	22 de Dez. de 1879.
Colombia.....	Consul.....	Pedro R. Fernandes Chaves.....	Rio de Janeiro.....	1 de Set. de 1880.
	Idem.....	Theodoro Teixeira Gomes.....	Bahia.....	21 de Agosto de 1876.
	Idem interino.....	Gabriel Pinedo.....	Manãos.....	13 de Nov. de 1880.
	Idem.....	Antonio Afonso de Albuquerque.....	Fortaleza.....	30 de Set. de 1882.
	Idem.....	Artur de Souza Carvalho.....	Pernambuco.....	5 de Março de 1884.
Costa Rica.....	Consul.....	José Ferreira Leal.....	Rio de Janeiro.....	9 de Agosto de 1871.
	Idem.....	Antonio Lacerda.....	Bahia.....	9 de Agosto de 1871.
	Idem.....	João José de Carvalho Moraes.....	Pernambuco.....	20 de Dez. de 1872.
Dinamarca.....	Consul geral.....	Alberto Emilio Adolpho Nielsen.....	Rio de Janeiro.....	4 de Nov. de 1874.
	Consul.....	Theodoro Teixeira Gomes.....	Bahia.....	3 de Agosto de 1867.
	Idem.....	Conrado Washman.....	Pernambuco.....	29 de Março de 1878.
	Encarregado do consulado.....	João Pedro Ribeiro.....	Maranhão.....	9 de Junho de 1883.
	Consul.....	João Lourenço Paes de Souza.....	Pará.....	10 de Set. de 1851.
	Vice-consul.....	Adam Balow (ausente).....	Santos.....	19 de Julho de 1877.
	Idem interino.....	A. Zerrenner.....	Idem.....	18 de Set. de 1878.
	Idem.....	Arthur Lellington Balster.....	Paranaguá.....	30 de Jan. de 1882.
	Consul.....	W. Heidtman.....	Rio Grande (1).....	22 de Fev. de 1876.
	Vice-consul.....	Hermann Müller (ausente).....	Porto Alegre.....	14 de Nov. de 1877.
	Encarregado do vice-consulado.....	Francisco Müller (idem).....	Idem.....	15 de Junho de 1883.
	Idem.....	Gaspar Lopes da Cunha.....	Fortaleza.....	21 de Set. de 1881.
	Vice-consul.....	Fernando Hackradtt.....	Santa Catharina.....	5 de Maio de 1856.
	Idem.....	Theodoro Braasch.....	Maceió.....	23 de Dez. de 1875.
	Idem.....	João Rodrigues da Cruz.....	Aracaju.....	24 de Nov. de 1874.
França.....	Consul.....	Gustavo Augusto Delongraye.....	Rio de Janeiro.....	14 de Abril de 1882.
	Agente vice-consul.....	P. Lecler.....	Campo.....	8 de Nov. de 1867.
	Consul.....	Carlos Nodot (ausente).....	Bahia.....	25 de Nov. de 1882.
	Encarregado do consulado.....	Maxime d'Angelis.....	Idem.....	26 de Jan. de 1884.
	Consul.....	Paulo Saillard.....	Pernambuco.....	14 de Abril de 1882.
	Vice-consul.....	Luiz Alfredo Fagar.....	Maranhão.....	10 de Dez. de 1879.
	Agente vice-consul.....	A. Bousquet.....	Santos (2).....	23 de Fev. de 1880.
	Agente consular.....	Domingos Lydio do Livramento.....	Santa Catharina.....	20 de Nov. de 1878.
	Agente vice-consul.....	Pascoal Lirou.....	Rio Grande do Sul.....	17 de Set. de 1859.
	Vice-consul.....	Luiz Antran.....	Belém.....	14 de Nov. de 1879.
	Agente consular.....	Isaias Boris.....	Fortaleza.....	29 de Nov. de 1883.
	Vice-consul.....	Victor Renault.....	Barbacena.....	8 de Nov. de 1867.
	Idem.....	Joaquim Soares Gomes.....	Paranaguá.....	4 de Nov. de 1873.
	Agente consular.....	José Francisco de Miranda Filho.....	Pernambuco.....	11 de Dez. de 1862.
	Idem.....	Jacques Boudoussier.....	Victoria.....	10 de Out. de 1876.
	Idem.....	Alphonse Nora.....	Porto Alegre.....	4 de Agosto de 1883.
Grã-Bretanha.....	Consul.....	Jorge Thorne Ricketts.....	Rio de Janeiro.....	4 de Jan. de 1879.
	Idem.....	J. A. Stevens.....	Bahia e Sergipe.....	9 de Julho de 1884.
	Vice-consul.....	John Charles Morgan.....	Bahia.....	22 de Abril de 1867.
	Idem.....	Roberto Brown.....	Aracaju.....	11 de Nov. de 1876.
	Consul.....	Samuel Hewet Agnews.....	Parahyba.....	24 de Fev. de 1883.
	Idem.....	Alexandre Gollan (ausente).....	Pernambuco (3).....	9 de Junho de 1883.
	Vice-consul encarregado do consulado.....	Guilherme Hughes.....	Pernambuco.....	23 de Jan. de 1881.
	Vice-consul.....	William Studart.....	Ceará.....	23 de Agosto de 1879.
	Idem.....	Guilherme Bingham Wilson.....	Maranhão.....	22 de Out. de 1860.

(1) Este districto consular comprehende toda a provincia do Rio Grande do Sul.

(2) Este districto consular comprehende toda a provincia de S. Paulo.

(3) Este districto consular comprehende as provincias da Parahyba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Grã-Bretanha.....	Consul.....	Th. John Shipton Green (ausente).....	Pará (1).....	2 de Nov. de 1875.
	Encarregado do consulado.....	Arthur Johnston.....	Idem.....	31 de Jan. de 1884.
	Consul.....	Francisco Henrique Cowper (ausente).....	Santos.....	20 de Julho de 1878.
	Encarregado do consulado.....	Francis Hampshire.....	Idem.....	21 de Fev. de 1884.
	Vice-consul.....	José Ricardo Wright.....	Idem.....	23 de Julho de 1881.
	Consul.....	Walter Frederick Miéville.....	R. Grande do Sul (2).....	9 de Junho de 1883.
	Vice-consul.....	Mansel N. Lefebvre.....	Idem.....	16 de Nov. de 1881.
	Idem.....	Gustavo Guilherme Wucherz.....	Maceió.....	11 de Fev. de 1881.
	Idem.....	Ambrosio Archer Junior.....	Porto Alegre.....	23 de Nov. de 1880.
	Idem.....	Richard Reidy.....	Santa Catharina.....	13 de Dez. de 1879.
	Idem.....	Joaquim Soares Gomes.....	Paranaguá.....	7 de Maio de 1872.
	Agente consular.....	Luiz Campos Junior.....	Penedo.....	28 de Jan. de 1881.
	Vice-consul.....	Benjamin R. Cordeiro.....	Pelotas.....	28 de Junho de 1883.
	Idem.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....
Grecia.....	Consul geral.....	Othon Leonardos.....	Rio de Janeiro.....	25 de Nov. de 1882.
	Consul.....	José Augusto de Figueiredo.....	Bahia.....	19 de Dez. de 1885.
	Vice-consul.....	H. Niemeyer.....	Pernambuco.....	3 de Maio de 1881.
	Idem interino.....	Urbano Martins Garcia.....	Rio Grande do Sul.....	15 de Dez. de 1883.
	Idem.....	Alexandre Bousquet.....	Santos.....	29 de Nov. de 1879.
	Idem.....	João Tavares da Silva (ausente).....	Maranhão.....	1 de Maio de 1880.
Espanha.....	Idem interino.....	Carlos Ferreira Coelho.....	Idem.....	29 de Nov. de 1883.
	Consul geral.....	M. de Potestad (ausente).....	Rio de Janeiro.....	20 de Julho de 1878.
	Encarregado do consulado geral.....	Daniel Taboas.....	Idem.....	31 de Março de 1883.
	Vice-consul.....	José de Omeço.....	Idem.....	17 de Nov. de 1883.
	Idem.....	Joaquim Pereira de Miranda.....	Campos.....	19 de Março de 1877.
	Idem.....	Silvo Becunera.....	Bahia.....	5 de Agosto de 1879.
	Idem.....	Henrique Rodriguez y Cão.....	Parahyba.....	12 de Junho de 1872.
	Idem.....	João Besson.....	Pernambuco.....	13 de Março de 1876.
	Idem.....	Luiz Ribeiro da Cunha.....	Ceará.....	11 de Jan. de 1866.
	Idem.....	J. E. M. de Lacerda.....	Maceió.....	4 de Out. de 1880.
	Idem interino.....	João Rodriguez Saraiva (ausente).....	Maranhão.....	4 de Dez. de 1879.
	Encarregado do consulado.....	Antonio Cardoso Pereira.....	Idem.....	18 de Abril de 1880.
	Vice-consul.....	João Manoel Alfaiá.....	Santos.....	1 de Junho de 1877.
	Idem.....	Manoel Rosário Correia.....	Paranaguá.....	20 de Out. de 1879.
	Idem interino.....	José Theodoro de Souza Lobo.....	Santa Catharina.....	2 de Jan. de 1884.
	Idem.....	L. A. de Otero.....	Rio Grande.....	25 de Jan. de 1881.
	Idem.....	Benito Maurel.....	Pelotas.....	19 de Junho de 1881.
	Idem.....	Sebastião Paradella.....	Porto Alegre.....	12 de Junho de 1872.
	Idem.....	Antonio Joaquim F. Guimaraes.....	Ouro Preto.....	20 de Out. de 1876.
	Idem.....	José Carlalido.....	Uruguayana.....	14 de Abril de 1883.
	Idem.....	Antonio Soares Pinheiro.....	Pará.....	20 de Jan. de 1886.
	Idem.....	Antonio Martins Machado.....	Caxias.....	21 de Agosto de 1874.
	Idem.....	D. José Macramon.....	Bagé.....	14 de Abril de 1874.
	Idem.....	Clemente Astudillo y Bas-soms.....	Aracaty.....	30 de Agosto de 1876.
Italia.....	Idem.....	Agostinho Rodrigues de Souza.....	Manãos.....	3 de Maio de 1876.
	Consul.....	Conde Gaspare Michele Gio-ria.....	Rio de Janeiro (3).....	28 de Julho de 1883.
	Delegado consular.....	Joaquim José Barbosa.....	Fortaleza.....	7 de Out. de 1883.
	Idem.....	Augusto Gomes da Silva.....	Parahyba do Norte.....	7 de Out. de 1886.
	Consul.....	Pascoal Petraccone.....	Pernambuco (4).....	22 de Set. de 1882.

(1) Este districto consular comprehende as provincias do Amazonas e Maranhão.

(2) Este districto consular comprehende esta provincia e a de Santa Catharina.

(3) Este districto consular comprehende o Imperio, com excepção da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e das provincias do Norte até a Bahia, inclusive.

(4) Este districto consular comprehende todas as provincias do Norte até a Bahia, inclusive.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESDEM	DATAS DO EXEQUTUR
Italia.....	Vice-consul.....	Barão da Soledade.....	Pernambuco.....	4 de Set. de 1866.
	Agente consular.....	Enrico Schivazappa.....	Pará.....	18 de Jan. de 1882.
	Idem.....	Edmundo Pezold.....	Santos.....	16 de Out. de 1880.
	Consul.....	Comd. Antonio Greppi.....	Porto Alegre (1).....	24 de Julho de 1883.
	Agente consular.....	Angelo Cademartori.....	Rio Grande.....	2 de Junho de 1879.
	Vice-consul.....	Luiz Joaquim Rodrigues Lopes.....	Maranhão.....	29 de Nov. de 1881.
	Agente consular.....	G. H. Dadyr (ausente).....	Bahia.....	10 de Julho de 1877.
	Idem.....	José Agostinho de Maria.....	Desterro.....	6 de Julho de 1876.
	Idem.....	José Bira.....	Baré.....	12 de Maio de 1875.
	Agente consular.....	Carlos Vandoni.....	Corumbá.....	28 de Set. de 1882.
	Vice-consul.....	Enrico Perrot.....	S. Paulo.....	22 de Nov. de 1883.
Paizes Baixos.....	Consul geral.....	Frederico Palm.....	Rio de Janeiro.....	8 de Julho de 1882.
	Vice-consul.....	F. M. Cordeiro.....	Idem.....	2 de Set. de 1882.
	Idem.....	Paulo Lecler.....	Campos.....	10 de Abril de 1877.
	Idem.....	Emilio José de Mira.....	Bahia.....	6 de Março de 1883.
	Encarregado do vice- consulado.....	João dos Santos Corrêa.....	Idem.....	24 de Dez. de 1883.
	Consul.....	H. Niemeyer.....	Pernambuco.....	6 de Agosto de 1877.
	Vice-consul.....	José Gabriel de Mello Junior (ausente).....	Ceará.....	11 de Agosto de 1880.
	Encarregado do vice- consulado.....	Guilherme Stadart.....	Idem.....	1 de Maio de 1882.
	Idem.....	Aron Cahn.....	Paratyba.....	8 de Agosto de 1879.
	Vice-consul.....	Antonio Pedro Ribeiro.....	Maranhão.....	8 de Agosto de 1882.
	Idem.....	L. A. Grossmann.....	Pará.....	5 de Dez. de 1882.
	Idem.....	A. Zerrenger (ausente).....	S. Paulo.....	6 de Março de 1880.
	Idem interino.....	A. von Bulow.....	Idem.....	29 de Set. de 1883.
	Consul.....	L. van Riet.....	Rio Grande do Sul.....	6 de Set. de 1883.
	Vice-consul.....	R. Brown.....	Sergipe.....	30 de Agosto de 1878.
	Idem.....	Th. Braasch (ausente).....	Maceió.....	20 de Set. de 1878.
	Encarregado do vice- consulado.....	G. Borstelmann.....	Idem.....	10 de Junho de 1881.
	Vice-consul.....	Fernando Hackradt Junior (ausente).....	Desterro.....	2 de Jan. de 1878.
	Encarregado do vice- consulado.....	Fernando Hackradt.....	Idem.....	31 de Março de 1884.
	Vice-consul.....	Adolpho Hartmann.....	Paranaguá.....	13 de Abril de 1883.
	Idem.....	Joaquim M. da Silva Lima.....	Itapemirim.....	10 de Abril de 1877.
	Idem.....	Joseph Drayer.....	Natal.....	12 de Set. de 1882.
	Idem.....	M. F. C. Mundi.....	Porto Alegre.....	19 de Jan. de 1883.
	Idem.....	Antonio M. Barroso Pereira.....	Rio de S. Francisco do Sul.....	21 de Fev. de 1883.
	Idem.....	Alberto Vaz.....	Penedo.....	13 de Julho de 1883.
Paraguay.....	Consul geral.....	Joaquim Arsenio Cintra da Silva.....	Rio de Janeiro.....	21 de Dez. de 1877.
	Vice-consul.....	José da Costa Pinto.....	Bahia.....	4 de Maio de 1878.
	Consul.....	João Ramos (ausente).....	Pernambuco.....	25 de Nov. de 1872.
	Encarregado do con- sulado.....	José Antonio Pinto.....	Idem.....	12 de Set. de 1883.
	Vice-consul.....	Joaquim da Fonseca Barbosa (ausente).....	Ceará.....	17 de Abril de 1873.
	Consul.....	João Francisco da Rocha.....	Cuiabá (2).....	31 de Julho de 1874.
	Idem.....	Antonio Jacintho Mendes Gonçalves.....	Corumbá.....	13 de Dez. de 1879.
	Idem.....	Visconde do Itaquí do Norte.....	Maranhão.....	12 de Nov. de 1873.
	Vice-consul.....	José Dias Vianna.....	Rio Grande do Sul.....	22 de Out. de 1873.
	Consul.....	Manoel Balthazar de Almei- da e Silva.....	Porto Alegre.....	27 de Out. de 1883.
	Idem.....	Alfredo Samuel Antunes.....	Santos.....	24 de Jan. de 1880.
	Idem.....	Floripes C. A. Rozas.....	Paratyba do Norte.....	10 de Set. de 1881.
	Idem.....	José Rodrigues Bastos Coelho.....	Aracajú.....	28 de Out. de 1882.

(1) Este districto consular comprehende toda a provincia do Rio Grande do Sul.

(2) Este districto consular comprehende toda a provincia de Mato Grosso, excepto Corumbá.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXERCÍCIO
Peru	Consul.....	Henrique Harper.....	Rio de Janeiro.....	30 de Out. de 1866.
	Idem.....	Casiodio Moreira de Souza.....	Bahia.....	4 de Julho de 1874.
	Encarregado do consulado.....	J. H. Klamart.....	Bolém.....	17 de Junho de 1880.
	Consul.....	Antonio Gomes de Miranda.....	Pernambuco.....	12 de Out. de 1877.
	Vice-consul interino.....	José Antonio Nicolich.....	Santa Catharina.....	5 de Abril de 1861.
	Vice-consul.....	Tito Antonio da Rocha.....	Ceará.....	7 de Out. de 1873.
	Consul.....	Fidelis Alves Ferraz.....	Porto Alegre.....	30 de Maio de 1873.
	Vice-consul.....	Gabriel Pinedo.....	Manaus.....	24 de Maio de 1879.
Portugal.....	Consul geral.....	Barão de Wildiek.....	Rio de Janeiro (1).....	8 de Maio de 1873.
	Vice-consul.....	José Maria de Souza Loureiro.....	Itaguaí.....	10 de Abril de 1861.
	Idem.....	José Corrêa de Mello.....	Mangaratiba.....	2 de Set. de 1873.
	Idem.....	Francisco Pereira Madruga.....	Paraty.....	30 de Nov. de 1879.
	Idem.....	Antonio Casiano de Carvalho.....	Agra dos Reis.....	4 de Jan. de 1879.
	Agente consular.....	José Alves d'Avintes Moreira.....	Cabo Frio.....	21 de Abril de 1865.
	Vice-consul interino.....	Nicolau Alves Vianna.....	Macaé.....	5 de Julho de 1883.
	Idem idem.....	José Rodrigues Lopes.....	Barra de S. João.....	13 de Junho de 1866.
	Idem idem.....	Joaquim Silvino Carrazeiro.....	S. João da Barra.....	27 de Dez. de 1881.
	Idem idem.....	José Alves da Torre.....	Campes.....	22 de Fev. de 1883.
	Vice-consul.....	Manoel da Costa Madeira.....	Victoria.....	17 de Julho de 1882.
	Consul.....	Daniel da Silva Ribeiro.....	Bahia (2).....	17 de Abril de 1877.
	Vice-consul.....	Joaquim Fernandes Coelho.....	Idem.....	3 de Set. de 1861.
	Idem.....	Valentim Albino da Cunha.....	Rio das Conchas.....	20 de Maio de 1853.
	Idem.....	Joaquim Ignacio Pereira Junior.....	Rio Grande do Norte.....	21 de Julho de 1848.
	Idem.....	João Eugenio Machado de Lacerda.....	Alaçõs.....	8 de Out. de 1877.
	Idem.....	Casiodio Domingos dos Santos.....	Parahyba do Norte.....	11 de Nov. de 1879.
	Idem.....	Thomaz Narciso Ferreira.....	Sergipe.....	18 de Jan. de 1882.
	Consul.....	José Corrêa Loureiro.....	Pernambuco (3).....	5 de Jan. de 1864.
	Vice-Consul.....	Francisco Joaquim da Rocha.....	Fortaleza.....	14 de Out. de 1872.
	Consul.....	Raymundo Venancio Rodrigues Capella.....	Maranhão (4).....	18 de Out. de 1879.
	Vice-consul.....	Arcostinho Coelho Fragozo.....	S. Luiz.....	23 de Agosto de 1879.
	Idem.....	Manoel de Pinho e Castro.....	Caxias.....	30 de Dez. de 1873.
	Agente consular.....	Antonio Leonardo Gomes.....	Alcantara e Cururupú.....	4 de Nov. de 1880.
	Consul.....	Joaquim Baptista Moreira (ausente).....	Pará (5).....	22 de Maio de 1877.
	Encarregado do consulado.....	José Carlos da Rocha Franco.....	Idem.....	12 de Agosto de 1879.
	Vice-consul.....	Manoel Joaquim Machado e Silva.....	Manaus.....	17 de Junho de 1879.
	Idem.....	José Machado de Górvia.....	Granja.....	23 de Fev. de 1863.
	Idem.....	Manoel Pereira da Rocha Soares.....	Santos.....	20 de Abril de 1880.
	Idem.....	Francisco de Paula Souza Vianna.....	Ubatuba.....	20 de Abril de 1880.
	Idem.....	Manoel José Vieira de Macedo.....	S. Sebastião.....	8 de Nov. de 1836.
	Agente consular.....	Jacinto Bernardino Pinto da Fonseca.....	Petropolis.....	10 de Maio de 1876.
	Idem interino.....	Felisberto Carlos Duarte.....	Villa da Parahyba do Sul.....	12 de Agosto de 1882.
	Idem.....	José de Almeida Ribeiro Junior.....	Valença.....	4 de Dez. de 1868.
	Agente consular interino.....	Antonio José de Abreu Cesar.....	Vassouras.....	22 de Fev. de 1883.
	Idem.....	José da Rocha Monteiro.....	Cantagallo.....	14 de Fev. de 1883.
	Idem.....	Manoel João Simões.....	Nova Friburgo.....	12 de Nov. de 1875.

- (1) Este districto consular comprehende as provincias do Espirito Santo, Minas Geraes e S. Paulo.
 (2) Este districto consular comprehende as provincias de Alagoas e Sergipe.
 (3) Este districto consular comprehende as provincias da Parahyba e Rio Grande do Norte.
 (4) Este districto consular comprehende as provincias do Piahy e Ceará.
 (5) Este districto consular comprehende a provincia do Amazonas.

CONTINUAÇÃO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE RESIDEM	DATA DO EXERCÍCIO
Portugal.....	Agente consular interino.....	Francisco José Caldeira da Silva.....	S. Fidelis.....	17 de Junho de 1886.
	Idem.....	Francisco Pinto Duarte.....	Iguassu.....	7 de Nov. de 1868.
	Vice-consul.....	Joaquim Soares Gomes.....	Paranaguá.....	20 de Abril de 1880.
	Agente consular.....	Francisco Gonçalves Ferreira Novo (ausente).....	Campinas.....	19 de Agosto de 1872.
	Idem interino.....	Cesar Augusto Tavares Santiago.....	Idem.....	20 de Nov. de 1879.
	Idem.....	José da Costa Carneiro.....	Jaguarião.....	23 de Out. de 1878.
	Idem.....	José Marques da Motta Guimarães (ausente).....	Rezende.....	3 de Maio de 1865.
	Idem interino.....	Antonio Domingos Soares Granville.....	Idem.....	Janeiro de 1867.
	Idem.....	Lino Machado do Valle.....	Rio Bonito.....	3 de Maio de 1865.
	Idem.....	Antonio Marques da Silva.....	Itaboraí.....	3 de Maio de 1865.
	Vice-consul.....	Manoel Caetano Jardim.....	Niterói.....	21 de Set. de 1880.
	Agente consular.....	José Joaquim Perez da Silva.....	Barra Mansa.....	16 de Maio de 1878.
	Idem.....	Ricardo José Gomes Pereira.....	Magé.....	21 de Jan. de 1876.
	Idem.....	José Teixeira Portugal Freixo.....	Santa Maria Magdalena.....	14 de Agosto de 1877.
	Idem.....	A. J. Fernandes Guimarães.....	Ouro Preto.....	23 de Dez. de 1880.
	Idem.....	Conde de Cedofeita.....	Juiz de Fora.....	4 de Maio de 1865.
	Idem.....	Antonio Joaquim de Almeida.....	S. João do Príncipe.....	11 de Set. de 1876.
	Idem.....	Thiago José Maurini.....	Corumbá.....	5 de Dez. de 1876.
	Idem.....	Emygdio Pinto de Oliveira.....	Santa Victoria do Palmar.....	5 de Out. de 1871.
	Idem.....	Manoel José C. Guimarães.....	Baré.....	5 de Out. de 1871.
	Idem.....	José Affonso Moreira.....	Mar de Espanha.....	13 de Dez. de 1879.
	Idem.....	Antonio Borges Sampaio.....	Uberaba.....	5 de Maio de 1865.
	Idem.....	Luiz Fernandes da C. Guimarães.....	Baependy.....	11 de Julho de 1865.
	Idem.....	José da Costa Rodrigues.....	S. João d'El-Rei.....	5 de Maio de 1865.
	Idem.....	Joaquim José Soares.....	Sorocaba.....	12 de Junho de 1866.
	Idem interino.....	Antonio Baptista de Oliveira.....	Pouso Alegre.....	31 de Julho de 1867.
	Idem.....	João Vieira de Azevedo.....	Mamanguape.....	15 de Maio de 1865.
	Idem.....	João Correa de Mello.....	Maranguape.....	3 de Jan. de 1867.
	Idem.....	Manoel Rodrigues de Miranda.....	Benevente.....	25 de Set. de 1867.
	Idem.....	João Baptista Vieira de Carvalho Vasconcellos.....	Piraí.....	5 de Maio de 1868.
	Idem.....	Antonio Gomes de Souza.....	Piracicaba.....	9 de Junho de 1865.
	Idem interino.....	Abílio José de Almeida.....	Leopoldina.....	7 de Julho de 1882.
	Encarregado do vice-consulado.....	José Nunes Lousada.....	Desterro.....	17 de Março de 1884.
	Consul.....	L. A. de M. Pinto d'Azevedo Taveira.....	R. Grande do Sul (I).....	22 de Março de 1884.
	Vice-consul (consul honorário).....	Antonio Ferreira da Silva Tigre.....	Idem.....	23 de Dez. de 1867.
	Idem interino.....	João Pinto Ribeiro.....	Porto Alegre.....	30 de Junho de 1882.
	Idem.....	José da Silva Ramos.....	Parnahyba.....	6 de Maio de 1870.
	Idem.....	Theodosio Fernandes da Rocha.....	Pelotas.....	9 de Julho de 1881.
	Idem interino.....	Joaquim José Rabello.....	Iguape.....	21 de Dez. de 1864.
	Idem idem.....	José Duarte Rodrigues.....	S. Paulo.....	24 de Set. de 1871.
	Agente consular.....	Antonio Affonso Vieira.....	Taubaté.....	11 de Set. de 1877.
	Vice-consul.....	Salustiano Servulo da Cruz.....	Cuyabá.....	13 de Fev. de 1871.
	Agente consular.....	Manoel Ferreira da Rocha.....	Estrella.....	23 de Jan. de 1877.
	Idem.....	Alexandre da Silva Villela.....	Guaratinguetá.....	23 de Jan. de 1877.
	Idem.....	Jeronymo José Pedro Ramos.....	Bagagem.....	2 de Out. de 1876.
	Idem.....	José Marques Nogueira Guerra.....	Diamantina.....	16 de Set. de 1873.
	Idem.....	Frederico Antonio de Carvalho.....	Mossoró.....	27 de Maio de 1874.
	Idem.....	Antonio de Souza Silva Brito.....	Campanha.....	16 de Maio de 1871.

(1) Este consulado de 1ª classe comprehende as provincias de Santa Catharina, Paraná e Matto-Grosso.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCARES ONDE RESIDEM	DATA DO EXERQUATUR
Portugal.....	Agente consular....	Ignacio Gonçalves d'Ama-	Formiga.....	18 de Agosto de 1874.
	Vice-consul.....	Manoel Gomes de Freitas...	Aracaty.....	9 de Set. de 1874.
	Idem.....	Bernardino Duarte de Car-	Baturité.....	12 de Nov. de 1874.
	Agente consular....	João Barboza de Mattos...	Itajubá.....	31 de Dez. de 1874.
	Idem.....	Alvaro de Lima Guimarães...	Franca.....	6 de Agosto de 1882.
	Idem interino.....	Antonio Martins Pereira dos	Bananal.....	2 de Jan. de 1883.
	Idem.....	Santos.....	Barbacena.....	29 de Out. de 1878.
	Idem.....	João Rodrigues de Souza...	Itacaré-miry...	2 de Abril de 1880.
	Idem.....	Manoel Francisco Pinto...	Marajó.....	2 de Abril de 1880.
	Idem.....	Antonio de Barros Rodrigues	Vizia.....	2 de Abril de 1880.
	Idem.....	Luiz Vicente Esteves.....	Aleantara.....	4 de Nov. de 1880.
	Idem.....	Antonio Leonardo Gomes...	Itapicará-mirim...	4 de Nov. de 1880.
	Idem.....	Francisco Alves dos Santos...	Brejo.....	4 de Nov. de 1880.
	Idem.....	João Marques Macatrão...	Guimarães.....	4 de Nov. de 1880.
	Idem.....	José Lopes Carneiro.....	Santarém.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Pedro José da Rosa Salgado	Obidos.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Francisco Augusto de A.	Camerã.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Vianna.....	Macapá.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	Manoel Fernandes Valente...	Bragança.....	22 de Junho de 1881.
	Idem.....	João da Silva Mendes.....	Uruguayana.....	30 de Agosto de 1881.
	Idem.....	Francisco Antonio Pereira...		
	Vice-consul.....	Abel Coelho.....		
	Idem.....	José Joaquim Rodrigues Gui-	Penedo.....	18 de Jan. de 1882.
		marães.....		
Republica Argentina.....	Consul geral.....	José Maria de Frias (au-	Rio de Janeiro.....	16 de Agosto de 1884.
	Consul (encarregado	Felix J. Frias.....	Idem.....	4 de Agosto de 1883.
	do consulado geral)	José Pinto Cambuci.....	Campos.....	20 de Nov. de 1871.
	Vice-consul.....	José João de Amorim (au-	Pernambuco.....	13 de Março de 1881.
	Consul.....	sente).....		
	Vice-consul.....	Manoel João de Amorim So-	Idem.....	24 de Dez. de 1888.
	Idem.....	brinho.....	S. Luiz.....	24 de Dez. de 1888.
	Idem.....	Alvaro Duarte Godinho.....	Fortaleza.....	12 de Agosto de 1882.
	Consul.....	João Joaquim Simões.....	Idem.....	7 de Dez. de 1883.
	Vice-consul.....	José Nicolau Affonso Maia...	Paranaíba.....	18 de Março de 1883.
	Idem.....	Manoel R. Carneiro.....	Rio Grande do Sul...	16 de Junho de 1883.
	Consul.....	Francisco Antonio Suzini...	Uruguayana.....	11 de Nov. de 1882.
	Idem.....	Manoel Ignacio Reina.....	Corumbá.....	14 de Julho de 1883.
	Idem.....	Antonio J. da Rocha.....	Santa Catharina.....	18 de Março de 1883.
	Vice-consul.....	José Acostinho de Maria...	Bahia.....	8 de Março de 1884.
	Consul.....	Conde Pereira Marinho.....	Porto Alegre.....	9 de Dez. de 1882.
	Idem.....	Frederico Duval.....	Itajubá.....	8 de Julho de 1882.
	Idem.....	Guilherme Asseburg.....	Polotas (I).....	16 de Fev. de 1882.
	Idem.....	José Serarra.....	Santos.....	25 de Nov. de 1881.
	Idem.....	Zeferino Barbosa.....	Antonina.....	9 de Out. de 1878.
Republica Domini-	Consul.....	João Manoel Ribeiro Vianna	Jazuarão.....	16 de Junho de 1883.
	Idem.....	canã.....	Amazonas.....	4 de Nov. de 1883.
	Encarregado do con-	Julian Sarachaga.....	Itaquí.....	27 de Jan. de 1883.
	sulado.....	João Manoel Ribeiro Vianna		
Russia.....	Idem.....	Idem.....		
	Vice-consul.....	Idem.....		
	Idem.....	Idem.....		
	Idem.....	Idem.....		

(1) Exerce jurisdição em toda a provincia.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCARES ONDE RESIDEM	DATA DO EXEQUATUR
Russia.....	Vice-consul.....	James Dwyer.....	Bahia.....	11 de Junho de 1880.
Idem.....	Idem.....	João José Alves dos Santos (ausente).....	Maranhão.....	23 de Abril de 1868.
Suecia e Noruega...	Consul geral.....	E. Cederstrahle.....	Rio de Janeiro.....	12 de Maio de 1880.
Idem.....	Vice-consul.....	Carlos Hayn.....	Idem.....	28 de Nov. de 1870.
Idem.....	Consul.....	David Lindgren.....	Bahia.....	20 de Nov. de 1843.
Idem.....	Vice-consul.....	Carlos J. Lindgren.....	Idem.....	6 de Dez. de 1873.
Idem.....	Idem.....	Odilon de A. Garcia.....	Natal.....	31 de Dez. de 1876.
Idem.....	Consul.....	Herman Lundgren.....	Pernambuco (1).....	18 de Out. de 1877.
Idem.....	Vice-consul.....	Leopoldo Smith de Vasconcellos (ausente).....	Ceará.....	24 de Fev. de 1876.
Idem.....	Idem.....	Siddan Morgan.....	Idem.....	31 de Março de 1879.
Idem.....	Idem.....	João Pedro Ribeiro (ausente).....	S. Luiz.....	21 de Dez. de 1876.
Idem.....	Idem.....	João Pedro Ribeiro.....	Idem.....	2 de Julho de 1883.
Idem.....	Idem.....	Guilherme Ernesto Schramm.....	Belém.....	7 de Nov. de 1879.
Idem.....	Idem.....	Emil Adamezyk.....	Santos.....	22 de Jan. de 1881.
Idem.....	Idem.....	Willie m. Heidmann.....	Rio Grande.....	6 de Junho de 1876.
Idem.....	Idem.....	G. J. Brunschwig.....	Aracaty.....	12 de Agosto de 1872.
Idem.....	Idem.....	R. J. Shalders (ausente).....	Parahyba do Norte.....	8 de Nov. de 1867.
Idem.....	Idem.....	Aron Cahn.....	Idem.....	28 de Jan. de 1884.
Idem.....	Idem.....	Julius Voigt.....	Desterro.....	17 de Junho de 1879.
Idem.....	Idem.....	Gerd Boetelmann.....	Maceió.....	7 de Jan. de 1876.
Idem.....	Idem.....	Arthur Baister.....	Paranaguá.....	28 de Abril de 1879.
Idem.....	Idem.....	Roberto Brown.....	Aracajú.....	20 de Abril de 1878.
Suissa.....	Consul geral.....	Eugenio Emilio Raffard (ausente).....	Rio de Janeiro.....	12 de Fev. de 1859.
Idem.....	Encarregado do consulado.....	Henrique Raffard.....	Idem.....	15 de Dez. de 1883.
Idem.....	Consul.....	Ernesto Alberto Bremer.....	Bahia (2).....	25 de Agosto de 1883.
Idem.....	Idem.....	Oscar Falkenstein.....	Pernambuco (3).....	30 de Agosto de 1879.
Idem.....	Idem.....	Frank da Costa.....	Pará (1).....	19 de Maio de 1882.
Idem.....	Gerente interino do consulado.....	J. R. Dietiker.....	Rio Grande do Sul.....	18 de Fev. de 1879.
Idem.....	Vice-consul.....	Jacob Bolliger.....	S. Paulo, com residência em Campinas.....	11 de Julho de 1876.
Idem.....	Consul.....	Fernando Hackradt.....	Santa Catharina e Paraná.....	6 de Set. de 1861.
Idem.....	Vice-consul.....	Frederico Luiz Jeanmenod.....	Colônia Leopoldina (Caravellas).....	30 de Junho de 1881.
Idem.....	Idem.....	Coriolano Cesar Ferreira Rosa.....	Maranhão.....	6 de Out. de 1883.
Uruguay (Rep. Oriental).....	Consul geral.....	Erico A. Peña.....	Rio de Janeiro.....	9 de Fev. de 1858.
Idem.....	Vice-consul.....	Ricardo Machado Hass.....	Idem.....	14 de Abril de 1882.
Idem.....	Idem.....	Epifanio Franco de Miranda.....	Campes.....	14 de Jan. de 1859.
Idem.....	Consul.....	Horacio Augusto Lopez.....	Bahia.....	14 de Fev. de 1880.
Idem.....	Vice-consul.....	Pedro Martins Bastos.....	Idem.....	21 de Fev. de 1876.
Idem.....	Idem.....	Paulo Joaquim T. dos Santos.....	Alagoas.....	8 de Out. de 1845.
Idem.....	Consul.....	José da Silva Lobo Filho.....	Pernambuco.....	2 de Nov. de 1877.
Idem.....	Vice-consul.....	João Antonio Coelho.....	Ceará.....	31 de Out. de 1876.
Idem.....	Idem.....	Arthur Jaansen Serra Lima.....	Maranhão.....	14 de Maio de 1881.
Idem.....	Idem.....	Alexandre Bonquet.....	Santos.....	3 de Março de 1879.
Idem.....	Idem.....	João Manoel Ribeiro Vianna.....	Antonina.....	8 de Jan. de 1877.
Idem.....	Consul.....	José de Barros Pimentel Filho.....	Aracajú.....	6 de Abril de 1877.
Idem.....	Idem.....	José Feliciano Alves de Brito.....	Desterro.....	24 de Julho de 1880.
Idem.....	Vice-consul.....	José Antonio Nicoliche.....	Idem.....	9 de Agosto de 1879.
Idem.....	Consul.....	Jayme Paradedda.....	Porto Alegre.....	11 de Dez. de 1880.
Idem.....	Vice-consul.....	Justino Torres.....	Alegrete.....	22 de Maio de 1874.
Idem.....	Idem.....	Benito Morel y Lamas.....	Pelotas.....	10 de Jan. de 1867.

- (1) Exerce jurisdição em outros pontos do norte, desde o Rio S. Francisco até o limite septentrional do Brazil.
 (2) Exerce o mesmo emprego nas provincias de Sergipe e Alagoas.
 (3) Exerce o mesmo emprego nas provincias do Ceará, Parahyba e Rio Grande do Norte.
 (4) Este districto consular comprehende as provincias do Amazonas, Maranhão e Piauí.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATA DO EXEQUTUR
Uruguay (Rep. Oriental do).....	Enc. do consulado.....	Manoel Fernandez.....	Bagé.....	6 de Junho de 1883.
	Consul.....	Lino Ballesteros.....	Uruguayana.....	29 de Março de 1870.
	Vice-consul.....	Manoel Marengo.....	Itaqui.....	12 de Julho de 1872.
	Consul.....	Adolpho Velasquez.....	Jaguarão.....	21 de Dez. de 1881.
	Vice-consul.....	Guilherme Asseburg.....	Itajaby.....	14 de Maio de 1881.
	Idem.....	Aurelio Susini y Nuñez.....	Santa Victoria do Palmar.....	18 de Nov. de 1882.
	Idem.....	Manoel Fernandez (ausente).	D. Pedrito.....	27 de Maio de 1876.
	Idem.....	Fortunato Alves de Souza.....	Pará.....	27 de Maio de 1876.
	Idem.....	Odilon Garcia.....	Natal.....	8 de Jan. de 1877.
	Consul.....	João Pedro Alves de Barros.....	Mato Grosso.....	31 de Julho de 1881.
	Idem.....	Laureano Bardino.....	Rio Grande.....	18 de Set. de 1880.
	Vice-consul.....	Antonio Maria Barroso Pereira.....	S. Francisco do Sul.....	18 de Nov. de 1882.
	Idem.....	Henrique Bares.....	Sant'Anna do Livramento.....	28 de Abril de 1882.
	Idem.....	Manoel Francisco de Azevedo Junior.....	Manáos.....	30 de Nov. de 1883.
Venezuela.....	Consul.....	B. Caimary (ausente).....	Rio de Janeiro.....	4 de Agosto de 1882.
	Encarregado do consulado.....	Joaquim Arsenio Cintra da Silva.....	Idem.....	Jan. de 1883.
	Consul.....	Dr. João Ferreira Cantão.....	Pará.....	27 de Maio de 1868.
	Idem.....	Joaquim Lopes Machado.....	Pernambuco.....	3 de Jan. de 1880.
	Idem.....	José Gonçalves do Nascimento (ausente).....	Bahia.....	22 de Fev. de 1873.
	Encarregado do consulado.....	Antonio Marques Fernandes.....	Idem.....	10 de Abril de 1882.
	Consul.....	Bernardo José Pereira.....	Ceará.....	24 de Dez. de 1873.
	Idem.....	Henrique Manoel Vianna.....	Maranhão.....	13 de Nov. de 1880.
	Idem.....	Benjamin Antunes de Oliveira.....	Rio Grande do Norte.....	3 de Maio de 1881.
	Idem.....	Adriano Xavier de Oliveira Pimentel.....	Manáos.....	28 de Out. de 1882.

Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em 31 de Março de 1884.

BARÃO DE CADO FRIO.

Balço geral dos creditos e das despezas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros no exercicio financeiro de 1882 — 1883

VERBAS	CREDITOS				DESPESA			SALDO
	1.º DO CREDITO RA. LIZ. N.º 2017 DE 2 DE NOVEMBRO DE 1882	2.º DO CREDITO RA. LIZ. N.º 3411 DE 30 DE OUTUBRO DE 1882	3.º DO CREDITO RA. LIZ. N.º 3411 DE 30 DE OUTUBRO DE 1882	TOTAL	DESPESA	FOR. EFFECTUAL	TOTAL	
§ 1.º Secretaria de estado, moeda do paiz.....	47:000\$000	08:780\$333		155:800\$333	140:217\$108		110:217\$108	5:023\$105
§ 2.º Legações e consulados no cambio de 27 ds. por 1\$.....	175:201\$990	301:250\$000		670:501\$990	480:401\$088	5:447\$083	491:000\$011	41:000\$005
§ 3.º Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	3:050\$305	0:111\$111		0:000\$000	0:350\$175		0:350\$175	0:100\$130
§ 4.º Ajudas de custo, no cambio de 27.....	11:000\$000	23:030\$333	300\$000	33:330\$333	35:330\$000		35:330\$000	
§ 5.º Extraordinarias no exterior, idem.....	41:000\$000	23:030\$333	0:140\$138	41:180\$138	38:818\$102	230\$20	39:111\$720	2:030\$110
§ 6.º Ditas no interior, moeda do paiz.....	3:330\$333	0:000\$000		0:000\$000	1:101\$000		1:101\$000	8:800\$333
§ 7.º Comissões de limites.....	30:000\$000	78:000\$000		108:000\$000	08:500\$000		08:500\$000	18:400\$000
	291:500\$990	607:810\$111	0:000\$000	899:310\$111	810:037\$180	5:741\$180	815:780\$000	80:130\$000

Secção de Contabilidade, 10 de Abril de 1881.

O Director, ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

N. 9

Balanco provisorio do estado dos creditos e das despezas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros no exercicio financeiro de 1883 — 1884

RUBRICAS		CREDITO DA LEI N. 3141 DE 30 DE OUTUBRO DE 1882	DESPENDIDO N. VOL. DESPENDER ATE O FIM DO EXERCICIO	FUNDO DE RESERVA
ARTIGO 4.º	1. Secretaria de estado, moeda do paiz.....	148:178\$000	148:178\$000	
	2. Legações e consulados, ao cambio de 27 ds. por 1\$.....	541:875\$000	500:781\$767	41:093\$233
	3. Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	9:656\$665	9:632\$266	34\$400
	4. Ajudas de custo, ao cambio de 27 ds. por 1\$.	35:000\$000	34:140\$525	859\$375
	5. Extraordinarias no exterior, idem.....	35:000\$000	35:000\$000	
	6. Ditas no interior, moeda do paiz.....	10:000\$000	4:973\$330	5:026\$670
	7. Comissões de limites.....	117:000\$000	66:000\$000	51:000\$000
		896:719\$666	798:705\$988	98:013\$678

Secção de Contabilidade, em 19 de Abril de 1884.

O Director, ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

N. 10

Orçamento da despesa do Ministerio dos Negocios Estrangeiros para o anno financeiro de 1885 — 1886

Art. 4.º	1. Secretaria d'Estado, moeda do paiz.....	154:865\$000
	2. Legações e consulados, ao cambio de 27 d. st. por 1\$.....	556:275\$000
	3. Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	9:666\$666
	4. Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. st. por 1\$.....	45:000\$000
	5. Extrordinarias no exterior, idem.....	40:000\$000
	6. Dias no interior, moeda do paiz.....	10:000\$000
		<u>815:806\$666</u>

Tabellas explicativas do orçamento da despesa do Ministerio dos Negocios Estrangeiros para o anno financeiro de 1885 — 1886

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1883-1884
1.				
Secretaria de estado				
Ministro e secretario d'Estado.. Ord..	Lei de 7 de Agosto de 1852.	12:000\$000		
Director geral..... >	Decr. de 19 de Fev. de 1859.	5:000\$000		
	Idem	4:600\$000		
4 Directores de secção..... Ord..	Idem	14:400\$000		
	Idem	5:600\$000		
6 Primeiros officiaes..... Ord..	Idem	18:000\$000		
	Idem	6:000\$000		
6 Segundos officiaes..... Ord..	Idem	15:600\$000		
	Idem	4:800\$000		
4 Amanuenses..... Ord..	Idem	6:000\$000		
	Idem	2:000\$000		
2 Praticantes..... >	Decr. de 2 de Maio de 1868.	1:920\$000		
Augmento de 10 % a um director de secção.....	Decr. de 19 de Fev. de 1859.	500\$000		
1 Official de gabinete..... Grat.	Decr de 2 de Maio de 1868.	2:400\$000		
Gratificações aos empregados do corpo diplomatico e consular com exercicio nesta secretaria.....		9:600\$000		
1 Porteiro..... Ord..	Decr. de 19 Fev. de 1859.	1:600\$000		
	Idem	800\$000		
2 Continuos..... Ord..	Idem	2:000\$000		
	Idem	800\$000		
3 Correios..... Ord..	Idem	3:000\$000		
	Idem	1:200\$000		
Gratificação diaria aos correios quando estão de serviço.....	Idem	1:095\$000	118:915\$000	
Objectos necessarios para o expediente e registro.....		12:000\$000		
Encadernação da correspondencia official.....		1:000\$000		
Impressão do relatorio e actos do governo.....		12:000\$000		
Idem de uma collecção de documentos officiaes determinada pelo decreto n. 4238 de 30 de Setembro de 1868.....		3:000\$000		
Acquisição de livros para a bibliotheca da secretaria.....		500\$000		
Cavalgadura para os correios.....		450\$000		
Aluguel de casa que occupa a secretaria d'Estado.....		7:000\$000	35:950\$000	
			<u>154:865\$000</u>	<u>148:178\$000</u>

CONTINUAÇÃO DAS TABELLAS DO ORÇAMENTO DA DESPEZA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1883—1884
2.				
Legações e consulados				
<i>Estados-Unidos da America</i>				
1 Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Rep... Dec. de 22 de Junho de 1881..	3:200\$000 16:800\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Dec. de 10 de Nov. de 1883..	1:200\$000 2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Dec. de 5 de Janeiro de 1883..	800\$000 2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord... Dec. de 3 de Maio de 1876..	1:500\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000		
» do consulado privativo em Baltimore.....		300\$000	29:800\$000	
<i>Venezuela</i>				
1 Encarregado de negocios.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Rep... Dec. de 5 de Fev. de 1881..	2:000\$000 8:000\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Dec. de 14 de Jan. de 1882..	800\$000 2:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000	13:500\$000	
<i>Perú</i>				
1 Encarregado de negocios.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Rep... Decr. de 23 de Março de 1878..	2:000\$000 8:000\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Decr. de 5 de Fev. de 1881..	1:200\$000 2:300\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Decr. de 14 de Jan. de 1882..	800\$000 2:200\$000		
1 consul geral.....	Ord... Decr. de 16 de Jan. de 1882..	4:000\$000		
1 » » em Loreto.....	Ord... Decr. de 16 de Jan. de 1882..	4:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		200\$000		
» do dito em Loreto.....		500\$000	26:200\$000	
<i>Chile</i>				
1 encarregado de negocios.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Rep... Decr. de 22 de Junho de 1881..	2:000\$000 8:000\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Decr. de 25 de Nov. de 1881..	800\$000 2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord... Decr. de 7 de Fev. de 1880..	4:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	18:000\$000	
<i>Bolivia</i>				
1 Ministro residente.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Rep... Decr. de 22 de Junho de 1881..	2:400\$000 12:600\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord... Lei de 22 de Agosto de 1851.. Grat... Decr. de 5 de Maio de 1883..	800\$000 2:200\$000		
1 G. em S. C. de la Sierra.	Ord... Decr. de 5 de Maio de 1883.. Grat... Lei de 30 de Outubro de 1882..	4:000\$000 1:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	24:000\$000	
A transportar.....			111:500\$000	

CONTINUAÇÃO DAS TABELLAS DO ORÇAMENTO DA DESPEZA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMA	VOTADA PARA 1853--1854
Transporte.....			111:500\$000	
<i>Republica Argentina</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	3:200\$000		
	Rep.. Dec. de 5 de Agosto de 1874..	16:800\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	1:200\$000		
	Grat.. Dec. de 27 de Nov. de 1872..	2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	800\$000		
	Grat.. Dec. de 27 de Julho de 1878..	2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 24 de Jan. de 1872..	4:000\$000		
4 Vice-consules.....	Grat..	8:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	40:200\$000	
<i>Republica Oriental do Uruguay</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	3:200\$000		
	Rep.. Lei de 5 de Nov. de 1880....	15:832\$500		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	1:200\$000		
	Grat.. Dec. de 10 de Nov. de 1883..	2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	800\$000		
	Grat..	2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 15 de Out. de 1870...	4:500\$000		
5 Vice-consules.....	Grat..	9:100\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	37:652\$500	
<i>Paraguay</i>				
1 Ministro residente.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	2:400\$000		
	Rep..	12:600\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	1:200\$000		
	Grat.. Dec. de 3 de Dez. de 1851..	2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	800\$000		
	Grat..	2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 31 de Out. de 1852..	4:000\$000		
	Grat.. Lei de 30 de Out. de 1882..	1:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	28:000\$000	
<i>Grã-Bretanha</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	3:200\$000		
	Rep.. Dec. de 5 de Abril de 1873..	21:800\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	1:200\$000		
	Grat.. Dec. de 5 de Abril de 1873..	3:800\$000		
3 Addidos de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851..	2:400\$000		
	Grat.. Decs. de 11 de Out. de 1875, 9 de Junho de 1880 e 17 de Dez. de 1881.....	6:600\$000		
Expediente da legação.....		1:500\$000		
» do consulado geral em Londres.....		500\$000		
» do consulado geral em Liverpool.....		200\$000	41:200\$000	
<i>França</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	3:200\$000		
	Rep..	16:800\$000		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	1:200\$000		
	Grat.. Dec. de 31 de Out. de 1892..	2:800\$000		
2 Addidos de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851.	1:600\$000		
	Grat.. Decs. de 5 de Julho de 1876, e de 24 de Dez. de 1881....	4:400\$000		
A transportar.....		30:000\$000	258:562\$500	

CONTINUAÇÃO DAS TABELLAS DO ORÇAMENTO DA DESPEZA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADA PARA 1833-1834
Transporte.....		30:000\$000	258:562\$500	
1 Consul geral em Pariz..... Ord..	Dec. de 23 de Maio de 1833.	2:500\$000		
1 » » » Cayenna..... »		4:000\$000		
Expediente da legação.....		2:000\$000		
» do consulado geral.....		500\$000		
» do dito em Cayenna.....		500\$000	39:500\$000	
<i>Portugal</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	3:200\$000		
	Rep.. Lei de 5 de Nov. de 1830.	15:362\$500		
1 Secretario de legação..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	1:200\$000		
	Grat. Dec. de 22 de Junho de 1831.	2:800\$000		
2 Addidos de 1ª classe..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	1:600\$000		
	Grat. Decs. de 26 de Fev. de 1831 e de 7 de Dez de 1833..	4:400\$000		
Expediente da legação.....		1:000\$000		
» do consulado geral em Lisboa.....		200\$000	30:262\$500	
<i>Imperio Allemão</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	3:200\$000		
	Rep.. Lei de 5 de Nov. de 1830.	15:362\$500		
1 Secretario de legação..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	1:200\$000		
	Grat. Dec. de 22 de Junho de 1831.	2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	800\$000		
	Grat. Dec. de 9 de Junho de 1830.	2:200\$000		
1 Consul geral na Prussia..... Ord..	Dec. de 7 de Fev. de 1837..	4:000\$000		
	Grat. Lei de 30 de Out. de 1832..	1:000\$000		
1 Consul geral nas cidades Hanseaticas..... Ord..	Dec. de 8 de Nov. de 1832..	4:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral na Prussia.....		500\$000		
» do consulado nas cidades Hanseaticas.....		500\$000	36:562\$500	
<i>Russia</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	3:200\$000		
	Rep.. Lei de 5 de Nov. de 1830.	15:362\$500		
1 Addido de 1ª classe..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	800\$000		
	Grat. Dec. de 9 de Set. de 1830..	2:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		300\$000	22:362\$500	
<i>Austria-Hungria</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	3:200\$000		
	Rep.. Lei de 5 de Nov. de 1830.	15:362\$500		
1 Addido de 1ª classe..... Ord..	Lei de 22 de Agosto de 1831.	800\$000		
	Grat. Dec. de 2 de Set. de 1832..	2:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral em Trieste.....		300\$000	22:862\$500	
A transportar.....			410:612\$500	

CONTINUAÇÃO DAS TABELLAS DO ORÇAMENTO DA DESPEZA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADA PARA 1883-1884
Transporte.....			410:612\$500	
<i>Belgica</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Rep. Lei de 5 de Nov. de 1880...	3:200\$000 15:892\$500		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 31 de Out. de 1882.	1:200\$000 2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 30 de Maio de 1863.	800\$000 2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 30 de Maio de 1863.	4:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000	31:062\$500	
<i>Santa Sé</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Rep. Dec. de 31 de Out. de 1882.	3:200\$000 16:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 26 de Nov. de 1881.	800\$000 2:200\$000		
Expediente da legação e despesas de etiqueta.....		1:425\$000	24:425\$000	
<i>Italia</i>				
1 Enviado extraordinario e minis- tro plenipotenciario.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Rep. Lei de 5 de Nov. de 1880...	3:200\$000 15:892\$500		
1 Secretario de legação.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 22 de Junho de 1875.	1:200\$000 2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 27 de Jan. de 1883.	800\$000 2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 5 de Maio de 1860.	3:750\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		400\$000	30:712\$500	
<i>Hispanha</i>				
1 Ministro residente.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Rep. Lei de 5 de Nov. de 1880...	2:400\$000 11:662\$500		
1 Addido de 1ª classe.....	Ord.. Lei de 22 de Agosto de 1851. Grat. Dec. de 26 de Nov. de 1881.	800\$000 2:200\$000		
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 13 de Abril de 1878.	3:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
» do consulado geral.....		500\$000		
» do consulado em Havana.....		200\$000		
» do dito em Teneriff.....		200\$000	21:462\$500	
<i>Paizes Baixos</i>				
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 21 de Junho de 1883.	4:000\$000		
Expediente do consulado geral.....		500\$000	4:500\$000	
<i>Confederação Suissa</i>				
1 Consulado geral.....	Ord.. Dec. de 14 de Jan. de 1871.	4:000\$000		
Expediente do consulado geral.....		500\$000	4:500\$000	
<i>Suecia e Dinamarca</i>				
1 Consul geral.....	Ord.. Dec. de 8 de Jan. de 1861. Grat. Lei de 30 de Out. de 1882.	4:000\$000 1:000\$000		
Expediente do consulado geral.....		500\$000		
» do consulado em S. Thomaz.....		500\$000	6:000\$000	
A transportar.....			533:275\$000	

CONTINUAÇÃO DAS TABELLAS DO ORÇAMENTO DA DESPEZA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMA	VOTADA PARA 1883 - 1884
Transporte.....			533:275\$000	
<i>Imperio da China</i>				
1 Consul geral..... Ord..		12:000\$000		
1 Vice-consul..... Grat..		6:000\$000		
1 Interprete.....		4:000\$000		
Expediente do consulado geral.....		1:000\$000	23:000\$000	
3.			556:275\$000	541:875\$000
<i>Empregados em disponibilidade</i>				
2 Enviados extraordinarios e mi- nistros plenipotenciarios..... Ord..	Dec. n. 940 de 20 de Março de 1852.....	3:733\$333		
1 Ministro residente..... >	Idem	1:600\$000		
1 Encarregado de Negocios..... >	Idem	1:333\$333		
3 Secretarios de legação..... >	Idem	2:200\$000		
1 Consul geral..... >	Idem	800\$000	9:666\$666	9:666\$666
4.				
<i>Ajudas de custo</i>				
De nomeações, remoções, retiradas, e expressos, ao cambio de 27 d. st. por 1\$000.....			45:000\$000	35:000\$000
5.				
<i>Extraordinarias no exterior</i>				
Para soccorros a brasileiros desvalidos, e naufragados em paizes estran- geiros, telegrammas e outras des- pezas eventuaes, ao cambio de 27 d. st. por 1\$000.....			40:000\$000	35:000\$000
6.				
<i>Extraordinario no interior</i>				
Para diversos serviços extraordinarios no interior, e despesas eventuaes...			10:000\$000	10:000\$000

Secção de Contabilidade, 20 de Fevereiro de 1884.

O Director, ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

INDICE

DOS

ASSUMPTOS CONTIDOS NESTE RELATORIO

EXPOSIÇÃO

Imperio Allemão

PAGS.

Escripturas de contractos matrimoniaes entre Allemães, lavradas por tabeliães da Provincia do Rio Grande Sul. Reclamação da Legação da Alemanha. Processo.....	5
--	---

Republica Argentina

Questão de limites.....	7
Actos criminosos praticados em territorio Argentino por um official e praças da Guarda Brasileira do Passo de Garruchos sobre o rio Uruguay.....	7
Assalto e saque da ilha de Vargas e prisão de um Argentino attribuidos pelas autoridades da Republica a um official e praças da Guarnição Brasileira de S. Borja.....	8
Prisão de dois Argentinos effectuada na cidade da Uruguayana por autoridades da Republica.....	9

Belgica

Convenção Consular	10
--------------------------	----

Republica da Bolivia

	PAGS.
Denuncia do tratado de 27 de Março de 1867 na parte que não se refere a limites.....	11

Chile em commum com a Italia, a Gran-Bretanha e a Republica Franceza

Convenções para o julgamento de reclamações provenientes de operações executadas por forças Chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia.— Commissões mixtas.— Juiz Brasileiro.....	11
---	----

Republica Franceza e Estados-Unidos da America

Commissão mixta instituida para julgar as reclamações mencionadas na respectiva commissão.....	12
--	----

Republica Franceza

Territorio litigioso e neutralizado.....	12
--	----

Gran Bretanha

Reclamações Anglo-Brazileiras.....	19
------------------------------------	----

Italia

Reclamação de Sabino Tripoti.....	20
Protecção dos interesses italianos confiada ao Ministro do Brazil na Bolivia.	20

Republica do Paraguay

Tratado de amizade, commercio e navegação.....	20
--	----

Portugal

Denuncia da convenção consular.....	21
-------------------------------------	----

Republica Oriental do Uruguay

	PAGS
Assassinatos de Brasileiros no departamento de Tacuarembó.....	22
Accôrdo sobre extradição de criminosos	23

Estados Unidos de Venezuela

Demarcação de limites.....	23
Projecto de uma união dos Estados Americanos. Declarações firmadas em Caracas em conferencia officiosa. Convite para que o Brazil adherisse a essas declarações.....	24

Santa Sé

Conversão dos bens das ordens religiosas em apolices intransferiveis da divida publica.....	26
Convenção telegraphica internacional.....	27
União para a protecção da propriedade industrial.....	27
Convenção para a protecção das communicações telegraphicas que se fazem por meio dos cabos submarinos.....	28
Congressos, conferencias e exposições internacionaes.....	28
Secretaria de Estado.....	29
Corpo Diplomatico Brasileiro.....	30
Corpo Consular Brasileiro.....	31
Corpo Diplomatico Estrangeiro.....	31

Parte Financeira

Despezas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros no exercicio de 1881-1882.	32
No exercicio de 1882-1883... ..	32
No exercicio de 1883-1884	33
No exercicio de 1885-1886.....	33
Decreto n. 9100 de 1 de março de 1884:	
Concede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros um credito suplementar de 6:5333733.....	34

ANNEXO N. 1

Imperio Allemão

Escripturas de contractos matrimoniaes, lavradas por tabelliães da Provincia do Rio Grande do Sul. Reclamação da Legação da Allemanha. Processo.

	PAGS.
N. 1. Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial.....	3
N. 2. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	6
N. 3. Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio.....	7
N. 4. Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial.....	8
N. 5. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	10
N. 6. Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio	10
N. 7. Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio ao dos Negocios Estrangeiros.. ..	11
N. 8. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	14
N. 9. Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio ao dos Negocios Estrangeiros.....	14
N. 10. Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial.....	15
N. 11. Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao dos Negocios do Imperio.....	16
N. 12. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	17
N. 13. Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial.....	18
N. 14. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	20
N. 15. Despacho do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.....	20
N. 16. Officio da Presidencia do Rio Grande do Sul ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros.....	21
N. 17. Despacho do Ministerio dos Negocios Estrangeiros á Presidencia do Rio Grande do Sul.....	22
N. 18. Nota do Governo Imperial á Legação do Imperio Allemão.....	23
N. 19. Nota da Legação da Allemanha ao Governo Imperial.....	23

Republica Argentina

Actos criminosos praticados em territorio Argentino por um official e praças da Guarda Brasileira do Passo de Garruchos no Rio Uruguay

	PAGS.
N. 20. Carta do Ministro dos Negocios Estrangeiros ao Ministro Argentino.	25
N. 21. Carta do Ministro Argentino ao Ministro dos Negocios Estrangeiros.	26
N. 22. Carta do Ministro dos Negocios Estrangeiros ao Ministro Argentino.	27
N. 23. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	28
N. 24. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	29
N. 25. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	30
N. 26. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	31
N. 27. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	34
N. 28. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	35
N. 29. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	43
N. 30. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	44
N. 31. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	45
N. 32. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	46
N. 33. Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial.....	46
N. 34. Nota do Governo Imperial á Legação Argentina.....	47

Belgica

Convenção Consular

N. 35. Decreto n. 9323 de 29 de Setembro de 1883, promulgando a Convenção Consular entre o Brazil e a Belgica.....	48
--	----

Chile em commum com a Italia, a Gran-Bretanha e a Republica Franceza

Convenções para o julgamento de reclamações provenientes de operações executadas por forças chilenas nos territorios e costas do Perú e da Bolivia. Comissões Mixtas — Juiz Brasileiro — Reclamações Italianas

N. 36. Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial.....	61
---	----

	PAGS.
N. 37. Nota da Legação Italiana ao Governo Imperial.....	67
N. 38. Nota do Governo Imperial ao do Chile.....	68
N. 39. Nota do Governo Imperial á Legação Italiana.....	68
N. 40. Nota da Legação Italiana ao Governo Imperial.....	69
N. 41. Nota do Governo do Chile ao Governo Imperial.....	70

Reclamações Britannicas

N. 42. Nota do Governo do Chile ao Governo Imperial.....	71
N. 43. Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial.....	77
N. 44. Nota do Governo Imperial á Legação Britannica.....	78
N. 45. Nota do Governo Imperial ao Governo Chileno.....	79
N. 46. Nota do Governo Imperial á Legação Britannica	80
N. 47. Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial.....	81
N. 48. Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial	81
N. 49. Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial	82

Reclamações Francesas

N. 50. Nota do Governo Francez á Legação Imperial.....	83
N. 51. Nota da Legação Imperial ao Governo Francez.....	84
N. 52. Nota da Legação de França ao Governo Imperial	85
N. 53. Nota do Governo Imperial á Legação Franceza.....	86
N. 54. Nota da Legação Imperial ao Governo Francez.....	86
N. 55. Nota do Governo Francez á Legação Imperial.....	87
N. 56. Nota do Governo Chileno ao Governo Imperial.....	88
N. 57. Nota do Governo Imperial ao Governo do Chile.....	94
N. 58. Nota do Governo Imperial á Legação Franceza.....	95

Republica Oriental do Uruguay

Assassinatos de Brasileiros no Departamento de Tacuarembó

N. 59. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.	96
N. 60. Nota do Governo Oriental á Legação Imperial.....	97
N. 61. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.....	98
N. 62. Nota do Governo Oriental á Legação Imperial.....	100
N. 63. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.....	100

	PAGS.
N. 64. Nota do Governo Oriental á Legação Imperial.....	101
N. 65. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.....	102
N. 66. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.....	102
N. 67. Nota do Governo Oriental á Legação Imperial.....	103
N. 68. Nota da Legação Imperial ao Governo Oriental.....	107
N. 69. Nota do Governo Oriental ao Governo Imperial.....	117

Accordo sobre extradição de criminosos

N. 70. Decreto n. 9167 de 22 de Março de 1884.....	119
--	-----

Portugal

Denuncia da Convenção Consular

N. 71. Nota do Governo Imperial á Legação Portuguesa.....	123
N. 72. Nota da Legação Portuguesa ao Governo Imperial.....	124
N. 73. Nota da Legação Imperial ao Governo Portuguez.....	125
N. 74. Nota do Governo Portuguez á Legação Imperial.....	125
N. 75. Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao da Justiça.....	126
N. 76. Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros ao da Fazenda.....	127
N. 77. Circular ás Presidencias de Provincia.....	128

Estados Unidos de Venezuela

N. 78. Demarcação de limites.....	129
-----------------------------------	-----

Projecto de uma União dos Estados Americanos firmado em Caracas em conferencia officiosa. Convite para que o Brazil adherisse a essas declarações

N. 79. Nota do Governo Venezuelano á Legação Imperial.....	209
N. 80. Nota da Legação Imperial ao Governo Venezuelano.....	212

ANNEXO N. 2

N. 1. Quadro da Secretaria dos Negocios Estrangeiros.....	3
N. 2. Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro.....	5
N. 3. Quadro do Corpo Diplomatico Estrangeiro.....	9
N. 4. Quadro do pessoal da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros comprehendendo todas as commissões de que tem sido incumbido desde sua primeira nomeação.....	12

	PÁGS.
N. 5. Quadro dos empregados diplomaticos em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentados e dos agentes consulares brasileiros, comprehendendo as commissões de que têm sido incumbidos	17
N. 6. Quadro do Corpo Consular Brasileiro.....	38
N. 7. Quadro do Corpo Consular Estrangeiro..	46
N. 8. Balanço geral dos creditos e despesas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros no exercicio de 1882-1883.....	56
N. 9. Balanço provisorio do estado dos creditos e das despesas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1883-1884.....	57
N. 10. Orçamento da despesa do Ministerio dos Negocios Estrangeiros para o anno financeiro de 1885-1886.....	58

Supplemento ao annexo n. 1

Republica Franceza

N. 1. Apontamento entregue pela Legação Imperial ao Governo Francez...	215
N. 2. Nota da Legação Imperial ao Governo Francez.....	216
N. 3. Apontamento entregue pela Legação Imperial ao Governo Francez...	218
N. 4. Nota do Governo Francez á Legação Imperial.....	220

Portugal

Denuncia da Convenção Consular

N. 5. Nota da Legação Portugueza ao Governo Imperial.....	224
N. 6. Nota do Governo Imperial á Legação Portugueza.....	225

Santa Sé

Conversão dos bens das ordens religiosas em apolices intransferiveis da divida publica

N. 7. Nota do Encarregado dos Negocios da Santa Sé ao Governo Imperial..	226
N. 8. Nota do Encarregado dos Negocios da Santa Sé ao Governo Imperial..	227
N. 9. Nota do Governo Imperial ao Encarregado dos Negocios da Santa Sé..	227
